

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE:**

Uma construção possível?

Ozanira Ferreira da Costa

Brasília (DF)  
2009

**OZANIRA FERREIRA DA COSTA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE:**  
Uma construção possível?

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Política Social.

Orientador: Prof. Dra. Maria Lúcia Pinto Leal

Brasília, DF  
2009

**POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE:**  
Uma construção possível?

Tese defendida e aprovada pela banca examinadora constituída por

---

Profa Dra. Maria Lúcia Pinto Leal (Presidente)

---

Prof. Dr. Marcos Antonio Paiva Colares (Membro Externo)

---

Profa. Dra. Maria Auxiliadora César (Membro Interno não vinculado ao Programa)

---

Prof. Dr. Mário Ângelo Silva (Membro Interno vinculado ao Programa)

---

Profa. Dra. Neuza de Farias Araújo (Membro Interno vinculado ao Programa)

---

Prof. Dr. Carlos Alberto Lopes de Sousa (Suplente)

*Ao meu filho Lucas,  
Que trouxe luz.  
Que abriu um grande  
e irreversível ciclo de vida.  
Que trouxe mudanças, alegrias, desafios.  
Que trouxe amor, luz.*

## AGRADECIMENTOS

*A Deus que, ao me presentear com o Lucas, me ofereceu forças e a vitalidade necessária para superar os difíceis momentos vivenciados durante o período do Doutorado.*

*Aos meus pais, Sr. Chagas e D. Jô (in memoriam) por terem me oferecido um caminho de vida que não lhes foi permitido trilhar.*

*Ao Lucas que com a sua inocência e graça muito me ajudou a superar os momentos de estresse e continuar persistindo na continuidade e conclusão deste trabalho.*

*À minha orientadora, Profa Dra. Maria Lúcia Pinto Leal, pela competência, paciência, reconhecimento de minha capacidade e pelo constante estímulo à minha produção de conhecimento.*

*Aos profissionais e jovens que se disponibilizaram a ser entrevistados e que para evitar a exposição, não terão os nomes relacionados,*

*Ao professor Mário Ângelo que, ao longo dos anos, vem se disponibilizando a contribuir com a minha vida acadêmica, participando das minhas bancas, desde a seleção do Mestrado em Política Social nesta Universidade.*

*Aos demais membros da banca, Professores Marcos Colares, Maria Auxiliadora, Neusa Farias e Carlos Lopes, pela gentileza e disponibilidade em participar da minha defesa de Tese.*

*Aos estagiários bolsistas e voluntários, do curso de Serviço Social da Universidade Católica de Brasília: Diego, Ana Paula, Andressa, Marília, Eliane, Mônica, Solange, Tassiana, Karina, que muito contribuíram no período do levantamento e organização dos dados.*

*À Mione Sales e à Dirce Mendes que participaram da banca de qualificação e apresentaram relevantes contribuições incorporadas então a este trabalho.*

*À Cilene Lins, minha comadre e amiga, pelo carinho, paciência e ajuda sem medida durante a fase de construção deste trabalho.*

*À Sabrina, minha sobrinha e ao seu marido Evandro Vieira, pelo carinho, disponibilidade e apoio imprescindíveis a mim e ao Lucas durante esta fase de conclusão do trabalho.*

*À Cleusa Medeiros, amiga querida e profissional comprometida, que mesmo com problemas de saúde se disponibilizou a socializar sua vasta experiência com jovens das classes populares e contribuir com este trabalho.*

*À Fátima Leal, pela contribuição, apoio e estímulo durante os momentos de ansiedade e de estresse da orientação.*

*À Wanderly Ferreira da Costa, especialista em orçamento público, pela relevante contribuição na leitura crítica da tese e na análise dos recursos orçamentários.*

*À Helga Hedler que, tendo passado pelo processo de doutoramento recentemente, contribuiu com sugestões bastante pertinentes.*

*Aos profissionais do MDS, em particular ao Alexandre Reis, à Bianca Marques e à Francisca Carvalho que, na medida do possível, responderam às minhas solicitações.*

*À Isabel Cristina e ao João Guilherme, pelas contribuições que não foram poucas.*

*À Domingas, Secretária do Departamento de Serviço Social, pela disponibilidade e paciência.*

*A todos que contribuíram direta ou indiretamente e que não estejam nomeados nesta relação, o meu sincero agradecimento.*

## RESUMO

Este estudo trata das políticas públicas de juventude no Brasil, com ênfase na juventude de classes populares, tendo como referência de análise o Plano Plurianual 2004-2007. Tem como base normativa a Constituição Federal, a Política Nacional de Juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica da Assistência Social. Analisa a implementação descentralizada dessa política no Distrito Federal e leva em consideração as relações entre Estado e Sociedade, situando o debate sobre as políticas públicas de natureza social no cenário das duas últimas décadas e as implicações das transformações societárias para a constituição do Estado de Direito pós 1990 no contexto da juventude. O objetivo geral é analisar o processo de implementação das políticas públicas de juventude na Era Lula e sua relação com as demandas dos jovens das classes populares no Brasil. Busca ainda, como objetivos específicos, construir uma matriz nacional das políticas públicas para a juventude, identificar e analisar como se processa a participação dos atores em tais políticas para esse segmento. A hipótese central é a de que os movimentos sociais foram importantes para construir a defesa de direitos sociais e direitos humanos, a partir da Constituição Federal de 1988, mas que não conseguiram agendar essa temática como prioridade para que ela se expressasse efetivamente no orçamento para políticas públicas destinadas à juventude brasileira. Portanto, como desdobramento dessa hipótese, pergunta-se: até que ponto a mobilização dos movimentos sociais pode influenciar a construção de uma Política de Juventude no Brasil? Do ponto de vista teórico e metodológico, optou-se pela ênfase no materialismo histórico, utilizando-se categorias centrais como: política pública, questão social, juventude, e participação; para a coleta de dados, privilegiou-se a pesquisa documental, a entrevista com atores do Distrito Federal, envolvidos com as políticas públicas de juventude, e o diário de campo. Para efeito de organização e análise dos dados, construiu-se uma matriz dos programas federais e recorreu-se à análise do conteúdo para analisar as falas dos atores entrevistados, interpretadas à luz da hermenêutica dialética.

Palavra-chave: Política Pública. Juventude. Questão Social.

## **ABSTRACT**

This study explores public youth policies in Brazil, emphasizing youth from popular classes, considering the 2004-2007 Pluri-annual Plan as a main reference in the analysis. The Federal Constitution, the National Youth Policy, the Statute of the Child and Adolescent and the Organic Law of Social Assistance, make up this study's legal framework. It analyses the decentralized implementation of that policy in the Federal District and considers the relations between State and Society, situating both the public social policies discussion in the last two decades and the implications of the societarian transformations for the establishment of the post 1990 rule of law, in the context of youth. The general objective is to analyse the process of implementation of public youth policies during Lula's administration and its connection with the demands of young people from popular classes in Brazil. It also seeks, as specific objectives, to create a national matrix for public youth policies, to identify and analyse the process of participation of these social actors in such policies. The central hypothesis is that social movements have been playing an important role in the construction of the defense of social and human rights, since the 1988 Federal Constitution, but they did not manage to make it a priority in the agenda so that it would be expressed effectively in the budget for Brazilian public youth policies. So, in ramification of this hypothesis, we ask: to which extent can the mobilization of social movements influence the construction of a Youth Policy in Brazil? From a theoretical and methodological point of view, we opted to emphasize the historical materialism and use central categories like: public policy, social issue, youth, and participation; to collect data, we preferred to use archival research, interview social actors from the Federal District, involved with public youth policies, and the field diary. For the organization and analysis of data, a matrix with the programs, projects and federal services was made and we used content analysis to analyse the speech of the interviewed social actors, interpreted using dialectical hermeneutics.

Keyword: Public Policy. Youth.. Social Issue.

## SIGLAS

|          |  |
|----------|--|
| CF       | Constituição Federal   |
| CNPq     | Centro Nacional de Pesquisa                                      |
| CONANDA  | Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente       |
| CONJUVE  | Conselho Nacional de Juventude                                   |
| COSE     | Centro de Orientação Sócio-Educativo                             |
| CPRN     | Redes Canadenses de Pesquisa em Políticas Públicas (conferir)    |
| CRAS     | Centros de Referência em Assistência Social.                     |
| CRES     | Centros de Referência Especializados                             |
| DF       | Distrito Federal   |
| ECA      | Estatuto da Criança e do Adolescente                             |
| FEBEM    | Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor                          |
| FHC      | Fernando Henrique Cardoso  |
| GDF      | Governo do Distrito Federal                                      |
| IBASE    | Instituto Brasileiro de Análise Sócio Econômica                  |
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                  |
| INESC    | Instituto de Estudos Socioeconômicos                             |
| IPEA     | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada                         |
| LA       | Liberdade Assistida  |
| LOAS     | Lei Orgânica da Assistência Social                               |
| MDS      | Ministério do Desenvolvimento Social                             |
| NOB      | Norma Operacional Básica   |
| NOB-RH   | Norma Operacional Básica de Recursos Humanos                     |
| OMS      | Organização Mundial da Saúde                                     |
| OCA      | Orçamento Criança e Adolescente                                  |
| ONGs     | Organização Não Governamental                                    |
| ONU      | Organização das Nações Unidas                                    |
| PNAD     | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios                      |
| PNAS     | Política Nacional de Assistência Social                          |
| PNJ      | Política Nacional da Juventude                                   |
| PÓLIS    | Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais |
| PPA      | Plano Plurianual   |
| PPCAAM   | Programa de Proteção a Crianças e Adolescente Ameaçados de Morte |
| ProJovem | Programa Nacional de Inclusão de Jovens                          |
| PSC      | Prestação de Serviço à Comunidade                                |
| PT       | Partido dos Trabalhadores  |
| RDJ      | Relatório de Desenvolvimento Juvenil                             |

|         |  |
|---------|--|
| SEDH    | Secretaria Especial de Direitos Humanos                              |
| SIGPlan | Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento                  |
| SINASE  | Sistema Nacional de Medidas Sócio-educativo                          |
| SPDCA   | Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente   |
| SUAS    | Sistema Único de Assistência Social                                  |
| UAC     | Unidade de Alta Complexidade   |
| UFF     | Universidade Federal Fluminense                                      |
| UNESCO  | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |

## LISTADE TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| <b>TABELA 1:</b> MATRIZ CONSOLIDADA DE PROGRAMAS E PROJETOS FEDERAIS POR MINISTÉRIO E PERÍODO (1995 A 2002) _____                        | 68  |
| <b>TABELA 2:</b> A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS PROGRAMAS E PROJETOS SEGUNDO O PPA 2004-2007 _____  | 92  |
| <b>TABELA 3:</b> UNIDADES OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL _____   | 111 |
| <b>TABELA 4:</b> QUANTITATIVOS DO AGENTE JOVEM NO DISTRITO FEDERAL, NO PERÍODO DE 2004 A 2007 SEGUNDO O GOVERNO FEDERAL _____            | 115 |
| <b>TABELA 5:</b> QUANTITATIVO DO AGENTE JOVEM NO DISTRITO FEDERAL, NO PERÍODO DE 2004 A 2007 SEGUNDO O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL _____ | 115 |

## LISTA DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| <b>QUADRO 1:</b> TIPOLOGIA DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E AÇÕES PARA A JUVENTUDE SEGUNDO A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE _____      | 73  |
| <b>QUADRO 2:</b> CONSOLIDADO DO NÚMERO E MODALIDADE DE PROGRAMAS PARA A JUVENTUDE NO PPA 2004-2007 _____                        | 81  |
| <b>QUADRO 3:</b> PLANO BRASIL DE TODOS - PPA 2004-2007 - METAS PRIORITÁRIAS _____   | 82  |
| <b>QUADRO 4:</b> PROGRAMAS POR PÚBLICO ALVO/ CRIANÇAS E ADOLESCENTES _____  | 85  |
| <b>QUADRO 5:</b> PROGRAMAS POR PÚBLICO ALVO/ EXCLUSIVAMENTE A JUVENTUDE _____   | 85  |
| <b>QUADRO 6:</b> PROGRAMAS POR PÚBLICO ALVO/ JUVENTUDE E OUTROS DESTINATÁRIOS _____   | 86  |
| <b>QUADRO 7:</b> PROGRAMAS POR PÚBLICO ALVO/ POPULAÇÃO EM GERAL E CATEGORIAS ESPECÍFICAS POSSÍVEIS DE INCLUIR A JUVENTUDE _____ | 87  |
| <b>QUADRO 8:</b> PROGRAMAS DO PPA 2004-2007 DESENVOLVIDOS PELO MDS _____  | 94  |
| <b>QUADRO 9:</b> PROGRAMAS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MDS DESTINADAS À JUVENTUDE _____                                 | 97  |
| <b>QUADRO 10:</b> DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POR ATENDIMENTO REALIZADO DE 2005 A 2007 _____                    | 112 |
| <b>QUADRO 11:</b> DO PROJETO AGENTE JOVEM NO PPA 2004-2007 DO GDF POR PÚBLICO ALVO, ANO E AÇÕES PLANEJADAS E EXECUTADAS _____   | 116 |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO  | 13        |
| METODOLOGIA   | 22        |
| <b>CAPÍTULO I: POLÍTICAS PÚBLICAS, JUVENTUDE, QUESTÃO SOCIAL E PROJETOS SOCIETÁRIOS: ESTADO DE DIREITOS X ESTADO NEOLIBERAL</b>                             | <b>33</b> |
| 1.1 O que se Entende por Política Pública   | 33        |
| 1.2 O Atual Contexto do Capitalismo e as Crises na Sociedade Neoliberal   | 36        |
| 1.3 A Condição Juvenil como Questão Social  | 45        |
| 1.4 Breve Diagnóstico da Juventude das Classes Populares  | <b>63</b> |
| 1.5 As Políticas Públicas para a Juventude na Era Lula  | 72        |
| <b>CAPÍTULO II: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO PLANO BRASIL DE TODOS: PPA 2004-2007</b>  | <b>77</b> |
| 2.1 Prioridades do Plano Brasil de Todos para a Juventude   | 78        |
| 2.2 Desvendando o Plano Brasil de Todos no contexto Assistência Social  | 92        |
| 2.2.1 <i>Programas</i>  | 96        |
| 2.2.1.1 Programa Proteção Social à Infância, Adolescência e à Juventude   | 99        |
| 2.2.1.2 Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano   | 100       |
| 2.2.2 <i>Recursos orçamentários</i>   | 105       |
| 2.2.3 <i>Participação social</i>  | 107       |
| 2.3 A Implementação da Política Pública de Juventude no Contexto da Descentralização da Política Nacional de Assistência Social: o Caso do Distrito Federal | 109       |
| 2.4 A Percepção dos Sujeitos/Atores sobre o Impacto da Política de Juventude no Distrito Federal  | 118       |
| 2.4.1 <i>Participação da sociedade e dos jovens nas políticas públicas de juventude</i>   | 119       |
| 2.4.2 <i>Os programas, projetos e serviços públicos voltados para a juventude no Distrito Federal</i>   | 124       |
| 2.4.3 <i>Orçamento público e políticas de juventude</i>   | 129       |
| CONCLUSÃO   | 133       |
| BIBLIOGRAFIA  | 146       |
| ANEXOS  | 146       |

## INTRODUÇÃO

Esta proposta se apresenta como desdobramento da pesquisa “Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas<sup>1</sup>” e incorpora síntese de pesquisa exploratória em sites da Internet e em obras de estudiosos do assunto. Adota como referência normativa a Constituição Federal, a Política Nacional de Juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica da Assistência Social.

As crescentes e profundas mudanças na sociedade mundial e, em particular, na sociedade brasileira, têm atingido, sobretudo, os jovens, deixando-os em situações de vulnerabilidade social. No entanto, o país ainda carece de legislação mais específica quando se trata da proteção à juventude. Se por um lado, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90) define a adolescência como a pessoa entre 12 e 18 anos de idade (e 18 a 21 anos em situações especiais) e estabelece diretrizes de Política Pública para esse segmento, por outro não existe uma legislação nesses moldes para a juventude acima de 18 anos que já não está sob a proteção legal do ECA.

Além do ECA, a Constituição Federal também se reporta aos adolescentes nos arts. 203, 227 e 228. Mas em relação àqueles jovens, acima de 18 anos, só recentemente a discussão começa a tomar corpo com a aprovação da Política Nacional de Juventude em 2005. Em termos da idade cronológica, a Constituição Federal menciona o termo juventude apenas

---

<sup>1</sup> A pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação e esferas públicas e políticas* foi uma pesquisa de iniciativa do IBASE e do Instituto PÓLIS, em parceria com Redes Canadenses de Pesquisa em Políticas Públicas (CPRN), e realizada por meio do trabalho em rede, em oito Regiões Metropolitanas (Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo) e no Distrito Federal. Neste, a parceria foi com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) sob a supervisão desta pesquisadora. A investigação foi desenvolvida em duas etapas. A primeira constituiu-se da aplicação de pesquisa de opinião, pelo Instituto Focus, nas oito Regiões e no DF, com o tratamento dos dados pelas equipes regionais. A segunda etapa utilizou a metodologia de “Grupos de Diálogo”, adaptada da experiência canadense, sistematizando a experiência do Distrito Federal. Conferir *Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas – relatório final*. Novembro/2005. Os produtos da pesquisa constituem-se de acervo no qual se podem destacar, além dos relatórios regionais, 3 publicações (Relatório Final, revista *Democracia Viva* e uma publicação especial voltada para gestores e legisladores intitulada “Diálogo Nacional para uma Política Pública de Juventude”.

uma vez no art. XV ao dispor que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção à infância e à juventude<sup>2</sup>.

Este estudo tem como objetivo geral analisar o processo de implementação das políticas públicas de juventude na primeira metade da Era Lula e sua relação com as demandas dos jovens das classes populares no Brasil. Do ponto de vista específico, visa construir uma matriz nacional, configurando as políticas públicas destinadas à juventude; identificar e analisar como se processa a participação dos atores na formulação e implementação das políticas públicas para esse segmento; e analisar a implementação dessa política de forma descentralizada no âmbito do Distrito Federal.

O estudo indaga e explicita as contradições em termos de como as políticas de juventude têm chegado até seus principais usuários, os jovens brasileiros, num contexto de tensão entre projetos societários de interesses distintos. De um lado, um projeto societário que embasa a recente política de juventude e que traz em seu bojo a noção de Estado de direito, atuando como regulador das relações sociais, numa perspectiva democrática, inscrito na Constituição de 1988. De outro, o Estado Neoliberal, que tem se entranhado significativamente no Estado brasileiro e o qual tem como função essencial garantir os direitos individuais sem interferir na vida pública e, sobretudo, na dimensão econômica da sociedade.

Como ponto de partida e para melhor justificar o estudo sobre as políticas públicas de juventude no período de 2004 a 2007, apresentam-se como fundamento três principais referências explicitadas abaixo.

A primeira se constitui nas contribuições da pesquisa “Juventude e Democracia: participação, esferas e políticas públicas<sup>3</sup>”, que apresenta consistente diagnóstico da situação do jovem brasileiro. A pesquisa realizada entre agosto de 2004 e novembro de 2005 buscou ouvir diferentes jovens na faixa etária de 15 a 24 anos de idade e provocar o debate acerca das condições e perspectivas com relação às políticas públicas, em particular aquelas referentes à

---

<sup>2</sup> Uma abordagem minuciosa sobre o tratamento dado à juventude na legislação brasileira e em particular no Código Civil e no Código Penal, é encontrada no Relatório Final da Comissão Especial Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude na Câmara dos Deputados Brasil (2005a).

<sup>3</sup> A pesquisa utilizou duas abordagens metodológicas: um levantamento estatístico, por meio da aplicação de questionário em amostra de universo, com 800 jovens, e um estudo qualitativo baseado na metodologia *Choice Work Dialogue Methodology – Grupos de Diálogo – com 913 jovens*. Os produtos da pesquisa constituem-se de um acervo no qual se pode destacar, além dos oito relatórios regionais, três publicações (Relatório Final, revista Democracia Viva e uma publicação especial voltada para gestores e legisladores intitulada “Diálogo Nacional para uma Política Pública de Juventude”).

educação, ao trabalho, à cultura e ao lazer, identificando os limites e as possibilidades da sua participação em atividades políticas, sociais e comunitárias.

A investigação abrangeu sete regiões metropolitanas e o Distrito Federal, realizada sob a coordenação do IBASE e do INSTITUTO PÓLIS, por meio de uma rede de instituições parceiras, desenvolvida no Distrito Federal por esta pesquisadora, e cujos resultados apresentam questões em termos da realidade do jovem das classes populares e das políticas voltadas para eles, que são instigadoras e sugestivas de aprofundamento.

A segunda referência consiste na elaboração de Matriz preliminar de programas para a juventude que inspirou a atualização e análise das políticas públicas de juventude no Brasil, nos marcos do modelo estabelecido no Plano Plurianual 2004 – 2007, também denominado Plano Brasil de Todos. Essa matriz, atualizada (cf. anexo VIII), constitui-se como principal referência para a análise das políticas públicas de juventude no período de 2004 a 2007, que compreende o referido Plano.

A terceira referência relaciona-se com a necessidade de espaços de debate sobre o agravamento da ofensiva neoliberal e sua repercussão particular na vida da juventude brasileira. Nessa perspectiva, a relevância do tema relaciona-se com as necessidades apontadas ao segmento juvenil pela atual conjuntura, além dos novos caminhos que se vislumbram às políticas de juventude no Brasil nos últimos anos.

Além dos aspectos acima mencionados, vale considerar a pouca sistematização do conhecimento sobre a implementação de políticas para a juventude que permita avaliações consistentes e subsidie o planejamento de ações, diante do contingente populacional jovem, enquanto usuários em potencial das políticas públicas. Embora se verifique uma diversidade de estudos e pesquisa sobre a juventude brasileira, como bem destaca a Política Nacional de Juventude, essas iniciativas, no entanto, são episódicas, e não oferecem aos estudiosos, pesquisadores e gestores públicos séries históricas que possibilitem a formulação de análises mais consistentes referente às transformações da sociedade brasileira no tocante à juventude.

Dessa forma, o objeto deste estudo refere-se às políticas públicas de juventude no Brasil da primeira metade da Era Lula, com ênfase para a juventude das classes populares, tendo como referência de análise o Plano Plurianual do período 2004- 2007.

O estudo leva em consideração as relações entre Estado e Sociedade e situa o debate sobre as políticas públicas de natureza social, no cenário das duas últimas décadas, tendo como centralidade a Constituição Federal de 1988 e as implicações das transformações societárias para a constituição do Estado de Direito pós 1990 no contexto da juventude.

Além da Constituição Federal, considera-se do ponto de vista legal e normativo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a Política Nacional de Juventude, além do próprio Plano Plurianual. Parte-se da hipótese central de que os movimentos sociais<sup>4</sup> foram importantes para construir a defesa de direitos sociais e direitos humanos a partir da Constituição Federal de 1988. Mas sob o contexto da tensão entre projetos societários opostos, eles não conseguiram agendar essa temática como prioridade para que ela se expressasse efetivamente no orçamento para políticas públicas de enfrentamento das demandas da juventude das classes populares.

Vale assinalar que as transformações do papel desempenhado pela sociedade civil no contexto da relação Estado e sociedade sofreram mudanças que conduziram a certa despolarização das ações da sociedade. Os “novos” movimentos sociais, a partir da década de 1990, adotam agendas e preocupações distintas de tecidos políticos mais clássicos. Nesses movimentos, é possível observar a relevância da categoria cultura; a negação do marxismo clássico, que percebe também e, sobretudo, a ação coletiva no nível macrossocial da luta de classes; a incorporação de um sujeito coletivo difuso em contraponto a um sujeito histórico predeterminado; a ampliação da política para todas as esferas da vida humana; e o fato de os sujeitos que formam os novos movimentos sociais serem percebidos com base na ação e na identidade coletiva, sendo estas constituídas no processo das lutas sociais (GOHN, 2001).

Portanto, em desdobramento da hipótese, pergunta-se: Como o Brasil é afetado nessa tensão? Até que ponto a mobilização dos movimentos sociais influenciam a Política de Juventude no Brasil? Ao mesmo tempo em que o país se situa numa condição de Estado de direito nos marcos Constitucionais, buscando reorganizar as políticas para construir o direito da juventude, com a participação e cidadania, esse modelo de Estado de direito é apunhalado pela lógica do capital e do estado neoliberal internacional, repercutindo de forma considerável

---

<sup>4</sup> Compreende-se movimento social como “a aglutinação de forças, pessoas, entidades que têm um objeto de luta, uma base de sustentação, uma estrutura organizativa, formal ou informal, mas com direção, e que são postas em andamento para realizar seus objetivos implicando reivindicações, propostas e também confrontos e negociações com forças e interesses diversos.” (FALEIROS, *et al*, 2001, p.47).

no segmento juvenil em decorrência, entre outros aspectos, o da precarização e casualização<sup>5</sup> do trabalho e desmonte de direitos.

Do ponto de vista teórico e metodológico, optou-se pelo método dialético. Para analisar o objeto de estudo, priorizaram-se como categorias centrais: Política pública, Questão social, classes populares, juventude e participação<sup>6</sup>.

Em se tratando do entendimento de política pública, observa-se que existe uma diversidade de conceitos e aqui se opta por Sposito e Carrano (2003) que, numa compreensão mais ampla, afirmam que as políticas públicas referem-se ao conjunto de ações articuladas com recursos financeiros e humanos próprios, envolvem uma dimensão temporal (duração) e certa capacidade de impacto. É importante não confundir políticas públicas com políticas governamentais. Órgãos legislativos e judiciários também são responsáveis por desenhar políticas públicas.

Compreendendo a política de juventude no âmbito da política social, concorda-se com Pereira (2001), segundo a qual, quando se fala de política social, está se falando de uma política pública e não estatal privada ou mesmo coletiva. Segundo Pereira (2001), o caráter público da política social é dado, sobretudo, porque são decisões e ações com algumas características, a saber:

- a. Revestem-se de autoridade, por possuírem base legal;
- b. Buscam efetivar direitos conquistados por segmentos da sociedade e dispostos nas leis;
- c. Orientam-se pelo princípio do interesse comum e da soberania popular, e não pela soberania dos governantes;
- d. Devem se voltar para satisfazer as necessidades sociais e não da rentabilidade econômica privada; e

---

<sup>5</sup> Pereira (1999, p.47) define precarização como o trabalho sem estabilidade e proteção social (benefícios, auxílios, pensões, aposentadorias, seguros, abonos, férias, salários suplementares), garantidos por lei; e casualização como o trabalho realizado de forma temporária e incerta, sem criar vínculos empregatícios e sem regularidade de rendimento.

<sup>6</sup>Segundo o Dicionário de Ciências Sociais, tomando como referência a sociedade em geral e os seus distintos setores de organização, a participação “*consiste simultaneamente em pertencer activamente a um conjunto de funções e poder dele beneficiar. A participação social, neste caso, será uma participação mais ou menos pronunciada na vida econômica, nas distrações, na cultura, nas responsabilidades cívicas e políticas etc. O grau de participação define então, muitas vezes uma forma de poder* (BIROU, 1982, p..295).

- e. Possuem a conotação de res publica, ou seja, coisa (res) de todos (publica).

Para Pereira (1999), a *questão social* é constituída de fatores *estruturais e históricos*. Os fatores estruturais que independem da ação política de sujeitos em determinadas situações; e a *história* a qual possui ações deliberadas e conscientes de sujeitos desejosos de modificar a sua própria história. De forma isolada, nenhum dos dois aspectos consegue suscitar a questão social, mas esta é produto e expressão da contradição fundamental entre capital e trabalho historicamente problematizada.

As classes populares<sup>7</sup> são consideradas como parte do proletariado que, na visão marxista, é entendido como “a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (MARX e ENGELS, 1988, p.66).

Sem perder de vista suas particularidades, a juventude é entendida como cidadãos, sujeitos de direitos, em seu ciclo de desenvolvimento que vai desde a adolescência, dos 12 aos 18 anos, conforme o ECA, e dos 15 aos 29 anos de idade, apresentados pela Política Nacional de Juventude. O estudo trata mais especificamente daqueles segmentos da juventude pertencentes às classes populares da sociedade e habitantes das periferias das grandes cidades.

Aqui, compreende-se a adolescência como a primeira fase da juventude. Essa diferenciação, mesmo não sendo simples, pode permitir um conhecimento mais aprofundado tanto dos adolescentes quanto dos jovens propriamente ditos, respeitando suas particularidades e suas conexões. Desse ponto de vista, é importante diferenciar a juventude, enquanto fase da vida que possui singularidades, dos sujeitos que vivem essa fase. A ordem das experiências dos jovens no Brasil é significativamente diversa e múltipla, o que implica distintas formas de viver a juventude.

---

<sup>7</sup> De acordo com o Dicionário do pensamento Marxista, o conceito de classe tem uma importância capital na teoria marxista, conquanto nem Marx nem Engels jamais o tenham formulado de maneira sistemática. Num certo sentido, ele foi o ponto de partida de toda a teoria de Marx, pois foi a descoberta do PROLETARIADO como ‘a idéia no próprio real’ – uma nova força política engajada em uma luta pela emancipação – que fez Marx voltar-se diretamente para a análise da estrutura econômica das sociedades modernas e de seu processo de desenvolvimento (GUIMARÃES, 1988, p..61). O Dicionário assinala que para Marx e Engels, a classe operária, na sua luta contra a burguesia, era a força política que realizaria a destruição do capitalismo e uma faria a transição para o socialismo.

Tomando como referência a sociedade em geral e os seus distintos setores de organização, a participação:

Consiste simultaneamente em pertencer activamente a um conjunto de funções e poder dele beneficiar. A participação social, neste caso, será uma participação mais ou menos pronunciada na vida econômica, nas distrações, na cultura, nas responsabilidades cívicas e políticas etc. O grau de participação define então, muitas vezes uma forma de poder (BIROU, 1982, p.295).

Os instrumentos de coleta de dados privilegia a pesquisa documental, a entrevista semiestruturada e o diário de campo. Para efeito de organização e análise dos dados, construiu-se uma matriz dos programas federais e recorreu-se à análise de conteúdo para analisar as falas dos atores entrevistados. Finalmente, os dados foram interpretados à luz da hermenêutica dialética.

Cabe assinalar que a pesquisa desenvolvida, no entanto, reafirma e revela outras tantas categorias com que se poderia trabalhar, mas no entanto, na impossibilidade de abarcar o universo das questões que tratam da juventude, optou-se por aquelas acima relacionadas.

Compreende-se que, ao se tratar de políticas públicas, em particular daquelas voltadas para a juventude, faz-se necessário analisá-las, considerando a conjuntura da relação entre Estado e Sociedade e, neste âmbito, compreendendo as alterações que sofreram as políticas públicas no Brasil na nova conformação do estado global, e do estado neoliberal com sua tônica de supressão da participação social e as implicações decorrentes explícitas na diminuição do Estado brasileiro e na agudização das desigualdades sociais. Afinal, como essa situação impacta na vida da juventude brasileira?

Em se tratando dos jovens das classes populares em particular, facilmente reconhecido no âmbito dos segmentos desprotegidos referidos por Neto (1996), também progressivamente vem se sobressaindo no cenário das “vulnerabilidades” com situações que passam desde a exclusão do mercado de trabalho àquelas específicas como a violência, uso/tráfico de drogas, Aids, conflito com a lei etc.

É importante enfatizar que, neste estudo, enquanto pesquisa, , faz-se uma aliança com a juventude a partir de uma leitura crítica da realidade social sob o ponto de vista das políticas públicas. Portanto, aqui se compreende como necessário examinar de início e com

maior precisão, como se desenvolve essa tensão entre o Estado e a sociedade, por meio de uma leitura de conjuntura da década de 1990, tendo por base a leitura macro do Estado neoliberal.

Empreende-se o exercício de deslocamento das situações particulares para a compreensão geral da realidade social e se analisa nessa relação como as políticas públicas foram alteradas frente às transformações societárias que ocorreram mundialmente e que o que se apresenta como resposta para essas transformações societárias é o estado neoliberal.

Esse exercício permite compreender como no Estado neoliberal as transformações societárias mundiais se articulam dentro do Estado brasileiro e como é que ocorre o seu impacto na vida da juventude, evidente nas situações acima mencionadas que reafirmam a condição de classe social, de raça, de gênero, de discriminação, de desigualdades sociais etc. Sob o ponto de vista da ordem neoliberal, a concepção de política pública vai naturalizando a discussão da precarização das relações de trabalho da juventude, as desigualdades de acesso das políticas públicas por esse segmento, a discriminação e os estigmas.

A questão da classe social remete ao trabalho precarizado e a outras formas de exploração do trabalho, como por exemplo, a inserção no narcotráfico, no trabalho informal, etc. Nessa perspectiva, esses impactos vão reafirmando categorias que até então pareciam estar superadas frente ao discurso de desenvolvimento e ao crescimento sobre a égide dos direitos humanos. Ou seja, observa-se que o discurso dos direitos humanos impresso na Carta Magna de 1988 procedeu a uma inversão de perspectiva no processo das transformações societárias. Em síntese, tais transformações empreenderam uma inversão nas perspectivas das políticas públicas no contexto da Constituição de 1988 e demais normativas que regulamentariam a ação do Estado.

Dessa forma, o estudo aborda as políticas públicas de juventude na primeira metade da Era Lula, analisando a tensão entre projetos societários distintos, aprofundado com o avanço da ofensiva neoliberal e compreendendo a relação entre Estado e sociedade na conjuntura brasileira das duas últimas décadas sem perder de vista as transformações societárias globais que regerão os estados liberais e que repercutem junto aos estados e nações.

Este trabalho está dividido em dois grandes capítulos, além da introdução, da metodologia, da conclusão, bibliografia e anexos. O primeiro capítulo trata de fundamentar o

estudo em três momentos inter-relacionados: o entendimento de política pública; o contexto do atual e complexo ciclo de desenvolvimento do capitalismo, de corte neoliberal; e as mazelas que ele impõe à humanidade, na perspectiva de construção da democracia no Brasil- os aspectos que caracterizam as demandas da juventude das classes populares brasileira à luz da questão social e na conjuntura da Era Lula.

O segundo capítulo aborda quatro itens: analisa as políticas destinadas à juventude à luz do Plano Plurianual (PPA 2004-2007) na perspectiva de configurar um panorama dos programas federais, do orçamento e da participação; aborda o processo de implementação das políticas públicas de juventude no âmbito da assistência social; analisa a implementação da política de assistência social, de forma descentralizada, no Distrito Federal; e analisa a percepção dos atores envolvidos na política de juventude no âmbito do Distrito Federal sobre os programas, o orçamento e a participação.

## METODOLOGIA

Este estudo sobre Políticas Públicas de Juventude se apresenta como espaço de aprofundamento da temática da juventude, ao qual esta autora vem se dedicando em termos de estudos e pesquisas<sup>8</sup> nos últimos dez anos e, em particular, como forma de desdobramento da pesquisa “Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas”. Assume como base legal e normativa a Constituição Federal de 1988, as convenções internacionais, a Política Nacional de Juventude e o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica da Assistência Social.

A metodologia utilizada orienta-se por uma visão crítica do Materialismo histórico<sup>9</sup>. De acordo com essa perspectiva,

O componente dialético, afirma que a realidade concreta não é uma substância estática numa unidade indiferenciada, mas uma unidade que é diferenciada e especificamente contraditória: o conflito de contrários faz avançar a realidade num processo histórico de transformação progressiva e constante, tanto evolucionária como revolucionária, e em suas transformações revolucionárias ou descontínuas, dá origem a novidade qualitativa autêntica (GUIMARÃES, 1988, p.259).

Sob esse ponto de vista, o caminho a percorrer busca trazer à tona as contradições que fazem parte da natureza da relação entre a juventude e o projeto societário (ético-político) de construção de direitos regulamentados por normativas para esse segmento social.

Busca-se captar a discussão das Políticas Públicas de Juventude, considerando o seu movimento histórico, delimitando para efeito de análise as duas últimas décadas, quando a questão da juventude emerge no debate e nas pautas de discussão da sociedade. Dessa forma, as políticas públicas e aqui, especificamente, aquelas da área social destinadas à juventude das classes populares, situam-se como expressão contraditória da realidade, que é a unidade dialética do fenômeno e da essência (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.39).

---

<sup>8</sup> Costa (2009); Costa (2006); Faleiros, Pranke *et al* (2000); Costa (1999).

<sup>9</sup> As leis fundamentais do materialismo dialético são: (1) a lei da transformação da quantidade em qualidade, segundo a qual as mudanças quantitativas dão origem a mudanças qualitativas revolucionárias; (2) a lei da unidade dos contrários, que sustenta que a unidade da realidade concreta é uma unidade de contrários ou contradições; (3) a lei da NEGAÇÃO da negação, que pretende que, no conflito de contrários, um contrário nega o outro e é, por sua vez, negado por um nível superior de desenvolvimento histórico que preserva alguma coisa de ambos os termos negados (processo por vezes representado no esquema triádico de tese, antítese e síntese) (GUIMARÃES, 1988, p.259).

Parte-se do entendimento e do reconhecimento, como bem aponta Pereira (2006), que se convive atualmente com um conjunto de inseguranças sociais peculiares a um novo formato de sociedade, denominada de pós-industrial. E compreende-se, como chama atenção a autora, que, se antes os riscos ligados ao ciclo de vida das pessoas localizavam-se, sobretudo, na infância e na velhice, atualmente a situação é bem diversa e esses riscos tendem a se estender a todos, incluindo de maneira particularmente perversa, os jovens e as mulheres.

Atentando-se para as particularidades das intempéries da condição juvenil que, não obstante, são agravadas para aqueles jovens das camadas populares, é importante se atentar que um número considerável desses jovens está fora da escola, com defasagem no fluxo escolar, e sequer ingressa no mercado de trabalho ou se submete ao trabalho informal e precarizado, além de lhe ser negado o direito de outros aspectos necessários ao desenvolvimento integral como a saúde, a cultura, o esporte, o lazer etc., aumentando de forma considerável as situações de vulnerabilidade como, por exemplo, aquelas que envolvem distintas formas de violências e o uso de drogas, apresentando como perspectiva de vida a esse segmento juvenil, o espaço das gangues, das unidades de internação para adolescentes ou os presídios e, não raro, a morte.

Em síntese, a situação dos jovens, e em particular daqueles das classes populares da sociedade, entre outras demonstradas por Pereira (2006), indica a existência de formas de vida cada vez mais contrastantes entre ricos e pobres e resulta do fato de que a satisfação de necessidades sociais e a garantia de oportunidades fundamentais de significativos setores da população estão sendo progressivamente negligenciadas.

Na perspectiva de assumir uma postura de resistência madura e responsável diante desse cenário histórico atual, compartilha-se com o pensamento de Pereira (2006) que propõe, como fundamental, resgatar um método de compreensão dessa realidade globalizada que relacione estrutura e história e possibilite explicitar as profundas desigualdades sociais, suas contradições e mitos e, nesse contexto, de um lado, desvendar a realidade da juventude brasileira, com ênfase nos jovens das camadas populares do Distrito Federal e, de outro, analisar a hermenêutica das contradições explícitas e implícitas nas políticas públicas de juventude.

Dessa forma, foram eleitas algumas categorias de análise, entendendo-as não como uma camisa de força, mas como mediação estratégica no desvelamento do real, tais

como, política pública, questão social, classe social, juventude e as categorias específicas de programas, orçamento e participação social para a análise do Plano Brasil de Todos, visto que são categorias utilizadas pelo referido Plano.

Em mapeamento preliminar resultante de uma primeira aproximação com as fontes de pesquisa (pela Internet e por meio de levantamento documental<sup>10</sup>), foi possível levantar alguns aspectos sobre os programas e ações do governo federal para os jovens, configurando uma Matriz preliminar

Entretanto, dadas as divergências do número e modalidades de programas, públicos entre as distintas fontes<sup>11</sup>, optou-se por adotar como referência de análise, o Plano Plurianual 2004 – 2007, também conhecido como Plano Brasil de Todos que abarca o primeiro mandato do Presidente Lula, organiza as ações governamentais por um período a médio prazo e contempla as principais informações a serem analisadas, como os programas, os recursos e a participação social cuja matriz encontra-se no anexo VIII.

## **A) INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS**

A proposta foi desenvolvida em três momentos simultâneos e de acordo com o processo de pesquisa, a saber: uma pesquisa exploratória, a pesquisa de campo e a organização, a análise e o tratamento dos dados. Visando uma maior delimitação do campo de pesquisa, foi feito o levantamento de dados secundários, quantitativos e qualitativos com o uso de documentos oficiais, em sua grande maioria, disponibilizados publicamente na internet, em sites que constam na bibliografia deste estudo. Compartilhando com o pensamento expresso no estudo da UNESCO (2004), vale enfatizar que a opção pela utilização de dados amplamente divulgados e acessíveis ao público interessado permite o exercício do controle social, a partir das informações disponibilizadas.

---

<sup>10</sup> O principal documento para a construção desta Matriz preliminar foi o Guia de Políticas Públicas de Juventude, publicado em 2006 pela Secretaria-Geral da Presidência da República. O documento, que se propõe a apresentar os *principais programas, em desenvolvimento nas mais diferentes localidades do país, que têm o jovem como público-alvo prioritário*, não contempla alguns programas como o Programa Saúde de Adolescentes e Jovens que consta do site do Ministério da Saúde, o Projeto Sentinela, destinado a crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República etc.

<sup>11</sup> Brasil/IPEA (2007); Guia de Políticas para a Juventude (2006); UNESCO (2004); programas divulgados nos sites dos órgãos federais.

Para a coleta de dados, priorizou-se a elaboração da matriz<sup>12</sup> que possibilita configurar o panorama das políticas públicas de juventude em nível federal, enfatizando aquelas no âmbito da assistência social e entrevistas semiestruturadas que complementam e qualificam a análise da implementação das políticas de juventude no Distrito Federal e, de forma articulada, vão possibilitar a sustentabilidade empírica às reflexões teóricas e metodológicas, julgadas nesse primeiro momento como caminho facilitador de uma construção crítica do conhecimento que ora se apresenta.

#### **a) A matriz**

A matriz de programas<sup>13</sup> para a juventude é um instrumento que, além de disponibilizar de forma ordenada um conjunto de programas, ações e projetos executados no período de 2004 a 2007 pelo governo federal, permite a apresentação de aspectos quantitativos de forma a subsidiar a leitura do enfrentamento às demandas da juventude por meio de políticas públicas. Do ponto de vista das categorias que constituem os distintos programas ordenados na matriz, destacam-se: o órgão responsável, o programa, a modalidade, o público alvo, os objetivos, os recursos, a participação social, os indicadores e as atividades.

Essa leitura não está dissociada de uma análise das dimensões política, econômica e social que implica uma análise crítica da oferta de políticas públicas por meio dos programas implementados pela rede pública de proteção social que, no âmbito da política de assistência social, operacionaliza-se de forma descentralizada e em níveis de proteção social básica e proteção social especial por meio dos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS e dos Centros de Referência Especializados – CRES, respectivamente.

É importante enfatizar que as categorias da matriz em estudo classificam e reordenam as ideias ou termos, conteúdos, e, no caso em questão, os programas, ao mesmo tempo em que ajudam a disponibilizar com maior clareza os programas que são implementados pelo governo federal via as políticas públicas. Dada à amplitude das categorias constitutivas do PPA, delimitaram-se, como universo de análise, os programas, os recursos financeiros, a participação social, o público alvo, além de outros constantes da

---

<sup>12</sup> A matriz aqui é entendida como um quadro no qual se disponibiliza de forma ordenada um conjunto de programas executados no período de 2004 a 2007 pelo governo federal no contexto do governo Lula.

<sup>13</sup> O PPA 2004-2007 terá como elemento organizativo central de sua implementação o programa compreendido como “um conjunto articulado de ações (projetos, atividades e operações especiais) e uma composição de entidades e pessoas envolvidas em sua realização” (BRASIL, 2003a, p.35).

matriz, acima referidos, que, articulados com categorias sociopolíticas e econômicas, sejam capazes de construir uma leitura crítica do quadro referencial mencionado.

Para tanto, trabalhou-se com fontes secundárias articuladas com fontes primárias para uma leitura crítica da realidade, explicitando as contradições envolvidas. Nas fontes secundárias, optou-se por documentos oficiais como planos, relatórios e outros documentos e nas fontes primárias, por entrevistas com atores envolvidos com as políticas de juventude no âmbito governamental e não governamental.

Entre os documentos do PPA, adotou-se como fonte principal, em nível federal, o Plano Brasil de Todos (PPA 2004–2007),<sup>14</sup> e, em nível distrital, o PPA 2004–2007 do Governo do Distrito Federal. A análise, por opção metodológica e por contingências do tempo, ateu-se aos programas apresentados nos diversos Relatórios do Plano analisados, seja em nível federal, seja em nível distrital e apenas em situações específicas se recorreu aos programas na forma como foram aprovados inicialmente no legislativo, no Plano Federal e no Plano Distrital. É certo que alguns programas foram incorporados e outros excluídos nos processos de revisão do PPA. No entanto, vale considerar que não foi feita uma análise comparativa entre os programas previstos no Plano inicial e aqueles que constam no Relatório Final do PPA.

A Análise do PPA 2004–2007 – Plano Brasil de Todos \_adotou como referência a Mensagem Presidencial, a Lei Orçamentária Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 e seus anexos: Orientações Estratégicas de Governo (Anexo I); Programas de Governo (Anexo II); Órgãos responsáveis por programas de governo (Anexo III) e os Programas Sociais (Anexo IV). Além desses, utilizou-se como fonte de análise o Relatório e o Plano de Gestão do PPA. Todos os documentos do Plano utilizados constam da bibliografia ao final deste trabalho.

O Relatório do Plano apresenta versão estruturada em 27 cadernos específicos, por órgãos. Foram examinados genericamente, para efeito desta análise, aqueles referentes aos órgãos federais que constam na matriz, para configurar o panorama nacional dos programas para a juventude e, em particular, o caderno de número 1(geral), 17 (do Ministério do Desenvolvimento Social) e 26 (das Secretarias Especiais) que analisam de forma mais detida os programas da área da assistência social.

---

<sup>14</sup> O PPA 2004–2007 constitui-se de um acervo de documentos, entre os quais, o próprio Plano, a Mensagem Presidencial, os Relatórios de Avaliação, os anexos dos programas e dos relatórios, as leis de revisão do Plano. Todos os documentos do PPA foram adquiridos por meio do site : [www.planobrasil.gov.br](http://www.planobrasil.gov.br).

O Caderno 1 constitui a avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que fundamentaram a elaboração do Plano Plurianual, bem como avalia os resultados consolidados do PPA 2004-2007, incluindo a Estratégia de Desenvolvimento, o Cenário de Crescimento, as Metas Prioritárias, os Megaobjetivos (3) e os Desafios (30) estabelecidos para o período por ocasião do envio da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional.

Os Cadernos 2 a 27 - nos quais estão incluídos os que foram examinados – constituem as avaliações de programas do tipo finalístico e serviço ao Estado<sup>15</sup>, agrupadas por órgão setorial, obtidas por meio do ponto de vista dos gerentes de programas e suas equipes, com a coleta de informações na ótica de autoavaliação, por meio de roteiros de questões respondidas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (BRASIL, 2003c, p.14).

A análise do PPA 2004–2007 do Governo do Distrito Federal<sup>16</sup>, com vista a analisar a implementação da política de assistência social voltada para a juventude no DF, privilegiou os Relatórios Anuais de Cumprimento das Metas. Foram analisados os programas da área da assistência social dos anos-base 2004, 2005, 2006 e 2007, com destaque para o projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social.

É importante explicar, como se verá adiante, que, dada à limitação e fragilidade dos dados apresentados no PPA do GDF, recorreu-se a Relatórios de Atividades elaborados pela Secretaria de Planejamento e Gestão do GDF.

De antemão, destacam-se na análise dos documentos oficiais do GDF informações contraditórias na análise das ações além da recorrência a termos conservadores e ultrapassados como “menor” para designar adolescente. Na execução dos recursos, a análise ateu-se apenas aos recursos autorizados e àqueles liquidados.

## **b) As Entrevistas**

---

<sup>15</sup> **Programa Finalístico** - Programa que resulta em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade. **Programa de Serviços ao Estado** - Programa que resulta em bens ou serviços ofertados diretamente ao Estado, por instituições criadas para esse fim específico. **Programa Finalístico** - Programa que resulta em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade (BRASIL, 2004b, p.47).

<sup>16</sup> Lei nº 3.157/03, alterada pelas Leis nº 3.853, 3.854 e 3.935/06. Os documentos do PPA do GDF foram adquiridos por meio dos sites: [www.seplag.df.gov.br](http://www.seplag.df.gov.br) e [www.sedest.gov.br](http://www.sedest.gov.br) Foram feitas solicitações de informações complementares por telefone e e-mail com assessores das Secretarias de Planejamento e de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do GDF, mas apenas a primeira respondeu às solicitações.

A entrevista é uma das técnicas mais comumente utilizadas. Para Minayo (1995), ela é uma conversa a dois com propósitos bem definidos. A entrevista pode ser de natureza individual e/ou coletiva; caracteriza-se, em um nível, por uma comunicação verbal que reafirma a relevância da linguagem e do sentido da fala, em outro, por servir como um instrumento de coleta de dados referente a certo tema científico; por meio dela é possível obter dados objetivos e subjetivos; pode ser estruturada, com perguntas pré-definidas, e não-estruturada (ou abertas), com a abordagem livre pelo informante do tema proposto.

Haguette (1995) vai mais além e define a entrevista como um processo de interação social entre entrevistado e entrevistador, no qual o entrevistador tem por objetivo adquirir informações do entrevistado. As informações são obtidas por meio de um roteiro com pontos ou tópicos definidos previamente.

Esta autora identifica quatro componentes que constituem o processo de interação: o entrevistador, o entrevistado, a situação da entrevista e o instrumento de captação dos dados. Alerta ainda que esses componentes estão inter-relacionados e que nenhum deles faz sentido separados da totalidade. No seu entendimento, a problematização desses componentes é importante para que se reconheçam as virtualidades da informação que é obtida por meio desse processo e se possa, simultaneamente, minimizar as possibilidades de desvio mediante instrumentos de controle que poderão ser impostos aos fatores que constituem a entrevista acima referidos (HAGUETTE, 1995).

Finalizando, Haguette observa que a entrevista também está submetida aos cânones do método científico, cabendo destacar dentre eles a busca da objetividade<sup>17</sup>. Embora consciente de que a objetividade, enquanto tentativa de captação do real é um ideal intangível, deve-se sempre fazer uma leitura aproximada desse real.

Neste estudo, as entrevistas semi-estruturadas com roteiro de orientação (vide Anexo VII) tiveram como objetivo configurar a percepção de atores envolvidos com as políticas públicas de juventude sobre a relação entre a juventude das classes populares e Políticas Públicas de Juventude no Distrito Federal. Optou-se especificamente por aqueles atores que lidam diretamente com a implementação da política, sejam de órgãos governamentais, não governamentais, entidades de defesa de direitos ou dos próprios jovens.

---

<sup>17</sup>Demo entende que não existe o critério da *objetividade*, já que não há conhecimento objetivo, mas o substitui por *objetivação* que seria essa busca da objetividade enquanto tentativa de descobrir a realidade tal como é (DEMO, 1995).

Foram gravadas e analisadas oito (08) entrevistas a saber: com técnicos de CRAS (02); educador de escola da rede pública (01) e de projeto não governamental (01); representantes de entidades de defesa de direitos (02); e lideranças de grupos juvenis (02). Os critérios estabelecidos foram o envolvimento com as políticas públicas de juventude na implementação e/ou no controle social e a disponibilidade das pessoas em serem entrevistadas.

Foram feitas algumas indagações aos sujeitos entrevistados baseadas em um roteiro básico para que respondessem livremente. As perguntas tiveram como eixo central os temas da participação social, dos programas e serviços públicos e do orçamento público. Foram analisadas as falas dos 08(oito) entrevistados, selecionadas aquelas de maior recorrência e melhor manifestação da percepção dos sujeitos. Para efeito de análise, o nome dos entrevistados foi substituído por números.

As falas dos entrevistados expressam suas percepções e pontos de vista compreendidos como um conjunto de conceitos, proposições organizados no cotidiano no processo de comunicações interpessoais e no trato com as questões referentes à juventude e às políticas a eles direcionadas. Nessa perspectiva, os entrevistados apresentam pontos de vista comuns, alguns se complementam, mas apresentam também pontos de vista distintos. Basicamente não se perceberam divergências nas percepções.

### **c) A pesquisa bibliográfica e o diário de campo**

A pesquisa bibliográfica incluiu distintos autores e instituições que discutem e produzem conhecimentos relativos à juventude, às Políticas Públicas em geral e às políticas de juventude em específico. Em particular, vale destacar Pereira, Faleiros, Behring, Ibase e o Instituto Pólis. O diário de campo foi utilizado para anotações de comentários, registro de impressões e observações durante as entrevistas; registro de informações, dados, dúvidas e contradições dos documentos analisados para posterior checagem. Por fim, há que se destacar a pesquisa documental, via internet, priorizando os documentos oficiais do governo federal e distrital.

## **B) ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Para organização e análise dos dados das entrevistas, recorreu-se à análise de conteúdo delas. De acordo com Chizzotti, (2006, p.114), a análise de conteúdo “consiste em relacionar a frequência da citação de alguns temas, palavras ou ideias em um texto para medir o peso relativo atribuído a um determinado assunto, pelo autor”. Por meio da transcrição de entrevistas com categorias pré-definidas (programas e serviços, participação social e orçamento) que qualifiquem a análise e testem as hipóteses da Tese, foram priorizados temas, palavras e trechos com descrição ideológica do conteúdo relacionados com as categorias pré-definidas, interpretativas de opinião e valores.

Dessa forma, para tratamento dos dados, optou-se por uma análise à luz da Matriz, com suas respectivas categorias pré-determinadas e das entrevistas, com a fala dos atores. Os dados coletados no processo de pesquisa receberam tratamento e estão armazenados em banco de dados para fundamentar a leitura e análise em dois níveis: no primeiro, a construção do estado de arte, tratando das políticas públicas e da juventude no contexto da realidade social e, no outro, das políticas públicas para a juventude no âmbito do Plano Brasil de Todos, o lugar da juventude na assistência social, com destaque para os programas, para o orçamento para a participação social e para a implementação dessa política no Distrito Federal, situando a discussão do programa Agente Jovem, tal como se apresenta no PPA distrital, além da percepção dos atores envolvidos na análise das políticas públicas de juventude.

### **C) INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

Este estudo, contribuindo para o aprofundamento dos estudos sobre política pública de juventude, e como uma contribuição a mais, pretende, mediante a hermenêutica dialética, analisar o discurso dos sujeitos em relação às políticas públicas de juventude. A hermenêutica, mediante a compreensão, procura o sentido do texto, evidenciando, do ponto de vista da dialética, aspectos das contradições expressas nas entrevistas como forma de complementar a percepção acerca das políticas públicas de juventude.

Tendo em vista a diversidade de procedimentos possíveis para tratamento de dados, optou-se pela hermenêutica *como* “metodologia de interpretação que se volta para a compreensão das formas e conteúdos da comunicação humana em sua complexidade e simplicidade” (DEMO, 1995, p.249), combinada à dialética que, como postura interpretativa e do ponto de vista histórico, “toma como centro da análise a prática social, a ação humana, e a

considera como resultado de condições anteriores, exteriores, mas também como práxis” (MINAYO, 1996, p.232).

Concordando com Minayo (1996), entende-se que a hermenêutica dialética se apresenta como um “caminho do pensamento”; e, pela sua capacidade de realizar uma reflexão fundamental que ao mesmo tempo não se separa da *práxis*, pode-se afirmar que o casamento das duas abordagens deve preceder e iluminar qualquer trabalho científico de compreensão da comunicação.

Inicialmente, para definir o que é a hermenêutica, busca-se o pensamento de Gadamer analisado por Demo (1995) e Minayo (1996). Demo enfatiza que hermenêutica,

[...] se refere à arte de interpretar textos e, sobretudo à comunicação humana. Parte da constatação de que a realidade social, e nela, sobretudo o fenômeno da comunicação humana, possui dimensões tão variadas, nuançadas e mesmo misteriosas, que é mister atentar não só para o que se diz, mas igualmente para o que não se diz (DEMO, 1995, p.247).

A hermenêutica se especializa em perscrutar o sentido oculto dos textos, certa de que no contexto pode haver mais do que no texto. Para o entendimento desse sentido oculto, é necessário conhecer antecedentes, o passado, a cultura construída, a forma particular de ser, a circunstância momentânea (DEMO, 1995). Para Demo, a hermenêutica utiliza como estratégia fundamental a “compreensão”, como relação dialógica que nada reduz a objeto e requer do intérprete empatia, capacidade de colocar no lugar. Nesse sentido, compreende um texto, menos pelo desvendamento de sua gramática e mais porque, imaginando-se no lugar de quem escreveu ou disse, diria da mesma maneira ou de maneira diferente.

Quanto ao entendimento de dialética, de antemão, Minayo ressalta a importância de “distingui-la e fazer sobre ela uma leitura ‘hermenêutica’, no sentido de que o conceito de dialética é historicamente construído, tomando diversas conotações tal como é usado dentro de diferentes marcos teóricos e desenvolvidos por autores diferentes” (MINAYO, 1996, p.223-224).

A autora ressalta que um estudo crítico procura um método no qual a interpretação seja transformação e vice-versa, e que assegure a imbricação entre método e coisa. Isso implica, por um lado, a recusa da totalidade metafísica e, por outro, a afirmação da noção da totalidade que se faz no processo e que é operada também no trabalho teórico. O

último aspecto enfatiza o condicionamento histórico do pensamento, da reflexão e os determinismos materiais da ideologia.

A união da hermenêutica com a dialética leva a que o intérprete busque entender o *texto*, a *fala*, o *depoimento* como resultado de um processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem) ambos os frutos de múltiplas determinações, mas com significado específico. Esse *texto* é a representação social de uma realidade que se mostra e se esconde na comunicação, onde o autor e o intérprete são parte de um mesmo contexto ético-político e onde o acordo subsiste ao mesmo tempo em que as tensões e perturbações sociais (MINAYO, 1996, p.227-228).

Minayo observa que, apesar das dificuldades, a hermenêutica dialética constitui o método com maior capacidade de interpretação mais aproximada da realidade. No plano concreto, a interpretação apresenta duas dimensões. A primeira refere-se ao contexto socioeconômico do grupo social em estudo que compõe o referencial teórico-fundamental para a análise. Constitui a dimensão da totalidade como realidade objetiva. No momento de interpretação dos dados, o sentido da totalidade diz respeito à dimensão das determinações e do recurso interpretativo pelo qual se procura revelar as conexões que a vivência empírica mantém com o plano das relações fundamentais.

A segunda dimensão se reporta à apreensão do movimento contraditório, dinâmico, inacabado e em constante projeção. Nessa segunda dimensão interpretativa, encontra-se o marco de saída e o de chegada de um processo de investigação. Aqui,

A interpretação exige elaboração de Categorias Analíticas capazes de desvendar as relações essenciais, mas também de Categorias Empíricas e Operacionais capazes de captar as contradições do nível empírico em questão. A partir dos dados colhidos e acumulados, o investigador se volta para os fundamentos da teoria para uma reflexão sobre os conceitos iniciais, para colocação em dúvida das idéias evidentes. Assim ele constrói uma nova aproximação do objeto: o pensamento antigo que é negado, mas não excluído, encontra outros limites e se ilumina na elaboração presente. O novo contém o antigo incluindo-o numa nova perspectiva (MINAYO, 1996, p. 233).

Essa segunda dimensão é o momento hermenêutico, em que, de forma provisória, para fins analíticos, utiliza-se o material de representação social como um conjunto separado, a ser tecnicamente analisado. Para finalizar, concordando com Minayo, entende-se que qualquer processo de investigação deve vislumbrar um vínculo estratégico com a realidade e, no caso particular das políticas públicas de juventude, afirma-se que ele deve contribuir para elucidar as contradições inerentes ao sistema capitalista que se reflete no modelo de políticas excludentes.

## **CAPÍTULO I: POLÍTICAS PÚBLICAS, JUVENTUDE, QUESTÃO SOCIAL, E PROJETOS SOCIETÁRIOS: ESTADO DE DIREITOS X ESTADO NEOLIBERAL**

O objeto deste estudo refere-se às políticas públicas de juventude tendo como referência de análise o Plano Plurianual do período 2004- 2007, também conhecido como Plano Brasil de Todos. O período em estudo abrange a quase totalidade do primeiro mandato do Governo Lula, eleito com base em discurso programático de caráter democrático e popular.

O estudo leva em consideração as relações entre Estado e Sociedade e situa o debate sobre as políticas públicas de natureza social, no cenário das duas últimas décadas, tendo como centralidade a Constituição Federal de 1988 e as implicações das transformações societárias para a constituição do Estado de Direito pós 1990 no contexto da juventude.

Portanto, este capítulo trata de fundamentar o estudo em cinco momentos inter-relacionados: o primeiro aborda o entendimento de política pública; o segundo trata de situar o atual e complexo ciclo de desenvolvimento do capitalismo, de corte neoliberal e as mazelas que ele impõe à humanidade, na perspectiva de construção da democracia no Brasil; o terceiro momento destaca aspectos que caracterizam as demandas da juventude das classes populares brasileira à luz da questão social (terceiro item), e de um breve diagnóstico da juventude (quarto item), finalizando com um quinto item destacando a conjuntura da Era Lula.

### **1.1 O que se Entende por Política Pública**

Na compreensão de políticas públicas, e aqui, com um recorte para aquelas de caráter social, toma-se como referência a concepção estabelecida na Constituição Federal de 1988, que destaca a participação social e a descentralização político-administrativa das políticas públicas.

Tal ressalva se faz necessária para reafirmar que as políticas públicas assumem como pano de fundo a tensão entre projetos societários distintos. Compreende-se que visões distintas de Estado e de sua relação com a sociedade indicam como ele se depara com as

questões sociais, a forma de respostas a elas e, em particular, indicam a concepção de política pública de natureza social.

Historicamente, as diversas sociedades desenvolveram suas próprias práticas, mecanismos e organizações referentes aos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Tais práticas se relacionam intimamente com a forma como se estabelece o poder vigente, as formas como se organiza o setor público e as distintas concepções de modelo de Estado, podendo se desenvolver de forma centralizada ou descentralizada.

De acordo com Calmon (2006), há uma dinâmica subjacente às políticas públicas que está intimamente relacionada à trajetória dos Estados e que vincula variáveis de ordem econômica, social e política. Para esse autor, embora historicamente, muitas análises isoladas referentes à atuação dos governos foram sendo propostas; somente no século XIX esses estudos passam a ser orientados de maneira mais sistemática e organizada.

Além disso, o debate sobre as políticas públicas se intensifica no decorrer da primeira metade do século XX, no contexto de intenso otimismo a respeito da capacidade do Estado gerir a economia, promover o desenvolvimento econômico e social e, sobretudo, reduzir a pobreza.

Nesse contexto histórico, surgem novas abordagens sobre políticas públicas com distintos pontos de vista sobre o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Assim, não existe uma única definição em termos do significado de políticas públicas, mas existem variações de conceitos.<sup>18</sup> Nas últimas décadas observou-se o ressurgimento da importância da área do conhecimento referente às políticas públicas, bem como das instituições, das normas e dos modelos que norteiam a decisão, a formulação, a execução e a avaliação.

Moreno (2000) entende política pública (*public policy*) como uma resposta da administração pública a um tema de interesse do cidadão. São, portanto, para ele, a expressão

---

<sup>18</sup> Calmon (2006); Sousa (2006); Sposito e Carrano (2005); Holfling (2001); Moreno (2000); Muller e Surel (1998); Rua (1998); Kingdon (1995).

de ideias sobre como atingir os objetivos pretendidos e dos procedimentos para definir consensos e resolver conflitos.

Atualmente, no Brasil, vem crescendo a quantidade de estudiosos das políticas públicas. Para Calmon (2006), uma política é considerada pública quando inclui um conjunto de problemas e atividades que não pertencem necessariamente à área privada, e que necessitarão da regulação ou a intervenção do governo ou de toda a sociedade.

Para Rua (1998), políticas públicas “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores, ou um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos”. A autora contrapõe à noção de “problemas políticos” o termo “estado de coisas.” No seu entendimento, só quando atingem a condição de problemas de natureza política e são pautados na agenda pública, determinados processos de natureza social deixam de se constituir em um “estado de coisas”.

Sposito e Carrano (2003), em sua compreensão mais ampla, afirmam que a ideia de políticas públicas está relacionada com um conjunto de ações articuladas com recursos financeiros e humanos próprios, envolve uma dimensão temporal (duração) e certa capacidade de impacto. É importante não confundir políticas públicas com políticas governamentais. Órgãos legislativos e judiciários também são responsáveis por desenhar políticas públicas. Para os mesmos autores,

Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relação entre o Estado e a sociedade civil em sua constituição. Situa-se também, no campo de conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública, orientações e os recursos destinados a sua implantação (SPOSITO e CARRANO, 2003, p.17).

Em síntese, para Holfling (2001, p.38), “o processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo”. No seu entendimento, as formas de organização, o poder de pressão e a articulação de distintos grupos sociais no processo de definição e reivindicação de demandas são aspectos essenciais na conquista de novos e mais amplos direitos sociais, incorporados ao exercício da cidadania.

Nessa perspectiva, no âmbito das políticas públicas, nas últimas décadas, ampliou-se o debate sobre aquelas de caráter social<sup>19</sup>, no contexto das lutas pela democratização do Estado e da sociedade civil no Brasil, além das bandeiras de lutas incorporadas na Constituição Federal de 1988, que consolidou conquistas e ampliou direitos sociais<sup>20</sup>. Dessa forma, concordando com Pereira (2001), quando se fala de política social, está se falando de uma política pública, e não estatal, privada ou mesmo coletiva. Segundo Pereira (2001), o caráter público da política social é dado, sobretudo, porque são decisões e ações com algumas características, a saber:

- a) Revestem-se de autoridade, por possuírem base legal;
- b) Buscam efetivar direitos conquistados por segmentos da sociedade e dispostos nas leis;
- c) Orientam-se pelo princípio do interesse comum e da soberania popular, e não pela soberania dos governantes;
- d) Devem se voltar para satisfazer as necessidades sociais e não da rentabilidade econômica privada; e
- e) Possuem a conotação de *res publica*, ou seja, coisa (*res*) de todos (*publica*).

## 1.2 O Atual Contexto do Capitalismo e as Crises na Sociedade Neoliberal

A Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX inaugurou uma nova era na história da humanidade, gerando rupturas e tensões relevantes, resultantes do surgimento de um ciclo de desenvolvimento capitalista diferente daquele instalado nos fins do século XV e começo do século XVI, denominado Mercantilismo ou Revolução Comercial.

A Revolução Industrial, além de redefinir as técnicas de produção, modificou também a relação antagônica entre capital e trabalho, bem como o formato de exploração do trabalhador “que consolidou o poder da classe burguesa sobre a classe proletária nascente, instituindo, assim, uma inédita forma de dominação que iria se reproduzir, com variações, no tempo” (PEREIRA, 2006, p.12).

---

<sup>19</sup> Para Pereira (2001), a política social refere-se a uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, orientada por uma racionalidade coletiva, e não somente individual, na qual tanto o Estado como a sociedade exercem papéis ativos.

<sup>20</sup> Art. 6º: São direitos sociais a saúde, a educação, trabalho, moradia, lazer, cultura, segurança, proteção à maternidade e assistência aos desamparados.

Dessa forma, foi no contexto do processo da Revolução Industrial, na Europa, do século XIX, que surgiu a chamada questão social,

[...] inicialmente identificada com um brutal pauperismo dos trabalhadores em meio à riqueza produzida com o avanço da industrialização, deixando clara uma irônica tendência que se faz presente até hoje (e que está na raiz de todos os nossos males sociais): no capitalismo, seja qual for o seu estágio de desenvolvimento, a dinâmica que produz a riqueza é a mesma que produz e mantém a pobreza – o que significa que a pobreza no capitalismo é condição essencial para a existência e reprodução deste (PEREIRA, 2006, p.12-13).

Em sua análise, a autora conclui que a pobreza, a desigualdade, o desemprego bem como os demais tipos de iniquidades sociais a que vem sendo submetida a humanidade, desde a ascensão do sistema capitalista como modelo de produção dominante, relaciona-se com essa lógica aparentemente incongruente.

Atualmente se vive um ciclo de desenvolvimento capitalista complexo e sofisticado, caracterizado por um processo de globalização, monitorado pela ideologia neoliberal que desconsidera a cultura dos movimentos democráticos, apontando novas referências e impulsionado pelos processos acelerados de produção de novos conhecimentos e de novas tecnologias.

No contexto desse ciclo, como bem afirma Pereira (2006), as mudanças que acontecem não se limitam às relações econômicas, mas se estendem ao espaço da política, da ideologia e da cultura, enfronhando-se nas profissões, nas ciências, nas artes, nas instituições de pesquisas, nos meios de comunicação.

O atual ciclo obriga a todos se recolocarem num outro contexto, com a aparência de que não existem mais classes sociais, luta entre o capital e o trabalho, nacionalismos, Estados nacionais e os valores de igualdade, liberdade positiva e de justiça social. Concordando com Pereira (2006), entende-se que tal situação aponta a necessidade de resistência na perspectiva de fortalecer outro projeto de sociedade.

Para a autora, o atual ciclo de expansão do capitalismo ameaça a democracia, a cidadania e a construção de uma sociedade justa, na medida em que difunde em dimensões planetárias o domínio do neoliberalismo com o seu símbolo maior do livre mercado e da livre competição. O neoliberalismo desconsidera tudo o que é social, público, coletivo e regido pelo estatuto da cidadania ampliada, da democracia participativa e da igualdade substantiva,

como: necessidades sociais, políticas públicas, direitos econômicos, sociais e culturais, justiça distributiva – que são categorias centrais de um Serviço Social crítico e democrático.

Para os defensores do neoliberalismo,

[...] não existem necessidades sociais, mas preferências individuais, que só podem ser supridas pelo mercado. Da mesma forma, não existem direitos sociais porque estes, a seu ver, dependem, para a sua realização, de vultosos recursos materiais e financeiros, frequentemente inexistentes; por isso, os verdadeiros direitos na visão neoliberal são os individuais (especialmente os civis), associados a um tipo de liberdade, tida como negativa, porque nega qualquer intervenção pública sobre assuntos privados, incluindo a proteção social do Estado aos cidadãos (PEREIRA, 2006, p.15-16).

Sob a ótica neoliberal, os direitos sociais que preveem a participação social ativa do Estado vêm sendo excluídos do discurso e das práticas sociais. O mesmo acontece com a categoria justiça social, que se baseia no critério de equidade e que propõe distribuir mais a quem tem menos.

Pereira (2006) explica que isso acontece, porque a ideologia liberal se fundamenta em uma visão de mundo que compreende as desigualdades sociais como fenômenos naturais e não históricos, da mesma forma como são naturais as desiguais capacidades física e psíquica das pessoas.

E, por serem naturais, as desigualdades sociais não podem ser qualificadas de justas ou injustas porque tal qualificação não se aplica à natureza, mas a atos humanos intencionais. Por isso, para os neoliberais, a existência de desigualdades sociais não obriga o Estado a realizar intervenções sociais como dever cívico e em nome da justiça distributiva, porque não foi ele o causador dessas desigualdades (PEREIRA, 2006, p.16).

O Estado, nessa perspectiva, tem a função essencial de garantir os direitos individuais, sem interferir nas dimensões da vida pública e, sobretudo, na dimensão econômica da sociedade. Dessa forma, mesmo que o Estado tenha que intervir em situações sociais críticas, deve ser em último caso, mas sem conotação de direitos e deveres, e o mínimo para não retirar das pessoas beneficiárias o estímulo ao trabalho.

Sob esse ponto de vista, a autora acima afirma que a pobreza, a falta de saúde, a ignorância, a falta de emprego, e o desabrigo podem, no máximo, ser compreendidos como eventos negativos para a sociedade, mas não injustos, porque não se pode culpabilizar ninguém pela sua ocorrência.

Para os neoliberais, as políticas sociais são consideradas um dos principais entraves ao desenvolvimento do capitalismo e responsáveis, em grande medida, pela crise que atravessa a sociedade. Sob a perspectiva do neoliberalismo, as políticas sociais, a rigor nem mereceriam esse nome porque não priorizam a satisfação de necessidades sociais, mas do crescimento econômico, não buscam concretizar direitos sociais, mas destruir os existentes pois não os reconhecem como direitos de cidadania; não se baseiam na justiça social, mas no mérito individual com ênfase na competitividade (PEREIRA, 2006).

Em sua análise, a autora destaca algumas características na implementação das políticas sociais. Primeiro, no que se refere à distribuição de bens e serviços sociais, o Estado tem uma intervenção mínima, em contraste com a significativa participação do mercado e de setores não mercantis da sociedade, que não garante direitos.

As políticas sociais universais são substituídas por políticas focalizadas na extrema pobreza, caracterizadas pelo estigma, por serviços de baixa qualidade, pela arbitrariedade no corte seletivo para a focalização, pela ampliação da pobreza, tendo em vista que tais políticas deixam desprotegidos setores significativos da população pobre, que não se encaixaram no formato da miséria.

O ressurgimento de condicionalidades, ou contrapartidas compulsórias, como mecanismo de controle do merecimento dos pobres aos benefícios a que teriam direitos, foi o terceiro aspecto mencionado pela autora. Observa-se que a

Substituição do welfare (bem estar incondicional, baseado no status de cidadania) pelo workfare (bem estar em troca de trabalho, ou de sacrifícios), baseado na idéia de que qualquer prestação social pública deve ser acompanhada de obrigação do beneficiário de realizar um trabalho para obtê-la (PEREIRA, 2006, p.18).

Um quarto elemento destacado é quanto ao processo que ela denomina de “refamiliarização”, ou revalorização da família e dos grupos informais e voluntários como meios relevantes de absorção dos novos riscos sociais provenientes do precário funcionamento do Estado e da falta de vocação social do mercado, sem uma proteção social consistente para a família.

Finalmente, a autora menciona como aspectos predominantes das políticas sociais de corte neoliberal, a culpabilização da população pobre pela sua condição de privação e a substituição dos diagnósticos sociais por preconceitos morais que relacionam a pauperização dessa população a comportamentos individuais desviantes.

Tais fatores se desenvolvem num cenário de desafios sociais agudos que caminham rapidamente contra a humanidade e sem encontrarem obstáculos ou enfrentamentos à altura. Dentre esses desafios, Pereira ressalta o desemprego estrutural; a deterioração do meio ambiente; e a ameaça bélica de novo tipo, como ações terroristas, guerrilheiras, com a possibilidade de uso das armas químicas, biológicas e nucleares.

Além desses acima citados, ainda é destacado o acirramento do racismo, das lutas étnicas, religiosas e de fronteiras. Tais questões fazem parte desse cenário marcado por grande concentração de renda e por alto índice de pobreza.

No âmbito dos desafios sociais, Pereira (2006) apresenta a discussão da “nova questão social”, e reporta-se a Castel, que a caracteriza, segundo a autora:

[...] como o enfraquecimento da sociedade salarial, responsável pela precariedade do trabalho e de vida de significativas parcelas da população mundial e, conseqüentemente, o retorno do pauperismo inclusive nas sociedades capitalistas avançadas (PEREIRA, 2006, p.19).

Cabe salientar que as mudanças ocorridas na sociedade capitalista carregam ainda características próprias do capitalismo e que nada têm de novo uma vez que as relações ainda permanecem dentro da mesma lógica, ou seja, distribuição de riqueza desigual.

No bojo dessas relações de desigualdade e conflitos contemporâneos, Pereira (2006) lembra o filósofo francês Jean Baudrillard, que se referiu a “acontecimentos-bandidos”, reportando-se aos atos terroristas, praticamente globalizados na atualidade, aos cataclismas naturais, às doenças universais como a Aids, à gripe aviária e à vaca louca – acrescentando-se aqui a nova gripe denominada pelos especialistas de Influenza A e popularmente conhecida como gripe “suína”- que, segundo ele, provocarão uma “revolução impossível” num mundo contaminado por uma espécie de vírus letal. Pereira aponta a necessidade de se reconhecer que se convive na atualidade com um conjunto de inseguranças sociais peculiares a um novo tipo de sociedade, denominada por alguns de pós-industrial. Se, antes, os riscos ligados ao ciclo de vida das pessoas - que em muitos países possuíam uma proteção social consistente - localizavam-se, sobretudo na infância e na velhice, atualmente, a situação é bem diversa.

Com a mudança na estrutura da família, com o progressivo envelhecimento da população, com a queda da taxa de fecundidade, com o desemprego generalizado, com as inseguranças no trabalho e na aposentadoria, os riscos ligados à trajetória de vida das pessoas tendem a se estender a todos, incluindo de maneira particularmente perversa os jovens e as mulheres (PEREIRA, 2006, p.21).

Nesse contexto, entre os segmentos mencionados por Pereira, encontram-se particularmente os jovens que progressivamente vem se sobressaindo no cenário das “vulnerabilidades” como mortes violentas, uso/tráfico de drogas, Aids, conflito com a lei etc. Viu-se anteriormente que a situação dos jovens das classes populares não é das melhores. Uma parte considerável deles sequer ingressa no mercado de trabalho e outra, submete-se ao trabalho informal e precarizado, aumentando de forma considerável as situações de vulnerabilidade. Nessa perspectiva, as situações a que eles estão submetidos em sua condição juvenil são mais agravadas para aqueles jovens das classes populares.

A situação dos jovens, entre outras demonstradas por Pereira (2006) que indicam a existência de formas de vida cada vez mais contrastantes entre ricos e pobres – resulta do fato de que a satisfação de necessidades sociais e a garantia de oportunidades fundamentais de significativos setores da população estão sendo progressivamente negligenciadas.

Vale enfatizar, como avalia Anderson (1995), que qualquer balanço atual do neoliberalismo parece ser provisório, pois ele é um movimento inacabado. A esse ponto de vista pode-se acrescentar em nível complementar que tal movimento traz entre seus determinantes as aceleradas transformações decorrentes dos novos processos tecnológicos da física quântica e dos novos conhecimentos produzidos pela ciência.

Na perspectiva de assumir uma postura de resistência madura e responsável diante desse cenário histórico atual, Pereira (2006) propõe, primeiro, que é fundamental compreender a lógica e o funcionamento do ciclo de expansão do capital para expressar suas contradições e mitos e, nesse contexto, desvendar a hermenêutica das contradições explícitas e implícitas em tais políticas. Esse exercício, para a autora:

Colocará em evidência que a atual fase de expansão capitalista gerou uma globalização que, ao mesmo tempo em que integra e generaliza fenômenos e processos, fragmenta-os sob o impacto de mudanças que não se dão de forma igual, homogênea e com mesma velocidade (PEREIRA, 2006, p.22).

Em segundo lugar:

As contradições agudas geradas pela transposição para o âmbito planetário dos processos de produção, troca, consumo, divisão do trabalho, estruturas de classes e poder, vêm servindo de fermento para a ressurgência de movimentos - não só locais, mas também globais - portadores de propostas de sociedade e de civilização antiliberais (PEREIRA, 2006, p.22).

Sob esse ponto de vista, as repercussões do atual ciclo capitalista ocorrem em âmbito planetário, mas se manifestam de maneira mais perversa no chamado terceiro mundo.

Na América Latina ele vem abalando as frágeis conquistas democráticas, as quais são impedidas por problemas centrais como a pobreza e a desigualdade.

Em vista dessa tendência, a adoção de um projeto contra hegemônico na América Latina, exige, primeiramente, que os governos e a sociedade persigam uma democracia ampliada, tendo como referência mestra a justiça social. Isso significa remar contra o neoliberalismo e adotar uma perspectiva cujos princípios e argumentos sejam irredutíveis à lógica utilitarista do mercado que se rege pelo cálculo do custo/benefício na realização das políticas sociais (PEREIRA, 2006, p.24).

Nessa perspectiva, ao se indagar sobre o que deve ser feito para combater as iniquidades sociais, Pereira entende que tal questão necessita de atitudes teórica e política que se neguem a substituir a visão dos direitos pela dos negócios e a confundir necessidades sociais, que devem ser confrontadas por políticas públicas, com preferências individuais que são satisfeitas, nutridas e cultivadas pelo mercado. Significa ainda priorizar a luta contra a concentração de riqueza, tendo em vista que no Brasil, mais do que a pobreza, esta é a grande questão.

Em síntese, com base no quadro acima configurado, diante do reordenamento do capitalismo e atualização apontando um novo ciclo na década de 1980,<sup>21</sup> compartilha-se com Pereira (1993) a qual afirma que, com o predomínio do projeto neoliberal de caráter antiestatal, suas propostas tornaram-se sinal de lucidez e de modernidade e destaca como prioridades dos governos que aderem ao projeto, os programas de estabilização e ajuste estrutural<sup>22</sup> para que se possam restabelecer equilíbrios macroeconômicos e a melhoria das condições sociais. Durante a análise desenvolvida, verificou-se, no entanto, que a principal consequência desse modelo foi o aumento das desigualdades sociais, do desemprego, da pobreza e da exclusão social.

Pela análise de Pereira (2003), as experiências neoliberais não produziram o efeito desejado tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista social. *Economicamente*, o crescimento dos lucros empresariais não foi acompanhado de investimentos produtivos, contrariando a pauta neoliberal e gerando desempenho negativo na taxa de crescimento, de emprego, de investimentos e de produtividade, nos países do Primeiro Mundo. No Terceiro Mundo, sobressaiu, como efeitos do neoliberalismo, o aumento da dívida externa. Do ponto de

---

<sup>21</sup> Resultantes da falência do Keynesianismo, da crise do Welfare State e da crise econômica e social das nações periféricas (PEREIRA, 1993).

<sup>22</sup> O ajuste estrutural significa o esforço voltado para o estabelecimento de equilíbrios monetários, fiscais e de balanços de pagamentos (PEREIRA, 1993).

vista *social*, o neoliberalismo aumentou a pobreza e a desigualdade no mundo inteiro. Apenas do ponto de vista *ideológico* esse ideário obteve sucesso, considerando o alto grau de aceitação.

No tocante às *alternativas pós-neoliberais ou alternativas à alternativa dominante*, Pereira (2003) analisa que ocorrem em face das contradições apresentadas pelo neoliberalismo e tendo como base a reorganização da produção e a redefinição do trabalho. Para esta autora, aquelas mais conhecidas podem ser assim divididas:

- a) As que aceitam a sociedade *dual*, na qual existem os que trabalham e os que não trabalham, com medidas compensatórias (de benefícios e serviços) pagos pelos que trabalham para a sobrevivência dos que estão fora do mercado de trabalho.
- b) As que aceitam a sociedade dual, mas oferecem propostas de cunho socialista, com vistas a criar sistemas alternativos de produção (emancipatórios), sem, no entanto romperem definitivamente com a estrutura capitalista.
- c) Aquelas que rejeitam a sociedade dual e apresentam estratégias organizativas e de proteção social como parte de um projeto que intente romper com o capitalismo; apoiam propostas de novos movimentos sociais contrários à mercantilização das políticas públicas e à perda de direitos adquiridos.

Concorda-se com a autora que prioriza apenas o último conjunto de alternativas, pois entende que são as que mais se identificam com o socialismo, ou seja, “com aquele regime que, no âmbito das políticas sociais, privilegia o atendimento das necessidades humanas em detrimento da rentabilidade econômica privada” (PEREIRA, 2003, p.210)

Para a autora, apesar de consideradas atuais, as alternativas socialistas explicitam a consciência de seus propositores da dificuldade de implementá-las diante das perplexidades e crises de utopias do atual momento histórico e a dominância das forças conservadoras. No entanto, argumenta a autora, o seu surgimento não ocorreu no vazio, tendo em vista que já é visível, há algum tempo e sob distintas formas (revisões teórico-conceituais, movimentos sociais globalizados, projetos de intervenção locais, nacionais, regionais e mundiais, garantia de emprego para todos por meio da redução da jornada de trabalho) o desenvolvimento de rejeições ao ideário neoliberal globalizado.

E é na década de 1990 que ressurgem vários autores, no rastro dos projetos de enfrentamento à ofensiva neoliberal. Dentre esses projetos ganha corpo o *do socialismo pós-industrial* que incorpora aspectos defendidos por segmentos do movimento ecológico, feminista e do antirracista, dos libertários esquerdistas, dos democratas radicais, dos comunitaristas.

De acordo com Pereira (2003), o crescimento desse projeto respalda-se em vários autores, bem como naqueles que defendem garantia de renda, desvinculando-a do trabalho e em concepções emancipatórias. E para que esse projeto seja viável, é necessário que se tenham as condições favoráveis, que vão exigir estratégias opostas aos mecanismos centrais de reprodução capitalista avançada, que se constituem basicamente na redução das horas de trabalho, permitindo uma partilha mais equitativa do emprego e na provisão de alguma renda assegurada a todos os cidadãos, independentemente de sua posição no mercado de trabalho.

Para a autora, o socialismo pós-industrial é assim denominado porque tem a intenção de suplantiar a lógica industrialista que se apoderou da economia moderna, por entender que ela não traz benefícios para a humanidade e nem é munida de implacável determinismo (PEREIRA, 2003). Essa denominação, continua a autora, rompe com os principais fatores do industrialismo capitalista, negando a ideologia do trabalho assalariado, partindo da redução das horas de trabalho, reivindicando uma renda garantida, desvinculada do trabalho assalariado, de forma que as pessoas trabalhem menos e obtenham maior controle do uso do seu tempo.

Nesse projeto, a manutenção do capital e do mercado possui a função estratégica de “preservar aspectos mais favoráveis e racionais do sistema capitalista que se quer superar e adaptá-los aos objetivos do socialismo” (PEREIRA, 2003, p.216). As propostas defendidas, segundo Pereira (2003), contemplam preocupações e bandeiras de várias fontes, com maior evidência para a noção de *racionalidade econômica* produtiva, defendida pelos ecológicos; a *autonomia individual*, defendida pelos libertários de esquerda; a democracia radical e o diálogo democrático, na concepção defendida por Habermas.

Ao concluir sua análise crítica, Pereira reafirma que são diversos os intentos de encontrar alternativas à ofensiva neoliberal, no entanto ainda é singelo o poder de fogo na luta contra o capital. Os *socialistas pós-industriais*, que oferecem as propostas mais consistentes no âmbito da política social, apresentam efetivamente, “saídas limitadas que apostam mais na

dinâmica das contradições estruturais do sistema do que num projeto político sustentado por um ethos socialista realmente existente” (PEREIRA, 2003, p.216).

E para finalizar, Pereira (2003) atenta para a existência de propostas mais radicais e se reporta a Chesnais, para ilustrá-las: instituição de total proteção à saúde; redução da jornada de trabalho sem redução dos salários; mudança da modalidade de contratos temporários de trabalho em trabalhos estáveis; restabelecimento do salário desemprego integral; rejeição à dívida pública para montar a caixa do Estado e assim, responsabilização dos gastos sociais necessários; aliança dos movimentos sociais, para que eles tenham poder de resistir e se impor, de forma mundializada, à política do capital.

Finalmente, a autora adverte que, ao mesmo tempo em que não se deve subestimar as alternativas propostas no interior do capitalismo, imaginando que a economia de mercado é imbatível, por outro lado, ressalva, não se pode imaginar que a mera introdução de ajustes parciais às condições socioeconômicas vigentes, conseguem reorientar o sistema. “Portanto, se a intenção é realizar uma transformação socialista, cujo espírito é a produção para o uso, é o socialmetabolismo do capital, isto é, o círculo vicioso da expansão e da acumulação sem qualquer preocupação pelo uso e pelas necessidades humanas, que deve ser rompido. Mas isso requer alternativas mais complexas, permanentes e duradouras.”

Seguindo a linha de pensamento acima mencionada, para analisar as políticas de juventude no Brasil, é importante compreender o contexto da realidade brasileira e, nela, como se expressa a questão juvenil.

### **1.3 A Condição Juvenil como Questão Social**

A condição juvenil como questão social não pode ser entendida como um fenômeno isolado, mas situa-se, no contexto do processo de globalização e liberalização da economia que reconfigura e traz complexidades ao atual ciclo de expansão do capitalismo, conforme análise no primeiro item deste capítulo.

Como bem assinala Pereira (1999), o progressivo domínio dos mercados nos processos econômicos e sociais, a partir do final dos anos 1970, desencadeou novas manifestações da questão social no final do Século XX, apresentando-se de forma diversificada e com amplitude global, produzindo efeitos comuns, como: o desemprego

estrutural, o aumento da pobreza e da exclusão social, a precarização, a casualização do trabalho e o desmonte de direitos sociais garantidos.

Nesse sentido, as respostas a essas questões também apresentam mudanças e não podem ser tratadas como aquelas de anos atrás. Para Pereira (1999), os mecanismos de proteção social, percebiam as políticas sociais públicas que buscavam efetivar direitos, desintegrando-se. Atualmente, predominam políticas sociais residuais, casuais, seletivas ou focalizadas na pobreza extrema, como maneira de minimizar impactos desagregadores e destrutivos da nova questão social.

Para Pereira, a *questão social* é constituída de fatores *estruturais e históricos*: os fatores estruturais que independem da ação política de sujeitos em determinadas situações e a *história* a qual possui ações deliberadas e conscientes de sujeitos desejosos de modificar a sua própria história. De forma isolada, nenhum dos dois aspectos consegue suscitar a questão social, mas esta é produto e expressão da contradição fundamental entre capital e trabalho historicamente problematizada.

Para a autora, a questão social articula simultaneamente estrutura e sujeitos históricos na sua origem e no seu processamento. Isso significa que, para a sua constituição e seu desenvolvimento, não são necessárias mudanças estruturais impulsionadas pelo avanço de forças produtivas, que, por sua vez, vão forçar a superação de antigas relações de produção, jurídicas, culturais etc., mas é necessário ainda que:

[...] sujeitos sociais conscientes e estrategicamente situados como forças políticas, aproveitem as contradições engendradas pelas mudanças estruturais para problematizar e desnaturalizar iniquidades sociais prevalentes; tais sujeitos inscrevem no pensamento e no discurso dos dominantes, bem como na agenda dos governos, as suas problematizações referentes a fatos reais, regulares no tempo, que estão a exigir respostas políticas (PEREIRA, s/d, p.2).

Segundo Pereira, articulando condições objetivas e subjetivas, pode-se apresentar uma concepção aproximada do conteúdo complexo da *questão social*:

É um desafio histórico-estrutural, que resulta das contradições concretas entre capital e trabalho, a partir do moderno processo de industrialização capitalista, tendo como determinantes indissociáveis: a) o empobrecimento agudo da classe trabalhadora (produzido pelo peculiar modo de exploração burguesa); b) a consciência dessa classe de sua condição de exploração; c) a luta política desencadeada por essa classe contra os seus opressores a partir dessa consciência (PEREIRA, s/d, p.5).

[...]

Fica claro, com base nessa concepção, que a industrialização, acompanhada da urbanização, constitui o processo desencadeador da questão social, no qual as relações sociais e econômicas pré-industriais foram substancialmente desmanteladas pelo avanço das forças produtivas, que respondem, primariamente, pelas mudanças estruturais (PEREIRA, s/d, p.5).

De acordo com Pereira, para se analisar a relação entre *questão e política*, é necessário tomar como ponto de partida certos conceitos-chave, tais como os abaixo relacionados.

*Os problemas* ou questões potenciais, porque constituem a condição prévia para o aparecimento de uma questão, que se identificam com necessidades ainda não suficientemente problematizadas tendo, por isso, a sua resolução política adiada de forma constante. Revestem-se em geral, de “estado de coisas” naturalizados que, embora gerem efeitos negativos, não mobilizam forças políticas para o seu enfrentamento. Daí serem também consideradas “não-questões”.

As *questões* que, no entendimento da autora, são necessidades socialmente problematizadas por atores sociais estratégicos, que possuem poder de pressão, que acreditam na possibilidade de contribuir para a mudança do “estado de coisas” prevaletentes e se mobilizam porque possuem condições de promover a incorporação de seus pleitos na agenda pública.

Em síntese, somente quando um *problema* se torna uma *questão* é que as políticas, como estratégias de ação surgem. No processo de configuração da *questão*, muitos atores se manifestam a favor ou contrários a ela. Identificar esses atores, sua natureza, suas intenções, objetivos, interesses, recursos, capacidade de mobilização, alianças e conflitos é um passo significativo na análise de políticas públicas. Uma questão socialmente posta sempre demanda resposta política. Uma política direcionada para responder uma questão é uma tomada de posição intencional. Geralmente inclui definições de uma ou muitas organizações, simultâneas ou sucessivas, que configuram a forma de intervenção perante a questão.

Nessa perspectiva, de antemão, faz-se necessário reiterar alguns comentários sobre a categoria juventude, aqui tratada no contexto da questão social. Sem perder de vista suas particularidades, a juventude é compreendida como cidadãos, sujeitos de direitos, em seu ciclo de desenvolvimento que vai desde a adolescência, dos 12 aos 18 anos, conforme o ECA, e dos 15 aos 29 anos de idade, apresentados pela Política Nacional de Juventude.

Em se tratando da categoria Juventude de forma geral, a *priori*, cabe uma demarcação de significados, por exemplo, no que se refere aos conceitos de juventude e de adolescência. Mesmo comumente empregados como sinônimos, ambos têm significados diferentes, ainda que superpostos. Do ponto de vista etário, a Organização das Nações Unidas (ONU) define como jovens as pessoas entre 15 e 24 anos. A Organização Mundial da Saúde (OMS), organismo da ONU para a saúde, compreende a adolescência como um processo essencialmente biológico, que vai dos 10 aos 19 anos de idade, abrangendo a pré-adolescência (10 a 14 anos) e a adolescência propriamente dita (15 a 19 anos). Já a juventude é percebida como uma categoria sociológica que implica a preparação das pessoas para a vida adulta, compreendendo a faixa dos 15 aos 24 anos de idade.

As diferenças entre adolescência e juventude existem, não só em termos de limites etários como também conceituais, denotando processos de naturezas distintas (CORTI e SOUZA, 2004). No Estatuto da Criança e do Adolescente, a adolescência é definida como a fase que vai dos 12 aos 18 anos incompletos; a ênfase recai na adolescência e a juventude não é mencionada. Dessa forma, enquanto no ECA a adolescência não se confunde com a juventude, em sua definição de juventude, a ONU contempla uma parte dos adolescentes.

Para efeito deste texto, compreende-se a adolescência como a primeira fase da juventude. Essa diferenciação, mesmo não sendo simples, pode permitir um conhecimento mais aprofundado tanto dos adolescentes quanto dos jovens propriamente ditos, respeitando suas particularidades e suas conexões. Desse ponto de vista, é importante diferenciar a juventude, enquanto fase da vida que possui singularidades, dos sujeitos que vivem essa fase. A ordem das experiências dos jovens no Brasil é significativamente diversa e múltipla, o que implica distintas formas de viver a juventude.

A Política Nacional de Juventude (2006) parte do entendimento dos jovens como sujeitos de direitos universais e específicos e de que a juventude é uma condição social parametrizada por uma faixa-etária que, no Brasil, é constituída por homens e mulheres cidadãos com idade entre os 15 e 29 anos.

De acordo com a Política Nacional de Juventude (2006), do ponto de vista político e social, os jovens são sujeitos de direitos coletivos. Estes devem ter sua autonomia respeitada e suas identidades, maneira de agir, viver e se manifestar valorizadas. No entanto, a Política reconhece que são vários os desafios para o reconhecimento de tais direitos. Dentre esses

desafios, o mais difícil de ser superado refere-se à própria dubiedade decorrente das contraditórias representações sociais relacionadas à condição juvenil.

Por um lado, tem-se a dimensão da vivência pessoal e da consciência coletiva, na qual “ser jovem é um ‘estado de espírito’, uma dádiva, um ‘dom’ de uma fase passageira da vida que não deveria passar, por ser o mais ‘interessante’ e ‘vibrante’” (Política Nacional de Juventude, 2006). Dessa forma, ser jovem é ser empreendedor, ter força, ânimo, espontaneidade, aventurar-se e se divertir, apresentar boa forma física e, sobretudo, priorizar a “boa vida” em prejuízo das responsabilidades mesquinhas da vida. Por outro lado, do ponto de vista profissional, no que se refere

[...] ao compromisso cidadão ou no tocante à participação nos processos de tomada de decisão – inclusive nas esferas políticas – ser jovem é residir em um incômodo estado de devir, justificado socialmente como estágio de maturidade, impulsividade e rebeldia exacerbada. Nesse caso é possível afirmar que o jovem é aquele que ainda não é, mas que pode ser, ou que será (Política Nacional de Juventude, 2006, p.5).

Os mesmos estereótipos que edificam um imaginário social de valorização da juventude são os que a impossibilitam de uma participação social mais plena, inserindo-o na vala de uma não-existência, no dizer de Boaventura dos Santos.

Em se tratando dos jovens, a condição juvenil fica esmagada entre a infância e a vida adulta, entre o que ainda não é, mas poderá ser um dia, desconsiderando a existência presente que, como bem ressalta Santos, (2007, p.11), é “como fragmentos vagando fora dessa totalidade como meteoritos perdido no espaço da ordem e insusceptíveis de serem percebidos e controlados por ela”.

Para Santos, a ampliação do mundo e a dilatação do presente devem iniciar por meio de um procedimento denominado de sociologia das ausências que visa “transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças. Fá-lo centrando-se nos fragmentos da experiência social, não socializados pela totalidade metonímica” (SANTOS, 2007, p.11).

No âmbito da condição juvenil, compreende-se que a aprovação de uma Política Nacional de Juventude em 2005 indica a possibilidade das demandas da juventude saírem da condição de “estado de coisas”, passando a mobilizar forças políticas no âmbito da sociedade e do governo, propiciando tornar presente os problemas da juventude e apresentando respostas por meio de políticas públicas.

Com tal Política foi dada maior visibilidade à questão juvenil, pressionando sua inserção nas pautas de discussão do governo e da sociedade e tornando-a presente. Isso foi possível pela ação conjunta dos movimentos sociais e populares, por organizações não governamentais e por segmentos do governo, entre outros, resultando, em 2005, na criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude, do Pró-jovem e em 2007, da 1ª Conferência Nacional de Juventude. Vale considerar, no entanto, que somente no PPA 2008 – 211 tais esforços se concretizarão efetivamente por meio da inserção da juventude enquanto prioridade, na agenda social do governo federal.

Sob esse ponto de vista, é importante que as políticas públicas voltadas para a juventude considerem as reais necessidades dela. O que vivencia o jovem que escapa da sua condição de transição entre a infância e a vida adulta, ou entre o passado e o presente? O que existe no cotidiano dos jovens que se situa no centro dessa transição entre a infância e a vida adulta e que se expressa numa existência real com necessidades e desejos?

Partindo do entendimento de Santos (2007) de que “há a produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível” (SANTOS, 2007, p.11-12). Historicamente, ao reduzir as iniciativas para a juventude ao âmbito da educação escolar, o Estado tem desconsiderado e tornado invisíveis as demais necessidades dos jovens.

Para o autor, não existe uma forma única de não existir, tendo em vista que são diversas as lógicas e os processos por meio dos quais a razão metonímica produz a não-existência daquilo que não cabe na sua totalidade e no seu tempo linear. Santos (2007) distingue cinco lógicas ou modos de produção da não existência<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup>A primeira deriva da monocultura do saber e do rigor do saber (é o mais poderoso). Consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respectivamente. (...) tudo o que o cânone não legitima ou reconhece é declarado inexistente. A não-existência assume aqui a forma de ignorância ou de incultura. A segunda se baseia na monocultura do tempo linear. Sob esse ponto de vista, a não-existência assume a forma da residualização que ao longo dos anos recebeu várias denominações: primitivo, tradicional, pré-moderno, simples, obsoleto, subdesenvolvido. A terceira lógica, da classificação social, que se baseia na monocultura da naturalização das diferenças, consiste na distribuição das populações por categorias que naturalizam hierarquias (ex.: classificação racial e classificação sexual). Desse ponto de vista, a não existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável, porque natural. Quem é inferior, porque é insuperavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior. A quarta é a lógica da escala dominante. De acordo com essa lógica, a escala adotada como primordial determina a irrelevância das outras possíveis escalas. No ocidente, essa escala aparece sob duas principais modalidades: o universal e o global. De acordo com essa lógica, a não existência é produzida sob a forma de do particular e do local. As entidades ou realidades definidas como particulares ou locais estão aprisionadas em escalas que as incapacitam de serem alternativas credíveis ao que existe de modo universal ou global. A última lógica

A condição juvenil na sua não-existência se reflete historicamente na compreensão da juventude em algo que ainda não é, bem como na invisibilidade de suas necessidades e demandas que, enquanto “estado de coisas”, permaneceram sem conseguir se fazer pautar na agenda pública, e sem uma legislação protetiva que atenda às especificidades do público jovem. De outra forma, os programas e ações para os jovens foram diluídos no conjunto das políticas públicas para os adultos, tornando-os “naturalmente” em sujeitos inferiores.

Tal compreensão vem ao encontro da terceira lógica apresentada por Santos (2007, p.14), a da “classificação social, baseada na monocultura da naturalização das diferenças, a qual consiste na distribuição das populações por categorias que naturalizam hierarquias”. Ilustra essas categorias com a classificação racial e a sexual, podendo-se acrescentar adequadamente a categoria da classificação etária.

Desse ponto de vista, “a não existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável porque natural. Quem é inferior, porque é insuperavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior” (SANTOS, 2007, p14) Em síntese, entre as principais formas sociais de não existência geradas ou legitimadas pela razão metonímica encontra-se o inferior. Nessa perspectiva, tais inexistências “são partes desqualificadas de totalidades homogêneas que, como tal, apenas confirmam o que existe e tal como existe” (SANTOS, 2007, p.14)

Para Santos (2007), a produção social das ausências resulta na subtração do mundo e na contração do presente e, dessa forma, no desperdício da experiência que, particularmente, no que se refere aos jovens, manifesta-se no desperdício gerado pela desconsideração da sua opinião nos processos de tomada de decisão ou das particularidades advindas, por exemplo, da condição do jovem rural, do jovem urbano, do gênero, da opção sexual, da etnia, das deficiências físicas ou mesmo da condição social.

Em consonância com o pensamento do autor supracitado, compreende-se que se deve dar visibilidade ou identificar o âmbito da subtração e da contração das várias dimensões da condição juvenil, dilatando o presente e reconhecendo as distintas práticas de forma que as

---

produtivista e se baseia na monocultura dos critérios de produtividade capitalista. Sob essa perspectiva, o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável e, como tal, é inquestionável o critério de produtividade que mais bem serve esse objetivo. Tal critério pode ser aplicado tanto à natureza como ao trabalho humano. De acordo com esta lógica, a não existência é produzida sobre a forma do improdutivo que, aplicada à natureza, é esterilidade e, aplicada ao trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional.

experiências consideradas ausentes se libertem dessas relações de produção e se tornem presentes, alimentando a formulação de políticas públicas para os jovens.

No Brasil, embora seja considerada jovem a pessoa entre 12 e 29 anos de idade, essa classificação etária ajuda somente como um parâmetro social para o reconhecimento político da fase juvenil, constituindo-se em referência essencial e genérica para a formulação de políticas públicas. Como bem argumenta a Política Nacional de Juventude, numa compreensão mais ampliada, ser jovem no Brasil atual é estar imerso – por opção ou por origem – em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências. Daí a importância do reconhecimento da existência de diversas juventudes no país, compondo um complexo mosaico de experiências que necessitam ser valorizadas em termos de se promoverem os direitos dos jovens moças e rapazes, em suas particularidades.

Se a questão do reconhecimento dos direitos específicos da juventude já exige a superação de pré-conceitos, obrigando o convencimento da opinião pública, a consideração das diversas identidades juvenis como alicerce desse conjunto de direitos torna o quadro ainda mais complexo. (...) No caso das juventudes, a necessidade de articular a busca da igualdade individual de condições com a valorização da diferença é atributo essencial para a afirmação de direitos e, conseqüentemente, para a elaboração e implementação de políticas públicas (Política Nacional de Juventude, 2006, p. 5-6).

Nessa perspectiva, cabe de antemão evitar o uso de um par de oposições entre igualdade e diferença, tendo em vista que contrário de igualdade é desigualdade e não diversidade. Em termos gerais, levando-se em consideração o fato de os jovens constituírem o segmento da população mais vitimizado pelas diferentes formas de violação de direitos existentes no país, o reconhecimento desses direitos deve estar fundamentado em uma perspectiva ampla de garantia de uma vida social plena e de promoção de sua autonomia.

#### **1.4 Breve Diagnóstico da Juventude das Classes Populares**

Historicamente, as Políticas Públicas para os jovens brasileiros têm sido excludentes, em particular para aqueles jovens das classes populares pela discriminação, em relação à sua classe social, à raça e ao gênero e que, em sua trajetória de vida, tiveram seus

direitos fundamentais<sup>24</sup> negados, tais como: o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, à profissionalização e à proteção ao trabalho.

O Brasil chega ao final da primeira década do século XXI com mais de 189 milhões de habitantes dos quais, mais de 50 milhões são jovens de 15 a 29 anos. Desse total, 10,262 milhões são adolescentes de 15 a 17 anos, 34,1 milhões são jovens de 15 a 24 anos (BRASIL, 2008b).

De acordo com o IBGE (BRASIL,2008b), embora a pobreza<sup>25</sup> no país tenha diminuído nos últimos dez anos, ela continua a afetar de forma mais intensa as crianças e os adolescentes. Segundo esse Instituto, a PNAD de 2007 demonstrou que 30% da população brasileira viviam com rendimento mensal de até ½ salário mínimo *per capita*. E como esse quadro pode influenciar na vida das crianças e jovens? Aqui é importante destacar alguns aspectos daqueles adolescentes entre 15 e 18 anos que estão no limiar de atingir a maioridade legal. Qual a situação desse jovem e que condições de desenvolvimento apresenta para chegar aos 18 anos com condições adequadas para iniciar um novo ciclo de vida?

Em termos de educação são vários os estudos<sup>26</sup> que se referem à condição de escolaridade da juventude brasileira e explicitam o lamentável quadro revelador com grande número de jovens fora da escola ou com defasagem entre série e idade, ou seja, com atraso no fluxo escolar<sup>27</sup>, já que, de acordo com sistema educacional brasileiro, o jovem aos 15 anos deveria estar ingressando no Ensino Médio. A defasagem de escolaridade é um fenômeno constatado nos dados do IBGE que, embora admita a significativa defasagem no fluxo de escolaridade da juventude brasileira, compreende que ela vem diminuindo progressivamente nos últimos anos.

O IBGE atenta para o grande número de adolescentes com 14 anos fora da escola, encontrando-se em torno de 204,8 mil e chama a atenção para o fato de que a situação de

---

<sup>24</sup>Livro I, Título II do Estatuto da Criança e do Adolescente.

<sup>25</sup>Para o IBGE (BRASIL, 2008b), consideram-se pobres, as pessoas que viviam com rendimento mensal familiar de até ½ salário mínimo *per capita*.

<sup>26</sup>Entre tantos outros é possível destacar: Brasil (2008b); Waiselfisz (2007); Waiselfisz (2004); UNESCO (2004); IBASE e PÓLIS (2005); CNPD (1998); Brasil (2007b).

<sup>27</sup>Ao se analisar a frequência escolar, é necessária sua qualificação, considerando-se a adequação série-idade do sistema educacional do Brasil, no qual a educação formal completa está estruturada em um mínimo de 15 anos de estudo: 8 anos para o Ensino Fundamental, 3 anos para o Ensino Médio e um mínimo de 4 anos para a Educação Superior. Consideram-se como idades adequadas a esses níveis de ensino, respectivamente, 7 a 14 anos (sendo 7 anos na primeira série, 8 na segunda, em diante); 15 a 17 anos (15 anos na primeira série, 16 na segunda e 17 na terceira); e 18 a 24 anos - considerando as diferentes durações de cada curso. (BRASI, 2005b).

rendimentos influencia a possibilidade de frequentarem escola os adolescentes entre 15 a 17 anos de idade, que deveriam estar frequentando o Ensino Médio. Embora os resultados tenham melhorado bastante em relação a 1997, a frequência escolar desse grupo de adolescentes como um todo é de 82,1%; no entanto, chama a atenção a diferença entre a taxa dos 20% mais pobres (76,3%) e a dos 20% mais ricos (93,6%). Ou seja, entre a população das camadas mais pobres da sociedade, mais de 23% dos adolescentes entre 15 a 17 anos estão fora da escola (BRASIL, 2008b)

Quanto à situação ocupacional dos adolescentes de 16 e 17 anos de idade no período 1997 a 2007, o IBGE demonstra uma procura maior pelos estudos nesse período. Diminuiu o percentual dos adolescentes que apenas trabalhavam, de 16,5% para 10,2%, e dos que se ocupavam com atividades domésticas, de 11,1% para 8,3%. Com um percentual de quase 10% em 10 anos, os dados do Instituto também indicam que elevou o percentual de jovens que se dedicavam exclusivamente aos estudos, de 45,5%, em 1997, para 54,8%, em 2007 (BRASIL, 2008b)

De acordo com o IBGE, antes de atingir 18 anos de idade, muitos jovens já têm que conciliar o estudo e o trabalho, porém, ao completar 18 anos, estudar torna-se privilégio de uma parcela ainda menor. Um fator agravante quanto à situação educacional do grupo de 18 a 24 anos de idade refere-se ao fato de que esse segmento juvenil foi o que menos evoluiu na última década.

De 1997 para 2002, a frequência escolar dos 20% mais pobres aumentou de 19,6% para 27%, porém voltou a cair em 2007, para 25,3%. Mesmo entre os 20% mais ricos, a taxa, que havia aumentado de 47,4% para 51,2%, em 2002, caiu ligeiramente, para 50%, em 2007. Os jovens de 18 a 24 anos de idade estão frequentando menos a escola que em 2002, independentemente do nível de rendimento mensal familiar (BRASIL, 2008b, p.136).

Os dados recentes do IBGE demonstram que o trabalho ilegal de crianças e adolescentes, no Brasil, vem diminuindo progressivamente e sofreu uma redução de quase 500 mil crianças trabalhadoras nos últimos cinco anos. Ou seja, em números absolutos, em 2002, foram encontradas 3 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos trabalhando, enquanto em 2007 esse número baixou para 2,5 milhões.

O que ainda é um número bastante significativo, sugerindo que sejam intensificadas as políticas de erradicação do trabalho ilegal infanto-juvenil, tendo em vista que as crianças e adolescentes trabalhadoras representam cerca de 6,6% da população de 5 a 15

anos de idade, totalizando 37,9 milhões. Os dados do IBGE demonstram que aquelas crianças e adolescentes “que trabalham, frequentam menos a escola do que aquelas que não trabalham. Enquanto a taxa de frequência escolar das crianças de 5 a 15 anos de idade ocupadas era de 89,6%, a das que não trabalhavam era de 95,4%” (BRASIL, 2008B p.136)

Embora o país esteja inserido entre as 15 maiores economias do planeta, uma de suas principais características é a desigualdade social, o que evidencia a extrema concentração de renda e níveis de bem-estar social bem abaixo de outros países da América Latina. É na faixa etária da juventude que se encontra um grande contingente da população pobre no Brasil, exposta aos piores índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, de mortes por homicídio, de envolvimento com drogas e com violência de forma geral, tanto na condição de vítima como de agressor e sem acesso às redes de proteção.

A pesquisa do IBASE e PÓLIS, realizada em 2005, confirma essa situação com agravante para os jovens pobres. Do total de jovens pesquisados, 60,7% não estavam trabalhando e 52,9% não estavam estudando. Dessa forma, 27% não estudavam e não trabalhavam. É importante destacar que, indagados sobre o que mais os preocupa<sup>28</sup> no Brasil, os jovens que participaram dessa pesquisa destacaram vários aspectos com ênfase significativa para a violência, para o desemprego e para a educação. O que se percebe é que tais aspectos, o não acesso ao mercado de trabalho e a uma educação de qualidade estão intimamente relacionados com o aumento da violência.

O espaço do trabalho ocupa o segundo lugar<sup>29</sup> entre as preocupações dos jovens que participaram da pesquisa. Eles destacam o restrito mercado de trabalho, as dificuldades de obtenção do primeiro emprego e o preconceito ao entrar no mundo do trabalho por serem jovens e inexperientes. Essa situação reafirma os dados de vários estudos, evidenciando que a incerteza e a apreensão com a procura ou perda de postos de trabalho – processos diretamente relacionados com a obtenção do primeiro emprego e a falta de oportunidades no mercado –

---

<sup>28</sup> As preocupações manifestadas pelos jovens da referida pesquisa contribuem para o redesenho da polêmica estabelecida no senso comum referente a uma suposta “apatia da juventude”. Os dados da pesquisa indicam a disposição dos jovens que dela participaram em refletir sobre as graves situações por que passa a população brasileira e, em particular, a juventude. Observa-se em várias falas deles, pontos de vista críticos e denúncias sobre situações que agravam as condições de vida de segmentos da juventude. *Tais processos, porém, são hoje invisíveis por não terem conquistado a esfera pública na condição de pauta de direitos a serem conquistados* (IBASE E POLIS, 2005).

<sup>29</sup> O primeiro lugar ficou com as questões relacionadas à violência, segurança e criminalidade (IBASE/PÓLIS, 2005).

são fatores permanentes na vida dos jovens, particularmente daqueles segmentos populares que desde cedo sofrem pressões para a entrada no mercado de trabalho.

A pesquisa acima mencionada apontou que 39,3% dos jovens trabalhavam; 60,7% não trabalhavam; 22,2% dos jovens entre 15 e 17 anos, ou seja, em idade destinada à escolarização, trabalhavam; dos 39,3% que declararam trabalhar, 30,5% tinham carteira assinada; dos 60,7% que estavam sem trabalho, 62,9% procuravam trabalho; 64% dos jovens das classes D/E não trabalhavam e desses, 69,5% declararam estar procurando trabalho; 18% trabalhavam por conta própria; 6,4% trabalhavam como aprendiz e 1,6% era bolsista de projetos sociais.

O trabalho, ou a falta dele revelada na preocupação pelo desemprego, é evidenciado pelos jovens como referência dominante em suas vidas, principalmente por seu aspecto econômico, mas também pela dimensão cultural e societária. Eles relacionam o trabalho e a sua falta com as trajetórias escolares e com a produção de cidadania.

No tocante à educação, em especial à escolar, é percebida como passaporte para “um futuro mais estável.” É por meio dela que os jovens ainda podem vislumbrar possibilidades de qualificação, de inserção profissional e de mobilidade social. De acordo com o diagnóstico desta pesquisa, 47% dos jovens estudavam; 53% não estudavam; 24,3% não possuíam o Ensino Fundamental completo; 33,2% concluíram o Ensino Médio; 86,2% estavam estudando ou haviam estudado em escolas públicas; 27% não estudavam e não trabalhavam. Os dados da pesquisa indicam que os jovens valorizam bastante a educação.

Como todos passaram pela escola, eles denunciam com propriedade as precárias condições da escola pública, que conta com péssima infraestrutura, baixos salários dos profissionais, aulas pouco atraentes, violência em torno da escola e falta de professores. Esses jovens, em sua grande maioria, demonstraram que a vida escolar não tem oferecido o suficiente acesso a espaços de diálogos, a encontros ou a debates, nos quais possam manifestar seus pontos de vista, ouvir os dos outros e trocar opiniões sobre assuntos que lhes interessam.

Os jovens mais pobres mencionam as dificuldades com as quais se deparam para terem acesso ao sistema educacional e permanecerem nele até concluírem a educação básica. Observa-se que, além das dificuldades de acesso e permanência, eles se deparam com a situação de instituições públicas que se baseiam, principalmente, na oferta de conteúdos, em

grades curriculares formais e se mostram pouco abertas para a criação de espaços e situações que estimulem experiências de sociabilidade, solidariedade, debates públicos e atividades culturais e formativas.

Outro aspecto observado é quanto ao reconhecimento da necessidade de formação para dar continuidade a um projeto de vida e construir condições para poder influenciar as decisões. Os jovens compreendem a educação como um direito, como um valor e requisito fundamental para o acesso a melhores condições de vida, de trabalho, de lazer e de ação política (IBASE, 2005).

Ainda de acordo com a pesquisa, no que se refere à cultura e lazer, as principais questões que preocupam os jovens é a falta de acesso a espaços de cultura e de lazer, a concentração da oferta nas zonas de maior poder aquisitivo das cidades, a pouca valorização da cultura brasileira, a falta de apoio para baratear os custos e a falta de segurança.

Os dados da pesquisa evidenciam recorrência na relação direta entre cultura e lazer, educação e trabalho, indicando os dilemas com os quais os jovens se deparam, pois, se eles não têm acesso a uma escola de qualidade, não conseguem trabalho e, se não recebem uma remuneração, não podem ter acesso à cultura e ao lazer.

Embora os censos demográficos indiquem a tendência de crescimento absoluto da população jovem, observa-se uma progressiva desaceleração a partir da década de 1970. Os adolescentes e jovens são os que apresentam maior capacidade migratória, tanto que, cerca de 80% deles vivem em áreas urbanas precárias, sem condições adequadas para suprirem suas necessidades de desenvolvimento.

Para os jovens brasileiros, em especial aqueles das classes populares e sem condições de acesso às redes sociais de proteção, as consequências do fortalecimento do neoliberalismo no país ao longo dos últimos dez anos se evidenciaram nas ações governamentais fragmentadas no âmbito dos vários níveis do governo federal, estadual e municipal<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Vale notar que em várias cidades surgiram experiências inovadoras que estimularam a emergência de esferas públicas democráticas como fóruns, conselhos gestores, orçamentos participativos, entre outros, que tiveram a participação de organizações juvenis na formulação e implementação de ações.

A violência<sup>31</sup> e aspectos afins como a falta de segurança e a criminalidade estão no centro das apreensões dos jovens. Os dados sugerem que eles estão conscientes dos riscos a que estão expostos, reafirmados nas estatísticas atribuídas às causas externas como homicídios e acidentes de trânsito, consideradas, entre outras causas, os principais agentes da mortalidade entre os jovens das regiões metropolitanas<sup>32</sup>.

De acordo com o relatório final da Pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas* (2005), a preponderância do tema da violência e da criminalidade apresentado espontaneamente pelos jovens denuncia a dimensão da abrangência e a intensidade com que a situação se expressa na realidade brasileira, e “demonstra que o tempo juvenil, antes de se constituir um período pretensamente livre de preocupações de ordem prática, encontra-se profundamente comprometido com questões relativas à própria preservação da vida” (IBASE e PÓLIS, 2005, p.19).

Por outro lado, o relatório indaga:

Até que ponto a preocupação com a violência revelada pelos jovens não poderia expressar também certo clima de insegurança generalizada criado pela tendência de espetacularização do assunto pela grande mídia atuante nas regiões pesquisadas? (IBASE e PÓLIS, 2005, p.19).

De acordo com o documento, é possível que, da maneira como o assunto vem sendo abordado, de alguma forma esteja contribuindo para mudar a atenção do centro do problema que se origina nas intensas desigualdades sociais existentes no Brasil.

Um aspecto relevante, identificado na pesquisa do Ibase e Pólis, diz respeito à forma como o tema da violência emerge recorrentemente associado a outros temas, sobretudo ao desemprego, à má distribuição de renda, à desigualdade social, às drogas, à falta de oportunidades e à educação, destacando uma relação direta de causa e efeito. Dessa forma, a situação de pobreza e a falta de oportunidade são reveladas, pela maioria dos jovens, como caminho para o envolvimento em situações de violência.

A indagação apontada pelo relatório da pesquisa do Ibase e Pólis está em consonância com a análise de Sales (2007) sobre adolescentes infratores e violência, segundo a qual, é digna de destaque a dinâmica de produção e circulação de representações sociais

---

<sup>31</sup> A Política Nacional de Juventude conceitua violência “como todo ato que implica a ruptura de um nexos social pelo uso da força arbitrária, e que provoca danos ao indivíduo”..

<sup>32</sup> Sobre esse assunto, ver Waiselfisz (2002); (2004); (2006) e (2007).

produzida pelos meios de comunicação, os quais, no afã de informar terminam, por vezes, participando da propagação de estigmas e estereótipos referentes a crianças e a adolescentes pobres no país.

O Estado, na perspectiva da construção de uma cultura de paz, ao invés de implementar políticas preventivas e educativas, tem implantado políticas repressivas, nas quais, os adolescentes e jovens constituem o grande público-alvo. A tensão entre a concepção de Estado de direito e Estado penal contribui para que a construção efetiva do paradigma do direito (planos, normas) não alcance e não transforme a realidade. Como bem destaca Wacquant apud Sales (2007), diante do enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social, onde conseguiu ser implementado, tem avançado progressivamente o Estado penal-policial.

A situação da juventude brasileira revela um retrato concreto da fragilidade do projeto democrático voltado para a construção de direitos. A juventude hoje se apresenta sobre a égide da criminalização com políticas e ações de cunho repressivo. Para Sales (2007), já é bastante conhecido o resultado das novas políticas punitivas, a exemplo da política de tolerância zero que se destaca pelo abuso do procedimento do encarceramento e de criminalização da miséria de um lado, e estímulo da economia e indústria do controle do crime, de outro. Sales (2007) sinaliza para o fato de que, apesar da priorização das políticas punitivas, elas não produziram resultados que comprovem a limitação do comportamento criminoso e violento.

Isso é passível de confirmação da política punitiva se atentarmos para o aumento progressivo de jovens em conflito com a lei “entulhados” nas Unidades de Internação ou nos presídios brasileiros. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a internação deve ser aplicada aos adolescentes autores de ato infracional por meio de grave ameaça ou violência contra a pessoa, pela reiteração no cometimento de outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta (art. 122; I, II, III).

Dessa forma, a internação seria aplicada em último caso e, em nenhuma hipótese deveria ser aplicada se houver outra sanção adequada<sup>33</sup>. No entanto, o que se percebe nas unidades do Brasil afora é a internação de adolescentes por crimes leves como furto, desacato,

---

<sup>33</sup> O ECA (art. 112) relaciona seis medidas socioeducativas que a autoridade competente pode aplicar ao adolescente autor de ato infracional: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e internação.

falsidade ideológica, ameaças, para os quais poderiam ser aplicadas outras medidas como, por exemplo, a semiliberdade (BRASIL, 2006a).

Os adolescentes entre 12 e 18 anos sentenciados por conflito com a lei são submetidos às medidas socioeducativas, estabelecidas pelo ECA. Levantamento realizado pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, em 2006<sup>34</sup> revela que, em outubro desse mesmo ano, existiam no Brasil 15.426 adolescentes internos no sistema socioeducativo de meio fechado. A maioria deles encontrava-se em regime de internação (10.446); outros, em internação provisória (3.746) e outros, ainda em semiliberdade (1.234).

Segundo Castro e Aquino (2008), entre as informações disponíveis sobre a situação dos jovens encarcerados, destaca-se o fato de haver uma grande concentração no regime fechado (38,7%) e nos estabelecimentos policiais (14%). Tal fato indica possíveis problemas na progressão penal (como apenados que já deveriam ter passado para regimes mais brandos) e no trâmite dos processos criminais – que submete réus em prisão provisória à privação de liberdade em estabelecimentos inadequados e ao tratamento penal por longos períodos.

No Brasil, a política pública que responde pelo controle da violência e pela garantia de segurança tem caráter repressivo e é centrada naquelas pessoas que cometeram algum ato infracional. Como bem ressaltam Castro e Aquino (2008):

Esta política está a cargo e é executada prioritariamente pelos governos estaduais e do Distrito Federal, por meio de um aparato composto, principalmente, por suas polícias militares e civis, seus tribunais de Justiça, seus ministérios públicos, suas defensorias públicas e seus estabelecimentos penais (prisões, cadeias públicas etc.). O governo federal, por meio do MJ, procura delinear algumas diretrizes gerais desta política e repassa recursos suplementares para algumas ações, além de ser responsável pela Polícia Federal, pela Polícia Rodoviária Federal e pelo sistema penitenciário federal, com atribuições distintas das instâncias estaduais (CASTRO e AGUINO, 2008, p. 68).

Os referidos autores acrescentam que a atuação desse complexo de justiça criminal se destina a todas as pessoas acima de 18 anos de idade, sendo que os adolescentes em conflito com a lei têm um sistema próprio de sanções pautado pelo ECA e regulamentado no Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas - SINASE.

---

<sup>34</sup> (BRASIL/MJ/SEDH/SPDCA, 2006). O levantamento foi realizado no período de 1/8/2006 a 15/8/2006 em todas as UIs, considerando-se os regimes de internação provisória e semiliberdade do país, com base em dados recebidos dos estados.

No entanto, observa-se que a ação de abordagem policial parece estar focada nos jovens e, ao se considerarem os abusos cometidos nesse tipo de ação, elas parecem atingi-los com maior intensidade. Entre os abusos, destacam-se a intimidação ou a ameaça, as agressões físicas e psicológicas. Com base em dados de pesquisa realizada no Rio de Janeiro<sup>35</sup>, Castro e Aquino (2008) indicam que a legitimidade da polícia pode estar abalada entre os jovens, mesmo que não só entre eles. As relações entre jovens e policiais são especialmente tensas em todo o Brasil. Para estes autores, se o papel da polícia é o de tratar todos os cidadãos igualmente, sem criminalizar nem vitimizar nenhum grupo populacional, o jovem, assim como outros grupos, não pode ser estigmatizado pelas forças de segurança do Estado (CASTRO e AQUINO, 2008, p.70).

Em síntese, a análise da relação entre juventude e segurança pública indica que as políticas públicas desenvolvidas na área caracterizam-se, sobretudo, pelo teor repressivo, especialmente aquelas ligadas à abordagem policial e ao sistema penal, reforçando a concepção da ação do Estado penal.

## **1.5 A Política Pública para a Juventude na Era Lula**

Embora já se perceba um novo movimento em termos de formulação e implementação de políticas de juventude, observa-se que, em sua maioria, na implementação ainda é tímido o exercício de novas concepções. Dessa forma, o que se percebe na prática e na literatura sobre o assunto é a repetição do modelo histórico das políticas sociais brasileiras que tem, entre suas características, a fragmentação, a seletividade/focalização e pouca consistência conceitual e programática.

A década de 1980 constituiu-se em palco de intensa propagação dos movimentos e mobilizações sociais em torno de distintas bandeiras de lutas, tendo em comum assegurar direitos sociais e a defesa da democracia. O processo constituinte permitiu a aglutinação de forças políticas organizadas, incluindo “militantes” dos movimentos sociais, dos organismos não governamentais e de técnicos de instituições governamentais em torno de bandeiras de lutas históricas.

---

<sup>35</sup> “Abordagem policial, estereótipos raciais e percepção da discriminação na cidade do Rio de Janeiro”. RAMOS, S.; MUSUMECI, L. **Elemento suspeito**: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Tais esforços se traduzem em particular, na institucionalização de importantes bandeiras de luta, por meio da Constituição Federal de 1988 das quais são expressões entre outras, as conquistas do Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente que conseguem incluir os artigos 227 e 228, e específicas, como aquelas relacionadas à seguridade social (art. 196) e à assistência social art. 203 e 204 como política pública e direito social, constituindo assim, base para a LOAS, para o ECA e, lamentavelmente, só mais de 15 anos depois, para a Política Nacional de Juventude.

Vale enfatizar, que tais conquistas se situam no contexto das lutas dos trabalhadores brasileiros e se relacionam com a capacidade e limites de mobilização da sociedade civil organizada em cada conjuntura histórica. A luta em torno do estatuto de política pública e direito social à assistência social no Brasil, bem como de criança e adolescente como sujeitos de direitos, não são recentes e vêm desde antes da Constituição Federal. No entanto, o ECA só foi aprovado em 1990 no fôlego das mobilizações e articulações que conquistaram garantias na Constituição Federal e a LOAS só conseguiu sua aprovação cinco anos depois de aprovada a nova Carta Magna.

Por outro lado, as lutas em torno das questões da juventude, não obstante a conquista de avanços em outros países da América Latina, só no acender das luzes do Século XXI, entre 2003 e 2005, conseguem impulsionar e pautar o debate na agenda pública, sendo, portanto, um debate recente e decorrente da aglutinação de distintas iniciativas, já mencionadas anteriormente, como ações de ONGs, o compromisso político de campanha do então candidato à Presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva, além de iniciativa da Câmara dos Deputados, confluindo em 2005 para a aprovação da Política Nacional de Juventude.

Mesmo assim, apesar da intensa mobilização social, observa-se uma baixa influência dos movimentos sociais no agendamento das necessidades da juventude enquanto prioridades de política pública para esse segmento e, em particular, para a juventude das classes populares, dado à agudização da pauperização, da desigualdade e da violência em relação a esse segmento.

No campo da assistência social, a Constituição Federal de 1988 e a LOAS estabelecem que a assistência social é um direito de base não contributiva, integrante da Seguridade Social, que objetiva prevenir e superar diferentes formas de exclusão, garantindo

padrões mínimos de cidadania. O formato institucional da LOAS prevê a descentralização, o comando único, a gestão compartilhada com a sociedade civil e o controle social. O financiamento da assistência legalmente conta com fontes definidas, orçamento assegurado e com gestão via Fundo de Assistência.

No entanto, o que se verifica na realidade é que a força da lei ainda não tem sido suficiente para a garantia efetiva da política de assistência social de forma geral e das demandas juvenis nessa área da política pública que se depara de forma recorrente com significativas dificuldades para se afirmar como promotora do exercício dos direitos sociais estabelecidos legalmente.

Dessa forma, esse item busca desvendar os antecedentes da Política Pública de Juventude no Brasil, sua eclosão na era FHC, culminando com a aprovação da Política Nacional de Juventude na Era Lula, seus desdobramentos e como se materializaram iniciativas e compromissos particularmente em relação à juventude brasileira, institucionalizados por meio das prioridades, programas e ações estabelecidas no Plano Brasil de Todos.

Sobre os antecedentes das políticas públicas de juventude no Brasil, se é que se podem considerar as iniciativas governamentais para esse segmento como políticas na devida acepção do termo, têm-se referências de um período recente. Em balanço feito sobre as políticas federais na década de 1990, Rua (1997) identificou que elas eram destinadas apenas ao conjunto da população, sem destinação específica para o público jovem e considerou o achado muito mais como um ‘estado de coisas’ do que um conjunto de decisões e ações orientadas para a resolução de questões sociais pautadas na agenda pública.

A discussão sobre políticas de juventude no Brasil vem desde muito antes da década de 1990 e tem envolvido os distintos setores da sociedade civil organizada, a academia, representantes de partidos políticos e mesmo setores do executivo e do legislativo. Além do mais, como nos demais países da América Latina, a presença da questão juvenil na agenda pública se relaciona com a visibilidade conquistada pelos jovens no processo de democratização do final da década de 1980.

Mas é na década de 1990 que a temática ganhou maior visibilidade, a partir de esforços conjuntos de pesquisadores, organismos internacionais, movimentos juvenis e

gestores municipais que destacam a particularidade da experiência social desta geração de jovens (Guia de Políticas Públicas de Juventude, 2006).

Segundo os achados de Sposito *et all* em pesquisa intitulada “Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas” e concluída em 2004, em 75 municípios brasileiros, de modo geral:

- Administrações do Partido dos Trabalhadores (PT) ou produtos de coalizão de frentes partidárias mais à esquerda têm constituído o campo mais intenso das ações para a juventude.
- Existem diferenças consideráveis nas prefeituras administradas por um mesmo partido, sugerindo que as experiências locais, os grupos políticos e os principais atores envolvidos conformam relevante diversidade no delineamento e nos pressupostos das iniciativas.
- A heterogeneidade ocorre também em termos dos ritmos diversos de consolidação ou implementação das ações destinadas à juventude, mas em geral todas são bastante recentes, tendo sido iniciadas em meados dos anos de 1990.

A emergência das ações federais ocorreu na segunda gestão do governo Fernando Henrique Cardoso, sobretudo a partir de 1997 num contexto de múltiplas determinações. De um lado, a caminhada para o final do século vislumbra, entre outros aspectos, no campo da infância e da juventude os 10 anos do ECA. De outro lado, vivencia um contexto de acirramento das desigualdades sociais, do desemprego, do aumento progressivo da relação entre juventude e violência e da ausência de uma pauta e debate sobre a questão da juventude na agenda pública que reduz as políticas de juventude a “um estado de coisas” como bem identificou Rua (1998).

Se o final da década de 1980 trouxe conquistas como a implementação formal dos direitos do cidadão e da seguridade social no Brasil, com a perspectiva de um Estado forte, no entanto, a década de 1990 se deparou com a restrição dos direitos e do Estado no contexto das reformas econômicas, sociais e políticas que conduziram à abertura da economia brasileira ao capital financeiro internacional, à privatização das estatais, à reforma da seguridade social e à reforma administrativa (FALEIROS *et al*, 2001, p.37).

Na verdade, a década de 1990 “pode ser vista como a da desregulamentação dos direitos sociais e de condições desfavoráveis para a melhoria das condições de vida” (FALEIROS *et al*, 2001, p.37). Mas essa década também foi palco da aprovação e implementação de leis importantes como o ECA e a LOAS. Ambas estão em consonância com a Constituição Federal de 1988, e a segunda apresenta a assistência social como política pública e direito do cidadão.

A aprovação do ECA no acender das luzes da última década do século XX traz consigo o desafio da implementação dessa nova institucionalidade, mudando a concepção de criança e de adolescente. No que concerne aos adolescentes em particular, estes deixam de ser vistos perante a lei como “menores” e passam a ser vistos como sujeitos de direitos. No entanto, cabe destacar de antemão que, com a aprovação do ECA, uma batalha foi vencida ao mesmo tempo em que outra se inicia, sob dois aspectos.

Primeiro, o desafio do reordenamento de todo o aparato institucional, tendo em vista que, para garantia dos direitos da criança e do adolescente, o ECA instituiu um conjunto de políticas, órgãos, instituições e serviços que se estruturam na forma de um Sistema de Garantias organizado nos eixos da promoção de direitos; controle social e defesa dos direitos, já mencionam Faleiros *et al* (2001).

O outro desafio a se enfrentar decorre da complexidade da questão que envolve dimensões culturais profundas na forma de se pensar a questão da infância e da adolescência, confrontando-se diferentes concepções, tanto no que se refere ao tratamento a ser dado a essa faixa etária da população e a seu desenvolvimento, como à garantia do seus direitos (FALEIROS *et al*, 2001, p.94).

Dessa forma, a década de 1990, no processo de implementação da nova institucionalidade preconizada pelo ECA, teve como ponto de partida a implantação e funcionamento dos Conselhos de Direitos, dos Conselhos Tutelares e dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nos três níveis da federação (nacional, estadual/distrital e municipal). Os Conselhos de Direitos, órgãos criados por meio de lei, são deliberativos, com representação paritária do governo e da sociedade civil organizada. O CONANDA foi criado pela Lei Federal 8.242 de outubro de 1991, no entanto, só iniciou suas atividades em 1993.

Em termos da efetividade das transformações previstas no ECA, como bem enfatiza Faleiros *et al* (2004) não é fácil dizer se estas podem ser determinadas por lei

ou se o são sobretudo, por meio de mudanças culturais. A determinação legal é importante para anular aqueles fatores que impõem empecilhos às mudanças, mas a participação concreta de todos os atores é um aspecto fundamental. A transformação da cultura popular e dos atores envolvidos na promoção, garantia e defesa dos direitos da criança e do adolescente pode suscitar mudanças nas estruturas técnicas e políticas (FALEIROS *et al*, 2004, p.).

Do ponto de vista de Sposito e *et all* (2006), a repercussão do assassinato do índio Galdino por jovens de camadas médias de Brasília, o clima de tensão acirrado pela mídia, decorrente das rebeliões de jovens em conflito com a lei nas dependências de várias unidades estaduais da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), trazendo a visibilidade da situação dos jovens das grandes metrópoles, ou seja, para a autora, esse clima dominante de percepções em torno da articulação entre juventude pobre e violência, agravado pela disseminação de tais práticas nas classes médias, provavelmente pode ter influenciado os municípios de modo geral, tendo em vista que a maioria das ações tem início a partir de 1997.

É possível também que a situação referida por Sposito *et all* (2006), aliada à conjuntura de crise acima mencionada, tenham trazido à tona mais detalhes da situação em que vivia a juventude brasileira naquele final de década. Nessa perspectiva, de acordo com Sposito *et all* (2006), no período entre 1997 e 2000, verifica-se a expansão dos programas (21%) nos municípios brasileiros, acentuada significativamente entre 2001 e 2004, quando foram computadas 64,8% das iniciativas de programas nos referidos municípios.

Portanto, as gestões municipais que vão de 1997 a 2000 e de 2001 a 2004 são, assim, responsáveis por quase 86% das ações. A pesquisa de Sposito *et all* atenta para a pouca efetividade dos dispositivos presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente no âmbito do Executivo municipal, logo após sua promulgação. Em termos das áreas às quais estão ligados os programas,

[...] de certo modo, obedecendo à trajetória das políticas públicas em nível federal para a juventude no Brasil, os dados obtidos revelam que os organismos responsáveis pelo maior número de programas levantados são as secretarias ligadas à assistência social/inclusão/ação social, com 23% de citações, seguidas pela secretarias de educação, que concentram 16,2 % das ações destinadas a essa faixa da população. Em terceiro lugar aparecem as secretarias municipais de cultura (12,2%), com índices bem próximos à área de esportes (SPOSITO *et all*, 2006, p.242).

Além disso, de acordo com a pesquisa, é possível observar que outras secretarias municipais contemplam iniciativas na forma de projetos ou programas para a juventude de modo mais esparso. Esses dados, apesar de não serem numericamente muito expressivos,

revelam que ocorre uma crescente abertura da temática juventude na agenda política dos governos municipais, incluindo novas áreas como habitação, turismo, segurança pública e cidadania, somando 11,7% das iniciativas.

De acordo com Sposito *et al*(2006), a predominância da área da assistência social sugere que as políticas de juventude despontam de maneira subsidiária à questão social, sendo consideradas um aspecto dessa grande problemática.

No entanto, deve ser questionada não apenas a condição de serem subtemas, mas o próprio fato de inscreverem-se as ações, de modo exclusivo, no âmbito da questão social, mesmo que alcancem em seu interior certa prioridade. Essa inscrição significa dar visibilidade e propor as políticas de juventude sempre subordinadas ao tema da questão social. Não é estranha, portanto, a reiteração das problemáticas da vulnerabilidade, do risco e da violência, como fatores que desencadeiam a ação tanto do Executivo municipal como do federal, a partir de meados dos anos de 1990 (SPOSITO *et al*, 2006, p.242).

Ou seja, as políticas de juventude no país não surgem com base na definição de um espaço de visibilidade da condição juvenil moderna, incluindo sua diversidade e uma concepção ampliada de direitos – os novos regimes de cidadania, mas como um elemento da questão social. Por esses motivos, a inclusão das ações de maneira predominante na esfera dos organismos da assistência traduz alguma coerência que dificulta, no entanto, a alteração de imagens que condensam estereótipos negativos em relação aos adolescentes pobres (SPOSITO, 2006).

Dessa forma, embora as primeiras ações de programas voltados especificamente para os jovens tenham surgido já no final da década de 1980, é na década de 2000, início de um novo século, que são propostas ações com pretensão de comporem instâncias coordenadoras de políticas de juventude. Vale enfatizar que, desde o princípio do governo Lula, os diferentes agentes e segmentos enfrentaram o desafio de adentrar a arena pública na tentativa de pautar uma agenda política, com a necessidade da garantia de direitos para os jovens brasileiros e para a implementação de políticas públicas adequadas.

Com base em estudo realizado por Sposito e Carrano (2003) sobre as ações do governo federal para os segmentos jovens na década de 1990, observam-se nitidamente três períodos. O primeiro, com a aprovação da Lei 8.060/90, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), decorrente da promulgação da Constituição Federal de 1988 e de intenso processo de mobilização da sociedade civil organizada. O ECA estabelece uma mudança de paradigma e de orientação na formulação e implementação de políticas para

crianças e adolescentes. Pelo menos do ponto de vista legal, eles conquistam maior visibilidade na condição de sujeitos de direitos e prioridade do Estado, da família e da sociedade.

No segundo período, de 1999 a 2002, durante o segundo mandato do governo FHC, surgem distintas ações federais voltadas direta ou indiretamente para os jovens e desenvolvidas em parcerias com organizações da sociedade civil e prefeituras municipais.

Conforme tabela a seguir, construída com base em estudo realizado por Sposito e Carrano (2003), entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003, verifica-se a existência de 30 programas ou projetos governamentais e 3 ações não governamentais de abrangência nacional, surgidos a partir do Programa Comunidade Solidária, ressaltando que 18 programas e projetos foram criados no segundo mandato de FHC, o que evidencia a eclosão da temática no governo brasileiro, mesmo que permeada por traços de fragmentação setorial e pouca consistência conceitual e programática.

**TABELA 1: MATRIZ CONSOLIDADA DE PROGRAMAS E PROJETOS FEDERAIS POR MINISTÉRIO E PERÍODO (1995 A 2002)<sup>36</sup>**

| MINISTÉRIO                                     | Nºde Programas /Projetos | Período do Programa |                |                |                |
|--|--------------------------|---------------------|----------------|----------------|----------------|
|  |                          | Antes de 1995       | De 1995 a 1998 | De 1999 e 2002 | Sem Informação |
| Ministério da Educação                         | 05                       | 01                  |                | 03             | 01             |
| Ministério do Esporte e Turismo                | 06                       |                     | 02             | 03             | 01             |
| Ministério da Justiça                          | 06                       |                     |                | 04             | 01             |
| Ministério da Saúde                            | 01                       | 01                  |                |                |                |
| Ministério do Trabalho e Emprego               | 02                       |                     | 01             | 01             |                |
| Ministério da Assistência e Previdência Social | 03                       |                     |                | 02             | 01             |
| Ministério da Ciência e Tecnologia (CNPq)      | 02                       | 01                  |                | 01             |                |
| Presidência da República                       | 06                       |                     | 02             | 03             | 01             |
| Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão  | 01                       |                     |                | 01             |                |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário          | 01                       |                     | 01             |                |                |
| <b>Total</b>                                   | <b>33</b>                | <b>03</b>           | <b>06</b>      | <b>18</b>      | <b>05</b>      |

O terceiro período, a partir de 2003, corresponde ao primeiro mandato do Presidente Lula, eleito com base democrática e popular. Nesse período, o tema das políticas públicas de juventude, assim como várias outras demandas da sociedade civil organizada, não tiveram o retorno imediato esperado em termos de prioridade política que permitisse superar as ausências, inconsistências e fragmentações dos governos anteriores.

<sup>36</sup> Matriz construída a partir do estudo de Sposito e Carrano (2003).

De acordo com Sposito e Carrano (2003), ainda que parcialmente, as recentes ações voltadas para os jovens oxigenaram as políticas públicas voltadas para esse segmento. No entanto, no tocante ao conjunto do segmento juvenil, em particular aqueles acima de 18 anos de idade que não mais estão sobre a proteção incondicional do ECA, inexistem modelos democráticos e colegiados de relacionamento participativo.

Não obstante a mudança de concepção teórica que permeia a Política Nacional de Juventude, ainda existem muitos desafios para a construção de uma política de consistência conceitual, seja do ponto de vista de sua formulação, implementação e avaliação, seja na forma como essas políticas dizem respeito às reais necessidades dos jovens brasileiros de forma democrática e participativa. Como bem mencionam Sposito e Carrano (2003),

[...] as ações desarticuladas e a superposição de projetos com objetivos, clientela e área geográfica de atuação comuns, exprimem a frágil institucionalidade das políticas federais de juventude. As diferenças de concepções, longe de significarem a pluralidade dos que dialogam, revelam a incomunicabilidade no interior da máquina administrativa (SPOSITO e CARRANO, 2003, p.30).

Com o processo de discussão da Política Nacional de Juventude, vislumbra-se uma ressignificação e redimensionamento conceitual e metodológico dos programas e projetos na área da juventude. Não obstante, levanta-se a indagação de que os programas, projetos e ações continuam sendo desenvolvidos de forma desarticulada, e apresentando superposição, fragmentação e focalização de ações. Os programas e projetos federais apresentam diversidade de propósitos e de critérios de acesso dos usuários.

Nos primeiros anos do século XXI, três processos de abrangência nacional pautaram o debate sobre as políticas públicas de juventude no Brasil, envolvendo atores públicos e das organizações não governamentais: o Projeto Juventude, da organização não governamental Instituto Cidadania, a Comissão Especial sobre Políticas Públicas para Juventude da Câmara dos Deputados e o Grupo de Trabalho Interministerial de Políticas para a Juventude<sup>37</sup>. Tais processos culminaram com a formulação da Política Nacional de Juventude que dispõe sobre o arcabouço normativo para orientar a implementação das políticas públicas de juventude<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> (cf. IBASE e PÓLIS - Marco Zero, 2004 e UNESCO, 2004).

<sup>38</sup> É importante a permanente atenção para o fato de que já existe aparato normativo para os adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos estabelecido pelo ECA.

Em 2005, foi instituído o Plano ou Política Nacional de Juventude - PNJ. A Medida Provisória, posteriormente transformada em Lei pelo Congresso Nacional, cria o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE<sup>39</sup>, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), voltado para os segmentos da população na faixa etária de 18 a 24 anos de idade.

Do ponto de vista de sua implementação, observa-se que o modelo das políticas públicas de juventude em vigor no Brasil não tem permitido o acesso da maioria dos jovens, contribuindo para o estreitamento da distância entre o que estabelece a Constituição Federal, em termos dos direitos sociais e a garantia desses direitos. A forma como essas políticas têm sido implementadas no Brasil não tem interagido com o projeto social baseado na democracia, que se vincula ao jovem enquanto sujeito de direitos.

De antemão, com base em pesquisa exploratória e em particular, no estudo de Sposito e Carrano (2003), observam-se os seguintes aspectos na implementação dos programas, projetos e ações:

- a) Não existe articulação entre gestores, executores, parceiros e usuários das políticas públicas de juventude;
- b) Do ponto de vista da sua execução, ela não ocorre de forma articulada às concepções da Política Nacional de Juventude em termos de conceitos, diretrizes, estratégias para o desenvolvimento das ações etc.;
- c) Evidencia-se que continuam seguindo a perspectiva do favorecimento de grupos, estados ou municípios específicos sem mecanismos de controle mais efetivos pela sociedade civil e reproduzindo o clientelismo político; e

---

<sup>39</sup> Criado pela Lei 11.129/2005. É um órgão consultivo com o objetivo de assessorar a Secretaria Nacional de Juventude. É composto por 40 Conselheiros representantes da sociedade civil escolhidos entre entidades, movimentos e redes de jovens, de organizações não-governamentais que atuam na área da juventude e de especialistas na temática da juventude e 20 Conselheiros do poder público representantes dos Ministérios que realizam programas e ações destinadas aos jovens, representantes do Fórum de Gestores Estaduais e da Frente Parlamentar de Políticas Públicas de Juventude e das entidades municipalistas. Vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) é responsável por articular os programas e projetos, em âmbito federal, voltados aos jovens com idade entre 15 e 29 anos; fomentar a elaboração de políticas públicas para o a juventude no âmbito municipal, estadual e federal; interagir com os poderes Judiciário e Legislativo na construção de políticas amplas; e promover espaços para que a juventude participe da construção dessas políticas (Guia de Políticas Públicas de Juventude, 2006).

- d) No que se refere aos convênios entre governo e sociedade civil organizada, menos que parceria, observa-se uma forma mercantil de prestação de serviços no chamado “mercado (do) social”, como denomina Sposito e Carrano (2003).

Na verdade, observa-se que, embora os direitos sociais estejam garantidos legalmente na Constituição Federal de 1988, as políticas públicas de juventude, além de limitadas, sugerem a indagação acerca da qualidade do acesso dos jovens a tais políticas. Ainda nos casos em que o acesso existe, não favorece a diminuição do fosso entre o que estabelece a Constituição Federal em termos dos direitos sociais e a garantia desses direitos de forma efetiva pelos jovens, com participação da sociedade por meio do controle social e de sua influência no orçamento.

Nesse contexto, observa-se que a situação dos jovens e das políticas públicas destinadas a eles é reveladora da fragilidade do projeto democrático voltado para a construção de direitos que, embora inscritos na Lei Magna do país, tendem a virar letra morta. Existe no país uma quantidade considerável de jovens que tem sido submetida a diferentes formas de violações de direitos fundamentais, dispostos na legislação brasileira e em distintos Tratados e Convenções internacionais, das quais o Brasil é signatário (Política Nacional de Juventude, 2006).

Para Sales (2007), a efetivação dos direitos remete à política e à capacidade de organização e de mobilização de todos e de cada um. Para essa autora, mesmo diante do longo percurso de construção social dos direitos civis, políticos e sociais, vários sujeitos sociais, grupos, coletividades e nações continuam sem ter o direito a ter direito: a decidir livremente quanto ao seu destino e a ter garantia da proteção social e pública.

Na análise das políticas públicas de juventude, em particular, assume-se a compreensão dos jovens como sujeitos de direitos, atores estratégicos do desenvolvimento e que enfrentam diversas vulnerabilidades; da necessidade da adoção de um enfoque integrado e transversal, que possibilite agregar esforços institucionais e organizacionais provenientes da lógica setorial, trabalhando em conjunto com os próprios jovens e com outros atores sociais que mantêm relações com eles.

O recorte histórico leva em consideração, de um lado, o acirramento das desigualdades sociais e de outro, o fortalecimento dos processos de democratização e de mobilização encampados pela sociedade civil organizada, com significativa participação dos

jovens como protagonistas, além da perspectiva de insistir e persistir na garantias de direitos imersos na nova institucionalidade vislumbrada pela Constituição Federal de 1988.

No Brasil do início do Século XXI, aprovada em 2005, a PNJ inaugura um novo paradigma, sistematizando e estabelecendo inovações no enfoque e concepção na abordagem das políticas públicas de juventude, compreendendo conceitos, estratégias, diretrizes etc. Essa Política articula temas que contemplam três dimensões relevantes da juventude brasileira como: desenvolvimento integral, qualidade de vida e vida segura, as quais deram nome às Câmaras Temáticas, sugerindo mecanismos que permitam efetivar a transversalidade do tema juventude, integrando políticas estruturais, emergenciais e específicas.

A Política Nacional de Juventude recomenda ainda, na discussão de cada temática, a inserção da questão da participação juvenil, das particularidades das juventudes como a juventude rural e a urbana, da diversidade de gênero, étnica e raça e, de orientação sexual, além dos jovens com deficiência.

O tema do Desenvolvimento Integral em sua respectiva Câmara destaca a interseção entre educação, trabalho, cultura e tecnologia de informação. A concepção de desenvolvimento integral da juventude, levando em consideração várias dimensões, quer em nível da realização e história da vida pessoal, ou ao longo da vida, propõe que as políticas de juventude, mesmo com enfoque setorial, devem ser analisadas em termos de integralidade ou efeitos mútuos interativos em relação a diferentes dimensões.

Já o tema da Qualidade de Vida enfatiza a importância de ampliar acessos dos jovens aos equipamentos de saúde, esporte lazer e à sustentabilidade socioambiental. A Câmara dessa temática compreende que qualidade de vida é um conceito em constante movimento de construção e reconstrução e a define como uma aspiração coletiva e individual a ser efetivada mediante uma equidade de acessos e da ampliação de oportunidades em distintas dimensões coletivas e individuais. Nesse sentido, refere-se também às possibilidades de experimentações, opções, acessos e exclusões de distintos segmentos da juventude.

O terceiro tema é o da Vida Segura e investe na articulação entre a universalidade dos direitos humanos e a valorização da diversidade para fazer frente às violências físicas e simbólicas. A Vida Segura é considerada pela Câmara Temática não somente no sentido de salvaguardar e preservar a vida dos/das jovens em sua dimensão mais simples e básica, mas

sim no sentido de respeitá-la e promovê-la, levando em conta as condições da juventude e seu mosaico diverso de identidades e experiências.

A PNJ destaca três níveis de atividades do governo federal voltados especificamente para a juventude ou com implicações na sua vida, Políticas Estruturais, Programas e Ações, conforme quadro abaixo.

**QUADRO 1: TIPOLOGIA DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E AÇÕES PARA A JUVENTUDE SEGUNDO A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE**

| Atividades                   | Conceito  | Exemplos  |
|------------------------------|---|---|
| <b>Políticas Estruturais</b> | São políticas continuadas, relacionadas à garantia de direitos fundamentais.  | Ampliação do acesso ao ensino superior e médio; Ampliação do ensino profissional; Educação do Campo; Expansão do ensino de jovens e adultos; Educação para a diversidade.   |
| <b>Programas</b>             | São programas governamentais, subordinados ou não às políticas estruturais, que em geral têm prazo definido de existência e têm o objetivo de atuar sobre uma realidade social mais específica ou circunscrita. | A grande maioria dos programas iniciados na gestão 2003-2008 do Governo Federal: Projeto Agente Jovem, Projeto Rondon, Projeto Soldado Cidadão, Programa Nossa Primeira Terra, Programa PRONAF Jovem, Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego (PNPE), Programa Brasil Alfabetizado, Programa Escola Aberta, Programa Escola de Fábrica, Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), Programa Universidade para Todos (ProUni), Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), Diversidade na Universidade, Programa de Apoio à extensão universitária pra políticas públicas (ProExt), Programa Terra Negra. |
| <b>Ações</b>                 | Trata-se de ações de curto prazo ou restritas a um público determinado. Articulam-se ou não com as políticas estruturais e os programas.  | Consórcio Social da Juventude, Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio, Pontos de Cultura (Cultura Viva), Diversidade Sexual nas Escolas.   |

Fonte: Política Nacional de Juventude (2006)

No que se refere às premissas da Política Nacional de Juventude, destacam-se entre as recomendações, que cada Câmara deve levar em consideração a questão da participação juvenil e das particularidades dos jovens.

Em termos do envolvimento dos diferentes atores sociais nas políticas para a juventude, embora existam experiências de formulação de políticas de juventude que têm provocado organizações dos próprios jovens, instituições públicas e da sociedade civil a participarem do debate, na verdade, ainda se percebe como um grande desafio analisar as formas de inserção política dos jovens nos processos de discussão e de definição de ações que lhes afetarão diretamente, tendo em vista não serem, historicamente, uma prática comum no país. Distintas pesquisas têm reafirmado o baixo nível de participação social, cultural e política dos jovens brasileiros. A exemplo tem-se:

[...] o que se vê mais comumente é a reprodução de uma cultura política que entende o (a) jovem como objeto de políticas e ações públicas – muitas vezes carimbadas pelo rótulo do protagonismo juvenil - sem incorporar efetivamente representantes

das diversas juventudes na concepção, execução e monitoramento das mesmas (IBASE e PÓLIS, 2004a).

É importante salientar que a participação juvenil nos processos acima mencionados tem ocorrido mediante organizações e movimentos de jovens nos distintos espaços, o que não tem acontecido senão com intensas críticas, no sentido dos limites da participação, das metodologias adotadas que restringiram a participação juvenil e da publicização da participação juvenil nos documentos produzidos.

Deve-se admitir que a abertura de canais de participação não é suficiente para garantir a democratização do debate público. As experiências revelam velhas práticas de assistencialismo, paternalismo e vícios no relacionamento com os jovens, tais como a utilização de jovens militantes partidários ou envolvidos em programas/projetos governamentais como “massa de manobra” para garantir a defesa de propostas pré-definidas. Há também o pouco investimento na divulgação dos eventos, resultando no seu esvaziamento, sobretudo no que se refere à participação dos jovens.

Finalmente, em síntese, observa-se que a análise das políticas públicas e em particular aquelas destinadas à juventude, toma-se como referência a Constituição Federal de 1988, considera a relação entre Estado e Sociedade e as alterações que sofreram as políticas públicas no Brasil com o impulso da ofensiva neoliberal, que configura uma tensão entre projetos societários distintos. Assume-se a compreensão, como bem afirmou Pereira, que atualmente se vive um ciclo de desenvolvimento capitalista complexo e sofisticado, caracterizado por um processo de globalização, monitorado pela ideologia neoliberal.

Para os neoliberais, as políticas sociais são um dos principais entraves ao desenvolvimento capitalista e responsáveis, em grande medida, pela crise que vive a sociedade. Como foi constatado, Pereira (2006) aponta a necessidade de se reconhecer que se convive com um conjunto de inseguranças sociais peculiares a um novo tipo de sociedade. Para ela, se antes os riscos ligados ao ciclo de vida das pessoas estavam, sobretudo, na infância e na velhice, atualmente, tendem a se estender a todos, incluindo de forma perversa em particular os jovens e as mulheres.

Em se tratando dos jovens, eles vêm progressivamente se sobressaindo no cenário das “vulnerabilidades” como mortes violentas, uso/tráfico de drogas, Aids, conflito com a lei etc. Uma parte considerável deles sequer ingressa no mercado de trabalho e outra se submete ao trabalho informal e precarizado, aumentando de forma considerável as situações

de vulnerabilidade. As situações a que estão submetidos em sua condição juvenil são mais agravadas para aqueles jovens das classes populares. Nessa perspectiva, a condição juvenil como questão social não pode ser entendida como um fenômeno isolado, mas no contexto do neoliberalismo que reconfigura e traz complexidades ao atual ciclo de expansão do capitalismo.

Assim, as respostas às questões impostas à juventude também apresentam mudanças. Historicamente, as Políticas Públicas para os jovens brasileiros têm sido excludentes. O Brasil entra no Século XXI com mais de 50 milhões de jovens de 15 a 29 anos. Desse total, 10,262 milhões são adolescentes de 15 a 17 anos, 34,1 milhões são jovens de 15 a 24 anos. Para a juventude, em especial aquela das classes populares e sem condições de acesso às redes sociais de proteção, as consequências do fortalecimento do neoliberalismo no país ao longo dos últimos dez anos se evidenciaram nas ações governamentais fragmentadas do governo federal, estadual e municipal. Embora já se perceba um novo movimento no tocante às políticas de juventude, observa-se que ainda é tímido o exercício de novas concepções. O que se percebe na prática e na literatura sobre o assunto é a repetição do modelo histórico das políticas sociais brasileiras que tem, entre suas características, a fragmentação, seletividade/focalização, pouca consistência conceitual e programática.

A década de 1980 constituiu-se em palco de intensa propagação dos movimentos e mobilizações sociais em torno de distintas bandeiras de lutas, tendo em comum assegurar direitos sociais e a defesa da democracia. Mesmo assim, observa-se uma baixa influência dos movimentos sociais no agendamento das necessidades da juventude enquanto prioridades de política pública. Sposito e Carrano (2003) destacam que as ações do governo federal para a juventude podem ser divididas em três períodos: o primeiro, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente; o segundo período, durante o segundo mandato do governo FHC, com ações desenvolvidas em parcerias com organizações da sociedade civil e prefeituras municipais; e o terceiro período, a partir de 2003, no primeiro mandato do Presidente Lula, no qual, é possível destacar a aprovação da Política Nacional de Juventude.

Com tal Política foi dada maior visibilidade à questão juvenil, com a possibilidade das demandas da juventude saírem da não-existência, ou da condição de “estado de coisas”, propiciando tornar presente os seus problemas, inserindo-os nas pautas de discussão do governo e da sociedade e apresentando respostas por meio de políticas públicas. Isso foi possível pela ação conjunta dos movimentos sociais e populares, por organizações não

governamentais e por segmentos do governo, entre outros, resultando, em 2005, na criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude, do ProJovem e em 2007, da 1ª Conferência Nacional de Juventude.

Finalmente, concordando com Sposito e Carrano (2003), ainda que parcialmente, as recentes ações voltadas para os jovens oxigenaram as políticas públicas voltadas para esse segmento. No entanto, no tocante ao conjunto do segmento juvenil, em particular aqueles acima de 18 anos de idade que não mais estão sobre a proteção incondicional do ECA, inexistem modelos democráticos e colegiados de relacionamento participativo.

## **CAPÍTULO II: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO PLANO BRASIL DE TODOS: PPA 2004-2007**

Este segundo capítulo, analisa as políticas destinadas à juventude à luz do Plano Plurianual (PPA 2004-2007)<sup>40</sup> também conhecido como Plano Brasil de Todos. Primeiro, examina o projeto de governo que o fundamenta, no sentido de vislumbrar as bases democráticas para o enfrentamento da política de juventude na perspectiva de construção da cidadania e configurar um panorama dos programas voltados para a Juventude.

Para maior aprofundamento e compreensão do tratamento dado à juventude brasileira, no Plano Brasil de Todos busca-se empreender uma análise, identificando como essa temática se manifesta e as ações voltadas para ela, de forma a configurar um panorama dos programas, dos projetos e dos serviços federais, do orçamento e da participação.

Diante do panorama das ações federais para a juventude no período do Plano Brasil de Todos, o segundo item aborda o processo de implementação das políticas públicas de juventude no âmbito da assistência social e o terceiro analisa a implementação da política de assistência social, de forma descentralizada, no Distrito Federal .

Por fim, o quarto item analisa a percepção dos atores envolvidos na política de juventude no âmbito do Distrito Federal sobre os programas, orçamento e participação desenvolvidos pelo GDF para o segmento juvenil.

---

<sup>40</sup> Aprovado pela Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004). Esse PPA foi elaborado e encaminhado ao Congresso Nacional no ano de 2003 em consonância com o estabelecido na Constituição Federal, mas somente foi aprovado em julho de 2004, já no meio do segundo ano de mandato do Governo Lula. Sua implementação foi concluída em 2007, no primeiro ano do segundo mandato do mesmo governo. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Plano Plurianual define as prioridades do governo a cada quatro anos, sendo redefinido e reiniciado no segundo ano de mandato de um presidente com término no primeiro ano de mandato do seguinte. A lei que o instituir deve estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para aquelas referentes aos programas de duração continuada (CF, art. 165 §1º).

## 2.1 Prioridades do Plano Brasil de Todos para a Juventude

Este item apresenta um panorama das prioridades do Plano Brasil de Todos para a Juventude, compreendendo-o para além de uma peça orçamentária que organiza e orienta a atuação governamental em médio prazo. Este Plano (cf. PPA 2004-2007) vislumbra uma perspectiva de projeto societário, ao ordenar os objetivos, metas e desafios governamentais e ao explicitar suas diretrizes estratégicas, suas dimensões sociais e econômicas e sua relação com a sociedade.

Levando em conta que o governo Lula se elegeu em meio a uma intensa esperança de mudanças, confrontando com a contrarreforma neoliberal e suas mazelas, a expectativa era a de que o Plano Plurianual manifestasse a consonância entre governo, sua base institucional de apoio e o eleitorado. Como afirma Behring et al, “Os primeiros sinais quanto à construção do PPA foram alentadores: pela primeira vez, o governo federal abriu-se para um debate democrático com a sociedade e seus diversos segmentos” (BEHRING *et al* 2006, p.140).

O Plano apresenta uma concepção da relação que estabelece entre Estado e sociedade, desde a forma como procede à participação social na sua elaboração, à definição das reais necessidades, das prioridades para o país e os recursos com os quais pode contar para a implementação de tais prioridades.

O Plano Brasil de Todos situa-se num contexto de intensas complexidades que envolvem distintas tensões de cunho políticas e econômicas. Ele é implementado no âmbito de uma cultura com os resquícios da ausência de participação da sociedade no processo de pensar, discutir e formular os Planos Plurianuais enquanto mecanismo constitucional de definição das ações governamentais para a sociedade. Até então, esse processo tem se desenvolvido em bases tecnocráticas, os quais são percebidos aos olhos da população, aliados às Leis Orçamentárias, muito mais como uma “caixa preta” de difícil acesso e restrita aos técnicos e burocratas.

A esse respeito, Behring *et al* (2006) lembra que o segundo Plano Plurianual do governo Fernando Henrique Cardoso, denominado de Avança Brasil, foi elaborado por meio de encomenda a uma equipe técnica de empresa privada. Mas há que se considerar que essa situação vem se modificando progressivamente. Segundo a autora,

A pesquisa nas universidades e várias instituições, ONGs e movimentos sociais vêm dando mais atenção à questão orçamentária, gerando produção de textos e reflexões,

e também articulações políticas para interferir no processo de definição do orçamento público, a exemplo da organização do Fórum Brasil do Orçamento (BERING *et al* 2006, p.140).

Além dessas, é possível destacar outras iniciativas, a exemplo da discussão e acompanhamento do Orçamento Criança em nível nacional, da recente mobilização em torno do Orçamento Criança no Distrito Federal, por meio da criação do Fórum de Monitoramento do Orçamento Público destinado a crianças e adolescentes do Distrito Federal – Fórum OCA/DF e da elaboração Relatório do Orçamento Criança, implementado pelo Governo do Distrito Federal referente aos anos de 2005 e 2006. Entretanto, como bem assinala Behring *et al* (2006), as possibilidades acadêmicas e políticas apresentadas na esfera orçamentária ainda não se encontram exploradas de forma suficiente.

O Plano em questão tem como objetivo inaugurar como estratégia de longo prazo a inclusão social e desconcentração da renda com o crescimento do produto e do emprego; crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos, e por elevação da produtividade; redução da vulnerabilidade externa por meio da expansão das atividades competitivas que viabilizam esse crescimento sustentado; e fortalecimento da cidadania e da democracia (BRASIL, 2003a, p.15).

Destaca como problemas fundamentais a serem enfrentados, a concentração da renda e da riqueza, a exclusão social, a baixa criação de emprego e as barreiras para a transformação dos ganhos de produtividade em elevação de rendimentos da maioria das famílias trabalhadoras (BRASIL, 2003a). O Anexo I do PPA acrescenta entre os problemas fundamentais a enfrentar, a pobreza, o desrespeito aos direitos fundamentais da cidadania e a degradação ambiental (BRASIL, 2003b).

O processo de elaboração do Plano Brasil de Todos buscou apresentar-se de forma diferenciada e inovadora, privilegiando a participação da sociedade civil organizada, desde reuniões preparatórias e de capacitação das entidades, visando a elaboração de proposta para o Plano, o que pode ser considerado como uma inovação importante.

Nessa perspectiva, contou com a realização de 27 Fóruns de Participação Social nos 26 Estados e no Distrito Federal. Inúmeras organizações de todo o país participaram dos debates, incluindo centrais sindicais, associações e federações empresariais, organizações não

governamentais, movimentos populares, instituições religiosas e científicas, configurando uma grande mobilização nacional.

Como pode ser conferido no Relatório de Avaliação<sup>41</sup> do PPA, este contou com uma Orientação Estratégica de Governo que se desdobra em cinco dimensões, articuladas em 3 megaobjetivos, que se alargam em 30 Desafios (cf. Anexo II), os quais explicitam os alvos a serem atingidos para promover o desenvolvimento. Tais desafios são enfrentados por meio de cerca de 350 programas e 5.000 ações que foram executados com seus respectivos recursos, e metas (BRASIL, 2008c; p.13).

Os três megaobjetivos correspondem a cinco dimensões da estratégia: dimensão social, que visa à inclusão social e à redução das desigualdades sociais, com 10 desafios; as dimensões econômica, regional e ambiental, que objetivam o crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, com 11 desafios e a dimensão democrática, direcionada à promoção e à expansão da cidadania e ao fortalecimento da democracia, com 9 desafios.

De acordo com a Mensagem Presidencial de apresentação, o Plano inova na gestão das políticas sociais e nos esforços de promover a articulação das políticas, impondo maior ênfase à descentralização das ações em direção aos Estados e Municípios, à transparência das informações e dos processos decisórios e ao reforço da participação e controle social.

Do total de 350 programas federais que constam do Plano em estudo (vide Relatório do PPA 2004-2007) foram identificados 56 programas<sup>42</sup>, distribuídos nos desafios dos três megaobjetivos em 20 órgãos governamentais como Ministérios, Secretarias Especiais e Gabinete da Presidência da República com ações que mencionam a juventude em uma ou algumas das seguintes categorias dos programas: título, objetivos, público-alvo, indicadores ou atividades (cf. Anexo VIII), ou ainda considerados estratégicos para a juventude, a exemplo daqueles da área da cultura, da saúde, do trabalho etc.

---

<sup>41</sup> Menciona-se o Relatório do Plano, tendo em vista que o Plano em si, sofreu vetos, passou por revisões e alterações, constituindo-se o relatório, portanto, no documento que mais retrata a implementação do Plano Plurianual.

<sup>42</sup> Cf. Anexo IV. Além desses, foi identificado o programa Difusão e Popularização da Ciência voltado para alunos e outros, que foi excluído do PPA e o programa Ver Cinema, Ser Brasil e Redução da Demanda e da Oferta de Drogas que constavam da proposta do Plano, mas não foi identificado nos Relatórios de Avaliação do PPA 2004 2007.

**QUADRO 2: CONSOLIDADO DO NÚMERO E MODALIDADE DE PROGRAMAS PARA A JUVENTUDE NO PPA 2004-2007**

| <b>Órgão</b>  | <b>TOTAL</b> |
|---|--------------|
| Ministério da Educação  | 08           |
| Ministério da Saúde   | 06           |
| Ministério do Desenvolvimento Social                            | 05           |
| Ministério da Cultura   | 05           |
| Ministério do Trabalho e Emprego                                | 05           |
| Secretaria Especial de Direitos Humanos                         | 05           |
| Ministério dos Esportes   | 04           |
| Ministério da Defesa  | 04           |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário                           | 03           |
| Gabinete da Presidência da República                            | 01           |
| Ministério da Ciência e Tecnologia                              | 01           |
| Ministério da Fazenda   | 01           |
| Ministério da Integração Nacional                               | 01           |
| Ministério da Justiça   | 01           |
| Ministério das Cidades  | 01           |
| Ministério das Comunicações                                     | 01           |
| Ministério do Meio Ambiente                                     | 01           |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão                  | 01           |
| Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres               | 01           |
| Secretaria Especial de Políticas de Proteção à Igualdade Racial | 01           |
| <b>TOTAL</b>  | <b>56</b>    |

Como indica o quadro acima, a maior concentração encontra-se no Ministério da Educação, com oito programas, seguido do Ministério da Saúde com seis programas. Em terceiro lugar, com cinco programas cada um, encontram-se: o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Cultura, o Ministério do Trabalho e Emprego, e a Secretaria Especial de Direitos Humanos. O Ministério dos Esportes e o Ministério da Defesa aparecem com quatro programas, cada um. Em seguida, encontram-se, com três programas, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Defesa. No patamar dos órgãos que possuem apenas um programa, encontram-se: o Gabinete da Presidência da República, o Ministério da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Integração Nacional, da Justiça, das Cidades, das Comunicações, do Meio Ambiente, do Planejamento, do Orçamento e Gestão, além das Secretarias Especiais de Políticas para as Mulheres e de Proteção da Igualdade Racial.

É importante assinalar a existência de outros levantamentos de políticas públicas para a juventude, não necessariamente com a mesma quantidade de programas ou mesmo com

resultados distintos<sup>43</sup>. Neste estudo, reafirma-se, optou-se por seguir os programas elencados no PPA 2004–2007.

Os programas identificados podem ser distribuídos, para efeito de análise, em 14 áreas: assistência social, educação, trabalho e emprego, cultura, tecnologia (da informação, do conhecimento, da comunicação), saúde, esporte, produtividade, etnia/raça/gênero, reforma agrária, cidadania, direitos humanos e segurança pública, qualidade de vida e meio ambiente, defesa nacional (cf. Anexo I). Dessas áreas, sete encontram-se entre as Metas Prioritárias do governo conforme pode ser verificado no quadro abaixo e referem-se ao trabalho e ao emprego, á educação, á saúde, à assistência social, à reforma agrária, á tecnologia e ao meio ambiente.

No entanto, entre essas Metas Prioritárias, apenas na da educação e do trabalho e emprego encontram-se indicativos de programas para a juventude. No tocante especificamente à da educação, fica implícita a juventude ao projetar a erradicação do analfabetismo no Brasil e explícita, ao prever uma taxa de 100% da população com idade entre 7 a 14 anos na escola. Na meta do emprego, poderá estar incluída a juventude se forem considerados os números do programa Primeiro Emprego no conjunto da criação de 7, 8 milhões de postos de trabalho (BRASIL, 2003a).

**QUADRO 3: PLANO BRASIL DE TODOS - PPA 2004-2007 - METAS PRIORITÁRIAS**

| Meta   | Itens   |
|--|---|
| 1. Emprego, PIB e Exportação                   | Criação de 7, 8 milhões de postos de trabalho com expansão das taxas de crescimento do PIB, acumulando 18% até 2007. Evolução favorável do balanço de pagamentos por meio do crescimento das exportações. |
| 2. Educação                                    | Erradicação do analfabetismo no Brasil. 100% da população com idade entre 7 a 14 anos na escola.  |
| 3. Saúde                                       | Cobertura em 2007 de 100 milhões de pessoas com as Equipes de Saúde da Família.   |
| 4. Saneamento                                  | Aumento da cobertura do abastecimento de água (de 92,4% para 93,5%) e de coleta de esgoto (de 50,9% para 57,9%).  |
| 5. Habitação                                   | Redução do déficit de habitações em 10% até 2007.   |
| 6. Assistência Social – Transferência de Renda | Atendimento de 100% das famílias pobres em 2006. Ampliação da cobertura a partir de 2007, para famílias com renda um pouco superior à da linha da pobreza.  |
| 7. Reforma Agrária                             | Fortalecimento da Agricultura Familiar, permitindo o acesso de 3,7 milhões de famílias ao PRONAF. Assentamento sustentável de 265, 4 mil famílias.  |
| 8. Ciência & Tecnologia                        | Aumento em aproximadamente 60% do número de doutores formados por ano.  |

<sup>43</sup> UNESCO 2004, Brasil 2005. Além desses, existe a iniciativa do Grupo de Trabalho Interministerial para Políticas de Juventude (cf. UNESCO, 2004, p.172) a que não se teve acesso durante o presente estudo e uma edição especial do IPEA do Caderno Políticas Sociais, Acompanhamento e Análise Nº 13 que analisa as políticas públicas de forma geral, no período de 1995 a 2005 e na qual se destacam programas para a juventude. Diante do universo de 350 programas constituintes do Plano Plurianual e de que alguns projetos e ações possam estar dispersos no âmbito dos distintos programas é possível que possa ter sido desconsiderado algum programa que tenha a juventude implicitamente como campo de intervenção.

|  |  |
|--|--|
|  | Aumento em 80% dos depósitos brasileiros de patentes.  |
| 9. Tecnologia da Informação e Inclusão Digital | Aumento das exportações de <i>software</i> para US\$ 1 bilhão.   |
| 10. Agricultura e Pecuária                     | Aumento da safra de grãos para 150 milhões de toneladas em 2007. Triplicar o volume de exportação de carne.  |
| 11. Micro e Pequenas Empresas                  | Duplicação da participação das MPEs nas exportações. Direcionamento de 2% dos depósitos bancários à vista para financiamento a micro e pequenas empresas.  |
| 12. Meio Ambiente                              | Duplicação da área de florestas manejadas. Redução em 15% dos focos de incêndio.   |
| 13. Energia Elétrica                           | Expansão do sistema elétrico para minimizar o risco de déficit de energia elétrica. Aumento da capacidade de transmissão em 30%, incluindo a interligação entre os sistemas Norte-Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste-Sul. Universalização do acesso à energia elétrica reduzindo em 85% o número de residências sem energia no meio rural. |
| 14. Petróleo e Gás                             | Autossuficiência em produção de petróleo em 2006.  |
| 15. Transportes                                | Recuperação e conservação de 75% da malha rodoviária federal existente (57 mil km). Construção e adequação da BR-101 e do Corredor Mercosul. Conclusão da Ferrovia Transnordestina e do Ferroanel de São Paulo – Tramo Norte. Construção das eclusas de Lajeado e de Tucuruí. Construção do acesso ao Porto de Sepetiba.                 |
| 16. Recursos Hídricos                          | Revitalização e integração da bacia do Rio São Francisco com as bacias dos rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi. Ampliação em 5 bilhões de m <sup>3</sup> do abastecimento de água em zonas do semi-árido.   |

**Fonte:** PPA 2004-2007: Mensagem Presidencial.

Dessa forma, não obstante o compromisso de campanha do Presidente Lula e embora o período de início e implementação do Plano aconteça no calor do debate da elaboração e aprovação da Política Nacional de Juventude em 2005, observa-se no quadro das metas prioritárias estabelecidas no PPA 2004–2007 e acima destacado, que a temática da juventude ainda não conseguiu alçar o patamar de prioridade neste Governo.

Só posteriormente será criado e incluído na revisão do PPA o ProJovem; e no PPA 2008-2011, esse tema irá conquistar um lugar entre o conjunto de eixos que constituem a Agenda Social do Governo, com o novo ProJovem, criado para estender e aprimorar as articulações entre os programas de caráter emergencial e deles com ações mais estruturantes nas áreas de educação, cultura, esporte e saúde (BRASIL, 2008a),

No Plano Brasil de Todos, o tema da juventude não aparece explicitamente no rol dos setores/áreas, dos megaobjetivos, nem no dos desafios, mas encontra-se diluído neles e como título de alguns programas, indicando aparentemente que se apresentam articulados às necessidades da juventude expressas nos distintos setores.

A exceção fica por conta do desafio três (03) e sete (07) da dimensão social do Plano Plurianual. O desafio três visa *promover o acesso universal, com qualidade e equidade,*

à *seguridade social*. E o desafio sete busca *reduzir a vulnerabilidade das crianças e adolescentes em relação a todas as formas de violência, aprimorando os mecanismos de efetivação dos seus direitos*. O que na verdade “são caracterizados por uma relação muito direta com o atendimento do governo às determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente” (UNESCO, 2002, p.181) e inclui entre os programas: a Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Proteção Social à Infância, à Adolescência e à Juventude, o Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei, o Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e a Erradicação do Trabalho Infantil. Como se pode verificar no título dos programas, os seus destinatários não incluem a juventude de 15 a 24 ou a 29 anos, mas abrange somente aquele segmento de 13 a 18 anos (cf. Anexo II e VI).

Vale considerar que, não obstante a quantidade de programas mencionados, alguns foram excluídos no processo de revisão do Plano. Por outro lado, existem projetos de expressão como o Rondon e o Soldado Cidadão que não aparecem de imediato na relação dos programas, mas encontram-se no conjunto das ações de um grande programa do Ministério da Defesa no caso, o programa Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade.

Como bem afirma o documento da UNESCO,

Ressalta-se que aqueles programas que se orientam basicamente para os jovens, ou naqueles em que eles têm preponderância, com mais facilidade se pode vir a inserir uma perspectiva geracional-juvenil (...), ou seja, contemplar singularidades dos jovens, ressaltar a importância de equacionar trabalho e estudo, investir em participação e na contribuição da sua autonomia e emancipação via o programa (UNESCO, 2004, 173).

Nessa perspectiva, ao se analisarem os programas, projetos e ações do Plano Plurianual com maior atenção, optou-se por uma classificação mais detalhada por público-alvo, como são denominados os beneficiários dos programas pelo Plano, nos quais se identificou quatro modalidades de usuários que constituem o público-alvo.

Uma primeira modalidade identificada, conforme pode ser visualizado no quadro 4, são os programas que se situam na perspectiva do cumprimento do ECA, destinados a crianças e adolescentes. Nessa modalidade, foram identificados seis programas: Erradicação do Trabalho Infantil, Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude, Brasil Escolarizado, Desenvolvimento do Ensino Fundamental, Combate ao Abuso e à Exploração

Sexual de Crianças e Adolescentes, e Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**QUADRO 4: PROGRAMAS POR PÚBLICO ALVO/ CRIANÇAS E ADOLESCENTES -MI**

| <b>Programa</b>   | <b>Público Alvo/Faixa Etária</b>                |
|---|---|
| Erradicação do Trabalho Infantil                                  | Crianças e adolescentes até 16 anos incompletos |
| Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude              | Crianças, adolescentes de 0 a 14 anos.          |
| Brasil Escolarizado   | Crianças e adolescentes matriculados.           |
| Desenvolvimento do Ensino Fundamental                             | Crianças e adolescentes.                        |
| Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes | Crianças e adolescentes.                        |
| Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente        | Crianças e adolescentes.                        |

Fonte: PPA 2004-2007.

Vale destacar que os programas do desafio sete (07) ficaram em sua quase totalidade classificados na primeira dimensão, exceto o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei que ficou na segunda modalidade identificada a seguir, tendo em vista que é específico para adolescentes.

Esses programas, como indicado no quadro acima, destinam-se à garantia da universalização do ensino fundamental, o enfrentamento da vulnerabilidade social ou o risco social de forma geral e, em particular, o trabalho ilegal, a defasagem escolar, o abuso e a exploração sexual de crianças e de adolescentes.

A segunda modalidade classificada refere-se aos programas voltados exclusivamente para a população jovem. Tais programas, além dos parâmetros definidos pelo ECA, contemplam a indicação da Política Nacional de Juventude, na qual foram identificados quatro programas na faixa etária de 12 a 24 anos, conforme abaixo relacionados.

**QUADRO 5: PROGRAMAS POR PÚBLICO ALVO/ EXCLUSIVAMENTE A JUVENTUDE - MII**

| <b>Programa</b>   | <b>Público Alvo / Faixa Etária</b> |
|---|------------------------------------|
| Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei | 12 a 18 anos                       |
| Agente Jovem  | 15 a 17 anos                       |
| Primeiro Emprego  | 16 a 24 anos                       |
| Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem                       | 18 a 24 anos                       |

Fonte: PPA 2004-2007.

Dois dos programas dessa modalidade estão voltados para adolescentes de 12 a 18 anos e de 15 a 17 anos; um terceiro para adolescentes e jovens de 16 a 24 anos e um quarto programa destinado a jovens de 18 a 24 anos. O quadro acima demonstra que não existem programas especificamente para jovens de até 29 anos.

Esses programas destinam-se aos adolescentes em conflito com a lei, em situação de vulnerabilidade prioritariamente fora da escola e que tenham participado ou participem de

outros programas sociais, com dificuldades de inserção no mercado de trabalho, de qualificação profissional e de reinserção no processo educacional.

Nesta modalidade, cabe destacar o ProJovem já criado em meados 2005 pela Lei Nº 11.129 de junho de 2005, substituiu o Agente Jovem que foi sendo desativado progressivamente. O ProJovem inicialmente era destinado a jovens de 18 a 24 anos e posteriormente, sofreu modificações passando a contemplar os jovens de 15 a 29 anos.

A terceira modalidade apresenta 16 programas voltados à juventude junto com outros destinatários como: crianças, agentes culturais, adultos, estudantes de todas as idades, categorias de trabalhadores a exemplo de professores, educadores ambientais, gestores, técnicos, famílias<sup>44</sup>, detentos, voluntários e usuários de distintas áreas, comunidades etc., conforme relacionados no quadro 6, abaixo.

**QUADRO 6: PROGRAMAS POR PÚBLICO ALVO/ JUVENTUDE E OUTROS DESTINATÁRIOS - MIII**

| <b>Programa</b>   | <b>Público Alvo / Faixa Etária</b>   |
|---|--|
| Transferência de Renda com Condicionais – Bolsa Família | Famílias com filhos jovens   |
| Cultura, Educação e Cidadania                           | Agentes culturais, adolescentes e jovens   |
| Brasil Alfabetizado                                     | Jovens e adultos com 15 anos ou mais,  |
| Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica  | Jovens e adultos alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores  |
| Universidade do Século XXI                              | Alunos e professores bem como bolsistas  |
| Desenvolvimento do Ensino Médio                         | Adolescentes e jovens e adultos  |
| Educação para a Diversidade e Cidadania                 | Alunos de todas as idades, seus familiares e os profissionais da educação  |
| Desenvolvimento da Educação Especial                    | Alunos   |
| Educação Fiscal   | Professores e alunos   |
| Alimentação Saudável                                    | População brasileira com base no ciclo de vida   |
| Crédito Fundiário                                       | Famílias de sem terras, arrendatários, jovens, filhos de agricultores familiares, meeiros  |
| Educação No Campo – Pronera                             | Jovens e adultos; profissionais  |
| Inserção Social pela Produção de Material Esportivo     | Detentos, adolescentes e jovens e população  |
| Segundo Tempo   | Estudantes   |
| Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis         | Educadores, profissionais do ensino, estudantes, gestores, técnicos, profissionais da mídia e voluntários, usuários e manejadores diretos de recursos ambientais |
| Inclusão Digital  | Comunidades, jovens e outros segmentos identificados   |

Fonte: PPA 2004-2007

Nessa modalidade, encontra-se uma variedade de ações que vão desde a transferência de renda, incluindo jovens, a ações de enfrentamento na área da reforma agrária,

<sup>44</sup> Aqui está incluído o Programa Bolsa Família que tem entre suas condicionais determinados compromissos com filhos e filhas jovens.

do esporte, da informática e da cultura. Observa-se que, aqui, a maior recorrência de programas encontra-se na área da educação em suas várias dimensões, a exemplo da escolarização/desenvolvimento educacional, profissionalização e qualificação profissional.

A quarta modalidade de programas identificada atinge os jovens indiretamente e é voltada principalmente para a sociedade como um todo, seguida por uma diversidade de segmentos que se constituem público-alvo deles como: famílias, professores, alunos, comunidade, grupos e redes de produtores culturais, Marinha do Brasil, Exército Brasileiro, trabalhadores, mulheres, índios, população da zona rural, pessoas com deficiência, usuários do serviço de trânsito, instituições de educação, saúde, segurança pública e esporte. Nessa modalidade aparece o maior número com 30 programas.

**QUADRO 7: PROGRAMAS POR PÚBLICO ALVO/ POPULAÇÃO EM GERAL E CATEGORIAS ESPECÍFICAS POSSÍVEIS DE INCLUIR A JUVENTUDE - MIV**

| <b>Programa</b>   | <b>Público Alvo</b>   |
|---|---|
| Proteção Social Básica / Atenção integral à Família   | Famílias  |
| Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e o Desenvolvimento                          | Instituições, professores, alunos, comunidade e a sociedade em geral  |
| Brasil, Som e Imagem  | Sociedade brasileira  |
| Engenho das Artes   | Sociedade   |
| Livro Aberto  | Sociedade   |
| Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural   | Grupos e redes de produtores culturais  |
| Ensino Profissional da Aeronáutica  | Alunos  |
| Ensino Profissional da Marinha  | Marinha do Brasil   |
| Ensino Profissional do Exército   | Exército Brasileiro   |
| Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade/Proj. Rodon e Soldado cidadão       | Sociedade Brasileira  |
| Organização Produtiva de Comunidades Pobres - Produzir                                      | Segmentos da população  |
| Identidade Étnica e Patrimônio Cultural Dos Povos Indígenas                                 | Sociedades indígenas  |
| Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas | Sociedade   |
| Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos              | Grupos populacionais estratégicos   |
| Atenção Básica em Saúde   | Sociedade   |
| Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde                                 | Sociedade   |
| Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis     | Sociedade   |
| Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos                       | Usuários do serviço de trânsito   |
| Universalização dos Serviços de Comunicações  | Escolas, bibliotecas públicas, instituições de saúde, unidades de segurança pública, órgãos público em áreas remotas e de fronteira, instituições de atenção a pessoas com deficiência, unidades rurais soladas, cooperativas, assentamentos agrários, pessoas em localidades com menos de 100 habitantes, população em comunidades de baixo poder aquisitivo e telecentros comunitários. |

|  |   |
|--|---|
| Agricultura Familiar – PRONAF                                    | Agricultores familiares.  |
| Brasil no Esporte de Alto Rendimento                             | Atletas.  |
| Esporte e Lazer da Cidade  | Segmentos sociais.  |
| Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda | Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais, micro empreendedores, empresas pertencentes a setores prioritários de política governamentais de desenvolvimento, de arranjos produtivos locais ou de setores intensivos em mão-de-obra |
| Economia Solidária em Desenvolvimento                            | Trabalhadores (as)  |
| Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda   | Trabalhador   |
| Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas                  | Testemunhas de crimes e vítimas   |
| Direitos Humanos, Direitos de Todos                              | Sociedade   |
| Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres               | Mulheres  |
| Brasil Quilombola  | População   |
| Qualificação Social e Profissional                               | Trabalhadores   |

Fonte: PPA 2004–2007.

Observa-se nessa modalidade a concentração dos programas da área da cultura, da saúde, da defesa, do esporte, do trabalho, do emprego e de renda. Além deles, ainda se identificam os programas de enfrentamento das questões dos povos indígenas, do negro, das mulheres, dos direitos humanos e de telecomunicações.

Vale destacar a relevância desses programas e o fato de que embora alguns deles não estejam voltados diretamente para a juventude, mas estejam destinados à sociedade como um todo, segmentos predeterminados, ou trabalhadores em geral, nas suas atividades, vez por outra aparecem atividades desenvolvidas com jovens, a exemplo do programa de Qualificação Social e Profissional, do Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas etc. Além disso, foram considerados programas estratégicos como aqueles relacionados às DST, Aids , à educação no trânsito etc.

Os quadros acima sugerem uma situação de entrelaçamento entre as ações de caráter universal e aquelas, de corte focalizado e destinado à juventude. Indicam também que os sujeitos usuários dos programas e projetos são eleitos segundo as condições de maior pobreza e vulnerabilidade.

Em geral, as ações, sobretudo aquelas das três primeiras modalidades acima mencionadas, são focalizadas na questão socioeconômica, selecionando ainda o público alvo dos programas e os projetos destinados à juventude para aquelas condições denominadas de vulnerabilidade e/ou risco social que são diversas e decorrem de situações como pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social, além de

situações em relação à violência, ao abuso e exploração sexual e respectivas famílias, ao trabalho infantil e em situações ilegais etc.

Aliada à pobreza, outras situações que atingem os jovens das camadas populares constituem condições para serem eles o público-alvo desses programas, tais como aqueles relacionados à educação: defasagem escolar, não-alfabetizados ou com baixa escolaridade; ao trabalho: trabalho informal, jovens desempregados ou com ocupação precária, aqueles que procuram o primeiro emprego, além de jovens trabalhadores que necessitem de qualificação ou requalificação profissional para sua inserção no mercado de trabalho; dificuldade de acesso aos benefícios das novas tecnologias de comunicação e informação em decorrência da condição econômica; jovens em conflito com a lei (detentos, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, egressos).

Como assinala Sposito, *et all* (2006):

O emergente espaço das ações ainda se inscreve na lógica de um consenso dominante: as iniciativas públicas devem prevenir ou conter a violência e as condutas de risco de jovens de camadas populares. (...) Deixando à sombra outros aspectos dos sujeitos jovens – para além de sua vulnerabilidade –, a lógica dominante prevaleceu, reiterando, mesmo que com outras designações, a dissociação, outrora recoberta pela idéia do “menor”. Verifica-se agora a cisão entre adolescentes “vulneráveis ou em situação de risco” e os jovens. Estes últimos começam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos – plenos e legitimados pela sociedade –, e os “outros”, até recentemente cunhados como “menores”, seriam objeto de ações reparadoras ou preventivas de sua provável delinquência (Sposito, 2006, p.243).

Em geral, essa é a tônica dos programas e projetos para essa “outra” juventude que transparece uma concepção funcionalista da reinserção social, da reinserção educacional, comunitária etc. Sob esse ponto de vista, os programas, menos que um direito social, são uma forma de corrigir disfunções decorrentes da pobreza, das situações de vulnerabilidade e risco, reinserindo o jovem na sociedade e prestando contas a ela.

Ao se tentar essa prerrogativa, os programas, em geral pontuais e isolados, fortalecem as possibilidades de fracasso tão comuns que ainda penalizam o jovem, de dupla forma. Numa primeira, porque com as condições nas quais são implementados os programas (incluindo profissionais qualificados, infraestrutura adequada e outros aspectos como transporte, material de trabalho etc.), já iniciam fadados ao fracasso, sem planejamento e condições adequadas de implementação e apenas para cumprir uma meta e um cronograma de recursos, não permitindo a obtenção dos objetivos previstos, gerando frustração.

Além da frustração, outro aspecto é o sentimento de fracasso e culpa que pode gerar no jovem que, apesar das “oportunidades”, não as “aproveita”, internaliza e assume para si o fracasso do programa.

O recorte universal e focalizado/seletivo empreendido nos programas e projetos em análise também indica que, à medida que eles se tornam mais universais, distanciam-se em termos de acesso pela juventude das camadas populares, a começar pelos programas educacionais de ensino fundamental e médio que têm contado com a ausência de um segmento considerável da juventude, conforme já analisado anteriormente.

Os principais programas educacionais e de novas tecnologias do conhecimento, na verdade bem seletivos, restringem seu público-alvo ao seletivo grupo de jovens, em sua grande maioria das classes média e alta, que ingressa nas universidades públicas, a exemplo do programa de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, que se destina a jovens e adultos alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores que buscam melhores oportunidades de formação profissional técnica e superior tecnológica.

Aos jovens das camadas populares, quando se fala em melhores oportunidades de formação profissional, a perspectiva vislumbrada são os programas inadequados e descontextualizados, pontuais, sem acompanhamento e sem continuidade. A título de ilustração, os programas voltados para o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, destinados àqueles jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos, que oferecem ações de educação profissional, a exemplo do que acontece no Distrito Federal.

Nessas ações, desenvolvidas especificamente nas unidades de internação do DF:

Os registros apenas indicam que o jovem está inscrito em determinada oficina, mas não é possível afirmar o nível e a qualidade da aprendizagem, se ele participa efetivamente e de forma sistemática ou, mais precisamente, se essas oficinas possibilitam uma formação adequada para a inserção do jovem adolescente no mercado de trabalho (COSTA, 2009, p.46).

Em estudo realizado por Silva e Guerresi (2003), baseado em levantamento nacional sobre as unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei, os autores apontam, entre as dificuldades indicadas nas atividades de profissionalização para esse segmento, aquela de que nem sempre é possível conseguir uma verdadeira preparação para o ingresso no mercado de trabalho. Os cursos ofertados restringem-se a um mercado de trabalho

para a prestação de serviços de baixa e média complexidade, em geral, sem considerar o interesse do adolescente.

No tocante ao orçamento, numa breve análise dos recursos destinados aos programas analisados, sem se ater à discussão da adequação da quantidade de recursos em relação aos programas, observa-se que, no geral, obteve-se uma boa execução daqueles recursos previstos que foram autorizados (em torno de R\$ 87.803.183.884,00), atingindo um percentual de execução superior a 96%.

Analisando a execução dos programas por órgãos, o ponto alto da execução orçamentária ficou para o programa de Educação Fiscal, com 100% de execução, único do Ministério da Fazenda que inclui os jovens estudantes; os programas do MDS<sup>45</sup> e do Ministério do Trabalho e Emprego, com execução total em torno 99% cada um; os programas da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com execução total de mais de 98% dos recursos autorizados; e o Ministério da Saúde, com execução de total de mais de 96%.

Por outro lado, chama a atenção em termos da baixa execução orçamentária autorizada o programa Universalização dos Serviços de Comunicações com apenas 8,29% dos recursos autorizados; o Brasil Quilombola, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, com apenas 32% dos recursos autorizados. Vale destaque ainda para a execução orçamentária do ProJovem, que sendo um dos principais programas do governo federal para a juventude ficou com uma execução orçamentária em torno de 71%.

Em termos da participação social, uma leitura mais atenta do Plano, no tocante aos programas analisados, identificou várias formas de participação na formulação e na implementação dos programas e indica tanto a participação direta dos usuários como a participação das entidades representativas que, como o próprio nome indica, ocorre mediante a representação delegada a alguém.

De acordo com a tabela 2 abaixo, em geral, no conjunto dos programas e projetos analisados, as formas de participação predominantes estão em torno dos eventos (31 recorrências) e por meio dos Conselhos (30 recorrências) que têm lutado para se firmarem também como instrumentos de controle social. Entre os eventos, a reunião ainda é o espaço de participação mais priorizado

---

<sup>45</sup> Aqui não foram considerados os recursos do PAIF e do Agente Jovem.

Em terceiro lugar se destacam as comissões/comitês/câmaras (19 recorrências), seguidas das ouvidorias que têm se tornado cada vez mais comuns, em termos de espaço para expressão da opinião da população, atentando para o fato de ser um canal bastante individualizado e solitário e sem repercussão mais coletiva.

As audiências públicas, as conferências e os fóruns são as formas de participação menos utilizadas com 6 recorrências cada uma.

**TABELA 2: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS PROGRAMAS E PROJETOS SEGUNDO O PPA 2004-2007**

| Formas de Participação Social  | Total      |
|--|------------|
| Eventos: Reuniões (23), Oficinas (03), Encontros (03), Seminários (02) | 31         |
| Conselhos  | 30         |
| Comissões (12), Comitês (05), Câmaras (02)                             | 19         |
| Ouvidorias   | 18         |
| Outros (e-mails, cartas, 0800, sites)                                  | 10         |
| Audiências Públicas  | 08         |
| Não consta no Caderno de Avaliação do PPA                              | 07         |
| Consultas Públicas   | 06         |
| Conferencias   | 06         |
| Fóruns   | 06         |
| <b>Total</b>   | <b>145</b> |

Vale destacar que, embora se tenha identificado a menção de apenas seis (06) Conferências nos distintos órgãos e programas nos Relatórios do PPA, o Caderno Geral (Nº 1) destaca a importância da participação da sociedade na definição de prioridades e afirma que entre os espaços de “materialização” dessa participação estão as audiências públicas realizadas no processo de elaboração do PPA e, posteriormente, a realização de 36 Conferências nacionais pelos distintos Ministérios, que contaram com a participação da sociedade civil e podem ter envolvido, em suas diferentes etapas, até dois milhões de pessoas.

## 2.2 Desvendando o Plano Brasil de Todos no Contexto Assistência Social

Conforme mencionado anteriormente, a temática da juventude no Plano Brasil de Todos pode ser identificada, de forma geral, dispersa no conjunto dos programas projetos e serviços dos megaobjetivos. Em particular, o tema da adolescência e da juventude é identificado explicitamente no âmbito de dois desafios da dimensão social.

No desafio dois dessa dimensão, *o de promover o acesso universal, com qualidade e equidade, à seguridade social*, a temática juvenil se situa como um dos

programas de assistência social previstos e é denominado Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude que também aparece no item seguinte.

No sétimo desafio, *o de reduzir a vulnerabilidade das crianças e de adolescentes em relação a todas as formas de violência, aprimorando os mecanismos de efetivação dos seus direitos*, a temática juvenil, em particular a da adolescência, manifesta-se nos seis programas previstos e mencionados na Mensagem Presidencial do PPA 2004–2007:

- Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude;
- Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei;
- Inserção Social pela Produção de Material Esportivo;
- Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; e
- Erradicação do Trabalho Infantil.

Feitas tais considerações, a análise prossegue identificando quais dos programas acima mencionados foram desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, configurando o espaço da juventude na Política Nacional de Assistência Social no tocante à organização dos programas, dos recursos e da participação social conforme apresentados nos Relatórios de Avaliação do PPA 2004–2007.<sup>46</sup>

De acordo com o Caderno 17 do Relatório de Avaliação do PPA 2004–2007, as ações e programas do MDS estão presentes em todo o país, nos 26 estados, no Distrito Federal e nos 5.564 municípios existentes à época e têm constituído instrumentos importantes para a melhoria dos indicadores sociais no Brasil, provocando efeitos positivos sobre a distribuição de renda, a redução da pobreza, a melhoria da situação alimentar, bem como sobre a retirada de crianças e adolescentes do trabalho infantil.

O quadro 8 apresenta um panorama dos programas federais com respectivas iniciativas e benefícios desenvolvidos pelo MDS no PPA 2004–2007 e distribuídos nas áreas de Transferência de Renda (Bolsa Família), Assistência Social (Proteção Social Básica,

---

<sup>46</sup> Nos Relatórios de Avaliação do PPA 2004 – 20007, a análise se ateve, sobretudo, a três Cadernos: o Caderno Geral (Nº 1), o Caderno do MDS (Nº 17) e o Caderno das Secretarias Especiais (Nº 26).

Erradicação do Trabalho Infantil, Combate à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes e Proteção Social Especial)<sup>47</sup> e Segurança Alimentar (Acesso à Alimentação).

**QUADRO 8: PROGRAMAS DO PPA 2004-2007 DESENVOLVIDOS PELO MDS**

| Programa  | Iniciativa   | Benefício  |
|---|--|--|
| Bolsa Família   | Transferência de renda   | Família atendida (com benefício de R\$ 18,00 a R\$ 112,00)   |
|   | Condicionalidade de educação (frequência à escola)   | Pessoa acompanhada (seis a quinze anos – outubro/novembro de 2007)   |
|   | Condicionalidade de saúde (acompanhamento nutricional para gestantes, nutrizes e crianças de zero a sete anos; acompanhamento pré-natal e pós-natal; e vacinação em dia para crianças de zero a sete anos) | Criança acompanhada (segundo semestre 2007)<br>Família acompanhada (segundo semestre 2007)                                     |
| Proteção Social Básica  | Benefício à pessoa idosa e com deficiência   | Pessoa atendida (com um salário mínimo mensal)   |
|   | Renda Mensal Vitalícia por idade e invalidez   | Pessoa atendida (com um salário mínimo mensal)   |
|   | Centro de Referência da Assistência Social/Programa de Atenção Integral à Família  | Família Referenciada<br>CRAS com serviço co-financiado   |
|   | Agente Jovem   | Jovem atendido (Bolsa de R\$ 65,00 mensais + serviços sócio-educativos)  |
| Erradicação do Trabalho Infantil                                  | Ações sócio-educativas e de convivência  | Criança/adolescente atendida   |
| Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes | Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias   | Criança atendida   |
| Proteção Social Especial  | Serviços de Proteção Social Especial à Família   | Pessoa atendida  |
|   | Serviços Específicos de Proteção Social Especial   | Pessoa atendida  |
| Acesso à Alimentação  | Programa de Aquisição de Alimentos   | Agricultor beneficiado<br>Pessoa em insegurança alimentar e nutricional atendida   |
|   | Equipamentos de segurança alimentar e nutricional voltados à expansão da oferta de alimentos à população em situação de vulnerabilidade e risco nutricional  | Número efetivamente instalado de bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares (desde 2003) <sup>2</sup> |
|   | Distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos   | Pessoa atendida<br>Número de cestas de alimentos   |
|   | Cisterna   | Cisterna construída  |

Fonte: Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007. MDS Caderno 17.

Esses programas são desenvolvidos no âmbito da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada em 2004, que tem como base legal e normativa a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (BRASIL, 2007c, p.124).

A Constituição de 1988 por meio do Artigo 203 estabelece que a assistência social seja prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de

<sup>47</sup> De acordo com o SUAS, os Programas de Erradicação do Trabalho Infantil, Combate à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes fazem parte da Proteção Social Especial de Média Complexidade.

trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Já o Artigo 204 define que as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: a descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Em 1993 foi aprovada a LOAS, de forma tardia, e, em 2004, é regulamentada a PNAS que instituiu o SUAS como modelo de Gestão descentralizado e participativo que regula e organiza em todo o território nacional as ações socioassistenciais. O SUAS se organiza em níveis de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, sendo esta última de média e alta complexidade, estabelece níveis de financiamento e o controle social por meio dos Conselhos de Assistência Social, de caráter deliberativos e de composição tripartite, no âmbito nacional, estadual, distrital e municipal.

A Proteção Social Básica é concebida como a porta de entrada da Assistência Social nos municípios e Distrito Federal; nela são desenvolvidas ações voltadas para a prevenção de situações de risco, desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Essa proteção caracteriza-se pelos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social onde são efetivados os atendimentos e encaminhamentos.

A Proteção Social Especial é responsável pelo atendimento a famílias e a indivíduos em situação de risco pessoal e social, situações ocorridas em função de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos; nesse conjunto também estão indivíduos que sofreram abuso sexual, usuários de substâncias psicoativas, em cumprimento de medidas socioeducativas, pessoas em situação de rua e situação de trabalho infantil<sup>48</sup>, entre outras. Essa modalidade contempla também o Centro de Referência Especializado de Assistência

---

<sup>48</sup> Cabe destacar que, com a unificação do Programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, esse atendimento na sua maioria está sendo realizado nos CRAS.

Social – CREAS, responsável pela coordenação e articulação da Proteção Social Especial. Os serviços especializados desenvolvidos nos CREAS requerem acompanhamento individual e têm estreita interface com o Sistema de Garantia de Direitos. Esse processo exige relação com o Poder Judiciário, com o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo.

A implantação do SUAS teve como marco regulatório a PNAS e a Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, e Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH/SUAS. Com a ampliação da capacidade operacional da Assistência, o SUAS aponta a centralidade na família, operacionalizando o atendimento por meio dos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, espaço onde ocorre a prevenção das famílias em situações de vulnerabilidades e o CREAS – Centro de Referências Especializado em Assistência Social que se responsabiliza pelas situações mais complexas.

No âmbito nacional, a PNAS é coordenada pelo Ministério de Desenvolvimento Social que tem a missão de promover o desenvolvimento social e combater a fome, visando a inclusão e a promoção da cidadania, garantindo a segurança alimentar e nutricional, uma renda mínima de cidadania e assistência integral às famílias. Criado em 23 janeiro de 2004 pelo Presidente Lula, cabe ainda ao MDS a missão de coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, bem como aprovar os orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Social do Transporte (SEST).<sup>49</sup>

### *2.2.1. Programas*

Com base em análise do quadro das ações do MDS acima mencionado, foram identificados quatro Programas destinados à juventude com ênfase na adolescência, especificamente no âmbito da assistência social. Dois deles são de responsabilidade exclusiva do MDS e estão incluídos na Proteção Social Básica, a saber: o Agente Jovem e Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude.

Os outros dois, situados no âmbito da Proteção Social Especial, são o Programa Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e o Combate ao Abuso e Exploração Sexual de

---

<sup>49</sup>Informação disponível em: <<http://www.mds.gov.br/institucional/o-ministerio/missao-1/>>. Acesso em: 19 jul.2009.

Crianças e Adolescentes<sup>50</sup>. O PETI é de responsabilidade do MDS, desenvolvido de forma multissetorial<sup>51</sup> com o Ministério do Trabalho e Emprego e com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. O Programa Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é de responsabilidade da Secretaria Especial da Presidência da República e desenvolvido com o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério do Turismo e o Ministério da Educação.

**QUADRO 9: PROGRAMAS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MDS DESTINADOS À JUVENTUDE**

| <b>Código / Programa/Projeto</b>  | <b>Faixa Etária / Público Alvo</b>   | <b>Órgão Responsável / Envolvido</b>  |
|---|--|---|
| 1384 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA / Agente Jovem  | Adolescentes de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social                                    | Órgão responsável: MDS  |
| 0068 - Erradicação do Trabalho Infantil – PETI  | Crianças e adolescentes até 16 anos incompletos em situação de trabalho ilegal                                   | Órgão responsável: MDS<br>Desenvolvido conjuntamente com MTE e PR               |
| 0073 - Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes <sup>52</sup>  | Crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual, bem como suas famílias.                           | Órgão responsável: SEEDH/PR<br>Desenvolvido conjuntamente com o MDS, Mtur e MEC |
| 0070 - Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude<br><b>PROGRAMA EXCLUÍDO</b> | Crianças e adolescentes de 0 a 14 anos em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoa e social e suas famílias | Órgão responsável: MDS  |

**Fonte:** Relatório de Avaliação do PPA 2004–2007. Elaboração própria.

Esses programas e projetos desenvolvidos pelo MDS e identificados nos Relatórios do Plano Brasil de Todos, alguns possivelmente sob modificações nas Revisões do Plano, estão entre aqueles apontados na Mensagem Presidencial no processo de aprovação do Plano na perspectiva de reverter o quadro de exclusão e de desigualdades sociais do segmento juvenil, com destaque para o programa de Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude, que vislumbra a ampliação da faixa etária de atendimento das ações socioassistenciais para 24 anos.

Entre as ações propostas, além do programa Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude, encontra-se o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e

<sup>50</sup> Com a aprovação da PNAS e a publicação da Portaria No 736/2004, o PETI e o Agente Jovem e o Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes passam a se vincular aos níveis de proteção social básico e especial (BRASIL, 2007a, p.99).

<sup>51</sup> Programa Multissetorial é aquele que tem pelo menos uma ação de unidade administrativa de órgão diverso ao que detém a responsabilidade pelo Programa. Brasil, Ministério do Planejamento/ Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (BRASIL, 2004b p.47).

<sup>52</sup> Todas as ações e demais informações deste Programa, no PPA 2004-2007, foram extraídas do Caderno referente ao Órgão Responsável que é a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Humano que, se não chega a ultrapassar o patamar dos 18 anos de idade, por outro lado, aponta uma perspectiva de várias dimensões da condição juvenil como a comunitária, educativa, cultural etc.

Argumentando sobre a importância de ações para a adolescência e juventude, a referida Mensagem Presidencial, ainda em 2003, destaca dados do período, nos quais, em um total de 3,5 milhões de adolescentes pobres de 15 a 17 anos, só 62 mil pessoas foram atendidas por programas de assistência. Na mesma linha, outro dado apresentado é que “metade da população brasileira tem menos de 24 anos de idade. No entanto, o número de crianças, adolescentes e jovens que vivem em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo totaliza quase dois terços dessa população pobre.”(BRASIL, 2003a, p.77).

A Mensagem Presidencial aponta várias iniciativas do PPA para reverter esse quadro e indica um conjunto de programas voltados para segmentos específicos que formam a Rede de Proteção Social, entre eles: crianças, adolescentes, jovens. A Mensagem chama a atenção para o fato de que essa Rede de Proteção Social é mais ampla do que aquela oferecida pela assistência social e deve estar articulada com a saúde, previdência, educação, esporte, cultura e lazer.

Entre as iniciativas mencionadas, o documento apresenta o Programa Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude com o objetivo de atender às crianças, adolescentes e jovens carentes até 24 anos em situação de risco pessoal e social. A perspectiva do programa é “atender a esse segmento de grande vulnerabilidade social, totalizando 1,7 milhões de crianças e adolescentes e 24,2 mil jovens anualmente durante o período do plano” (BRASIL, 2003a, p.77)

De acordo com a Mensagem Presidencial, a atuação desse Programa Proteção Social à Infância privilegia comunidades de baixa renda por meio de ações complementares e de alto poder de integração intersetorial, que funcionarão como fator dinamizador da promoção do jovem – a criação de centros de juventude, como *locus* catalisador das energias juvenis e a formação de Agentes Jovens de Desenvolvimento Social e Humano, como elemento de preparação para o exercício do seu papel social.

### 2.2.1.1. Programa Proteção Social à Infância, Adolescência e à Juventude

O Programa Proteção Social à Infância, Adolescência e à Juventude está identificado nos anexos do Caderno 17 como excluído, mas demonstra ações desenvolvidas nos dois primeiros anos de execução do PPA 2004-2007. No referido Caderno, tal projeto apresenta como destinatários crianças e adolescentes de 0 a 14 anos em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social e suas famílias, tendo como objetivo:

Assegurar às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e/ou risco, condições para o exercício de sua cidadania, convívio e integração familiar, comunitária e social, considerando sua condição peculiar (...) e promover a atuação social dos jovens, buscando reverter indicadores sociais, a partir da prestação de serviços de proteção social voltados a esse público e suas famílias, fomentando sua atuação comunitária, com protagonismo juvenil e formação para a cidadania (...) (BRASIL, 2003d, p.71).

O Programa apresenta quatro ações de âmbito nacional e regional, desenvolvidas durante os dois primeiros anos do PPA, e elencadas abaixo. (cf. Anexo V).

- Serviços de Proteção Socioassistencial à criança e ao adolescente;
- Construção, ampliação e modernização de Centros Públicos de Atendimento a Crianças e Adolescentes;
- Serviços de concessão, manutenção, pagamento e cessação dos benefícios do Programa de Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude; e
- Capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade social.

O Caderno de Avaliação Nº 17 do Relatório de Avaliação do PPA não apresenta uma avaliação específica do Programa; informa algumas ações pontuais realizadas em 2004 e 2005 de forma descontínua, que não existe indicador e que o mesmo foi excluído.

Dada a ausência de informações avaliativas sobre esse Programa, buscou-se investigar mais informações com base no código do Programa, no Cadastro de Ações (2004 e 2005) da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, verificando-se uma mudança no programa, entre outros aspectos, especificamente quanto à faixa etária do público alvo. Em 2004, o Programa, cadastrado com o número 0070 e denominado de Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude, teve como público-alvo crianças, adolescentes e jovens e até 24 anos, explicitando, dessa forma, o distanciamento do seu objetivo inicial, anunciado na Mensagem Presidencial do PPA 2004 – 2007.

### 2.2.1.2. Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano

O Agente Jovem foi normatizado pela Portaria nº 879, de 03 de dezembro de 2001<sup>53</sup>, da Secretaria de Estado de Assistência Social do extinto Ministério da Previdência e Assistência Social, atualmente MDS, e destina-se aos adolescentes de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social que estejam prioritariamente fora da escola e que participem ou tenham participado de outros programas sociais.

O projeto não apresenta avaliação específica no Caderno 17 de Avaliação do PPA 2004-2007, mas está inserido no âmbito do Programa Proteção Social Básica, cujas ações se destinam a famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou não acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras), na perspectiva da prevenção e superação das desigualdades sociais, tendo o território como base de atuação.

A preocupação central do projeto era definir uma ação para a juventude na sua fase de adolescência e em situação de risco e vulnerabilidade social, vislumbrando o desenvolvimento pessoal, social e comunitário, no âmbito da assistência social, que não configurasse trabalho, mas que possibilitasse, efetivamente, sua permanência no sistema educacional e proporcionasse experiências práticas que o preparassem para futuras inserções no mundo do trabalho (BRASIL, 2001).

O Agente Jovem tem como objetivos:

- Criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino;
- Promover sua integração à família, à comunidade e à sociedade;
- Desenvolver ações que oportunizem o protagonismo juvenil;
- Preparar o jovem para atuar como agente de transformação e de desenvolvimento de sua comunidade;
- Contribuir para a diminuição dos índices de violência, uso de drogas, DST/AIDS, gravidez não planejada; e

---

<sup>53</sup> Que revogou a Portaria Nº 1.111, de 06 de junho de 2000.

- Desenvolver ações que facilitem sua integração e interação, quando da sua inserção no mundo do trabalho.

O Projeto disponibiliza diretamente ao jovem uma bolsa durante os 12 meses em que ele estiver participando do projeto e atuando em sua comunidade. A bolsa, de R\$ 65, 00 (sessenta e cinco reais), é concedida aos jovens que estão regularmente cadastrados e participam de, no mínimo, 75% do total das aulas na escola e das atividades socioeducativas previstas no Projeto.

Entre as expectativas do Projeto, segundo introdução da pesquisa realizada em 2006 pela UFF<sup>54</sup> está a cobertura aos egressos de outros programas e projetos, como os do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, aqueles advindos de programas de atendimento aos jovens vítimas de exploração sexual e comercial, além daqueles fora da escola. O Projeto garante ainda 10% de vagas (por município coberto) para os beneficiários previstos que sejam portadores de algum tipo de deficiência.

Os indicadores apresentados no Caderno 17 do Relatório de Avaliação do PPA e em particular aqueles referentes à juventude<sup>55</sup> não foram considerados sob a justificativa de que a sua concepção não expressa coerentemente os resultados do Programa, assim como suas variáveis não possuem fonte de dados adequados, impossibilitando sua mensuração (BRASIL, 2007d).

Segundo a tabela de execução financeira (Anexo V), o programa teve ações em âmbito nacional e especificamente em cada uma das cinco regiões nos anos de 2006 e 2007 e refere-se a serviços de concessão, manutenção, pagamento e cessação de bolsas a jovens de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade social e a concessão de bolsas também para jovens em situação de vulnerabilidade social.

Nas ações do Projeto não estão explícitas outras ações relacionadas aos objetivos propostos. Não obstante, vale destacar que, de acordo com a proposta do Projeto, durante os seis primeiros meses de participação, o jovem deveria passar por um processo de capacitação e, nos meses seguintes, desenvolver atividades na comunidade.

---

<sup>54</sup> De iniciativa do MDS em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com o objetivo principal de verificar o impacto do Projeto Agente Jovem junto aos seus ex-beneficiários.

<sup>55</sup> Percentual de Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Atendidos pelos Serviços de Proteção Social Básica e percentual de Jovens em Situação de Vulnerabilidade Atendidos pelos Serviços de Proteção Social.

Durante a capacitação, são tratados temas que estimulem o protagonismo juvenil nas áreas de saúde, cidadania, esporte, turismo, cultura e meio ambiente. Entre as atividades desenvolvidas na sua comunidade, o jovem pode realizar trabalhos sociais como apoio em creches comunitárias e postos de saúde, visitas a asilos etc. (IPEA, 2007a, p.98).

Os resultados do Projeto Agente Jovem apresentados nos relatórios do PPA são incipientes e situam-se no conjunto dos resultados do Programa de Proteção Social Básica. Do ponto de vista quantitativo, indicam que 1.711 municípios foram contemplados a partir do cofinanciamento do Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, com capacidade de atendimento a 111.793 jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, inseridos em famílias cuja renda *per capita* é de até 1/2 salário mínimo. Os jovens estavam distribuídos em 4.472 núcleos com capacidade de atendimento para até 25 jovens cada núcleo.

De acordo com o Caderno 17, a pesquisa realizada com a UFF sobre o Projeto Agente Jovem indica que:

A maioria dos ex-beneficiários possui uma avaliação muito positiva do Programa Agente Jovem, seja no que tange à equipe, à qualidade das atividades realizadas ou ao programa como um todo. No geral a avaliação corresponde a: ótimo: 42,5%; bom: 47,3%; regular: 8%; ruim: 0,7% e péssimo: 0,9% (BRASIL, 2003d, p.37).

Vale lembrar que, em 2003, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria para avaliar o desempenho do Projeto Agente Jovem. Em publicação intitulada “Avaliação do TCU sobre o Projeto Agente Jovem”, o Tribunal apresenta alguns achados. Entre eles, a avaliação indica que a participação no referido Projeto traz benefícios significativos em termos do desenvolvimento pessoal, social e comunitário dos jovens beneficiados. No entanto, “não há previsão de iniciativas públicas que deem continuidade a esse processo após o término da participação do jovem, dificultando o alcance do objetivo de inclusão social”(BRASIL, 2004c, p.13).

Outro aspecto mencionado sobre o Agente Jovem no Caderno de Avaliação 17 foi sua reformulação em 2007, originando o ProJovem Adolescente (modalidade específica do Projovem) que:

Consiste de serviço continuado de proteção social básica, ofertado preferencialmente nos CRAS, tendo como público-alvo jovens selecionados dentre as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e jovens em situação de risco, independentemente de renda, egressos ou sob medida de proteção, sob medida sócio-educativa em meio aberto ou egressos de medidas socioeducativas de internação ou semiliberdade, egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) ou de programa de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual. A seleção deve prever a inclusão do jovem com deficiência (BRASIL, 2007d, p.37).

A reformulação do Agente Jovem se situa no contexto das mudanças do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. Em 2007 foi editada a Medida Provisória, reformulando o Programa de forma a integrar ações de vários órgãos, voltadas, em particular, ao processo educacional da juventude, à sua qualificação profissional e ao seu desenvolvimento humano.

De acordo com o Relatório de Avaliação em análise, entre as vantagens do ProJovem Adolescente com relação ao Agente Jovem, é possível destacar: o maior nível de integração com outras ações do ProJovem, PBF e com a Proteção Social Especial; o aumento do valor do repasse de recurso mensal por grupo de 25 jovens; o aumento do período de permanência dos jovens; e a meta de atendimento mais elevada, vislumbrando atingir em 2010 mais de 1 milhão de jovens.

Em termos da caracterização dos ex-beneficiários<sup>56</sup> do Projeto Agente Jovem, a pesquisa realizada pela UFF identificou que, em geral, os domicílios são compostos por quatro ou cinco pessoas. Poucos jovens residiam com outros parentes que não o pai e/ou a mãe. A maioria dos jovens se situava em domicílios com a presença do pai e da mãe ou morava somente com suas mães (há somente um caso de filhos morando com o pai).

A amostra da referida pesquisa aponta para uma divisão bem equilibrada entre rapazes (49,1%) e moças (50,9%). Predominam os pardos, seguidos dos negros e dos brancos (em percentuais praticamente iguais). Entre os ex-beneficiários, somente 11,3% foram beneficiários do Peti (9,8%) e do Sentinela (1,5%). Um número reduzido (1,6%) de jovens são portadores de deficiência. A maioria pertence à classe social D (57,4%) e C (34%). Também a grande maioria dos jovens que participaram da pesquisa da UFF concentra-se na faixa de 17 a 19 anos de idade e é solteira. A iniciação sexual dos jovens correlacionada com a idade demonstra que a maioria dos entrevistados teve sua primeira relação sexual entre 11 e 15 anos (58,2%). Outra parte significativa declarou que a experiência ocorreu entre 16 e 19 anos (38%).

Entre as principais conclusões da pesquisa, verifica-se que a análise dos dados identificou impactos positivos do Projeto Agente Jovem sobre algumas dimensões da vida dos seus usuários, a saber: o trabalho, a participação e cidadania, o comportamento sexual e

---

<sup>56</sup> Na amostra de “ex-beneficiários” do Projeto Agente Jovem foram entrevistados 1.698 jovens que haviam saído do Projeto no mínimo há seis meses e, no máximo, há 20 meses; e que tivessem participado do Projeto por um período não inferior a 9 meses (BRASIL, 2007g, p.2).

reprodutivo. Além disso, a análise dos dados sugeriu (de forma não conclusiva) impactos positivos do referido Projeto sobre vida dos beneficiários referentes à violência. Por outro lado, não foram identificados impactos positivos relacionados à participação no Projeto no tocante à educação, à integração familiar e ao uso de álcool, tabaco e drogas.

Como se pode observar explicitamente, as ações identificadas no âmbito da assistência social destinam-se especificamente a crianças e a adolescentes, atendendo aos preceitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Dessa forma, as ações da área de Assistência Social no PPA 2004–2007 apresentam-se restritas àquela parcela da juventude que se encontra na adolescência, verificando-se uma grande lacuna em termos de ações voltadas para a juventude de 18 a 29 anos nessa área da política pública.

Um aspecto a acrescentar é que o PETI, o Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e o Agente Jovens são programas criados ainda no mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, sendo o PETI, em 1996, e os outros dois em 2000, revelando que, na verdade, não houve aumento do número de programas para a juventude, nessa área, no período que cobre o PPA 2004 a 2007, à exceção do ProJovem Adolescente originado com a Medida Provisória 411/2007 que reformulou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, criado em 2005 e que, na verdade, substituiu o Agente Jovem e o Bolsa Família que inclui os adolescentes em suas condicionalidades. No entanto, ambos só se iniciam a partir de 2007 quando finaliza o período do PPA em análise.

Além dos aspectos acima mencionados, há que se considerar a restrição de dois dos programas ao trabalho em situação irregular e ao abuso e exploração sexual, que não obstante sua máxima relevância e a contribuição deles no enfrentamento do trabalho infanto-juvenil ilegal e da violência sexual de crianças e adolescentes, atendem a uma demanda bastante restrita e específica da adolescência, indicando a necessidade de ampliação de políticas públicas que se estenda para outras dimensões da condição juvenil.

Não obstante a pesquisa de impacto do Agente Jovem realizada pela UFF, os dados ainda revelam ações pontuais e descontínuas. E como afirma o estudo do IPEA (2007), o Agente Jovem,

(...) assim como a maior parte das ações da assistência social, tampouco dispõe de um sistema de informação que permita seu monitoramento, acompanhamento ou avaliação. Os dados disponíveis em nível nacional limitam-se às metas de atendimento dos municípios que receberam recursos federais para o pagamento das bolsas e da jornada ampliada (BRASIL, 2007a, p.99).

Um fator que merece atenção é quanto aos indicativos de impactos não positivos em expectativas-chaves do Agente Jovem revelados na pesquisa da UFF em relação à participação juvenil, à educação, à integração familiar, ao uso de álcool, de tabaco e de drogas.

Conforme o Caderno 17 do Relatório do PPA, a substituição do Agente Jovem por uma modalidade específica do ProJovem que é o ProJovem Adolescente pode trazer, entre suas vantagens: o maior nível de integração com outras ações no interior do ProJovem, Programa Bolsa Família e com a Proteção Social Especial; elevação do valor do repasse mensal por grupo de 25 jovens; aumento do período de permanência dos jovens e meta de atendimento mais elevada, devendo no ano de 2010 atingir mais de 1 milhão de jovem.

No entanto, há que se cuidar para que ocorra um acompanhamento adequado do programa ao processo educacional, à qualificação profissional e ao desenvolvimento humano, privilegiando a noção de direito ao programa e não de sacrifício, numa concepção de que, para se ter acesso às políticas públicas, tem que se pagar por isso com serviços à comunidade.

Finalmente, não se poderia deixar de retomar a frustração deixada pelo não cumprimento do compromisso indicado na Mensagem Presidencial do Plano Brasil de Todos de reverter o quadro de exclusão e desigualdade do segmento juvenil ampliando as ações socioassistenciais para a juventude até 24 anos, possivelmente com a contribuição da exclusão do Programa de Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude que, em sua versão de 2004, contempla os jovens de até 24 anos.

### **2.2.2. Recursos orçamentários**

De acordo com a Mensagem Presidencial, os recursos para o financiamento do PPA 2004–2007 são provenientes, sobretudo, dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social com 74,5% dos recursos previstos. “É também significativa a participação das Agências Oficiais de Crédito (10,7%), dos Investimentos das Estatais (7,8%) e dos Fundos geridos pelo governo (4,2%). As parcerias incluem os estados e municípios e o setor privado (2,2%)” (BRASIL, 2003a, p.39).

É importante atentar para o fato de que, embora a assistência social<sup>57</sup> seja considerada como o quarto setor prioritário da dimensão social (Megaobjetivo I) e configure entre as Metas Prioritárias do Plano, a prima pobre da Seguridade Social ficou com uma previsão de apenas 3,9% dos recursos previstos para esse megaobjetivo, abaixo da previdência social, da saúde, e da educação.

Em relação à execução dos recursos financeiros, vale destacar alguns aspectos. Em geral, os recursos previstos foram executados, com algumas exceções. Foram identificadas algumas atividades com recursos previstos e executados, especificamente em determinados anos do período do PPA, o que pode revelar o caráter pontual, descontínuo de determinadas ações, a exclusão ou o acréscimo de ações nas revisões do PPA. A título de exemplo, o Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual contra crianças e adolescentes só teve recursos previstos e executados em 2007.

Sobre o Projeto Agente Jovem, a execução orçamentária é proveniente do orçamento da seguridade social e de Operações Especiais. A análise do Caderno 17 indica que foram previstos e executados recursos em duas ações nos anos de 2006 e 2007, ficando sem execução durante os dois primeiros anos de implementação do PPA em estudo, sendo retomado no ano de 2006.

Sobre os recursos do programa de proteção social à infância, adolescência e juventude, estes são provenientes do orçamento da Seguridade Social e de Operações Especiais e foram previstos e executados em quatro ações com dimensão nacional e em cada uma das cinco regiões nos anos de 2004 e 2005, com a exclusão do Programa nos dois anos seguintes. É importante detalhar que foram previstas e executadas apenas duas das quatro ações no ano de 2004 (cf. Anexo V).

De forma geral, em relação aos programas mencionados, os Relatórios do PPA destacam aspectos como insuficiência e contingenciamento de recursos, descontinuidade no fluxo de recursos, necessidade de maior participação dos Estados no processo de acompanhamento de implementação das ações pelos Municípios, conforme responsabilidades estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

---

<sup>57</sup> Mesmo a assistência social tendo sido identificada como a sexta meta prioritária desse Plano, a prioridade vale especificamente para o Programa de Transferência de Renda com Condiçionalidades (Mensagem Presidencial do PPA 2004–2007).

Em grande parte dos programas do MDS, o Relatório menciona que o processo de transferência fundo a fundo constitui relevante prerrogativa da gestão da Política de Assistência Social, já que possibilita o repasse de recursos regular e automático aos Fundos Municipais e Estaduais de Assistência Social, possibilita a execução das ações do Programa sem interrupção, transformando-as em continuadas. No entanto, o processo de auditoria instituído pela Controladoria Geral da União – CGU revela uma quantidade significativa de Municípios que não utilizam os recursos corretamente, ou não executam o Programa (BRASIL, 2007d).

### *2.2.3. Participação social*

No que tange à participação social, na implementação dos programas de assistência social destinados à juventude, um primeiro aspecto a considerar é quanto às iniciativas do MDS de fortalecimento dos Conselhos, incluindo a participação na condição de titularidade nos demais Conselhos Setoriais. O que chama a atenção refere-se aos impactos não positivos da pesquisa da UFF e a ausência de elementos que indiquem a participação dos usuários no Projeto Agente Jovem.

Foram identificados alguns espaços e mecanismos de participação que passam pelos Conselhos, pelas parcerias em ações multissetoriais com outros Ministérios e Secretarias Especiais, com outros órgãos dos três poderes e das três esferas de Governo (nacional, estadual/distrital e municipal), além do Ministério Público da União (MPU), organizações governamentais, não governamentais, agências de cooperação internacional etc.

Em geral, como os demais Ministérios, o MDS tem priorizado os Conselhos de Direitos e Setoriais e alguns movimentos e organizações sociais de abrangência e/ou repercussão nacional. As Conferências também têm sido um espaço histórico, conquistado como forma de participação da sociedade na definição das políticas de assistência social e no controle social.

De acordo com o Caderno 17 do Relatório de Avaliação, em geral a participação ocorre de maneira permanente por meio dos Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal, Municipais de Assistência Social e das Conferências de Assistência Social, instâncias deliberativas que possuem a atribuição de avaliar a Política de Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social. Até 2007, quando

aconteceu a última Conferência Nacional de Assistência Social, foram realizadas seis conferências.

É importante destacar alguns aspectos considerados relevantes sobre as ações de assistência social. O primeiro aspecto é que:

A partir da NOB/SUAS e da implantação da Rede SUAS, os Conselhos de Assistência Social dos Municípios, Estados e Distrito Federal passam a exercer efetivamente o controle social sobre a assistência social em seu âmbito. Uma das formas de exercer esse controle é por meio do parecer de aprovação ou rejeição do Plano de Ação e do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira do SUAS (instrumento de prestação de contas) (BRASIL, 2003d, p.36-37).

De acordo com o Caderno de Avaliação do PPA Nº 17, o MDS considera os Conselhos como instâncias relevantes para discussão, proposição e avaliação voltadas aos segmentos populacionais atendidos pelos serviços da Proteção Social e destaca os Conselhos e Comissões que compõe como membro titular:

- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE);
- Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);
- Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos (CNDI);
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA);
- Comissão Intersetorial de Acompanhamento da Implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE); e
- Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

A participação social, por meio dos Conselhos, tem sido determinante na formulação, execução e avaliação dos serviços da Proteção Social Especial. No que se refere aos Conselhos de Assistência, a descentralização das ações em instâncias regionais consultivas tem tornado-as mais próximas à população. A interface com movimentos sociais como o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e o Movimento Nacional da População em Situação de Rua também tem sido importante no sentido de sistematizar as necessidades e demandas dessas populações na formulação e no planejamento das ações e políticas no âmbito do MDS e, em particular, na Proteção Social Especial.

Vale salientar que o Relatório de Avaliação em análise não menciona as formas de participação social do Projeto Agente Jovem nem do Programa Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Juventude.

### **2.3 A Implementação da Política Pública de Juventude no Contexto da Descentralização da Política Nacional de Assistência Social: o Caso do Distrito Federal**

Aqui trataremos de analisar o processo de implementação dos programas<sup>58</sup>, orçamento e a participação no contexto da assistência social do Distrito Federal, com base nos preceitos constitucionais e em particular da LOAS (art.5º) sobre a descentralização político-administrativa, o comando único das ações de assistência social em cada esfera do governo, a participação da população por meio das organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis e primazia da responsabilidade do Estado,

O desafio a se enfrentar aqui é tentar problematizar e desvendar como os programas destinados à juventude no âmbito da assistência social são implementados e como repercutem na realidade dos jovens das camadas populares no Distrito Federal. Para tanto, optou-se por abordar três aspectos: - situar a Política de Assistência Social no contexto de implantação do SUAS no DF; relacionar o conjunto de programas, ações e serviços de assistência social, destacando aqueles executados em parceria com o governo federal acima mencionados e analisar a implementação dos programas e projetos federais de assistência social voltados para a juventude e identificados anteriormente no âmbito do Distrito Federal, focalizando o Projeto Agente Jovem.<sup>59</sup>

A Política de Assistência Social no âmbito do Governo do Distrito Federal está sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda - SEDEST, a qual durante o período de execução do Plano Plurianual 2004 – 2007 até

---

<sup>58</sup> De acordo com o PPA 2004 – 2007 do GDF, o Plano está estruturado por programas, integrados por ações que resultam em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade.

<sup>59</sup> Do ponto de vista metodológico, seguiu-se na mesma linha de análise dos programas federais, priorizando-se o PPA 2004-2007 do Governo do Distrito Federal. Dada a falta de informações consistentes e a dificuldade de obter as informações na internet como fontes complementares. Foram feitos contatos por telefone e via e-mail, com técnicos e assessores da SEDEST e SEPLAG. Apenas desta última se obteve retorno. Os principais documentos complementares ao PPA utilizados foram os relatórios de atividades da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG dos anos de 2006 e 2007 e o documento “Diagnóstico Social – DF” da SEDEST.

final de 2006 era denominada Secretaria de Estado e Ação Social – SEAS<sup>60</sup>; de janeiro de 2007<sup>61</sup> a abril de 2008 passou a se denominar Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho e, a partir de então, foi criada a atual SEDEST<sup>62</sup>.

Além dessa secretaria, tem-se também o Fundo de Assistência Social do DF e como órgão de caráter normativo e deliberativo na formulação e controle da política de assistência no DF, responsável pela coordenação e execução e assistência social no Distrito Federal, existe o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal – CAS’DF, instituído pela Lei Nº 997 de 25 de novembro de 1995 e as Conferências Regionais e Distrital. Em 2007 foi realizada a VI Conferência Distrital de Assistência Social.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda é o órgão gestor da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Distrito Federal, SUAS/DF<sup>63</sup>. Além dessa, a SEDEST também é responsável pelas Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, Política de Assistência Social e a Política de Transferência de Renda.

Para a implementação da Política de Assistência Social Distrital o SUAS/DF conta com equipamentos públicos integrantes da estrutura organizacional da SEDEST, quais sejam: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS; Centro de Orientação Socioeducativa – COSE; Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS; e Rede de Serviços Socioassistenciais<sup>64</sup> Continuados de Média e Alta Complexidade. (BRASIL, 2008d, p.65).

Em levantamento feito via internet, nos documentos oficiais divulgados no site da SEDEST, foram identificados 19 CRAS, 07 CREAS, 17 COSEs e 07 UACs, como pode ser verificado na tabela 3 abaixo, por unidades operacionais da SEDEST. É por meio desse conjunto de unidades operacionais que se podem materializar os programas e ações, resultando em bens e serviços com a garantia do acesso a eles pela juventude.

---

<sup>60</sup> Unidade Orgânica de Direção Superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, criado pelo Decreto Nº 21.170 de 05/05/2000 e com seu Regimento Interno (Portaria Nº 336, de 21/12/2001).

<sup>61</sup> Decreto Nº 27.591 de 01/01/2007

<sup>62</sup> Decreto Nº 28.987 de 24/04/2008.

<sup>63</sup> O SUAS/DF também está em consonância com os preceitos constitucionais, com a LOAS, com a NOB-RH/SUAS e foi institucionalizado por meio da Lei 4.176, de 16 de julho de 2008.

<sup>64</sup> “Entende-se por Rede Socioassistencial o conjunto integrado e articulado de ações de iniciativa pública e da sociedade, sob a coordenação do poder público, que ofertam e operam serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais hierarquizados por proteção social e por níveis de complexidade” (BRASIL, 2008d, p.64). Não foi possível, no âmbito desse trabalho, configurar a rede de serviços socioassistenciais.

**TABELA 3: UNIDADES OPERACIONAIS DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL**

| CIDADE             | RAS      | CRAS      | CREAS     | COSE      | UAC       | Total     |
|--------------------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Águas Claras       | R XX     | -         | -         | -         | 01        | <b>01</b> |
| Brasília           | R I      | 01        | 01        | 01        | 02        | <b>05</b> |
| Brazlândia         | R IV     | 01        | -         | 02        | -         | <b>03</b> |
| Candangolândia     | R XIX    | 01        | -         | -         | -         | <b>01</b> |
| Ceilândia          | R IX     | 02        | 01        | 04        | -         | <b>07</b> |
| Cruzeiro           | R XI     |           |           |           |           |           |
| Estrutural         |          | 01        | 01        | -         | -         | <b>02</b> |
| Gama               | R II     | 01        | 01        | 02        | -         | <b>04</b> |
| Guará              | R X      | 01        | -         | 01        | -         | <b>02</b> |
| Itapoá             | R XXVIII | 01        | -         | -         | -         | <b>01</b> |
| Jardim Botânico    | R XXVII  | -         | -         | -         | -         | -         |
| Lago Sul           | R XVI    | -         | -         | -         | -         | -         |
| Lago Norte         | R XXVIII | -         | -         | -         | -         | -         |
| Núcleo Bandeirante | R VIII   | 01        | -         | 01        | -         | <b>02</b> |
| Paranoá            | R VII    | 01        | -         | 01        | -         | <b>02</b> |
| Pakway             | R XXIV   | -         | -         | -         | -         |           |
| Planaltina         | R VI     | 01        | 01        | 01        | -         | <b>03</b> |
| Recanto das Emas   | R XV     | 01        | -         | 01        | -         | <b>02</b> |
| Riacho Fundo       | R XVII   | 01        | -         | -         | -         | <b>01</b> |
| Riacho Fundo II    | R XXI    | -         | -         | -         | -         | -         |
| Samambaia          | R XII    | 01        | -         | -         | -         | <b>01</b> |
| Santa Maria        | R XIII   | 01        | -         | -         | -         | <b>01</b> |
| São Sebastião      | R XIV    | 01        | -         | -         | -         | <b>01</b> |
| SIA                | R XXV    |           |           |           |           |           |
| Sobradinho         | R V      | 01        | 01        | 01        | -         | <b>03</b> |
| Sobradinho II      | R XXVI   |           |           |           |           |           |
| Sudoeste/Octogonal | R XXII   |           |           |           |           |           |
| Taguatinga         | R III    | 01        | 01        | 02        | 03        | <b>07</b> |
| Varjão             | R XXIII  | -         | -         | -         | -         |           |
| <b>Total</b>       |          | <b>19</b> | <b>07</b> | <b>17</b> | <b>06</b> | <b>49</b> |

Fonte: [www.sedest.df.gov.br](http://www.sedest.df.gov.br) (elaboração própria).

Como se pode observar na tabela acima, considerando a significativa quantidade de habitantes por Regiões Administrativas do Distrito Federal, ainda é muito pouco o número de Unidades Operacionais da assistência social por RA, com a concentração delas em determinadas cidades como é exemplo de Ceilândia e Taguatinga, que contam cada uma com 7 Unidades, e Brasília que conta com cinco Unidades. Entre essas Unidades estão incluídas CRAS, CRES, COSES e UAC. Ceilândia é a única cidade que possui dois CRAS, mas por outro lado não foi identificada nenhuma UAC.

Embora não seja objeto da presente análise, vale mencionar que, no último ano de execução do PPA 2004–2007, de acordo com dados do Relatório de Avaliação do PPA – Ano

base 2007, a Agenda Social do governo apresentou 48 programas, sendo sete (07) no âmbito da assistência social e de responsabilidade da SEDEST.

De acordo com as informações levantadas, os programas sociais implementados nessa unidade da federação podem ser de iniciativa do governo distrital, do governo federal ou pactuados entre as duas áreas. A execução deles ocorre de alguma forma, articulada entre as duas esferas e entre os próprios órgãos distritais. Neste levantamento, não entraremos nessas especificidades.

O Relatório de Atividades da SEPLAG(BRASIL,2007f) apresenta o detalhamento dos sete programas mencionados, identificando 24 ações, conforme pode ser verificado no Quadro 10. Entre os programas de Assistência Social, o Relatório destaca três (03) especificamente voltados para crianças e adolescentes: Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção à Infância e Adolescência.

**QUADRO 10: DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POR ATENDIMENTO REALIZADO DE 2005 A 2007**

| Programas   | Ações  | Atendimento Realizado           |                 |        |        |        |
|---|--|---------------------------------|-----------------|--------|--------|--------|
|   |  | Produto                         | 2005            | 2006   | 2007   |        |
| Proteção e Amparo ao Idoso                                      | Centro de Convivência para Idosos                              | Pessoa atendida                 | 414             | 432    | 424    |        |
|   | Casa Lar – Abrigo para Idosos                                  | Pessoa atendida                 | 343             | 408    | 300    |        |
| Apoio aos Portadores de Deficiência                             | Habilitação e Reabilitação para Portadores de Deficiência.     | Pessoa atendida                 | 1.147           | 1.024  | 1.051  |        |
|   | Atendimento Integral em ENG's – Vila São José Bento Cottolengo | Pessoa atendida                 | 79              | 77     | 75     |        |
|   | Casa Lar – Abrigo para Portadores de Deficiência               | Pessoa atendida                 | 155             | 148    | 138    |        |
| Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes | Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual            | Pessoa atendida                 | -               | -      | 62     |        |
| Erradicação do Trabalho Infantil                                | Erradicação do Trabalho Infantil – PETI                        | Pessoa atendida                 | 4.667           | 5.747  | 4.490  |        |
| Proteção a Adolescência   | Abordagem de Rua para Crianças e Adolescentes/SOS              | Atendimentos                    | 14.403          | 13.848 | 2.387  |        |
|   | Agente Jovem   | Pessoa atendida                 | 914             | 1.786  | 1.819  |        |
|   | Atendimento Socioeducativo Infanto Juvenil                     | COSE's Unidades Espec.          | Pessoa atendida | 7.773  | 8.720  | 8.305  |
|   |  | ENG's Conveniadas               | Pessoa atendida | 2.111  | 2.368  | 2.760  |
|   | Educação para o Trabalho                                       | CRAS/SECONCI                    | Pessoa atendida | 4.339  | 7.265  | 3.207  |
|   |  | ENG's Conveniadas               | Pessoa atendida | 704    | 1.199  | 705    |
|   | Atendimento Integral Institucional – CEAR                      | Pessoa atendida                 | 2.364           | 723    | 764    |        |
|   | Casa Lar – Abrigo para Crianças e Adolescentes                 | Pessoa atendida                 | 606             | 617    | 620    |        |
|   | Casa de Passagem – Crianças e Adolescentes                     | Pessoa atendida                 | -               | 312    | 590    |        |
|   | Proteção e Cuidado Infantil                                    | Atendimento em Creches em ENG's | Pessoa atendida | 10.827 | 10.315 | 10.304 |
| Atividades socioeducativas com famílias                         |  | Pessoa atendida                 | 3.131           | 3.135  | 3.295  |        |
| Atendimento em Lares de Cuidados Diurnos                        |  | Pessoa atendida                 | 471             | 567    | 563    |        |
| Proteção Social a Individuos e Famílias                         | Plantões Sociais   | Atendimentos                    | -               | 3.472  | 20.166 |        |
|   | Abordagem de Rua a População desabrigada                       | Atendimentos                    | 5.336           | 2.916  | 6.470  |        |
|   | Orientação e Apoio Sócio familiar                              | Atendimentos                    | -               | -      | 3.401  |        |
|   | Serviço Funerário Gratuito                                     | Atendimentos                    | 1.748           | 1.318  | 1.633  |        |
|   | Ações Socioeducativas com Famílias – PAIF                      | Atendimentos                    | 13.995          | 20.988 | 10.975 |        |
|   | Atendimento em Albergue  | CEACON                          | Pessoa atendida | 4.363  | 4.181  | 4.579  |
|   |  | CECOSAL                         | Pessoa atendida | 676    | 710    | 682    |
|   | Casa de Passagem – Adultos                                     | Pessoa atendida                 | -               | -      | 188    |        |

**Observação:** Para as atividades com produto definido como atendimentos realizados, foi computado o somatório de pessoas assistidas mensalmente. Para as ações com produto em pessoas atendidas, foi computada a quantidade de pessoas assistidas ao longo do ano, levando-se em consideração a rotatividade de pessoas.

**Fonte:** GDF/SEPLAG. Relatório de Atividades 2007 – Anexo IV

É no âmbito da Proteção à Infância e Adolescência que se encontra o Projeto Agente Jovem e mais cinco ações específicas para crianças, adolescentes e jovens: Abordagem de Rua para Crianças e Adolescentes/SOS, Atendimento Socioeducativo Infante Juvenil, Casa de Passagem, Casa Lar – Abrigo para Crianças e Adolescentes, Atendimento Integral Institucional - CEAR e Educação para o Trabalho. Algumas ações são desenvolvidas por meio de convênios com organizações não governamentais, a exemplo do Atendimento Socioeducativo Infante Juvenil, Educação para o Trabalho e Atendimento em Casa Lar.

Considerando que, praticamente, todos os programas e ações incluem apenas os adolescentes, a rigor, de acordo com as informações levantadas, a juventude acima de 18 anos não faz parte da agenda da assistência social no DF<sup>65</sup>. Mesmo naquelas poucas ações que atendem jovens acima de 18 anos, o atendimento, em geral, é feito por organizações não governamentais conveniadas, como já mencionado.

O limite de tempo para o desenvolvimento do presente estudo, aliado à baixa qualidade das informações disponíveis nos Relatórios Anuais de avaliação do cumprimento de metas e consecução dos objetivos previstos no Plano Plurianual sobre esse Programa, impossibilita uma análise mais consistente dos programas em estudo, determinando para a delimitação do Projeto Agente Jovem enquanto parte da implementação da Política Nacional de Assistência Social no Distrito Federal.

O Relatório de Avaliação do PPA analisado indica que o programa como um todo precisa ser reformulado, sugere a realização de pesquisas que dimensionem e mapeiem o público-alvo e demonstra a concentração das ações na Região Administrativa I, referente à Brasília, sugerindo sua ampliação para todo o DF, bem como a criação de novas ações e promoção de interface com outras políticas públicas, visando maior efetividade do Programa. Em síntese, os aspectos mencionados revelam que não existe um processo de monitoramento e avaliação do Programa que considere e efetive o redimensionamento dele.

---

<sup>65</sup> Mesmo na Subsecretaria da Juventude, vinculada à Secretaria de Estado de Justiça do GDF, conforme o Relatório de Atividades da SEPLAG de 2007, as ações para a juventude em 2007 resumiram-se à aquisição de bolas de tênis de quadra, participação em eventos e visitas a escolas públicas e instituições socioeducativas do DF. Em parceria com o Projeto na Hora, foram confeccionados currículos, carteiras estudantis e outros serviços oferecidos pelo Projeto. Além desses, houve o atendimento de adolescentes pelo Projeto da Casa do Cravo e a Rosa, parceria com a OAB nas escolas do DF e o Projeto Rock Cave. O relatório não explicita maiores detalhes dessas ações (BRASIL, 2007f).

O Projeto Agente Jovem é uma ação federal do MDS, executado em parceria com a SEAS (atual SEDEST) no DF no âmbito do Programa Proteção ao Adolescente<sup>66</sup> que se destina aos Adolescentes de 12 a 18 anos de idade em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

O Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano é um projeto destinado à juventude “que por meio de um conjunto articulado de ações busca assegurar a participação ativa e efetiva do jovem na sociedade como protagonista no processo de desenvolvimento de seu meio e do exercício pleno de sua cidadania (BRASIL, 2008d, p.117).

O Projeto conjuga uma Bolsa, no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) e a ação socioeducativa aos jovens entre 15 e 17 anos. O Distrito Federal é responsável pelo cadastramento dos jovens e desenvolvimento das atividades socioeducativas, as quais têm como objetivo preparar os jovens por meio de cursos específicos para atuarem na comunidade como Agentes Jovens de Desenvolvimento Social nas áreas de saúde, esporte, cultura, justiça, turismo e meio ambiente. A atividade é realizada com recursos do Fundo de Assistência Social do Distrito Federal e do Fundo Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2007c).

Se por um lado o Projeto Agente Jovem permite vislumbrar um atendimento mais ampliado à juventude sem se limitar a dimensões específicas como a violência sexual ou o trabalho ilegal, por outro lado, os Relatórios anuais do PPA apresentam muito poucas informações sobre a execução do Projeto no DF. Em geral, a ação não foi identificada em 2004. O Relatório de 2005 explicita a manutenção do atendimento de adolescentes como agente jovem e nos dois últimos anos supõe-se que estejam dispersas no conjunto das ações de proteção social básica, tendo em vista que aparecem resultados relacionados ao Projeto Agente Jovem.

Uma informação não encontrada nos Relatórios Anuais do PPA 2004-2007 foi quanto ao atendimento do Projeto ao longo dos quatro anos. Além disso, embora a ação não tenha sido identificada nos programas de 2004, as estatísticas do Relatório de Atividades – Prestação de Contas Anual do Governador (2006 e 2007) indicam a realização da atividade apresentando uma progressão no número de jovens atendidos, sendo: 905 em 2004, 914 em 2005, 1.786 em 2006 e 1.819 em 2007.

---

<sup>66</sup> No Programa Proteção à Adolescência encontram-se incluídos também ações do Projeto Pátria Amada, Esporte à Meia Noite e Picasso não Pichava.

Esses números contrastam com os números fornecidos pela Coordenação de Proteção Social Básica do MDS, que apresenta uma progressão diferenciada do número de jovens atendidos. Segundo a tabela 4 abaixo, em 2004 foram contemplados 425 jovens e em 2005, 975 jovens. Nos dois anos seguintes, 2006 e 2007, o quadro indica a permanência da quantidade de jovens contemplados no Projeto. Como não se teve acesso aos relatórios do projeto implementado no Distrito Federal, não foi possível identificar os motivos do contraste.

**TABELA 4: QUANTITATIVOS DO AGENTE JOVEM NO DISTRITO FEDERAL, NO PERÍODO DE 2004 A 2007 SEGUNDO O GOVERNO FEDERAL.**

| ANO          | No de Núcleos | No de Jovens | Valor /ano repassado: R\$ |
|--------------|---------------|--------------|---------------------------|
| 2004         | 17            | 425          | 425.000, 00               |
| 2005*        | 39            | 975          | 562.499, 78               |
| 2006         | 39            | 975          | 974.998, 44               |
| 2007         | 39            | 975          | 974.998, 44               |
| <b>Total</b> | <b>39</b>     | <b>975</b>   | <b>2.937, 496, 66</b>     |

**Fonte:** MDS/SNAS/Coordenação de Proteção Social Básica.

\* Os valores apresentados no ano de 2005 estão considerando a expansão que ocorreu a partir de agosto de 2005.

**TABELA 5: QUANTITATIVO DO AGENTE JOVEM NO DISTRITO FEDERAL, NO PERÍODO DE 2004 A 2007 SEGUNDO O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.**

| Ano/Dotação  | Número de Núcleos | Nº Jovens | Dotação Autorizada   | Empenho Liquidado    |
|--------------|-------------------|-----------|----------------------|----------------------|
| 2004         | Sem informação    | 905       | -                    | -                    |
| 2005         | Sem informação    | 914       | 584.380, 00          | 474, 136, 00         |
| 2006         | Sem informação    | 1.786     | 884, 393, 00         | 829, 093, 02         |
| 2007         | Sem informação    | 1.819     | 1.320, 019, 00       | 729.990, 00          |
| <b>Total</b> | <b>-</b>          | <b>-</b>  | <b>278, 879, 200</b> | <b>203, 321, 902</b> |

**Fonte:** Relatórios de Avaliação do Cumprimento de Metas e Consecução dos Objetivos Previstos no PPA 2004-2007 do GDF – Ano base 2004, 2005, 2006 e 2007.

Como se pode perceber pela tabela 5, não existe informação sobre o número de núcleos nos documentos do GDF analisados. Outro aspecto que limita a presente análise é a ausência de elementos, nos relatórios anuais, sobre a implementação dos recursos financeiros e da participação social, especificamente em relação ao Projeto em questão. Embora o Relatório de 2005 indique que as ações de atendimento foram executadas acima do previsto, em particular, o Agente Jovem não alcançou a meta prevista nesse ano.

No tocante ao orçamento, os dados fornecidos pelas fontes oficiais também apresentam informações discordantes, conforme pode ser comparado nas tabelas 4 e 5, o que impede a elaboração de uma análise mais próxima da realidade.

Em termos gerais, é possível destacar, de acordo com os relatórios analisados, que a implementação do Agente Jovem no DF não foge à regra dos demais programas identificados, apresentando entre as dificuldades: programação financeira das ações inadequadas, recursos insuficientes, embora a execução financeira das ações esteja na maioria das vezes abaixo do recurso autorizado ou mesmo não seja executada, recursos humanos insuficientes, necessidade de capacitação continuada, recursos materiais insuficientes, infraestrutura inadequada, carência de informações sobre a execução dos programas, falta de informações sobre a participação da sociedade ou não existência dela.

**QUADRO 11: DO PROJETO AGENTE JOVEM NO PPA 2004–2007 DO GDF POR PÚBLICO ALVO, ANO E AÇÕES PLANEJADAS E EXECUTADAS**

| Programa                | Público Alvo   | PPA / Ano base | Ações Planejadas Anexo III   | Análise da Execução financeira   |
|-------------------------|--|----------------|--|--|
| Proteção a Adolescência | Adolescentes de 12 a 18 anos de idade em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. | 2004           | Não foram identificadas ações do Projeto                                     | Não houve execução físico-financeira   |
|                         |  | 2005           | (...) 2817 Manutenção do atendimento de adolescentes como agente jovem (...) | Dotação autorizada maior do que a dotação inicial e do que a dotação empenhada. Valor liquidado, 100% do valor empenhado. Foram atendidos 914 jovens |
|                         |  | 2006           | 6199 - Proteção Social Básica  | Não foi identificada nenhuma referencia ao Agente Jovem  |
|                         |  | 2007           | 6199-Proteção Social Básica  | (...) Assistência (média) a 899 adolescentes/mês como Agente Jovem. (...)  |

A participação da sociedade nesse processo de implementação do SUAS'DF, do que foi possível identificar no referido relatório da SEPLAG, aconteceu exclusivamente por meio da VII Conferência Distrital de Assistência Social a qual culminou em um processo avaliativo da política de Assistência Social no DF com a participação de 1.800 pessoas, tendo sido eleitos 148 delegados.

Os relatórios demonstram que a participação social na implementação dos programas do GDF ocorre nos espaços tradicionais e não deu conta de garantir a política de juventude. Ao contrário, observam-se cortes de recursos, orçamentos não transparentes, o que indica grosso modo que a política de controle e de fiscalização ainda não se consolidou no DF o que será reafirmado na discussão a seguir.

Considerando que 2007 foi um ano pautado por transformações expressivas com a implementação do SUAS'DF, segundo o Relatório de Atividades deste ano, a SEDEST atuou com o desafio de “aliar as mudanças de paradigmas com o quadro de pessoal insuficiente para a nova missão e ainda garantir a manutenção das ações de cunho continuado e de atendimento direto à população”(BRASIL, 2007c, p.218).

Em termos das ações desenvolvidas pela SEDEST, há que se considerar que, no ano de 2007, de acordo com o Relatório de 2007 da SEPLAG, a implantação efetiva do SUAS'DF exigiu vários procedimentos entre eles um Pacto de Aprimoramentos e Gestão com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome com o objetivo de adequação dos órgãos executivos da SEDEST ao exercício da gestão da assistência social no seu âmbito de competência e um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC<sup>67</sup> entre esta Secretaria e o Ministério Público do Distrito Federal, com vistas à otimização dos serviços ofertados pelas novas unidades, e previa, entre outras medidas, a contratação temporária de 456 profissionais de nível superior e de apoio.

Como desdobramento entre as ações, o relatório destaca que foram criadas na nova estrutura 19 CRAS, 6 CRAS e 11 COSES, atendendo ao preconizado pela Política Nacional de Assistência Social e pelo Sistema Único de Assistência Social. Vale salientar que a nova estrutura foi montada com a transformação dos Centros de Desenvolvimento Social – CDS e não necessariamente com a criação de novas estruturas, como aborda o Relatório.

Foi criada ainda na estrutura da SEDEST uma unidade específica voltada para atendimento à população de rua, e segmentos em situação de vulnerabilidade e risco. Foram contratados e capacitados 67 cuidadores sociais para atuarem em 17 Casas Lares voltadas para o abrigo de crianças e adolescentes do Distrito Federal.

---

<sup>67</sup> TAC – nº 003, em 22 de agosto de 2007.

## 2.4 A Percepção dos Sujeitos/Atores Sobre o Impacto da Política de Juventude no Distrito Federal

Após o quadro acima configurado, considera-se importante analisar qual a percepção dos atores envolvidos na política de juventude no âmbito do Distrito Federal sobre os programas, orçamento e participação no Distrito Federal<sup>68</sup>

De antemão, cabe observar o consenso de opinião dos entrevistados sobre o caráter recente das discussões acerca da temática da juventude relacionada às políticas públicas. Para eles, isso é “uma coisa nova”, “um tema ainda não internalizado pela sociedade”, “o jovem não é compreendido como sujeito de direitos”, “estão à margem das políticas públicas”.

É consenso entre os entrevistados que o jovem não é considerado sujeito de direitos e sim como “menor”. Para um dos entrevistados “*a ideia que se tem é que se está protegendo marmanjos*” (E1). Eles denunciam uma visão conservadora, estigmatizante e preconceituosa que está diretamente relacionado com a classe social. Nessa perspectiva, um dos entrevistados menciona como uma situação de negação de direitos o desrespeito às particularidades dos jovens em conflito com a lei que se encontram nas Unidades de Internação.

Segundo opinião recorrente dos entrevistados, esses jovens estão à margem das políticas públicas. Elas não chegam até os jovens. Em particular, foram destacadas as políticas educacionais, com ênfase para o atraso dos jovens no fluxo escolar que gera sérias consequências, entre elas a dificuldade de encontrar trabalho, já que, com a defasagem escolar, ele não consegue oferecer as habilidades exigidas pelo mercado. “*Estão fora do fluxo escolar e não são absorvidos pelo mercado de trabalho que exige escolaridade*” (E3).

E, temos ainda um problema sério, porque estão [os jovens] com a defasagem da série, os programas de políticas públicas nunca os atingem, pois tem que ter 18 anos ou ter concluído a 8ª série, como esse garoto não teve escolaridade no tempo certo, com 18 anos está na 6ª série, na 5ª, então nunca chegam estas políticas para atendê-los. PROEJA, PROTEJA, nada disso contempla (E8).

Outro aspecto mencionado de forma recorrente refere-se ao caráter descontínuo das políticas para a juventude. Muitos programas e projetos, às vezes começam e não

---

<sup>68</sup> O ponto de vista desses atores foi captado por meio de entrevistas semiestruturadas com atores do governo, da sociedade civil organizada e dos próprios jovens, em particular, com técnicos, membros de organizações juvenis e de defesa de direitos da juventude.

terminam, ou apenas são executados para prestar contas do recurso disponibilizado, sem planejamento. *“aí você não consegue ter a dimensão se deu certo ou não deu certo”* (E8). Esse fator é bastante evidente nos relatórios do PPA 2004–2007 do GDF, nos quais é frequente a indicação de programas com recursos previstos e não executados ou com execução mínima.

Para os entrevistados, além da “ideia” de juventude ser algo novo, ela não é prioridade em termos de política pública. Esse ponto de vista pode ser ilustrado na seguinte fala: *“Existe uma máxima de que a juventude é o futuro do país, mas existe uma debilidade no investimento de recursos e na formulação de políticas públicas”*(E4). Existe um discurso do direito e a prática da negação desse direito. Como bem explicita um entrevistado *“na teoria as coisas são bem feitas, mas na prática (...) faltam equipamento, cursos, atividades escassas”* (E2).

Em síntese, o ponto de vista dos entrevistados acerca da Política Nacional de Juventude denuncia e reforça o caráter excludente do Estado no tocante ao acesso da juventude das classes populares, pois oferece políticas paliativas e precárias. Para um dos entrevistados, essa postura repercute no aumento de jovens nas ruas.

#### *2.4.1. Participação da sociedade e dos jovens nas políticas públicas de juventude*

É unânime entre os entrevistados o entendimento de que existe pouca participação da sociedade organizada nas políticas públicas voltadas para a juventude. O argumento mais recorrente é quanto à fragilidade, à fragmentação e ao isolamento dos movimentos.

Na visão de um dos entrevistados, apesar do esforço da Secretaria Nacional de Juventude, as políticas para esse segmento ainda são bastante excludentes e não atendem ao jovem que está na rua. Para um dos entrevistados, *“tem se tentado um esforço através da Secretaria Nacional de Juventude, mas o jovem atendido não é o jovem que está na rua”* (E1).

Na visão de um dos entrevistados, apesar dos processos de mobilização e articulação na área da infância e da adolescência, com as conquistas resultantes no ECA, com a implementação dos Conselhos dos Direitos e dos Conselhos Tutelares, essas conquistas ainda continuam frágeis na sua implementação e em se tratando do jovem com idade acima

dos 18 anos, estabelecidos pelo ECA, fica-se sem perspectivas e a sociedade civil ainda não consegue se mobilizar para pautar as discussões da política de juventude.

Um fator que contribui, de acordo com o que se percebe nas entrevistas, é a atuação segmentada dos movimentos que, ou se voltam para os adolescentes, a exemplo do movimento de defesa da criança e do adolescente, ou se focam em temáticas específicas como é o caso da educação. A título de exemplo, um entrevistado, referindo-se ao movimento da criança e do adolescente, destaca o ensino médio e a educação profissionalizante.

A gente não consegue discutir o ensino médio, quando se fala de educação se fala da educação fundamental, da educação infantil, da luta pelas creches e tudo mais, mas o ensino médio a gente não consegue pautar, colocar na agenda a discussão de uma política de juventude. A gente não consegue pautar a educação profissional e tantas outras vertentes da política (...) (E1).

Outro entrevistado, criticando a setorialidade dos movimentos, menciona que:

Existem alguns conselhos que são uma forma de participação, só que existe também uma debilidade na participação, na verdade, por que é uma coisa pouco pautada (...) e como os movimentos estão organizados em setores específicos, acabam colocando com mais especificidade no caso da educação. A gente acaba pautando a política de juventude através da educação e não por outro caminho (E4).

Outro entrevistado radicaliza e enfatiza que a sociedade organizada não participa das lutas. Ele critica as organizações não governamentais, afirmando que elas, por dependerem de recursos públicos, ficam engessadas e presas às burocracias, arrefecendo a luta:

Por terem certa burocracia, e serem um pouco engessadas (...) [as ONGs] não participam das lutas, de ir para rua, e até mesmo baterem de frente com o sistema que a gente vive, esse capitalismo que está aí. Então eu digo que essas instituições que captam recursos têm certo engessamento” (E5).

Ao declarar seu ponto de vista, um entrevistado que é coordenador de uma associação de jovens de uma cidade da periferia do Distrito Federal, menciona o aspecto da desinformação da população e exemplifica com a divulgação na sua comunidade sobre uma lei federal referente à tarifa social que garante descontos para quem consome até uma determinada quantidade de energia elétrica e mobilização da população local para garantir o direito por meio de oficinas e apresentação de vídeos informativos e manifestações a fim de publicizar a questão.

Observa-se que, ao relatar sobre sua luta solitária, o entrevistado confirma a prática isolada dos movimentos, já que tarifas mais baratas é uma demanda que interessa ao

conjunto da população e poderia ser motivo de mobilização de vários outros movimentos e não apenas de uma comunidade.

Um terceiro ponto de vista mencionado por alguns dos entrevistados refere-se à falta de divulgação dos programas que contribui para que os jovens das camadas populares não participem. Um dos entrevistados indica a responsabilidade dessa não divulgação pela falta de propaganda do governo, mas também responsabiliza a sociedade organizada, que no seu entendimento, não busca saber o que está acontecendo (E8). A falta de divulgação levantada por um dos entrevistados é também assinalada nos relatórios do PPA, cuja análise indica que, de forma geral, a execução dos programas não conta com mecanismos de participação dos usuários e carece de mecanismos de divulgação.

Ao serem indagados sobre o nível de protagonismo juvenil na formulação da Política de Juventude no Governo Lula, a maior recorrência das respostas dos entrevistados foi para o fato de que ele se dá num nível muito pequeno ou insipiente, qualificando-o de um protagonismo fragmentado e artificializado. A participação dos jovens se fragmenta ao sedimentar a luta em crianças e adolescentes de um lado e juventude de outro, e ainda com práticas artificializadas de protagonismo. Novamente aparece o aspecto, já mencionado anteriormente, que o jovem que participa não é o jovem que “está na rua” (morando, perambulando, trabalhando ou em ambas as situações).

Para um dos entrevistados, a situação melhorou muito e o Governo Lula está dando mais oportunidade. No entanto, conforme o entrevistado (E8), ainda existe despreparo dos profissionais e pouca capacitação. O entrevistado, possivelmente, está se referindo à falta de habilidade dos profissionais no sentido de estimular um protagonismo autêntico com vista à emancipação. Alguns dos entrevistados mencionam o caráter de manipulação em algumas práticas denominadas de protagonistas, mas que, na verdade, os jovens repetem orientações dos adultos.

O exemplo de protagonismo mais recorrente foi o vivenciado no Movimento Estudantil. Mesmo assim, fica explícito na fala desse entrevistado:

Acaba que ainda se separa por segmentos. Então você tem o segmento da criança e do adolescente e o segmento da juventude, como se o adolescente não fosse jovem, então fica parecendo que são dois movimentos a parte que não deveriam ser, que é o grande problema dos movimentos, que não se articulam. (...) mas eu acho que também não tem grandes avanços, eu acho que o avanço que se teve foi trazer a juventude para a pauta nacional, (...) mesmo assim, eu ainda acho muito insipiente assim, ainda não percebo uma grande mobilização, uma articulação, por exemplo,

mesmo a UNE, de movimentos estudantis, que deveriam ter um protagonismo maior, com relação a este debate, eu percebo muito apagado (E1).

Um aspecto interessante mencionado nas entrevistas refere-se à prática de manipulação dos adultos em relação à participação juvenil, bem expressa na seguinte fala: *Eu tenho críticas por que este termo referencia quem não é mais jovem ou quem formula as políticas a tentar envolver a juventude e não a juventude envolver-se por si só! Eu acho que é um protagonismo juvenil fragilizado* (E4).

A percepção do entrevistado não é por acaso. Em termos do envolvimento dos próprios jovens nas políticas a eles destinadas, ou do protagonismo juvenil em moda atualmente, embora existam experiências de formulação de políticas de juventude que têm provocado organizações dos próprios jovens, na verdade, ainda se percebe como um grande desafio analisar as formas de inserção política dos jovens nos processos de discussão e de definição de ações que lhes afetarão diretamente, tendo em vista não serem, historicamente, uma prática comum no país.

É importante salientar que a participação juvenil nos processos acima mencionados tem ocorrido mediante organizações e movimentos de jovens nos distintos espaços, o que não tem acontecido senão com intensas críticas, no sentido dos limites da participação, das metodologias adotadas que restringiram a participação juvenil e da publicização da participação juvenil nos documentos produzidos. Grosso modo, o que se percebe e que é corroborado com a fala de um dos entrevistados é a prática da manipulação em alguns espaços e experiências que se intitulam de protagonismo juvenil.

No ano passado, eu participei do 3º Congresso Mundial contra Violência Sexual lá no Rio, chamaram bastantes jovens só que as crianças e adolescentes não falaram tanto, (...) não foi a criança que falou do ponto de vista dela, foi um texto escrito por alguém com boa escrita que ela só reproduziu aquilo, ou seja mais uma vez o jovem é barrado do processo (E5).

Deve-se admitir que a abertura de canais de participação não é suficiente para garantir a democratização do debate público. As experiências revelam velhas práticas de assistencialismo, paternalismo e vícios no relacionamento com os jovens, tais como a utilização de jovens militantes partidários ou envolvidos em programas/projetos governamentais como “massa de manobra” para garantir a defesa de propostas pré-definidas. Há também o pouco investimento na divulgação dos eventos, resultando no seu esvaziamento, sobretudo no que se refere à participação dos jovens.

Outro aspecto para fundamentar a pouca participação e a atuação isolada de alguns segmentos da juventude refere-se à fala de um entrevistado quando destaca que *“hoje o jovem está muito mais centrado em buscar uma projeção individual no mercado de trabalho do que uma projeção política do coletivo. (...) Então, a participação de jovens é muito pequena, a não ser nos segmentos isolados”* (E7). Esse ponto de vista se relaciona ao contexto no qual os jovens estão inseridos em termos do desenvolvimento profissional que aponta para a sobrevivência no mercado de trabalho competitivo, exigindo o desempenho e o mérito individual e impedindo-os de uma leitura mais ampla da realidade e das lutas em torno de direitos coletivos e que lhe permita uma atitude mais protagônica na sociedade.

Não foi possível observar diferenças significativas no protagonismo juvenil no GDF em relação ao governo Lula em termos da insipiência e limitação do protagonismo e da artificialização. O que chama a atenção no tocante ao protagonismo juvenil na formulação das Políticas Públicas de Juventude do Governo do Distrito Federal são as maiores recorrências ao ponto de vista de que não existem ou não se conhecem experiências de protagonismos na formulação de Políticas Públicas de Juventude no Distrito Federal. Em nenhum dos programas da área da Assistência Social voltados para os jovens adolescentes e identificados no PPA 2004–2007 do GDF é mencionada alguma forma de protagonismo juvenil.

É bastante recorrente entre os entrevistados o argumento de que não se ouve os jovens:

Muito pró forme e de acordo com as conveniências. Quando é uma participação crítica, de controle, propositiva de ações, não é interessante (E1).

O DF acaba [só] executando os projetos do nível federal. Eu acho que eles não participam. As coisas já vêm prontas Não ocorre a participação para se fazer um diagnóstico do que ele precisa, do que ele quer fazer, do que ele gostaria de fazer (E2).

Os Conselhos são aparelhados e a sociedade tem que lutar para que não seja cerceada no seu direito de participar. Tem o Conselho da Juventude, mas é para determinados jovens; a juventude não tem informação da política nem da participação (E6)

Uma jovem entrevistada, ao comentar sobre o protagonismo juvenil no Distrito Federal, relacionou algumas experiências que denominou de ações isoladas, mas chegou à conclusão de que tais iniciativas eram originárias da sociedade civil.

Eles trabalham com ações protagonistas, eles tentam se unir a pessoas que tem um perfil comum, montam um grupo que é o mercado sul que trabalham com arte e cultura por toda Taguatinga na tentativa de resgate da cultura para o jovem. Outra

que eu conheço trabalha com a questão ambiental, são grupos de jovens, como eu disse, com ações isoladas. São ações de pessoas da sociedade, tipo ONGs, eu não conheço [do governo] (E7).

Na mesma linha de pensamento que vem sendo afirmada pelos entrevistados, é unanimidade que é baixa e limitada a influência dos jovens na formulação da Política Pública de Juventude no Governo do Distrito Federal. O entendimento é o de que, como ele é pouco ouvido, então a influência é mínima. Ao argumentar seu ponto de vista um dos entrevistados destaca que:

A perspectiva que se tem do jovem eu entendo é jovem como um problema. (...) Se você pegar grande parte do que sai na mídia, sobre eventos que acontecem em escolas, que envolvem a juventude, (...) Se escuta a direção da escola, se escuta o policial que apreendeu o jovem não sei das quantas, se escuta a comunidade, mas o jovem nunca é escutado (E1).

Outro entrevistado, ao afirmar que não existe influência porque nem existe um diálogo como o governo distrital, denuncia a falta de prioridade do governo às políticas de juventude. Para esse entrevistado:

[...] não tem como dialogar com o GDF para propor e pautar coisas importantes. Por exemplo, a política de DST, HIV, AIDS e redução de danos no Governo Arruda é criminalizada, secundarizada totalmente. Nós temos uma política nacional que ainda segura a onda, mas no Distrito Federal é totalmente secundarizada (E4).

Um terceiro entrevistado, ao mencionar a pouca influência, responsabiliza as organizações juvenis. Para ele, “*se tiver uma organização maior da juventude, mais coletivo, onde esses grupos se juntarem nesse grupo maior, e conseguirem fazer uma pressão, como os movimentos sociais fazem, aí eu diria que tem uma participação significativa*”. O entrevistado parte do entendimento de que, para se influenciar a política pública de juventude, é necessário que exista uma maior mobilização das organizações sociais que atuam no campo da juventude, no sentido de pressionar o poder público e, com isso, possibilitar um maior nível de influência nas ações voltadas para a juventude .

#### *2.4.2. Os programas e serviços públicos voltados para a juventude no Distrito Federal*

Ao serem indagados sobre a ampliação ou redução do acesso dos jovens às oportunidades oferecidas pelos programas e serviços públicos no Distrito Federal, como, por

exemplo, a educação, trabalho, cultura e esporte, ficam evidentes, na fala dos entrevistados, dois pontos de vista complementares.

Um primeiro afirma de forma enfática a redução do acesso às oportunidades. Esse ponto de vista explicita a tendência de redução progressiva do Estado na oferta de programas e serviços públicos, prática usual na proposta de fortalecimento do neoliberalismo empreendida pelo governo do Distrito Federal. *“O Estado cada vez diminui mais o acesso, e a gratuidade do serviço; parece que tem uma propaganda desses serviços, mas quando a pessoa procura por esses serviços descobre que eles são inexistentes”*(E6).

Outro entrevistado, na mesma linha de pensamento, afirma: *“Então o serviço público e o Estado tem de certa forma, tem trabalhado mais para impedir o acesso da juventude do que para ampliar, infelizmente!”* (E4).

A opinião dos entrevistados é reforçada pelas informações levantadas na análise do Plano Plurianual 2004 – 2007 do GDF. Ao analisar o conjunto dos programas e serviços e a impressão demonstrada é que eles se constituem em peça de ficção. De antemão já é possível expressar a primeira impressão do Plano como um grande labirinto, confuso, prolixo, contraditório, repetitivo nas análises e avaliações das unidades responsáveis ou mesmo dos formuladores do Plano e dos Relatórios Anuais de prestação de contas. Em várias partes, os Relatórios explicitam estas fragilidades como a falta de informações e diagnósticos ou mesmo de diagnósticos consistentes sobre as demandas e sobre os usuários.

As várias partes do Plano, desde os textos de apresentação dos programas, ações e serviços, a mensagem governamental e os Relatórios anuais de prestação de contas elencam inúmeras ações com justificativas plausíveis da relevância das ações, base legal etc. Ao se analisarem os relatórios de execução financeira, de forma recorrente, constata-se a existência de tabelas sem execução ou com baixa execução financeira.

Diante da população, essa situação se explicita bem, como afirma o entrevistado anteriormente, nas propagandas de ações realizadas e divulgadas em grandes números, dando a impressão de uma prioridade governamental às questões sociais e em particular à juventude. Na verdade, como bem ilustra o entrevistado abaixo:

O Esporte à Meia Noite, criado há uns nove anos atrás, está praticamente extinto. Ainda funciona, mas bem precário. Antes tinha uma estrutura, hoje mal tem o espaço do colégio com dois monitores, coisa mínima mesmo. (...) O “Picasso não Pichava” também está praticamente extinto. Antes tinha alguns incentivos para

dança também, que foram cortados, e quadra de esporte não têm muitas e as que têm são totalmente **precárias**, tem nove quadras cobertas da gestão do Roriz e nenhuma foi acabada (...) (E5).

Os projetos mencionados pelo entrevistado ilustram bem a situação do DF no tocante às ações para a juventude. O Esporte à Meia Noite, o Picasso não Pichava, o Pátria Amada, projetos que constam do programa Proteção à Adolescência e outros com recursos previstos no PPA 2004-2007, ou têm baixíssima execução financeira, ou não têm nenhuma e parecem constar do Plano Plurianual como peça decorativa.

Tal situação foi identificada nos relatórios de avaliação do Plano Plurianual do GDF, nos quais o Pátria Amada e o Picasso não Pichava se encontram sem execução financeira nos quatro anos, embora possuam recursos previstos. O Esporte à Meia Noite, por sua vez, conta com execução financeira, mas, baixíssima (2,89%), apenas no ano de 2006. Nos demais anos de execução do Plano, seguindo a linha dos outros dois projetos mencionados, a execução financeira deste último é zero. Há que se considerar que no documento analisado não há justificativa para esta não execução financeira.

Outro ponto de vista explícito de maneira recorrente nos termos utilizados pelos entrevistados é que os serviços são tão poucos, pontuais, precários ou limitam-se a promessas ou à “retórica” como alguns entrevistados denominam as propostas que não conseguem ser efetivadas, que não conseguem visualizar um parâmetro de ampliação ou redução do acesso. Essa compreensão pode ser observada na seguinte afirmação:

Quando se pensa uma política específica para a juventude, o GDF em si não tem propostas, os programas que ele tem, ele copia do Governo Federal, provavelmente os recursos que ele utiliza devem ser de maioria proveniente do Governo Federal, e a gente não vê o reflexo disso ao conversar com os jovens (E1).

Complementando a linha de pensamento, é possível destacar a fala de outro entrevistado:

Na Samambaia, a cidade é composta na maioria por jovens, e a quantidade de serviços oferecidos é mínima. Aqui é uma cidade que deixa muito a desejar principalmente em relação ao número de vagas, geralmente os adolescentes e jovens tem que se deslocar para outras cidades. (...) Em nível de trabalho, é muito restrito, como já falei, o que se tem? A Agência do Trabalhador, que a gente percebe que as pessoas se inscrevem na agência e raramente são chamadas para fazer um curso de qualificação profissional, e emprego então é mais difícil ainda, porque a pessoa geralmente não tem essa experiência profissional para estar comprovando, e fica mais complicada a inserção desse jovem ou adolescente no mercado de trabalho (E2).

Um entrevistado explica que a proposta de educação profissional desenvolvida pela assistência social no GDF *“fica muito mais aquela preocupação com a ocupação, em atividades lúdicas do que uma formação propriamente dita”* (E3).

Em termos do acesso dos jovens pobres de DF aos serviços específicos de assistência social, os termos mais recorrentes no conteúdo das entrevistas referem-se ao assistencialismo, à precarização, promessas, retóricas e políticas penalizadoras. Observa-se que, embora o discurso institucional e normativo do Governo do Distrito Federal tenha aderido aos pressupostos do SUAS, no cotidiano, permanece a continuidade da política assistencialista que reduz os programas de transferência de renda à distribuição de alimentos (pão, leite, gás etc.) e ao seu caráter eleitoreiro.

Eu não acredito que tenha uma inserção maior até por que as políticas funcionam de forma isoladas, elas não são políticas articuladas, e o atendimento ainda é muito precário e burocratizado. Eu acho que todo o sistema de assistência social ainda está muito arraigado no modelo antigo, assistencialista, do que de promover direitos, de garantir a esse adolescente os serviços necessários (E1).

O jovem que ele já chega ao serviço de assistência social no seu limite, ele chega depois de ter passado pela educação e pela saúde, então tá no seu limite. (...) numa situação em conflito com a lei, ele chega para ser atendido numa instituição de privação de liberdade de semiliberdade. Ele chega ao acesso dos seus direitos, com todas as ausências de direitos negados (E7).

Indagados se os serviços públicos do Distrito Federal têm atendido às reais demandas dos jovens das classes populares, quase como uma síntese conclusiva dos entrevistados, é unânime a opinião de que esses serviços públicos não têm atendido às reais demandas dos jovens das classes populares. Não existem dados consistentes sobre os usuários de forma que fundamentem os programas, não se prioriza a aplicação de pesquisas ou diagnósticos consistentes.

Ao explicar o ponto de vista, um entrevistado menciona que sequer existe um diagnóstico consistente da demanda dos serviços de juventude do Distrito Federal; outros reafirmam a precariedade e o caráter não emancipatório impregnados nos serviços ofertados para esse segmento da população *“Porque hoje o que se tem é que a criança às vezes gosta de música, mas é obrigada a aprender informática. Ela até faz, mas não é o que ela gosta. Cada pessoa, cada jovem, tem que ser visto como ser de direitos* (E5).

No tocante aos diagnósticos sobre a demanda dos serviços para a juventude no Distrito Federal, essa é uma questão bastante explorada nas análises dos programas e ações dos Relatórios do Plano Plurianual do GDF e sempre apresentada como uma necessidade e

como a inexistência de diagnósticos consistentes sobre a realidade dos usuários atendidos, que permitam traçar objetivos, metas e indicadores mais precisos.

E existem ainda aqueles que acrescentam ao fato dos serviços públicos não atenderem às demandas dos jovens das camadas populares, o caráter excludente desses serviços. Para ilustrar o segundo ponto de vista, é possível mencionar as falas a seguir:

Eles não têm acesso a estas políticas. A escola não forma esses jovens, não é atrativa, o mercado de trabalho na hora que eles precisam desse mercado de trabalho não absorve e todas as outras políticas também: políticas de cultura e outras, não são voltadas para este público; (...) é que é como se eles estivessem muito à margem realmente dos processos das políticas públicas. (...) muitas vezes as políticas são trabalhadas na perspectiva da precarização. Se é uma política de assistência e ela é para aqueles que dela necessitam então pode ser qualquer coisa (...) mas você não trabalha a perspectiva desse menino poder escolher o que ele quer, e poder ter uma possibilidade de um outro futuro que não seja só esse (E1).

No DF ainda é muito mais complexo, (...) existe um repasse de verba do nível federal e assim mesmo nós temos um cenário ruim na educação e saúde pior do que os dos Estados que têm uma renda muito pior que a nossa. - os Conselhos Tutelares, não estão conseguindo acompanhar e fiscalizar. Então, fica uma coisa muito a Deus dará (E7).

Os jovens das classes populares têm dificuldades de acesso às políticas públicas que não são pensadas para este público, deixando-o à margem. Os poucos programas existentes são marcados pela precarização e, no caso específico da assistência social, ao contrário do que estabelece a legislação, não é para aqueles que dela necessitam. As políticas de educação não conseguem dar conta das particularidades desses jovens que, portanto, não conseguem desenvolver habilidades para competir no mercado de trabalho, ficando sem expectativas de futuro.

Como bem retrata a fala de um dos entrevistados, afirmando que as políticas do GDF não atendem às demandas dos jovens das camadas populares:

Pra mim não atende, pois você tá fazendo uma coisa tipo colocar sujeira debaixo do tapete e depois você não tem. Como na FUNAP, por exemplo, uma vez fui lá e fiquei falando assim, meu Deus do céu porque eles estão fazendo bolas aqui, pois não existe esta cultura, então fica costurando bola, aquilo pra mim é uma terapia ocupacional somente, pois ele vai sair do presídio e não vai ter demanda de trabalho, aqui não temos empresas de bola para escoar este trabalho como a Pênalti, vai pra onde? A costura no CAJE, eles ficam lá fazendo aquela coisa nos mecânicos, quando saem de lá vão pra onde? (...) Se você fala na empregabilidade na ressocialização que dê sentido na vida dele, não é ali dentro daquele espaço fechado que você vai conseguir isso, pois a hora que ele sai ele fica sem rumo (E8).

Em síntese, a fala dos entrevistados denuncia ausência de políticas para os jovens das classes populares do Distrito Federal também na área da cultura, do esporte e lazer, o que

pode ser confirmado na análise do PPA 2004–2007 do GDF no qual quase não se identificam programas nessas modalidades, bem como nas palavras dos jovens explícitas na pesquisa do IBASE e Instituto PÓLIS, no capítulo deste estudo referente ao perfil do jovem brasileiro que confirma a realidade do DF. Observa-se que as políticas de cultura, esporte e lazer no DF são marcadas pelo elitismo e a centralização nos espaços e equipamentos do Plano Piloto, impedindo o acesso dos jovens que moram nas cidades satélites, já que eles não dispõem de recursos para o deslocamento ou acesso a equipamentos de cultura, lazer e esporte.

### *2.4.3. Orçamento público e políticas de juventude*

Sobre a quantidade de recursos destinados à implementação dos programas de assistência social para a juventude no Distrito Federal, os termos mais recorrentes são a falta de transparência, de planejamento, desvio e a insuficiência dos recursos.

Em termos da não transparência, as falas a seguir sintetizam o pensamento dos demais entrevistados que especulam entre os motivos da não aplicação dos recursos em programas para a juventude, o fato de tais programas serem recentes ou estarem sendo gastos com atividades denominadas de “meio” e não diretamente com o jovem.

Até então, dentro da assistência especificamente não é muito clara. Eu acho que é uma coisa nova, (...) Dentro da assistência social havia muito poucos projetos voltados para a juventude, mas agora se pretende ampliar essa faixa etária, mas a parte de inclusão produtiva e educação profissional ainda é muito pequena e não tinha (E2).

O recurso existe, mas não sei para onde que ele vai! Acho que está sendo gasto com atividades “meio” e não com jovens (E3).

Ele não é suficiente e o que existe não está sendo aplicado corretamente (E7).

Alguns dos entrevistados argumentam sobre a não prioridade ou insuficiência de recursos nos programas para a juventude. Eles destacam que existem recursos, mas por outro lado, existe uma ação deliberada de trabalhar a assistência não como um direito de quem dela necessita, mas ainda com sua natureza assistencialista e clientelista:

Deveria ter uma boa vontade muito maior, porque hoje o recurso gasto, com a educação e com a saúde, com o incentivo à profissionalização é muito pouco, - Existe muito dinheiro pela arrecadação (E5).

Não é um orçamento pequeno, mas a maioria das ações da SEDEST está voltada para uma política assistencialista, que não é garantidora de direitos, (...) tanto que se você pegar um programa que eles dizem que é um programa de Segurança

Alimentar, o programa de segurança alimentar deles é dar pão, leite, café e agora açúcar (E1).

Como se pode confirmar, verifica-se uma fala entre o discurso dos entrevistados que segue na linha de reafirmar a falta de planejamento nas ações desenvolvidas. Para alguns, até existem recursos, no entanto, não se sabe distribuí-los de forma eficaz, estabelecendo prioridade e planejando.

Para finalizar, valem algumas considerações à guisa de síntese deste capítulo. Do total de 350 programas federais que constam do Plano Brasil de Todos, foram identificados 56 que contemplam a juventude de forma direta ou indireta, diluídos no Plano. Para a análise destes programas optou-se pela classificação por público-alvo, identificando-se quatro modalidades. Uma que se destina a crianças e adolescentes; outra que se destina exclusivamente à juventude de 12 a 24 anos; uma terceira modalidade, com programas voltados à juventude e outros destinatários diversos e finalmente uma quarta modalidade com programas voltados para os jovens indiretamente .

O tema da adolescência e da juventude é identificado explicitamente, em dois desafios da dimensão social. O desafio três que visa *promover o acesso universal, com qualidade e equidade, à seguridade social* e o desafio sete, que busca *reduzir a vulnerabilidade das crianças e adolescentes em relação a todas as formas de violência, aprimorando os mecanismos de efetivação dos seus direitos*. Os programas de ambos os desafios estão mais relacionados com o atendimento do governo às determinações do ECA

Na área da Assistência Social, foram identificados quatro programas destinados à juventude com ênfase na adolescência, especificamente no âmbito do MDS: Agente Jovem, Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude, Erradicação do Trabalho Infantil e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Os programas do MDS estão entre aqueles apontados na Mensagem Presidencial do PPA com perspectiva de reverter o quadro de exclusão e desigualdade sociais do segmento juvenil, com destaque para o Projeto Agente Jovem, que se não chega a ultrapassar o patamar dos 18 anos de idade, mas aponta a perspectiva de várias dimensões da condição juvenil como a comunitária, educativa, cultural. Como se pode observar, as ações identificadas no âmbito da assistência social, no PPA 2004–2007 apresentam-se restritas àquela parcela da juventude que se encontra na adolescência, verificando-se uma grande lacuna em termos de ações voltadas para a juventude de 18 a 29 anos nessa área da política pública.

Em se tratando do orçamento dos programas analisados no Plano Brasil de Todos, observa-se que, no geral, obteve-se uma boa execução daqueles recursos previstos que foram autorizados (em torno de R\$ 77.612.861.763,00), atingindo um percentual de execução superior a 96%. Quanto à execução financeira nos programas do MDS os recursos previstos foram executados, com algumas exceções. No entanto, os Relatórios do PPA destacam aspectos como insuficiência, contingenciamento e descontinuidade dos recursos, além da necessidade de maior participação dos Estados no processo de acompanhamento de implementação das ações pelos Municípios. Já no Distrito Federal, os recursos financeiros para a execução do Agente Jovem apresentam informações discordantes entre os dados fornecidos pelo MDS e aqueles encontrados nos documentos oficiais do GDF analisados, o que impede a elaboração de uma análise mais próxima da realidade.

Sobre a participação social na implementação dos programas federais, identificou-se que ela acontece de várias formas, indicando tanto a participação direta dos usuários como a participação das entidades representativas. As formas de participação predominantes estão em torno dos eventos, Conselhos e Conferências. Estas duas últimas se evidenciam com intensidade na implementação dos programas de assistência social. As ouvidorias têm se tornado cada vez mais comum enquanto veículo de manifestação da opinião da população. Por falta de informações, não foi possível apresentar uma análise consistente em termos da participação social no projeto Agente Jovem no Distrito Federal.

Finalmente, fica a lacuna deixada pelo não cumprimento do compromisso de reverter o quadro de exclusão e desigualdade do segmento juvenil, ampliando as ações socioassistenciais para a juventude até 24 anos. Não obstante o compromisso de campanha do Presidente Lula e embora o período de início e implementação do Plano aconteça no calor do debate da elaboração e aprovação da Política Nacional de Juventude, observa-se que a temática da juventude ainda não conseguiu alçar o patamar de prioridade neste Governo.

Sobre a percepção dos atores envolvidos na política de juventude no âmbito do Distrito Federal sobre os programas e serviços, orçamento e participação, em síntese, é possível destacar inicialmente que, para eles, a discussão de juventude é “uma coisa nova”, “um tema ainda não internalizado pela sociedade”, “o jovem não é compreendido como sujeito de direitos”, “está à margem das políticas públicas”.

Os entrevistados enfatizam alguns aspectos: o caráter descontínuo das políticas para a juventude; pouca participação da sociedade organizada; falta de divulgação dos

programas; práticas de protagonismo melhores no Governo Lula, mas fragmentadas e artificializadas e, ao contrário, no GDF não existem ou não se conhecem experiências de protagonismos; redução do acesso às oportunidades; serviços poucos, pontuais, precários ou limitados a promessas ou à “retórica”

Em termos de assistência social, os serviços foram caracterizados como assistencialista, precários, excludentes. Os recursos destinados à implementação dos programas de assistência social para a juventude no Distrito Federal, foram considerados insuficientes pelos entrevistados. Eles entendem que falta transparência e planejamento.

## CONCLUSÃO

Este espaço de conclusões suscita os principais aspectos do estudo, tentando, de um lado, relacioná-los com as indagações iniciais, e de outro, com aqueles elementos que foram emergindo durante a análise.

As políticas públicas de juventude aqui tratada são compreendidas na dinâmica das tensões societárias que assolaram o cenário das duas últimas décadas, tendo como eixo a Constituição Federal de 1988, seu paradigma de garantia de direitos e de democratização e o avanço da ofensiva neoliberal que trata de suprimir direitos. Na verdade, trata-se de um processo complexo, tenso e contraditório. “Destaca-se mais especificamente um embate de questões que vão se evidenciando conforme o contexto econômico, às ideias e teorias em movimento, às forças políticas em presença, à forma de Estado vigente (FALEIROS, 1995).

Revisitando a história, vinte anos depois, este estudo observa que as décadas que sucedem a aprovação da Constituição Federal testemunharam um processo de inversão por meio de rearranjos do estado neoliberal, deslocando a perspectiva de conquista de direitos para o desmonte destes e a precarização e casualização do trabalho.

Nessa perspectiva, verifica-se que, na conjuntura do Estado de Direito pós-Constituição de 1988, mesmo com a mobilização e participação de atores institucionais no enfrentamento da violação de direitos da juventude das classes populares, e embora tenha sido intenso o processo de mobilização, foi diametralmente inversa a influência dessas demandas no contexto das políticas públicas nesse período.

Retomando as grandes questões iniciais - as quais estão intrinsecamente relacionadas - de como o Brasil é tocado pela tensão de projetos societários que se difundem globalmente e de que os movimentos sociais foram importantes para construir a defesa de direitos sociais e direitos humanos a partir da Constituição Federal de 1988, mas estes não conseguiram agendar essa temática como prioridade para que ela se expressasse efetivamente no orçamento para políticas públicas de enfrentamento das questões que envolvem a juventude brasileira.

Primeiro, observa-se por meio da análise empreendida que o Brasil é afetado nessa tensão entre projetos societários basicamente com uma inversão que sai de uma perspectiva de direito para uma perspectiva de criminalização e repressão. Essa constatação permite desmontar a lógica sob a qual se desenvolvem as políticas de juventude, explicitando uma armadilha montada que inverte a lógica do direito.

No curso deste estudo, verifica-se que os rearranjos estão embutidos na correlação de forças e na tendência a respostas reformistas, não perceptíveis a olho nu. Mas entenda-se que elas se manifestam por meio da análise minuciosa das relações sociais baseadas em estruturas cristalizadas historicamente e fundamentadas numa lógica de sociedade, que é a lógica do capital com suas formas de controle e regulamentação das políticas públicas.

Nessa perspectiva, a análise das políticas, à luz da história e de uma leitura crítica da realidade, empreendida num segundo momento, examina no Plano Brasil de Todos como esse impacto se explicita nos programas destinados à juventude, em particular, naqueles do âmbito da assistência social e de sua implementação de forma descentralizada no Distrito Federal. Para tanto, foi necessário, além de se reportar aos PPAs do governo federal e distrital, ouvirem-se os atores envolvidos na implementação das políticas de juventude na ponta, sobre a sua percepção em relação a essas ações e a afirmação de direitos para a juventude, o que reafirma a lógica da inversão mencionada.

Sobre os programas voltados para a juventude, o PPA demonstra uma maior articulação entre as políticas por meio da implementação delas de forma multissetorial. No entanto, na prática ainda existem muitos desafios a serem superados nesse sentido. A implantação do Cadastro Único para os usuários dos programas, talvez possa trazer algum avanço em termos da transparência. Nesse sentido, também vale destacar os Sistemas de Informações que estão sendo progressivamente criados para o monitoramento das ações governamentais, a exemplo daquele que pode ser visitado pela internet na página do Ministério do Desenvolvimento Social e em outros Ministérios.

Outrossim, não obstante o compromisso de campanha do Presidente Lula para implementação de propostas, visando reverter o quadro de exclusão e desigualdade social de grandes parcelas do segmento juvenil brasileiro, observa-se que tais propostas, em particular aquelas destinadas à juventude das classes populares, não conseguiram alçar o patamar de

prioridade neste Governo. Mas aparecem diluídos nos setores/áreas, megaobjetivos, desafios, como título de alguns programas.

Entre as Metas Prioritárias, apenas nas da educação e do trabalho e emprego, encontram-se indicativos de programas para a juventude, no tocante especificamente à educação, no que se refere à erradicação do analfabetismo no Brasil e ao ensino médio. Na meta do emprego, poderá estar incluída a juventude se forem considerados os números do programa Primeiro Emprego no conjunto da criação de 7, 8 milhões de postos de trabalho.

A ênfase dos programas existentes recai sobre os adolescentes na focalização dos programas, projetos e ações destinados à juventude nas situações de risco e vulnerabilidade social. Em geral, essa é a tônica dos programas e projetos para essa “outra” juventude, revelando uma concepção funcionalista da reinserção social, da reinserção educacional, comunitária etc. Os programas, menos que um direito social, são uma forma de corrigir disfunções decorrentes da pobreza, das situações de vulnerabilidade e risco, reinserindo o jovem na sociedade e prestando contas a esta mesma sociedade.

Tais programas em geral ainda possuem características marcantes: são pontuais e isolados. O recorte universal e focalizado/seletivo empreendido nos programas e projetos em análise também indica que à medida que eles se tornam mais universais, distanciam-se em termos de acesso pela juventude das camadas populares a começar pelos programas educacionais de ensino fundamental e médio que têm contado com a ausência de um segmento considerável da juventude. Aos jovens das camadas populares, quando se fala em melhores oportunidades de formação profissional, a perspectiva vislumbrada são os programas inadequados e descontextualizados, pontuais, sem acompanhamento e sem continuidade.

Foram identificados quatro Programas e Projetos destinados à juventude com ênfase na adolescência, especificamente no âmbito da assistência social: o Projeto Agente Jovem e Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude, a Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e o Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Entre as ações propostas, encontra-se o Programa Proteção Social à Infância, Adolescência e à Juventude que foi excluído no segundo ano do PPA e o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Este último não chega a ultrapassar o patamar

dos 18 anos de idade, mas, por outro lado, aponta uma perspectiva de várias dimensões da condição juvenil como a comunitária, a educativa, a cultural etc.

Como pode ser verificado, mesmo o PETI, o Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e o Agente Jovem são programas criados ainda no mandato do Presidente Fernando Henrique, revelando que não houve aumento do número de programas para a juventude, nessa área, no período que cobre o PPA 2004 a 2007. Talvez com a implementação do PPA 2008 – 2011 se possam identificar mais programas direcionados às particularidades da juventude, já que a ela foi incluída entre as prioridades da agenda social do governo, além dos possíveis resultados do ProJovem, iniciado em 2005 e aperfeiçoado posteriormente.

Finalmente, não se poderia deixar de retomar a frustração deixada pelo não cumprimento do compromisso indicado na Mensagem Presidencial do Plano Brasil de Todos para reverter o quadro de exclusão e desigualdade do segmento juvenil, ampliando as ações socioassistenciais para a juventude até 24 anos. Como se pode observar explicitamente nas ações identificadas, em particular nas da assistência social, predomina a ênfase nos adolescentes, atendendo aos preceitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, verificando-se, no entanto, uma grande lacuna em termos de ações voltadas para a juventude de 18 a 29 anos nessa área da política pública.

O Distrito Federal mantém a tônica nacional. Considerando que praticamente todos os programas e ações na área da assistência social incluem apenas os adolescentes, a rigor, de acordo com as informações levantadas, a juventude acima de 18 anos não faz parte da agenda da assistência social no DF. Mesmo naquelas poucas ações que atendem jovens acima de 18 anos, o tal atendimento em geral é feito por organizações não governamentais conveniadas.

Em termos do Projeto Agente Jovem, nas principais conclusões da pesquisa, verifica-se que a análise dos dados identificou impactos positivos, mas não conclusivos; e não encontrou impactos positivos do Projeto Agente Jovem sobre os beneficiários. Os impactos positivos foram verificados do ponto de vista do trabalho, da participação e cidadania e do comportamento sexual e reprodutivo. Impactos positivos de forma não conclusiva foram destacados nas dimensões da violência e não foram identificados quando associados à

participação no tocante à educação, à integração familiar ou ao uso de álcool, tabaco ou drogas.

Não obstante a pesquisa de impacto do Agente Jovem realizada pela UFF, os dados ainda revelam ações pontuais e descontínuas, fragilidade nos sistema de informação para um monitoramento, acompanhamento e avaliação adequados. Um fator que merece atenção são os indicativos de impactos não positivos em expectativas chaves do Agente Jovem revelados na pesquisa da UFF referentes à participação juvenil, à educação, à integração familiar, ao uso de álcool, tabaco e drogas.

O limite de tempo para o desenvolvimento do presente estudo, aliado à baixa qualidade das informações disponíveis nos Relatórios Anuais de avaliação do cumprimento de metas e consecução dos objetivos previstos no Plano Plurianual sobre esse Programa, impossibilitam uma análise mais consistente dos programas em análise, determinando para a delimitação do Projeto Agente Jovem enquanto parte da implementação da Política Nacional de Assistência Social no Distrito Federal. No entanto, os dados indicam alguns aspectos que podem ser destacados:

- O programa como um todo precisa ser reformulado;
- É necessária a realização de pesquisas que dimensionem e mapeiem o público-alvo;
- Verifica-se a concentração das ações na Região Administrativa I, referente à Brasília, sugerindo sua ampliação para todo o DF;
- É necessária a criação de novas ações e promoção de interface com outras políticas públicas, visando maior efetividade do programa; e
- Os aspectos mencionados revelam que não existe um processo de monitoramento e avaliação do programa que considere e efetive o seu redimensionamento.

Se por um lado o projeto Agente Jovem permite vislumbrar um atendimento mais ampliado à juventude, sem se limitar a dimensões específicas como a violência sexual ou o trabalho ilegal, por outro lado, os Relatórios Anuais do PPA apresentam muito poucas informações sobre a execução do projeto no DF.

Em termos gerais, é possível destacar que o programa Proteção à Adolescência, no qual está inserido o Agente Jovem não foge à regra dos demais programas analisados,

apresentando entre as dificuldades: programação financeira inadequada das ações; recursos insuficientes, embora a execução financeira das ações esteja na maioria das vezes abaixo do recurso autorizado ou mesmo não sejam executadas; recursos humanos insuficientes; necessidade de capacitação continuada; recursos materiais insuficientes; infraestrutura inadequada; carência de informações sobre a execução dos programas; e poucas informações sobre a participação da sociedade ou não existência dessa participação.

Em relação à execução dos recursos financeiros, vale destacar alguns aspectos em relação aos programas e projetos analisados, tais como: a descontinuidade no fluxo de recursos; o contingenciamento de recursos; a necessidade de maior participação dos Estados no processo de acompanhamento de implementação das ações pelos Municípios, conforme responsabilidades estabelecidas pela PNAS; o número ainda grande de Municípios que não utilizam os recursos corretamente ou não executam o Programa..

É importante atentar para o fato de que, embora a assistência social seja considerada como o quarto setor prioritário da dimensão social e configure entre as Metas Prioritárias do Plano, a prima pobre da Seguridade Social ficou com uma previsão de apenas 3,9% dos recursos previstos para esse megaobjetivo, abaixo da previdência social, da saúde e da educação.

Em termos do Distrito Federal, identificou-se a contradição dos números federal com os distrital no tocante aos recursos repassados e ao número de jovens atendidos. Outro aspecto que limita a presente análise é a ausência de elementos nos relatórios anuais sobre a implementação dos recursos, especificamente em relação ao Projeto em questão. Embora o relatório de 2005 indique que as ações de atendimento foram executadas acima do previsto, em particular, o Agente Jovem não alcançou a meta prevista neste ano.

Uma leitura mais atenta do Plano, no tocante aos programas analisados, identificou várias formas de participação social na formulação e na implementação dos programas e projetos e indica tanto a participação direta dos usuários como a participação das entidades representativas, que, como o próprio nome indica, ocorre por meio da representação delegada a alguém.

Em geral, predomina a participação via eventos e Conselhos. Entre os eventos, a reunião ainda é o espaço de participação mais priorizado. As participações individualizadas

como nas ouvidorias têm se tornado cada vez mais comuns, em termos de espaço para expressão da opinião da população.

A participação social pode ser mencionada desde o processo de elaboração do próprio Plano Brasil de Todos o qual buscou apresentar-se de forma diferenciada e inovadora, privilegiando a participação da sociedade civil organizada, construindo uma intensa mobilização nacional, o que pode ser considerado como uma inovação importante. No entanto, do caráter inovador é nítida a resistência à mudança em determinado setores, como o da economia.

Em termos de participação social nos programas, um primeiro aspecto a considerar em âmbito nacional refere-se às iniciativas de fortalecimento dos Conselhos, incluindo a participação na condição de titularidade nos demais Conselhos Setoriais. No entanto, crescem as manifestações individuais por meio das ouvidorias.

No âmbito da assistência social foram identificados alguns espaços e mecanismos de participação que passam por pelos Conselhos, pelas parcerias em ações multissetoriais com outros Ministérios e Secretarias Especiais, com outros órgãos dos três poderes e das três esferas de Governo (nacional, estadual/distrital e municipal), além do Ministério Público da União (MPU), organizações governamentais, não governamentais, agências de cooperação internacional etc. Em geral, o MDS tem priorizado os Conselhos de Direitos e Setoriais e alguns movimentos e organizações sociais de abrangência e/ou repercussão nacional. As conferências também têm sido um espaço histórico, conquistado como forma de participação da sociedade na definição das políticas de assistência social e no controle social

Em termos de Distrito Federal, a participação social no âmbito da assistência social se ateu aos espaços tradicionais e não deu conta de garantir a política pública de juventude, ao contrário, observaram-se cortes de recursos, orçamentos não transparentes, o que indica, grosso modo, que a política de controle e de fiscalização ainda não se consolidou no DF.

É importante destacar alguns aspectos considerados relevantes sobre as ações de assistência social. O primeiro aspecto é quanto à efetividade do controle social, que os Conselhos de Assistência Social dos Municípios, Estados e Distrito Federal passam a exercer a partir da NOB/SUAS e da implantação da Rede SUAS.

Vale salientar que o Relatório de Avaliação do PPA do Distrito Federal analisado não menciona as formas de participação social do Projeto Agente Jovem nem do Programa Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Juventude.

Quando se examina o grau de participação, percebe-se que ele é de baixa intensidade, visto que as demandas sociais e a proteção dos direitos dos jovens não se configuram como prioridade na ação das redes ou serviços, o que leva a construir a ideia da prevalência do modelo de controle da ordem social, que reforça a intervenção repressiva e criminalizadora, própria da política higienista do início do século.

Observa-se um entendimento unânime dos atores entrevistados e que confirma o discurso dos técnicos no PPA do Distrito Federal de que existe pouca participação da sociedade organizada nas políticas públicas voltadas para a juventude<sup>69</sup>, sob o argumento recorrente da fragilidade, fragmentação e isolamento dos movimentos sociais. Critica-se a segmentação ou setorialização dos movimentos que impede uma visão mais integral dos sujeitos envolvidos, ou, mais especificamente, impede a discussão do conjunto das demandas dos jovens em suas particularidades e daqueles acima dos 18 anos.

Outro aspecto unânime é que a sociedade organizada não está participando das lutas em defesa das políticas públicas de juventude. Existe, por um lado, a falta de divulgação dos programas pelo governo, que contribui para que os jovens das camadas populares não participem; mas, por outro lado, também existe a responsabilidade da sociedade organizada, que não tem conseguido se mobilizar a contento, pelo seu próprio engessamento.

Em termos do protagonismo juvenil na formulação da Política de Juventude no governo Lula, observa-se que ele ocorre, ainda de forma insipiente, qualificado como um protagonismo fragmentado e artificializado. Existe um entendimento de que o avanço aconteceu no sentido da oferta de mais oportunidades de participação, mas ainda é perceptível o despreparo dos profissionais e há pouca capacitação. Não obstante a crítica de que o movimento está bastante segmentado, o Movimento Estudantil ainda é a referência no tocante à vivência de protagonismo juvenil.

---

<sup>69</sup> Aqui, trata-se da percepção dos atores envolvidos na política de juventude no âmbito do Governo do Distrito Federal sobre os programas, orçamento e participação social. Em geral, fica explícita a ideia de políticas de juventude como algo novo e recente, que ainda não está internalizado na sociedade e não constitui prioridade em termos de políticas públicas. É consenso entre os entrevistados que o jovem não é considerado sujeito de direitos e sim “menor”; eles estão à margem das políticas públicas ou quando têm acesso, elas são pontuais, descontínuas e precárias.

Não existem diferenças consideráveis em termos da insipiência e limitação do protagonismo e da prática artificializada no âmbito do GDF em relação ao governo Lula. O que chama a atenção são as maiores recorrências ao ponto de vista de que não existem ou não se conhecem experiências de protagonismos na formulação de políticas públicas de juventude no Distrito Federal. No plano distrital, a juventude nem é ouvida. Os poucos programas e serviços já se apresentam prontos ou só se executam aqueles de iniciativa do governo federal. Os Conselhos são pouco mencionados pelos entrevistados. Alguns entrevistados mencionam que os Conselhos estão passando por dificuldades e outros complementam que os mesmos estão aparelhados.

Foi unânime entre os entrevistados a baixa e limitada influência dos jovens na formulação das políticas de juventude no Distrito Federal. Eles afirmam que, como o jovem é pouco ouvido, em decorrência disso, a influência é mínima. Aqui é denunciada a falta de prioridade do governo quanto às políticas de juventude.

Existe também a responsabilização das organizações juvenis por essa pouca influência nas políticas e, para que ela aumente, é necessário que exista uma maior mobilização das organizações sociais que atuam no campo da juventude, no sentido de pressionar o poder público e, com isso, possibilitar um maior nível de influência nas ações voltadas para a juventude.

Em termos do acesso da juventude às oportunidades oferecidas pelos programas e serviços públicos no Distrito Federal, evidenciam-se dois pontos de vista complementares. Um, predominante, que afirma de forma enfática a redução do acesso às oportunidades, atribuindo isso à progressiva redução do Estado na oferta de serviços públicos decorrente do fortalecimento da ofensiva neoliberal empreendida pelo governo do Distrito Federal. Essa percepção é exemplificada com a menção a alguns programas como o Esporte à Meia Noite, o Picasso não Pichava e outros que progressivamente estão sendo extintos. Eles constam no PPA, no relatório da assistência social, mas praticamente sem execução financeira.

Outro ponto de vista assinala que os serviços são muito escassos, pontuais, precários ou limitam-se a promessas ou à “retórica” já que se limitam a propostas, mas não chegam a ser efetivadas com sucesso. O exemplo apontado são as propostas de educação profissional que, apesar da propaganda das experiências existentes, parecem mais com atividades para simplesmente ocupar o tempo dos jovens ou servir de terapia ocupacional.

Em termos do acesso da juventude das classes populares do Distrito Federal aos programas específicos de assistência social, a ênfase recai sobre a prática do assistencialismo, a precarização, promessas, retóricas e políticas penalizadoras. Observa-se que, embora o discurso institucional e normativo do Governo do Distrito Federal tenha aderido aos pressupostos do SUAS, no cotidiano, permanece a continuidade da política assistencialista que reduz os programas de transferência de renda à distribuição de alimentos (pão, leite, gás etc.) e ao seu caráter eleitoreiro.

No tocante aos programas públicos do Distrito Federal e sua relação com demandas dos jovens, é unânime a opinião de que esses serviços públicos não têm atendido às reais demandas dos jovens das classes populares. Na verdade, nem existem dados consistentes sobre os usuários de forma que fundamentem os programas e não se prioriza a aplicação de pesquisas ou diagnósticos consistentes. Existem ainda aqueles que acrescentam o fato de os programas públicos não atenderem às demandas dos jovens das camadas populares, o caráter excludente desses serviços.

A juventude das classes populares tem dificuldades de acesso às políticas públicas, uma vez que elas não são pensadas para este público. Os poucos programas existentes são marcados pela precarização. As políticas de educação não atendem às particularidades desses jovens, que, portanto não conseguem desenvolver habilidades para competir no mercado de trabalho ou mesmo acessar os programas de profissionalização. Portanto, não têm como prover seus gastos, tendo suas demandas desembocadas para as ações emergenciais no âmbito da assistência social. E esta, como se observa no presente estudo, ao contrário do que estabelece a legislação, não é para todos aqueles que dela necessitam.

Finalmente, no concernente aos recursos financeiros destinados à implementação das ações de assistência social para a juventude no DF, a opinião predominante é a da falta de transparência na utilização dos recursos, do planejamento das ações e da insuficiência dos recursos. Aspectos estes que complementam e reafirmam a análise da implementação dos programas de assistência social no DF.

Se por um lado as Políticas de atendimento a crianças e adolescentes estão respaldadas pelo ECA, que estabelece como marco étário normativo as pessoas de 0 a 18 anos incompletos, por outro lado, mesmo estando sobre o paradigma protetivo do Estatuto, após 17

anos de sua aprovação, ainda não se conseguiu efetivar um projeto de inclusão social ou de qualidade, no que se refere ao acesso às políticas públicas.

Observa-se que o acesso é contraditório no sentido de que nem toda forma de inclusão nas políticas públicas representa qualidade de vida, tendo em vista as fragilidades de tais políticas. O processo de precarização do acesso aos direitos culmina e se agrava com a maioridade legal do jovem que, ao completar 18 anos, é desligado dos programas. Ele praticamente sai da agenda pública e perde literalmente os direitos conquistados durante a infância e a adolescência. É como se os direitos fossem datados e, ao chegar à data da maioridade, se perdessem.

Pela sua natureza contraditória de como estão sendo “construídas”, as políticas públicas não estabelecem uma noção de processo de direitos na vida dos sujeitos e não interagem com o projeto social e de desenvolvimento, o qual se vincula ao adolescente e ao jovem enquanto sujeitos de direitos. Dessa forma, ao completar 18 anos, os jovens também atingem a maioridade penal e, muitos deles, sobretudo os jovens pobres, terminam por adentrar ao mundo da violência e acessar outra dimensão da política pública - as políticas de segurança - que em geral se baseiam na lógica repressivo-punitiva. É dessa forma que a temática da criminalidade perpassa de forma recorrente o debate sobre as políticas públicas de juventude.

Em síntese, o estudo revela que a análise profunda e complexa da participação do estado e sociedade na construção de uma política pública da juventude, dentro dos princípios do Estado de direitos, foi rearranjada a partir do fortalecimento da lógica do capital e das suas formas de regulamentação com o estado neoliberal. Nesse sentido, é necessário rever o papel dos movimentos sociais, das universidades e de vários setores, na perspectiva de aprofundar a discussão da participação na esfera de um projeto político de sociedade justa e mais coletiva.

Assim, o percurso desenvolvido neste estudo permite a reconstrução e o entendimento da inversão, moldada no parâmetro neoliberal, que trata de desmontar a concepção de estado de direito no Brasil por meio de um conjunto de alianças e correlação de forças que penderam para fazer essa inversão, ou seja, desenvolver Políticas Públicas excludentes baseadas em modelos de intervenção repressivos e criminalizadores.

No entanto, é necessário dizer que essa análise não conduz a um imobilismo. Pelo contrário, ela anuncia a necessidade de fortalecer a autonomia, a identidade e a participação

da juventude, construindo alianças, novas formas de participação, desconstruindo estigmas e preconceitos. Isso significa também insistir na luta por sistemas de proteção social que respondam às necessidades de seus usuários, em particular a juventude, fortalecendo as iniciativas existentes como o efetivo cumprimento do ECA, do SUAS e da PNJ.

Aqui, concordando com Behring e Boschetti (2006), considera-se que as políticas sociais e o modelo de proteção social são decorrências e mesmo respostas e formas de enfrentamento, em geral setorializadas e fragmentadas, às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.51).

Como assinala Neto (1996), as transformações societárias no nível social não se limitam a alterações na estrutura de classes, mas vinculam-se também às profundas modificações no perfil demográfico das populações, à expansão urbana, ao crescimento das atividades de serviços, à difusão da educação formal e aos novos circuitos de comunicação social. Como bem assinala o autor, elas vão rebater na estrutura da família e na modificação dos padrões de sociabilidade.

O autor menciona a existência de segmentos desprotegidos que, no seu entendimento, compreendem universos heterogêneos (aposentados com pensões miseráveis, crianças e adolescentes sem qualquer cobertura social, minorias e/ou migrantes, doentes estigmatizados, trabalhadores formais e informais expulsos do mercado de trabalho) que apresentam como singularidade não o fato de “encarnarem uma qualquer ‘nova pobreza’ ou de marcarem a emergência de ‘subclasses’, nem o de não serem identificados com o antigo lupem, o que peculiariza boa parcela desses segmentos; é que, situados nas bordas da ‘sociedade oficial’, eles se veem e são vistos como uma ‘não-sociedade’ ou uma ‘contra-sociedade’ – e assim interatuam com a ordem” (NETO, 1996, p.96).

Pereira (2006), em complementaridade, como será visto adiante, aponta a necessidade de se reconhecer que se convive na atualidade com um conjunto de inseguranças sociais peculiares da sociedade pós-industrial. Para ela, se antes os riscos ligados ao ciclo de vida das pessoas - que em muitos países possuíam uma proteção social consistente - localizavam-se, sobretudo, na infância e na velhice, atualmente a situação é bem diversa e tende a se estender a todos, incluindo de maneira particularmente perversa os jovens e as mulheres.

Observa-se então que acontece uma inversão por meio de rearranjos do estado neoliberal explícitos nos processos de privatização do social, na focalização, descentralização, no baixo controle social e participação dos movimentos sociais, no acompanhamento das políticas. Nesse processo de inversão que não está desvinculada da ordem mundial, as alianças saem da noção de conquista de direitos para a noção da precarização que resulta numa criminalização.

Verifica-se que, nessa conjuntura do Estado de Direito pós-Constituição de 1988, mesmo com a mobilização e participação de atores institucionais no enfrentamento da violação de direitos dos adolescentes/jovens das classes populares, embora tenha sido intenso o processo de mobilização, foi diametralmente inversa a influência dessas demandas no contexto das políticas públicas.

Nessa perspectiva, à guisa de síntese propositiva, diante das análises anteriormente realizadas, verificam-se três mecanismos que devem ser fortalecidos com vistas a delinear um sistema de proteção social garantidor de direitos, ou mesmo a maior aproximação de uma base legal, à qual se possa recorrer para fundamentar as políticas de juventude, qualificando e fortalecendo as políticas destinadas à juventude das classes populares: a LOAS, que embora não seja um mecanismo exclusivo para a juventude, pode ser um instrumento estratégico para a formulação e implementação de políticas de juventude enquanto direito social; o ECA e a PNJ, com ênfase em programas pertinentes e nos dispositivos dos Conselhos, garantindo a participação, o controle social e a fiscalização e dos Fundos, garantindo efetivamente recursos financeiros, além de impor o caráter deliberativo aos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Juventude, atualmente com caráter apenas consultivo.

## BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry Anderson. Balanço do Neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo** - as políticas sociais e o Estado democrático. SADER, Emir e GENTILI, Pablo. (Orgs.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BANGO, Julio. Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios. In: **Políticas públicas: juventude em pauta**. FREITAS, Maria V. de. e PAPA, Fernanda de C. (Org.). São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório. (Orgs.) **Trabalho e segurança social: percurso e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine R. e BOSCHETTI Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine R. *et al.* O Plano Plurianual do governo Lula: um Brasil de todos? In: **Serviço social, política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI**. FREIRE, Lúcia M. B.; FREIRE, Silene de M. e CASTRO, Alba T. B. (Orgs.). São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

BIROU, Alain. **Dicionário das Ciências Sociais**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

BRASIL, Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Especial Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude. **Relatório Final**. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005a.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal 8.069/90**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Governo Federal Ministério da Justiça (MJ)/Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Levantamento nacional do atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a Lei - 2006**. Brasília, 2006a.

\_\_\_\_\_. GOVERNO FEDERAL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. IPEA /Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Diretoria de Estudos Sociais. **Políticas Sociais Acompanhamento e Análise. N° 16**. Brasília: IPEA, 2008a.

\_\_\_\_\_. GOVERNO FEDERAL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. IPEA /Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Diretoria de Estudos Sociais. **Políticas Sociais Acompanhamento e Análise. Edição Especial N° 13**. Brasília: IPEA, 2007a. Disponível em: URL: <http://www.ipea.gov.br>.

\_\_\_\_\_. GOVERNO FEDERAL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. IBGE /Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2008**. Rio de Janeiro IBGE, 2008b.

\_\_\_\_\_. GOVERNO FEDERAL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios**. v. 28. Rio de Janeiro: IBGE, 2007b.

\_\_\_\_\_. GOVERNO FEDERAL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2004-2007**. Mensagem presidencial / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2003a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2004-2007**. Anexo I - Orientação estratégica de governo, um Brasil para todos: crescimento sustentável, emprego e inclusão social/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2003b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2004-2007**. Relatório de Avaliação – Caderno 1/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2007c.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2004-2007**. Relatório de Avaliação – Caderno 17/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2007d.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2004-2007**. Relatório de Avaliação – Caderno 26/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2007e.

\_\_\_\_\_. GOVERNO FEDERAL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Plano de Gestão do PPA 2004-2007**. Brasília, outubro de 2004b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria de Orçamento Federal. **Cadastro de Ações**. Disponível em <<http://sidornet.planejamento.gov.br/docs/cadacao/#>> Acesso em: 05 jul. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007: exercício 2008 - ano base 2007** / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Caderno No 1. Brasília: MP, 2008c.

\_\_\_\_\_. > Governo Federal. Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS. **Portaria nº. 879, de 03 de dezembro de 2001**. Brasília: MPAS, 2001.

\_\_\_\_\_. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda. **Diagnóstico social**, Brasília, [2008d]

\_\_\_\_\_. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Planejamento e Gestão. Plano Plurianual 2004 – 2007. **Relatório de prestação cumprimento de metas**. Ano base 2004. Brasília, 2005c.

\_\_\_\_\_. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Planejamento e Gestão. Plano Plurianual 2004-2007. **Relatório de prestação cumprimento de metas**. Ano base 2005. Brasília, 2006c.

\_\_\_\_\_. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Planejamento e Gestão. Plano Plurianual 2004-2007. **Relatório de prestação cumprimento de metas**. Ano base 2006. Brasília, 2006d.

\_\_\_\_\_. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Relatório de Atividades**: Prestação contas anual do Governador. Brasília, 2006e.

\_\_\_\_\_. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Relatório de Atividades**: Prestação contas anual do Governador. Brasília, 2007f.

\_\_\_\_\_. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Planejamento e Gestão. Plano Plurianual 2004-2007. **PPA 2004 – 2007. ANEXO I: Metodologia e caracterização do Distrito Federal**. Brasília, s/d.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/ Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/ Departamento de Avaliação e Monitoramento. **Resultado da pesquisa quantitativa de avaliação de impacto do projeto Agente Jovem**. Instituição Executora: Universidade Federal Fluminense - FEC/Data UFF Brasília, 2007g.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/ Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/ Departamento de Avaliação e Monitoramento. **Pesquisa qualitativa da avaliação do projeto Agente Jovem**. Instituição Executora: Universidade Federal Fluminense - FEC/Data UFF Brasília, 2007h.

BRASIL/TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO/SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO/SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO. **Avaliação do TCU sobre o Projeto Agente Jovem**. Sumários Executivos – 13. Brasília, 2004c.

CALMON, Paulo. **Análise de políticas públicas**: uma introdução. Brasília, UnB, [2006]. (texto mimeo).

CASTRO, Jorge Abrahão de. e AQUINO. Luseni (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Texto para discussão Nº 1335. Brasília: IPEA, 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CORTI, Ana Paula e SOUZA, Raquel. Aproximando-se do conceito de juventude. In: **Diálogos com o mundo juvenil**: subsídios para educadores. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

COSTA, Ozanira F. (Coordenadora). Situação dos Adolescentes em Privação de Liberdade no Distrito Federal. Brasília: CEDECA'DF, 2009. Relatório Final.

\_\_\_\_\_. (Supervisora Regional). **Juventude brasileira e democracia**: participação, esferas e políticas públicas. Rio de Janeiro: IBASE; São Paulo: PÓLIS; BRASÍLIA: INESC. Janeiro de 2006. Relatório Final.

\_\_\_\_\_. **Com os pés no chão das ruas e praças**: uma análise da prática educativa das ONG's de Educação Social de Rua do Recife. Brasília 1999. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1999.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo, Atlas, 1995.

FALEIROS, Vicente de P. *et al.* **Uma década de direitos**: Estatuto da Criança e do Adolescente – Avaliando resultados e projetando o futuro. Campo Grande (MS): UFMS, 2001

FALEIROS, Vicente de P. Infância e processo político no Brasil. In: **A arte de governar crianças**: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. (Orgs.). Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

GUIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Monteiro. (Organizador da edição brasileira). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

HAGUETTE, Teresa M. Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 1995.

HOLFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. In: **Caderno Cedes**, ano XXI, n. 55, nov. 2001.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE e Instituto Pólis. **Juventude brasileira e democracia**: participação, esferas e políticas. Rio de Janeiro: Marco Zero, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Juventude brasileira e democracia**: participação, esferas e políticas públicas. Rio de Janeiro: IBASE; São Paulo: PÓLIS. Dezembro de 2005. Relatório Final.

\_\_\_\_\_. **Juventude brasileira e democracia**: participação, esferas e políticas públicas. Projeto de Pesquisa. [IBASE: Rio de Janeiro e PÓLIS: São Paulo]. Maio, 2004b.

\_\_\_\_\_. Juventude e Integração Sul-Americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis - **Relatório Nacional do Brasil**. IBASE/PÓLIS, Rio de Janeiro, 2007.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives and public policies**. Second Edition. New York: Longman, 1995.

LEAL, Maria Lúcia Pinto e LEAL, Maria de Fátima. **Matriz intersetorial de enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Brasília: UNICEF/SEDH/VIOLES, 2004. Relatório Final.

LEAL, Maria Lúcia Pinto e CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Os caminhos da mobilização para o enfrentamento da ESCA: despolitização e resistência**. s/l, s/d. texto mimeogr.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Marco Aurélio Nogueira (Organizador e Tradutor). Petrópolis: Vozes, 1988.

MARINI, Ruy Mauro. A luta pela democracia. In: **Le monde diplomatique Brasil: um novo olhar sobre o mundo**. Um novo olhar sobre o Brasil. Ano I / Número 4. São Paulo: Instituto Polis, Novembro 2007.

MINAYO, Maria Cecília de S., ASSIS, Simone G. de. SOUZA, Edinilsa Ramos de. (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 1996.

\_\_\_\_\_.(Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 4.ed. Petrópolis, Vozes, 1995 (Coleção Temas Sociais).

MORENO, Luis. Tecendo a “Malla de Seguridad”. In: **Ciudadanos precarios**. La “última red” de protección social. Ariel Sociologia. Barcelona, 2000.

MULLER, Pierre. e SUREL, Yves. **Edições Montchrestien, E.J.A.** Paris, 1998. Tradução livre (não autorizada): Elcylene Leocádio

NETO, José P. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**, Nº 50, SP: Cortez, 1996.

PEREIRA, Potyara A. P. Desafios e Demandas contemporâneos para o Serviço Social. In: **Desemprego, desigualdade e violência**. Ser Social, Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social. Nº 19. Brasília: SER/UnB, 2006.

\_\_\_\_\_. Alternativas socialistas às políticas sociais neoliberais In: **Propostas Alternativas ao Neoliberalismo**. Ser Social, Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social. Nº 13. Brasília: SER/UnB, 2003.

\_\_\_\_\_. **Necesidades humanas: para uma crítica a los patrones mínimos de sobrevivencia**. Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social; Cortez Editora, 2002

\_\_\_\_\_. As vicissitudes da pesquisa e da teoria no campo da política social. In: **Pesquisa em Serviço Social e Política Social**. SER SOCIAL: revista do Programa de Pós-graduação em Política Social/Universidade de Brasília. v. 1, n.9. Brasília: SER/UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: **Capacitação em serviço social e política social: Módulo I: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social.** Brasília: CEAD, 1999.

\_\_\_\_\_. **A questão social e as transformações das políticas sociais:** resposta do estado e da sociedade civil. Palestra proferida no Painel de abertura do IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Goiânia/GO. 20 a 24 /07/1998.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas teóricas sobre a questão social no serviço social.** Brasília, SER/UnB. (s/d). (mimeo)

**Política Nacional de Juventude:** diretrizes e perspectivas. Regina Célia Reyes Novaes, Daniel Tojeira Cara, Danilo Moreira da Silva, Fernanda de Carvalho Papa (orgs.) – São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: **O estudo da política:** tópicos selecionados. RUA, Maria das Graças e Carvalho, Maria Izabel Valladão de. (orgs.). Paralelo 15. (s/d).

\_\_\_\_\_. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: **CNPD: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas.** Brasília: CNPD, 1997.

SALES, Mione Apolinário. **(In)visibilidade perversa** – adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências?** Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia\\_das\\_ausencias.pdf](http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf) Acesso em: 07dez. 2007.

SILVA, Ademir Alves da. As relações Estado-sociedade e as formas de regulação social. In: **Capacitação em serviço social e política social: Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social** – Brasília: CEAD, 1999.

SILVA, Enid Rocha Andrade e GUERESI, Simone. Adolescentes em conflito com a lei: Situação do atendimento institucional no Brasil. TEXTO PARA DISCUSSÃO No 979. Brasília: IPEA, 2003.

SPOSITO, Marília P. *et al.* Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação. N. 32.** (s/l), 2006.

SPOSITO, Marília Pontes e CARRANO, Paulo César R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação.** No 24. s/l: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 2003

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes.** Brasília: UNESCO, 2004.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Relatório de desenvolvimento juvenil 2007.** Brasília: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Tecnologia, 2007.

\_\_\_\_\_. **Mapa da Violência 2006: os jovens do Brasil.** Brasília: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação (OEI), 2006.

\_\_\_\_\_. **Relatório de desenvolvimento juvenil 2003.** Brasília: UNESCO, 2004.

\_\_\_\_\_. **Mapa da Violência III.** Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002.

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

ABROMOVAY, Miriam. et al. **Gangues, galera, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília.** 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

ABROMOVAY, Miriam et al. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.** Brasília: Ministério da Educação, 2007.

ABROMOVAY, Miriam et al. **Violência e convivência nas escolas.** Brasília: Secretaria de Educação do Distrito Federal SEEDF, 2009.

ABROMOVAY, Miriam e RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas.** Brasília, 2004.

ABRAMOVAY, Miriam; WAISELFISZ, Julio Jacobo; ANDRADE, Carla Coelho de; RUA, Maria das Graças. **Gangues, galeras, chegados e rappers (juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília).** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

AZEVEDO, M. Lins de. **A educação como política pública: polêmicas do nosso tempo.** Campinas, SP: Autores Associados. 2004.

\_\_\_\_\_. O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto & AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs). **Gestão da educação.** São Paulo: Cortez, 2000.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. Coleção Primeiros Passos.

BRANDÃO, Thiago Bazi. **Burocracia e serviço social: ameaça ao projeto ético-político da profissão?** Dissertação de Mestrado. Brasília, UnB, 2007.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. **Relatório analítico e parecer prévio sobre as Contas do GDF – 2007:** Instrumento para o controle social. Brasília, s/d. Disponível em [www.tc.df.gov.br](http://www.tc.df.gov.br). Acesso em 20/04/2009.

\_\_\_\_\_. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Planejamento e Gestão. Plano Plurianual 2004-2007. **Instruções para avaliação do Plano Plurianual – Ano Base 2007.** Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. GOVERNO FEDERAL/SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. **Pacto pela juventude – Balanço final.** Brasília, 2008,

\_\_\_\_\_. GOVERNO FEDERAL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS / CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **RESOLUÇÃO Nº 113, DE 19 DE ABRIL DE 2006.** Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, 2006b.

CNPD. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas.** Brasília: CNPD, 1998.

COLARES, Marcos. **Ensaio e improvisos: direitos humanos no cotidiano.** Fortaleza: Perfil, 2002.

COSTA, Ozanira F. **Aspectos gerais sobre a história dos novos movimentos sociais no Brasil.** Texto referência para o Curso de Formação de Formadores. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/Centro de Formação de Educadores – Polo III. [Recife] 1994. (mimeo)

DÁVILA, Oscar. *et al.* **Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales.** Chile: CIDPA Ediciones, 2003.

DOURADO, Luiz. O público e o privado na agenda educacional brasileira. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto & AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs). **Gestão da educação.** São Paulo: Cortez, 2000.

FIORI, José Luís. A hora da esquerda. **Jornal Correio Brasiliense,** Caderno de Opinião. Brasília, 25 fev. 2006.

FÓRUM NACIONAL DCA. **Orçamento Público: sistematização e debates dos seminários sobre orçamento público.** FDCA, Brasília, 2007.

FREITAS, Maria Virgínia de.; PAPA, Fernanda de C. (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta.** São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

GRUPO INTERMINISTERIAL DE JUVENTUDE. **Subsídios para a construção de uma política de juventude** – um balanço da atuação governamental. Brasília, maio de 2004.

LEAL, Maria Lúcia P. **A mobilização das ONGs para o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2001.

\_\_\_\_\_. **A história da criança: abordagens teóricas e suas influências na formulação das políticas para a infância no Brasil.** Brasília: Ser/UnB. s/d. mimeo.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Fala galera: juventude e cidadania.** Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

PAIVA, Vanilda e SENTO-SÉ, João Trajano. **Juventude em conflito com a lei.** Rio de Janeiro: Garmond, 2007

SALES, Mione Apolinário e MATOS, Maurílio Castro e LEAL, Maria Cristina. **Política social, família e juventude.** São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** Para um novo senso comum – A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. V. 1. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007b.

SOUSA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, No 16. jul/dez 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas.** São Paulo: Ação Educativa, 2003.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008.** Brasília: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, 2008.

\_\_\_\_\_. **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília.** Brasília: Unesco, 1998.

WORTHEN, Blaine R e SANDERS, James R e FITZPATRICK, Jody L. **Avaliação de programas: concepções e praticas.** São Paulo: Editora Gente, 2004.

#### **Fontes eletrônicas consultadas**

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

[www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br)

[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

[www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)

[www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br)

[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)

[www.presidencia.gov.br/secgeral](http://www.presidencia.gov.br/secgeral)

[www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/spdca/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/spdca/)

[www.defesa.gov.br](http://www.defesa.gov.br)

[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

[www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia\\_das\\_ausencias.pdf](http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf)

[www.planobrasil.gov.br](http://www.planobrasil.gov.br)

[www.sedest.df.gov.br](http://www.sedest.df.gov.br)

[www.seplag.df.gov.br](http://www.seplag.df.gov.br)

# ANEXOS

***ANEXO I – PROGRAMAS DE JUVENTUDE POR ÁREA***

***ANEXO II – MEGA OBJETIVOS POR SETOR E DESAFIOS***

***ANEXO III - PLANO BRASIL DE TODOS – PPA 2004-2007 - METAS PRIORITÁRIAS***

***ANEXO IV – PROGRAMAS POR MINISTÉRIO***

***ANEXO V: AÇÕES FEDERAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POR CÓDIGO, ANO E REALIZAÇÃO***

***ANEXO VI - DESAFIOS E PROGRAMAS POR MEGA OBJETIVOS***

***ANEXO VII – PROGRAMAS POR ÓRGÃO E RECURSOS FINANCEIROS***

***ANEXO VIII- ROTEIRO DE ENTREVISTA***

***ANEXO IX – MATRIZ DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS FEDERAIS***

## ANEXO I – PROGRAMAS DE JUVENTUDE POR ÁREA

| ÁREA  | Nº | PROGRAMA   |
|---|----|--|
| Assistência Social                              | 06 | Atenção integral à Família.  |
|   |    | Agente jovem.  |
|   |    | Erradicação do Trabalho Infantil.  |
|   |    | Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude.  |
|   |    | Transferência de Renda com Condiionalidades – Bolsa Família.                                 |
|   |    | Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem.   |
| Educação  | 14 | Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos.*   |
|   |    | Brasil Escolarizado.   |
|   |    | Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.*                                     |
|   |    | Universidade do Século XXI.  |
|   |    | Desenvolvimento do Ensino Fundamental.   |
|   |    | Desenvolvimento do Ensino Médio.   |
|   |    | Educação para a Diversidade e Cidadania.   |
|   |    | Desenvolvimento da Educação Especial.  |
|   |    | Educação no Campo – Pronera.   |
|   |    | Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis.   |
|   |    | Educação Fiscal.   |
|   |    | Ensino Profissional da Aeronáutica.  |
|   |    | Ensino Profissional da Marinha.  |
|   |    | Ensino Profissional do Exército.   |
| Trabalho e Emprego                              | 05 | Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda.                            |
|   |    | Economia Solidária em Desenvolvimento.   |
|   |    | Primeiro Emprego.  |
|   |    | Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda.                              |
|   |    | Qualificação Social e Profissional.  |
| Cultura   | 05 | Brasil, Som e Imagem.  |
|   |    | Cultura, Educação e Cidadania.*  |
|   |    | Engenho das Artes.   |
|   |    | Livro Aberto.  |
| Tecnologia da informação e do conhecimento      | 03 | Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural.   |
|   |    | Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e o Desenvolvimento.                          |
|   |    | Inclusão Digital.  |
| Saúde   | 06 | Universalização dos Serviços de Comunicações.  |
|   |    | Alimentação Saudável.  |
|   |    | Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas. |
|   |    | Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos.              |
|   |    | Atenção Básica em Saúde.   |
| Esporte   | 04 | Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde.                                 |
|   |    | Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis.     |
|   |    | Brasil no Esporte de Alto Rendimento.  |
|   |    | Esporte e Lazer da Cidade.   |
| Produtividade                                   | 01 | Inserção Social pela Produção de Material Esportivo.   |
|   |    | Segundo Tempo  |
| Etnia/raça                                      | 02 | Organização Produtiva de Comunidades Pobres – Produzir.                                      |
|   |    | Brasil Quilombola.   |
| Reforma Agrária                                 | 02 | Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas.                                 |
|   |    | Agricultura Familiar – Pronaf.   |
| Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública | 05 | Crédito Fundiário.   |
|   |    | Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas.   |
|   |    | Direitos Humanos, Direitos de Todos.   |
|   |    | Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei.                             |
| Gênero  | 01 | Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.                           |
|   |    | Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.                                  |
| Qualidade de Vida                               | 01 | Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres.  |
| Defesa Nacional                                 | 01 | Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de todos.                       |
| TOTAL   | 56 | Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade.                                     |

## ANEXO II – MEGA OBJETIVOS POR SETOR E DESAFIOS

| MEGAOBJETIVO I  | DESAFIOS   |
|---|--|
| <p><b>Dimensão Social, visa: A inclusão social e redução das desigualdades sociais - % de recursos financeiros previstos: 56,3%</b></p>                           | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Combater a fome visando a sua erradicação e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo o caráter de inserção e cidadania.</li> <li>2. Ampliar a transferência de renda para as famílias em situação de pobreza e aprimorar seus mecanismos.</li> <li>3. Promover o acesso universal, com qualidade e equidade, à seguridade social: Previdência, Saúde e Assistência.</li> <li>4. Ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação.</li> <li>5. Promover o aumento da oferta e a redução dos preços de bens e serviços de consumo popular.</li> <li>6. Implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente.</li> <li>7. Reduzir a vulnerabilidade das crianças e de adolescentes em relação a todas as formas de violência, aprimorando os mecanismos de efetivação dos seus direitos.</li> <li>8. Promover a redução das desigualdades raciais.</li> <li>9. Promover a redução das desigualdades de gênero.</li> <li>10. Ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital.</li> </ol>  |
| MEGAOBJETIVO II   | DESAFIOS   |
| <p><b>Dimensão Econômica, Regional e Ambiental, visa: o crescimento com geração de trabalho, emprego e renda - % de recursos financeiros previstos: 33,3%</b></p> | <ol style="list-style-type: none"> <li>11. Alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego.</li> <li>12. Ampliar as fontes de financiamento internas e democratizar o acesso ao crédito para o investimento, a produção e o consumo.</li> <li>13. Ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade.</li> <li>14. Implantar um processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural.</li> <li>15. Coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa.</li> <li>16. Ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando seu acesso.</li> <li>17. Impulsionar os investimentos em infraestrutura de forma coordenada e sustentável - Energia; Transporte urbano; Comunicações; Recursos hídricos.</li> <li>18. Reduzir as desigualdades regionais e intrarregionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macrorregional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local.</li> <li>19. Melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.</li> <li>20. Ampliar a participação do país no mercado internacional, preservando os interesses nacionais.</li> <li>21. Incentivar e fortalecer micros, pequenas e médias empresas com o desenvolvimento da capacidade empreendedora.</li> </ol> |
| MEGAOBJETIVO III  | DESAFIOS   |
| <p><b>Dimensão Democrática, visa: a Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia - % de recursos financeiros previstos: 10,4%</b></p>          | <ol style="list-style-type: none"> <li>22. Fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas.</li> <li>23. Garantir a integridade dos povos indígenas, respeitando sua identidade cultural e organização econômica.</li> <li>24. Valorizar a diversidade das expressões culturais nacionais e regionais.</li> <li>25. Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.</li> <li>26. Preservar a integridade e a soberania nacionais.</li> <li>27. Promover os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional.</li> <li>28. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.</li> <li>29. Combater a corrupção.</li> <li>30. Democratizar os meios de comunicação social, valorizando os meios alternativos e a pluralidade de expressão.</li> </ol>   |

Fonte: Plano Plurianual 2004-2007: mensagem presidencial

## ANEXO III - PLANO BRASIL DE TODOS – PPA 2004-2007 - METAS PRIORITÁRIAS

| META   | ITENS  |
|--|--|
| 1. Emprego, PIB e Exportação                   | Criação de 7,8 milhões de postos de trabalho com expansão das taxas de crescimento do PIB, acumulando 18% até 2007. Evolução favorável do balanço de pagamentos por meio do crescimento das exportações.   |
| 2. Educação                                    | Eradicação do analfabetismo no Brasil. 100% da população com idade entre 7 a 14 anos na escola.  |
| 3. Saúde                                       | Cobertura em 2007 de 100 milhões de pessoas com as Equipes de Saúde da Família.  |
| 4. Saneamento                                  | Aumento da cobertura do abastecimento de água (de 92,4% para 93,5%) e de coleta de esgoto (de 50,9% para 57,9%).   |
| 5. Habitação                                   | Redução do déficit de habitações em 10% até 2007.  |
| 6. Assistência Social – Transferência de Renda | Atendimento de 100% das famílias pobres em 2006. Ampliação da cobertura a partir de 2007, para famílias com renda um pouco superior à da linha da pobreza.   |
| 7. Reforma Agrária                             | Fortalecimento da Agricultura Familiar, permitindo o acesso de 3,7 milhões de famílias ao PRONAF. Assentamento sustentável de 265,4 mil famílias.  |
| 8. Ciência & Tecnologia                        | Aumento em aproximadamente 60% do número de doutores formados por ano. Aumento em 80% dos depósitos brasileiros de patentes.   |
| 9. Tecnologia da Informação e Inclusão Digital | Aumento das exportações de <i>software</i> para US\$ 1 bilhão.   |
| 10. Agricultura e Pecuária                     | Aumento da safra de grãos para 150 milhões de toneladas em 2007. Triplicar o volume de exportação de carne.  |
| 11. Micro e Pequenas Empresas                  | Duplicação da participação das MPEs nas exportações. Direcionamento de 2% dos depósitos bancários à vista para financiamento a micro e pequenas empresas.  |
| 12. Meio Ambiente                              | Duplicação da área de florestas manejadas. Redução em 15% dos focos de incêndio.   |
| 13. Energia Elétrica                           | Expansão do sistema elétrico para minimizar o risco de déficit de energia elétrica. Aumento da capacidade de transmissão em 30%, incluindo a interligação entre os sistemas Norte-Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste-Sul. Universalização do acesso à energia elétrica reduzindo em 85% o número de residências sem energia no meio rural. |
| 14. Petróleo e Gás                             | Autossuficiência em produção de petróleo em 2006.  |
| 15. Transportes                                | Recuperação e conservação de 75% da malha rodoviária federal existente (57 mil km). Construção e adequação da BR-101 e do Corredor Mercosul. Conclusão da Ferrovia Transnordestina e do Ferroanel de São Paulo – Tramo Norte. Construção das eclusas de Lajeado e de Tucuruí. Construção do acesso ao Porto de Sepetiba.                 |
| 16. Recursos Hídricos                          | Revitalização e integração da bacia do Rio São Francisco com as bacias dos rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi. Ampliação em 5 bilhões de m <sup>3</sup> do abastecimento de água em zonas do semi-árido.   |

## ANEXO IV: PROGRAMAS POR MINISTÉRIO

| ÓRGÃO   | PROGRAMA  |
|---|---|
| Ministério do Desenvolvimento Social                    | 1. Proteção Social Básica / Atenção Integral à Família  |
|   | 2. Proteção Social Básica / Agente Jovem  |
|   | 3. Erradicação do Trabalho Infantil   |
|   | 4. Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude   |
|   | 5. Transferência de Renda com Condições – Bolsa Família   |
| Gabinete da Presidência da República                    | 6. Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem  |
| Ministério da Ciência e Tecnologia                      | 7. Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e o Desenvolvimento                           |
| Ministério da Cultura                                   | 8. Brasil, Som e Imagem   |
|   | 9. Cultura, Educação e Cidadania  |
|   | 10. Engenho das Artes   |
|   | 11. Livro Aberto  |
|   | 12. Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural   |
| Ministério da Defesa                                    | 13. Ensino Profissional da Aeronáutica  |
|   | 14. Ensino Profissional da Marinha  |
|   | 15. Ensino Profissional do Exército   |
|   | 16. Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade                                     |
| Ministério da Educação                                  | 17. Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos  |
|   | 18. Brasil Escolarizado   |
|   | 19. Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica                                      |
|   | 20. Universidade do Século XXI  |
|   | 21. Desenvolvimento do Ensino Fundamental   |
|   | 22. Desenvolvimento do Ensino Médio   |
|   | 23. Educação para a Diversidade e Cidadania   |
|   | 24. Desenvolvimento da Educação Especial  |
| Ministério da Fazenda                                   | 25. Educação Fiscal   |
| Ministério da Integração Nacional                       | 26. Organização Produtiva de Comunidades Pobres - Produzir                                      |
| Ministério da Justiça                                   | 27. Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas                                 |
| Ministério da Saúde                                     | 28. Alimentação Saudável  |
|   | 29. Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e Outras Causas Externas |
|   | 30. Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos              |
|   | 31. Atenção Básica em Saúde   |
|   | 32. Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde                                 |
|   | 33. Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis     |
|   | 34. Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos                       |
| Ministério das Cidades                                  | 35. Universalização dos Serviços de Comunicações  |
| Ministério das Comunicações                             | 36. Agricultura Familiar - Pronaf   |
|   | 37. Crédito Fundiário   |
|   | 38. Educação no Campo – Pronera   |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário                   | 39. Brasil no Esporte de Alto Rendimento  |
|   | 40. Esporte e Lazer da Cidade   |
|   | 41. Inserção Social pela Produção de Material Esportivo   |
|   | 42. Segundo Tempo   |
| Ministério do Esporte                                   | 43. Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis   |
| Ministério do Meio Ambiente                             | 44. Inclusão Digital  |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão          | 45. Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda                            |
| Ministério do Trabalho e Emprego                        | 46. Economia Solidária em Desenvolvimento   |
|   | 47. Primeiro Emprego  |
|   | 48. Qualificação Social e Profissional  |
|   | 49. Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda                              |
|   | 50. Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas   |
| Secretaria de Direitos Humanos                          | 51. Direitos Humanos, Direitos de Todos   |
|   | 52. Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei                             |
|   | 53. Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes                           |
|   | 54. Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente                                  |
| Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres       | 55. Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres  |
| Secretaria de Políticas de Proteção da Igualdade Racial | 56. Brasil Quilombola   |

## ANEXO V: AÇÕES FEDERAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POR CÓDIGO, ANO E SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO.

| CÓDIGO – PROGRAMA/P ROJETO   | CÓDIGO/AÇÕES ELENCADAS NO PPA 2004 - 2007   | REGIONALIZAÇÃO       | SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS RECURSOS POR ANO |                   |                |                  |
|--|---|----------------------|---|-------------------|----------------|------------------|
|  |   |                      | 2004                                      | 2005              | 2006           | 2007             |
| 1384 - Proteção Social Básica / Agente Jovem   | 869L - Serviços de concessão, manutenção, pagamento e cessação de Bolsa a jovens de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade social.           | Nacional             | -   | -                 | Pe E           | Pe E             |
|  | 0886 – Concessão de Bolsa para jovens em situação de vulnerabilidade social.  | Nacional e 5 Regiões | -   | -                 | Pe E           | Pe E             |
| 0068 - Erradicação do Trabalho Infantil – PETI   | 4734- Apoio técnico à Escola do Futuro Trabalhador;   | Nacional             | Pe E                                      | Pe E              | Pe E           | Pe E             |
|  | 4731- Atualização do mapa de focos de trabalho infantil;  | Nacional             | Pe RN                                     | Pe NE             | Pe NE          | Pe NE            |
|  | 2688- Fiscalização para erradicação do trabalho infantil.   | Nacional             | Pe E                                      | Pe E              | Pe E           | Pe E             |
|  | 2060 - Ações socioeducativas para crianças e adolescentes em situação de trabalho;  | Nacional e 5 Regiões | Pe E só Nac.                              | Pe E              | Pe E           | Pe E             |
|  | 4641- Publicidade de utilidade pública;   | Nacional             | Pe E                                      | Pe E              | Pe E           | Pe E             |
|  | 869K- Serviços de concessão, manutenção, pagamento e cessação da Bolsa;   | Nacional             | -   | Pe E              | -              | -                |
|  | 0740 - Apoio aos Fóruns de Erradicação do Trabalho Infantil;  | Nacional             | Pe E*                                     | Pe E*             | Pe E           | Pe NE            |
| 09JB- Concessão de Bolsa a crianças e adolescentes em situação de trabalho                               | Nacional e 5 Regiões  | -                    | Pe E                                      | Pe E              | Pe E           |                  |
| 0073 - Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes                                 | 4641 – Publicidade de Utilidade Pública   | Nacional e 5 Regiões | Pe E só Nac.                              | Pe E só Nac.      | Pe E           | Pe E N, NE, Nac. |
|  | 0746 - Apoio a Projetos de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes                              | Norte                | -   | -                 | Pe E           | -                |
|  | 2C61 –Disque Denúncia de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.  | Nacional             | -   | -                 | -              | Pe E             |
|  | 2272 – Gestão e Administração do Programa   | Nacional             | Pe E                                      | Pe E              | -              | Pe E             |
|  | 4641 – Publicidade de Utilidade Pública   | Nacional             | Pe E                                      | Pe NE             | -              | -                |
|  | 2815 – Rede Nacional de Informações para Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes                              | Nacional             | Pe E                                      | Pe E              | -              | -                |
|  | 0744 – Apoio à Capacitação dos Participantes do Sistema de Garantia de Direitos no Combate ao Abuso Violência e exploração Sexual Infanto Juvenil | Nacional             | Pe E                                      | Pe E              | -              | -                |
|  | 0742 – Apoio a Comitês Estaduais de Combate à Exploração Sexual Infanto Juvenil   | Nacional             | Pe NE                                     | Pe NE             | -              | -                |
|  | 0746 – Apoio a Projetos de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes                             | Nacional, N, SE, CO  | Pe E só Nac.                              | Pe E N e Nac.     | Pe E CO e Nac. | Pe E só Nac      |
|  | 2383 – Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias                             | Nacional e 5 Regiões | Pe E Nac. CO, SE e S                      | Pe E Nac., SE e S | Pe E           | Pe E Nac. e NE   |
| 001S – Apoio Educacional a Crianças e Adolescentes em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social | Nacional  | Pe E                 | Pe E                                      | Pe E              | Pe E           |                  |
| 0070 - Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude<br><br>Programa excluído                     | 2556 – Serviços de Proteção Socioassistencial à criança e ao adolescente  | Nacional e 5 Regiões | Pe E                                      | Pe E              | -              | -                |
|  | 7972 - Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento a Crianças e Adolescentes  | Nacional e 5 Regiões | Pe E                                      | Pe E Nacional NE  | -              | -                |
|  | 869L - Serviços de concessão, manutenção, pagamento e cessação dos benefícios do Programa de Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude | Nacional             | NP e NE                                   | Pe E              | -              | -                |
|  | 0887 – Capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade social  | Nacional e 5 Regiões | NP e NE                                   | Pe E              | -              | -                |

Fonte: Relatório de Avaliação do PPA 2004 – 2007. Elaboração própria.

Legenda: P: Planejado; E: Executado; NP: Não Planejado E Não Executado

## ANEXO VI - DESAFIOS E PROGRAMAS POR MEGAOBJETIVOS

| MEGAOBJETIVO I - DIMENSÃO SOCIAL   |   |
|--|---|
| DESAFIOS   | PROGRAMAS   |
| 1. Combater a fome visando a sua erradicação e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo o caráter de inserção e cidadania  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Transferência de Renda com Condicionalidades e a distribuição de alimentos a comunidades em situação de insegurança alimentar;</li> <li>2. Educação para Alimentação Saudável;</li> <li>3. Acesso à Alimentação;</li> <li>4. Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais;</li> <li>5. Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais;</li> <li>6. Agricultura Familiar (Pronaf);</li> <li>7. Abastecimento Agroalimentar;</li> <li>8. Banco de Alimentos;</li> <li>9. Consórcios de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento.</li> </ol>  |
| 2. Ampliar a transferência de renda para as famílias em situação de pobreza e aprimorar seus mecanismos  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Erradicação do Trabalho Infantil – PETI;</li> <li>2. Vale-Gás.</li> </ol>   |
| 3. Promover o acesso universal, com qualidade e equidade, à seguridade social:   |   |
| ✓ Previdência  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Proteção Previdenciária;</li> <li>2. Previdência Social Básica;</li> <li>3. Qualidade dos Serviços Previdenciários.</li> </ol>  |
| ✓ Saúde  | <ol style="list-style-type: none"> <li>4. Atenção Básica em Saúde;</li> <li>5. Atenção Especializada em Saúde;</li> <li>6. Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde;</li> <li>7. Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase;</li> <li>8. Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV-AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis;</li> <li>9. Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos;</li> <li>10. Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde;</li> <li>11. Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes;</li> <li>12. Participação Popular e Intersetorialidade na Reforma Sanitária e no Sistema Único de Saúde</li> <li>Educação Permanente;</li> <li>13. Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde;</li> <li>14. Investimento para Humanização;</li> <li>15. Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde;</li> <li>16. Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde;</li> <li>17. Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue;</li> <li>18. Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos.</li> </ol> |
| ✓ Assistência  | <ol style="list-style-type: none"> <li>19. Atendimento Integral à Família;</li> <li>20. Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude;</li> <li>21. Proteção Social a Pessoa Idosa;</li> <li>22. Proteção Social à Pessoa Portadora de Deficiência;</li> <li>23. Proteção Social ao Adulto em Situação de Vulnerabilidade.</li> </ol>  |
| 4. Ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação.  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Brasil Alfabetizado;</li> <li>2. Brasil Escolarizado;</li> <li>3. Educação na Primeira Infância;</li> <li>4. Democratizando o Acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária;</li> <li>5. Universidade do Século XXI;</li> <li>6. Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação.</li> </ol>  |
| 5. Promover o aumento da oferta e a redução dos preços de bens e serviços de consumo popular.  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Defesa Econômica e da Concorrência;</li> <li>2. Defesa do Consumidor;</li> <li>3. Gestão da Política dos Transportes;</li> <li>4. Habitação de Interesse Social.</li> </ol>   |
| 6. Implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente. | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana;</li> <li>2. Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos;</li> <li>3. Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários;</li> <li>4. Habitação de Interesse Social;</li> <li>5. Financiamento Imobiliário Habitacional;</li> <li>6. Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais;</li> <li>7. Trilhos Urbanos;</li> <li>8. Mobilidade Urbana.</li> </ol>   |
| 7. Reduzir a vulnerabilidade das crianças e de adolescentes em relação a todas as formas de violência, aprimorando os mecanismos de efetivação dos seus direitos.                | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;</li> <li>2. Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude;</li> <li>3. Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei;</li> <li>4. Inserção Social pela Produção de Material Esportivo;</li> <li>5. Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;</li> <li>6. Erradicação do Trabalho Infantil.</li> </ol>   |
| 8. Promover a redução das desigualdades raciais.   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial.</li> </ol>  |
| 9. Promover a redução das desigualdades de gênero.   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Combate à Violência Contra as Mulheres;</li> <li>2. Gestão da Política de Gênero;</li> <li>3. Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho.</li> </ol>  |

|  |  |
|--|--|
| 10. Ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital.   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Universalização dos Serviços de Telecomunicações;</li> <li>2. Gestão da Política de Comunicações;</li> <li>3. Sociedade da Informação.</li> </ol>  |
| <b>MEGAOBJETIVO II: DIMENSÕES ECONÔMICA, AMBIENTAL E REGIONAL</b>  |  |
| <b>DESAFIOS</b>  | <b>PROGRAMAS</b>   |
| 11. Alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego   |  |
| 12: Ampliar as fontes de financiamento internas e democratizar o acesso ao crédito para o investimento, a produção e o consumo   |  |
| 13. Ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda</li> <li>2. Economia Solidária em Desenvolvimento</li> <li>3. Primeiro Emprego</li> <li>4. Rede de Proteção ao Trabalho</li> <li>5. Segurança e Saúde no Trabalho</li> <li>6. Qualificação Social e Profissional</li> <li>7. Integração das Políticas Públicas de Emprego Trabalho e Renda</li> <li>8. Democratização das Relações de Trabalho</li> </ol>   |
| 14. Implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Agricultura Familiar – Pronaf.</li> <li>2. Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais e</li> <li>3. Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais</li> <li>4. Crédito Fundiário</li> <li>5. Paz no Campo</li> <li>6. Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais</li> </ol>  |
| 15. Coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolvimento da Horticultura</li> <li>2. Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas</li> <li>3. Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais</li> <li>4. Abastecimento Agroalimentar</li> <li>5. Desenvolvimento da Bovideocultura</li> <li>6. Desenvolvimento da Suideocultura</li> <li>7. Desenvolvimento da Avicultura</li> <li>8. Qualidade de Insumos e Serviços</li> <li>9. Agropecuários</li> <li>10. Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários</li> <li>11. Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas</li> <li>12. Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio</li> <li>13. Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social.</li> <li>14. Geologia do Brasil</li> <li>15. Mineração e Desenvolvimento Sustentável</li> <li>16. Propriedade Intelectual</li> <li>17. Competitividade das Cadeias Produtivas</li> <li>18. Metrologia e Qualidade Industrial</li> <li>19. Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, Arranjos Produtivos Locais e Comércio Eletrônico</li> <li>20. Pólo Industrial de Manaus</li> <li>21. Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos</li> <li>22. Brasil: Destino Turístico Internacional ,</li> <li>23. Defesa Comercial</li> </ol> |
| 16. Ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando seu acesso   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa</li> <li>2. Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico</li> <li>3. Difusão e Popularização da Ciência e Sociedade da Informação</li> <li>4. Inovação e Competitividade.</li> <li>5. Nacional de Atividades Espaciais</li> <li>6. Nacional de Atividades Nucleares</li> <li>7. Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia</li> <li>8. Biotecnologia</li> <li>9. Climáticas Globais</li> <li>10. Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social</li> <li>11. Ciência, Natureza e Sociedade Mudanças</li> </ol>   |
| 17. Impulsionar os investimentos em infraestrutura de forma coordenada e sustentável Energia   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Energia nas Regiões Norte, Nordeste, Sudeste/Centro-Oeste e Sul</li> <li>2. Energia nos Sistemas Isolados.ES 2003 (1) 2004 2005</li> <li>3. Energia Cidadã</li> <li>4. Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Álcool , Combustível</li> <li>5. Energia Alternativa Renovável</li> <li>6. Eficiência Energética</li> </ol>  |
| 18. Transporte urbano  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Araguaia-Tocantins, Fronteira Norte, Leste, Mercosul, Nordeste, São Francisco, Oeste-Norte, Sudoeste e Transmetropolitano.</li> <li>2. Manutenção da Malha Rodoviária Federal</li> </ol>   |

|  |   |
|--|---|
|  | 3. Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário e os de Serviços de Transporte Rodoviário e Serviços de Transporte Ferroviário   |
| 19. Comunicações   | 1. Gestão da Política de Comunicações   |
| 20. Recursos hídricos  | 1. Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – Conviver<br>2. Proágua Infra-Estrutura<br>3. Eficiência da Agricultura Irrigada<br>4. Desenvolvimento da Agricultura Irrigada<br>5. Integração de Bacias Hidrográficas   |
| 21. Reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local | 1. Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – Promeso,<br>2. Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões – Promover<br>3. Ciência e Tecnologia<br>4. Energia nos Sistemas Isolados<br>5. Energia Cidadã<br>6. Universalização dos Serviços de Telecomunicações<br>7. Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido – Conviver<br>8. Desenvolvimento da Faixa de Fronteira<br>9. Calha Norte  |
| 22. Melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental   | 1. Prevenção de Riscos e Combate às Emergências Ambientais<br>2. Meio Ambiente<br>3. Agenda 21<br>4. Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas<br>5. Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade<br>6. Nacional de Florestas<br>7. Proambiente<br>8. Amazônia Sustentável<br>9. Comunidades Tradicionais<br>10. Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer<br>11. Mudanças Climáticas   |
| 23. Ampliar a participação do país no mercado internacional, preservando os interesses nacionais   | 1. Promoção das Exportações – Proex<br>2. Defesa Comercial<br>3. Desenvolvimento do Comércio Exterior<br>4. Cultura Exportadora   |
| 24. Incentivar e fortalecer as micros, pequenas e médias empresas com o desenvolvimento da capacidade empreendedora  | 1. Desenvolvimento de Micros, Pequenas e Médias Empresas<br>2. Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural<br>3. Arranjos Produtivos Locais   |
| <b>MEGAOBJETIVO III: DIMENSÃO DEMOCRÁTICA</b>  |   |
| <b>DESAFIOS</b>  | <b>PROGRAMAS</b>  |
| 25. Fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas   | 1. Direitos Humanos, Direitos de Todos<br>2. Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência<br>3. Nacional de Acessibilidade<br>4. Assistência Jurídica Integral e Gratuita  |
| 26. Garantir a integridade dos povos indígenas respeitando sua identidade cultural e organização econômica   | 1. Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas<br>2. Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento   |
| 27. Valorizar a diversidade das expressões culturais nacionais e regionais   | 1. Museu Memória e Cidadania  |
| 28. Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas   | 1. Sistema Único de Segurança Pública (Susp)<br>2. Combate à Criminalidade<br>3. Segurança Pública nas Rodovias Federais<br>4. Segurança Pública nas Rodovias Federais<br>5. Combate ao Crime Transnacional<br>6. Modernização do Sistema Penitenciário Nacional<br>7. Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas<br>8. Segundo Tempo  |
| 29. Preservar a integridade e a soberania nacionais  | 1. Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil<br>2. Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro<br>3. Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira<br>4. Adestramento e Operações Militares<br>5. Ensino Profissional<br>6. Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas<br>7. Mobilização para Defesa Nacional<br>8. Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas<br>9. Informações Integradas para Proteção da Amazônia<br>10. Nacional de Redução da Demanda e da Oferta de Drogas<br>11. Informações Estatísticas e Geocientíficas<br>12. Calha Norte,<br>13. Desenvolvimento da Faixa de Fronteira |
| 30. Promover os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional   | 1. Relações e Negociações do Brasil no Âmbito dos Organismos Internacionais<br>2. Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular<br>3. Estrangeiros no Brasil<br>4. Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional   |

|  |  |
|--|--|
|  | 5. Brasil no Esporte de Alto Rendimento  |
| 31. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Gestão do Plano Plurianual</li> <li>2. Gestão dos Orçamentos da União</li> <li>3. Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União</li> <li>4. Gestão Pública para um Brasil de Todos</li> <li>5. Transformação da Gestão Pública</li> <li>6. Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público</li> <li>7. Primeiro Emprego.</li> <li>8. Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins</li> <li>9. Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública</li> <li>10. Recenseamentos Gerais</li> <li>11. Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas</li> <li>12. Avaliação do Plano Plurianual</li> <li>13. Avaliação de Políticas Sociais do Governo Federal</li> <li>14. Avaliação da Gestão dos Administradores de Recursos Públicos Federais</li> </ol> |
| 32. Combater a corrupção   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Correição no Poder Executivo Federal</li> <li>2. Promoção da Ética Pública</li> </ol>  |
| 33. Democratizar os meios de comunicação social, valorizando os meios alternativos e a pluralidade de expressão                              | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica</li> <li>2. Gestão da Política de Comunicação de Governo</li> <li>3. Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural</li> </ol>  |

Fonte: PLANO PLURIANUAL: 2004-2007 - MENSAGEM PRESIDENCIAL.

## ANEXO VII - PROGRAMAS POR ÓRGÃO RESPONSÁVEL, RECURSOS FINANCEIROS

| Órgão                     | Programa   | R\$ Previsto<br>(Autorizado) | R\$ Executado<br>(Liquidado) | %              |
|---------------------------|--|------------------------------|------------------------------|----------------|
| Desenvolvimento Social[1] | Proteção Social Básica / Atenção integral à Família  | -                            | -                            | -              |
|                           | Proteção Social Básica / Agente jovem  | -                            | -                            | -              |
|                           | Erradicação do Trabalho Infantil   | 297.126.761,00               | 273.724.046,00               | 92,12%         |
|                           | Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude   | 1.274.396,00                 | 1.274.396,00                 | 100,00%        |
|                           | Transferência de Renda com Condiionalidades – Bolsa Família                                  | 9.207.844.141,00             | 9.207.821.873,00             | 100,00%        |
| <b>Subtotal</b>           |  | <b>9.506.245.298,00</b>      | <b>9.482.820.315,00</b>      | <b>99,75%</b>  |
| Presidência da República  | Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem  | 208.844.000,00               | 148.179.107,00               | 70,95%         |
| <b>Subtotal</b>           |  | <b>208.844.000,00</b>        | <b>148.179.107,00</b>        | <b>70,95%</b>  |
| Ciência e Tecnologia      | Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e o Desenvolvimento                           | 171.486.256,00               | 159.566.092,00               | 93,05%         |
| <b>Subtotal</b>           |  | <b>171.486.256,00</b>        | <b>159.566.092,00</b>        | <b>93,05%</b>  |
| Cultura                   | Brasil, Som e Imagem   | 148.301.770,00               | 105.908.039,00               | 71,41%         |
|                           | Cultura, Educação e Cidadania  | 158.585.301,00               | 126.550.091,00               | 79,80%         |
|                           | Engenho das Artes  | 192.789.350,00               | 82.176.123,00                | 42,62%         |
|                           | Livro Aberto   | 41.303.296,00                | 28.212.461,00                | 68,31%         |
|                           | Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural  | 7.020.000,00                 | 6.021.009,00                 | 85,77%         |
| <b>Subtotal</b>           |  | <b>547.999.717,00</b>        | <b>348.867.723,00</b>        | <b>63,66%</b>  |
| Ministério da Defesa      | Ensino Profissional da Aeronáutica   | 8.550.000,00                 | 8.541.938,00                 | 99,91%         |
|                           | Ensino Profissional da Marinha   | 10.045.537,00                | 9.997.118,00                 | 99,52%         |
|                           | Ensino Profissional do Exército  | 16.900.000,00                | 16.900.007,00                | 100,00%        |
|                           | Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade                                      | 96.808.415,00                | 90.354.104,00                | 93,33%         |
| <b>Subtotal</b>           |  | <b>132.303.952,00</b>        | <b>125.793.167,00</b>        | <b>95,08%</b>  |
| Educação                  | Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos   | 174.685.424,00               | 143.040.758,00               | 81,88%         |
|                           | Brasil Escolarizado  | 3.801.890.104,00             | 3.693.055.456,00             | 97,14%         |
|                           | Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica                                       | 1.530.697.080,00             | 1.471.584.308,00             | 96,14%         |
|                           | Universidade do Século XXI   | 13.705.374.117,00            | 13.431.288.372,00            | 98,00%         |
|                           | Desenvolvimento do Ensino Fundamental  | 1.627.032.582,00             | 1.579.459.466,00             | 97,08%         |
|                           | Desenvolvimento do Ensino Médio  | 146.074.741,00               | 141.653.780,00               | 96,97%         |
|                           | Educação para a Diversidade e Cidadania  | 29.324.466,00                | 23.816.986,00                | 81,22%         |
|                           | Desenvolvimento da Educação Especial   | 87.035.636,00                | 79.102.889,00                | 90,89%         |
| <b>Subtotal</b>           |  | <b>21.102.114.150,00</b>     | <b>20.563.002.015,00</b>     | <b>97,45%</b>  |
| Fazenda                   | Educação Fiscal  | 500.000,00                   | 500.000,00                   | 100,00%        |
| <b>Subtotal</b>           |  | <b>500.000,00</b>            | <b>500.000,00</b>            | <b>100,00%</b> |
| Integração Nacional       | Organização Produtiva de Comunidades Pobres - Produzir                                       | 4.273.256,00                 | 2.740.797,00                 | 64,14%         |
| <b>Subtotal</b>           |  | <b>4.273.256,00</b>          | <b>2.740.797,00</b>          | <b>64,14%</b>  |
| Justiça                   | Identidade Étnica e Patrimônio Cultural Dos Povos Indígenas                                  | 374.501.800,00               | 354.280.980,00               | 94,60%         |
| <b>Subtotal</b>           |  | <b>374.501.800,00</b>        | <b>354.280.980,00</b>        | <b>94,60%</b>  |
| Saúde                     | Alimentação Saudável   | 47.852.470,00                | 41.435.773,00                | 86,59%         |
|                           | Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas* | 314.339.800,00               | 226.187.395,00               | 71,96%         |
|                           | Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos               | 101.226.730,00               | 75.764.395,00                | 74,85%         |
|                           | Atenção Básica em Saúde  | 7.906.673.580,00             | 7.380.728.693,00             | 93,35%         |
|                           | Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde                                  | 22.658.480.497,00            | 22.166.333.458,00            | 97,83%         |
|                           | Vigilância, Prevenção e Atenção em Hiv/Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis      | 1.088.562.728,00             | 1.034.931.065,00             | 95,07%         |
| <b>Subtotal</b>           |  | <b>32.117.135.805,00</b>     | <b>30.925.380.779,00</b>     | <b>96,29%</b>  |
| Cidades                   | Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos                        | 88.026.000,00                | 85.917.324,00                | 97,60%         |
| <b>Subtotal</b>           |  | <b>88.026.000,00</b>         | <b>85.917.324,00</b>         | <b>97,60%</b>  |
| Comunicações              | Universalização dos Serviços de Comunicações   | 9.500.000,00                 | 787.693,00                   | 8,29%          |
| <b>Subtotal</b>           |  | <b>9.500.000,00</b>          | <b>787.693,00</b>            | <b>8,29%</b>   |
| Desenvolvimento Agrário   | Agricultura Familiar - Pronaf  | 2.441.676.121,00             | 1.838.413.845,00             | 75,29%         |
|                           | Crédito Fundiário  | 550.419.775,00               | 538.198.603,00               | 97,78%         |
|                           | Educação no Campo – Pronera  | 48.660.287,00                | 39.199.349,00                | 80,56%         |
| <b>Subtotal</b>           |  | <b>3.040.756.183,00</b>      | <b>2.415.811.797,00</b>      | <b>79,45%</b>  |

10s recursos financeiros do PPA 2004 – 2007 referentes ao PAIF e ao Agente Jovem não estão discriminados nos relatórios, mas encontram-se diluídos nos recursos destinados ao Programa Proteção Social Básica que é constituído de quatro iniciativas (Benefício à Pessoa Idosa e com Deficiência, Renda Mensal Vitalícia por Idade e Invalidez, Centro de Referência da Assistência Social/Programa de Atenção Integral à Família, Agente Jovem) (BRASIL, 2007d).

| Órgão                                     | Programa  | R\$ Previsto<br>(Autorizado) | R\$ Executado<br>(Liquidado) | %             |
|---|---|------------------------------|------------------------------|---------------|
| Esporte                                   | Brasil no Esporte de Alto Rendimento                              | 72.340.319,00                | 64.780.326,00                | 89,55%        |
|   | Esporte e Lazer da Cidade   | 532.405.000,00               | 407.434.762,00               | 76,53%        |
|   | Inserção Social pela Produção de Material Esportivo               | 20.550.000,00                | 20.372.252,00                | 99,14%        |
|   | Segundo Tempo   | 132.928.075,00               | 123.382.205,00               | 92,82%        |
| <b>Subtotal</b>                           |   | <b>758.223.394,00</b>        | <b>615.969.545,00</b>        | <b>81,24%</b> |
| Meio Ambiente                             | Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis                   | 11.048.869,00                | 7.488.841,00                 | 67,78%        |
| Subtotal                                  |   | 11.048.869,00                | 7.488.841,00                 | 67,78%        |
| Planejamento                              | Inclusão Digital  | 179.373.252,00               | 169.973.478,00               | 94,76%        |
| Subtotal                                  |   | 179.373.252,00               | 169.973.478,00               | 94,76%        |
| Trabalho e Emprego                        | Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda  | 2.018.488,00                 | 974.753,00                   | 48,29%        |
|   | Economia Solidária em Desenvolvimento                             | 63.501.000,00                | 53.496.489,00                | 84,25%        |
|   | Primeiro Emprego  | 120.996.000,00               | 100.692.478,00               | 83,22%        |
|   | Qualificação Social e Profissional                                | 120.609.509,00               | 86.156.818,00                | 71,43%        |
|   | Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda    | 17.921.917.138,00            | 17.893.908.292,00            | 99,84%        |
| <b>Subtotal</b>                           |   | <b>18.609.886.377,00</b>     | <b>18.490.153.468,00</b>     | <b>99,36%</b> |
| Direitos Humanos                          | Assistência às Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas                  | 15.572.000,00                | 15.085.054,00                | 96,87%        |
|   | Direitos Humanos, Direitos de Todos                               | 899.373.794,00               | 884.438.565,00               | 98,34%        |
|   | Atendimento Sócio-Educativo do Adolescente em Conflito com a Lei  | 48.226.462,00                | 47.837.790,00                | 99,19%        |
|   | Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes | 75.118.334,00                | 72.749.072,00                | 96,85%        |
|   | Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente        | 24.154.351,00                | 22.528.801,00                | 93,27%        |
| <b>Subtotal</b>                           |   | <b>1.062.444.941,00</b>      | <b>1.042.639.282,00</b>      | <b>98,14%</b> |
| Políticas para as Mulheres                | Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres                | 23.545.281,00                | 17.702.228,00                | 75,18%        |
| <b>Subtotal</b>                           |   | <b>23.545.281,00</b>         | <b>17.702.228,00</b>         | <b>75,18%</b> |
| Políticas de Promoção da Igualdade Racial | Brasil Quilombola   | 45.397.474,00                | 14.539.875,00                | 32,03%        |
| <b>Subtotal</b>                           |   | <b>45.397.474,00</b>         | <b>14.539.875,00</b>         | <b>32,03%</b> |
| <b>TOTAL</b>                              |   | <b>87.803.183.884</b>        | <b>84.794.652.187</b>        | <b>96,57%</b> |

## **ANEXO VIII - ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**OBJETIVO:** configurar a percepção do entrevistado sobre a relação entre a juventude das classes populares e PPJ no DF.

### **PARTICIPAÇÃO:**

1. Participação da sociedade organizada.
2. Participação dos jovens, como protagonista, no Governo Lula.
3. Participação dos jovens no GDF.
4. Influência dos jovens na formulação da PPJ no GDF.

### **PROGRAMA, PROJETOS E SERVIÇOS:**

5. Têm ampliado ou reduzido o acesso dos jovens às oportunidades ofertadas por esses programas, projetos e serviços (educação, trabalho, cultura, esporte etc.)?
6. Acesso dos jovens pobres de DF aos programas, projetos e serviços específicos de assistência social?
7. Os programas, projetos e serviços públicos do DF têm atendido às reais demandas dos jovens das classes populares? Explique.

### **ORÇAMENTO:**

8. Quantidade de recursos destinados à implementação das ações de assistência social para a juventude no DF.

| Programa   | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios      | Objetivos  | Participação Social   | Indicadores                            | Atividades  |
|--|-----|------|-------|------|-----------------------------|--|-----------------------|--|---|
| <b>MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME</b> |     |      |       |      |                             |  |                       |  |   |
| Proteção Social Básica / Atenção integral à Família                |     |      |       | X    | Famílias                    | Promover a redução das situações de vulnerabilidade social e prevenir as situações que indicam risco potencial decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou não acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou fragilização dos vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras), na perspectiva da prevenção e superação das desigualdades sociais, tendo o território como base de atuação. | Não Conta no Cardeno  | Não consta                             | Não consta  |
| Proteção Social Básica / Agente jovem                              |     |      |       | X    | Jovens de 15 a 17 anos.     | Idem   | Não Consta no Caderno | Não consta                             | Não consta  |
| Transferência de Renda com Condiionalidades – Bolsa Família        |     |      |       | X    | Famílias com filhos jovens. | Combater a fome, a pobreza e outras formas de privação das famílias e promover a segurança alimentar e nutricional e o acesso à rede de serviços públicos de saúde, educação e assistência social, criando possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e de desenvolvimento local dos territórios.  | Não consta no Caderno | Porcentagem de alcance do índice: 100% | Auxílio à Família na Condição de Pobreza Extrema, com Crianças de idade entre 0 e 6 anos, para a Melhoria das Condições de saúde e Combate às Carências Nutricionais. Transferência de Renda. |

| Programa   | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios                           | Objetivos  | Participação Social   | Indicadores                              | Atividades  |
|--|-----|------|-------|------|--|--|---|--|---|
| <b>MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME</b> |     |      |       |      |  |  |   |  |   |
| Erradicação do Trabalho Infantil                                   | X   |      |       |      | Crianças e adolescentes até 16 anos incompletos. | Eliminar a prática do trabalho por crianças e adolescentes com idade até 16 anos incompletos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.   | Contribuição dos Conselhos Nacionais de Assistência Social e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no que tange à articulação e à mobilização junto aos seus respectivos conselhos municipais para o acompanhamento processo de integração PETI/PBF. Houve a participação da sociedade civil organizada por meio do FNPETI e da Conaeti, integrados por representação de trabalhadores, empregadores e o movimento social da área de prevenção do trabalho infantil no Brasil, assim como organismos internacionais (OIT e Unicef), num amplo processo de discussão e acompanhamento da integração entre o PETI e o PBF, o que contribuiu para sua construção e permitiu maior êxito na resolução de dificuldades apresentadas no decorrer do referido. Porém, ressalve-se a fragilidade e pouca efetividade das Comissões Estaduais e Municipais de Erradicação do trabalho Infantil. | Porcentagem de alcance do índice: 92,14% | Apoio técnico à saúde do trabalhador.<br>Apoio aos fóruns de Erradicação do Trab. Infantil.<br>Concessão de bolsas a crianças e adolescentes em situação de trabalho.   |
| Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude               | X   |      |       |      | Crianças, adolescentes e jovens (0 a 14 anos).   | Assegurar às crianças e adolescentes de 0 a 14 anos em situação de vulnerabilidade e/ou risco, convívio e integração familiar, comunitária e social,. Promover a atuação social dos jovens, Buscando reverter indicadores sociais, a partir da prestação de serviços de proteção social voltados a esse público e suas famílias, fomentando sua atuação comunitária, com protagonismo juvenil e formação para a cidadania; com centralidade. | Não consta no Caderno   | Este programa não possui indicadores.    | Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à C e Ad;<br>Serviços de Proteção Socioassistencial à C e Ad.<br>Capacitação de Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social.<br>Concessão de Bolsa p/ jovens de 15 a 17 anos em Situação de Vulnerabilidade e/ou Risco Social. |

Legenda: M I: Modalidade I; M II: Modalidade II; M III: Modalidade III; M IV: Modalidade IV

| Programa  | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios   | Objetivos  | Participação Social   | Indicadores  | Atividades   |
|---|-----|------|-------|------|--|--|-----------------------|--|--|
| <b>MCT - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA</b>                     |     |      |       |      |  |  |                       |  |  |
| Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e o Desenvolvimento. |     |      |       | X    | Instituições de ensino e pesquisa, comunidade científica, empresas, professores, alunos, prefeituras, comunidade e sociedade em geral. | Ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico, visando a competitividade econômica e a qualidade de vida da população. | Não Consta no Caderno | <p>1. Número de Pessoas Capacitadas em Tecnologias de Impacto Social com Apoio do Programa – pessoas capacitadas;</p> <p>2. Número de Tecnologias Geradas no Âmbito do Programa - Unidade.</p> | <p>Alfabetização científica em espaços não formais de educação pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins;</p> <p>Apoio a espaços não formais de educação em ciências;</p> <p>Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos;</p> <p>Apoio à inovação tecnológica apropriada ao desenvolvimento local sustentável (PTA);</p> <p>Apoio à pesquisa e à inovação em arranjos produtivos locais;</p> <p>Apoio à pesquisa e desenvolvimento aplicados à segurança alimentar e nutricional</p> <p>Apoio à pesquisa, inovação e extensão;</p> <p>Apoio à pesquisa, inovação e extensão tecnológica para o desenvolvimento social;</p> <p>Difusão e popularização de ciência e tecnologia para inclusão social;</p> <p>Fomento à capacitação tecnológica em temas de impacto social;</p> <p>Fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de projetos para viabilizar a produção e o uso de biodiesel;</p> <p>Fomento à pesquisa e ao desenvolvimento em agronegócio;</p> <p>Fomento ao desenvolvimento de estudos e pesquisas da dinâmica de inovação e desenvolvimento regional;</p> <p>Fomento ao desenvolvimento e uso de tecnologias na área de telemedicina;</p> <p>Implantação de sistema de informações sobre tecnologias para o desenvolvimento social;</p> <p>Apoio a inovação tecnológica para o desenvolvimento social.</p> |

**Legenda:** M I: Modalidade I; M II: Modalidade II; M III: Modalidade III; M IV: Modalidade IV

| Programa  | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios          | Objetivos   | Participação Social  | Indicadores  | Atividades  |
|---|-----|------|-------|------|---------------------------------|---|--|--|---|
| <b>MCID – MINISTÉRIO DAS CIDADES</b>                                  |     |      |       |      |                                 |   |  |  |   |
| Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos |     |      |       | X    | Usuários do serviço de trânsito | Reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País. | A participação social ocorre por meio das Câmaras Temáticas do Contran, integradas por especialistas que têm o objetivo de estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões do Conselho. São constituídas por representantes de órgãos e entidades dos Executivos da União, dos Estados ou do Distrito Federal, e dos Municípios, além de especialistas representantes dos diversos segmentos da sociedade relacionados com o trânsito. | Coeficiência de mortalidade por acidente de trânsito 1/100.00. | Foram mantidos e melhorados o sistemas informatizados do denatran. E a divulgação na mídia de campanhas de utilidade pública. |

**Legenda:** M I: Modalidade I; M II: Modalidade II; M III: Modalidade III; M IV: Modalidade IV

| Programa                            | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios                  | Objetivos   | Participação Social  | Indicadores   | Atividades   |
|-------------------------------------|-----|------|-------|------|---|---|--|---|--|
| <b>MinC - MINISTERIO DA CULTURA</b> |     |      |       |      |   |   |  |   |  |
| Brasil, som e imagem                |     |      |       | X    | Sociedade brasileira                    | Ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto sustentabilidade da indústria cinematográfica.  | A avaliação do Programa pelos usuários é realizada no Conselho Consultivo da SAV, cujos integrantes trazem para discussão as impressões identificadas em cada um dos setores da atividade audiovisual.   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil - Porcentagem.</li> <li>2. Relação público x número de cópias lançadas de filme nacional - Unidade.</li> <li>3. Taxa de distribuição do filme brasileiro para exibição no mercado nacional%.</li> <li>4. Taxa de participação da União na produção de obras cinematográficas e videofonográficas.</li> </ol> | Instalação dos escritórios regionais da ANCINE; Modernização da cinemateca brasileira e do centro técnico de atividades audiovisuais CTAV; Capacitação de artistas, técnicos e produtores na área de audiovisual; concessão de prêmio adicional de renda a produtores, distribuidores e exibidores; Fomento à distribuição e comercialização de obras cinematográficas e videofonográficas no país e no exterior; Fomento a projetos cinematográficos e audiovisuais; Funcionamento da cinemateca brasileira; Funcionamento do centro técnico de atividades audiovisuais CTAV; Promoção e intercâmbio de eventos audiovisuais. |
| Cultura, Educação e Cidadania       |     |      |       | X    | Agentes culturais Adolescentes e jovens | Ampliar e garantir o acesso das comunidades mais excluídas ao usufruto de bens culturais e aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural. | Através da criação de uma Comissão nacional com 48 representantes, que espelha o esforço dos Pontos de Cultura e da equipe coordenadora do Programa, no sentido de buscar uma agenda política comum de atuação.  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Índice de acesso à cultura via Pontos de Cultura - %</li> </ol>   | Instalação e modernização de pontos de cultura; Desenvolvimento de iniciativas voltadas para a inclusão social por meio da cultura; Escola aberta à cultura - Escola Viva; Fomento a projetos culturais para população de baixa renda; Promoção e intercâmbio de eventos culturais em áreas habitadas por populações de baixa renda.   |
| Livro Aberto                        |     |      |       | X    | Sociedade                               | Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas, e propiciar a produção e a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário.      | Se dão mediante realização de reuniões e seminários com os diversos grupos aos quais as ações são destinadas. Destacam-se os Encontros Regionais do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e o Encontro Nacional do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) No portal da BN (Biblioteca Nacional), franqueado ao usuário, há possibilidade de emitir críticas e sugestões sobre a instituição | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Coeficiente de Bibliotecas Públicas - Unidade.</li> <li>2. Índice Nacional de Leitura – Livro por pessoa.ano .</li> <li>3. Taxa de Municípios com Bibliotecas Públicas - Porcentagem.</li> </ol>  | Funcionamento de espaços culturais da união; Promoção e intercâmbio de eventos de arte e cultura; Promoção e intercâmbio de eventos educacionais e culturais.  |

| Programa  | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios                  | Objetivos   | Participação Social  | Indicadores  | Atividades   |
|---|-----|------|-------|------|---|---|--|--|--|
| <b>MinC - MINISTERIO DA CULTURA</b>               |     |      |       |      |   |   |  |  |  |
| Engenho das Artes                                 |     |      |       | X    | Sociedade                               | Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e aos serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais.  | Mediante o diálogo com a sociedade, a realidade de audiência pública no Congresso Nacional e reuniões com os diversos grupos de interesse aos quais as ações se destinam, contribuindo para melhor definir problemas, detectar nós da cadeia produtiva e traçar Políticas Públicas para o desenvolvimento do setor.  | 1. Número de Espetáculos Apoiados por Região - Porcentagem<br>2. Número Médio de Espectadores por Número Total de Espetáculos Culturais Promovidos pela União - %                                    | Capacitação de artistas, técnicos e produtores de arte e cultura; Concessão de prêmios de arte e cultura; Estudos e pesquisas em arte e cultura; Fomento a projetos em arte e cultura; Fomento a projetos na área do direito autoral;  |
| Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural |     |      |       | X    | Grupos e redes de produtores culturais. | Garantir que os grupos e as redes de produtores culturais, responsáveis pelas manifestações características da diversidade, tenham acesso aos mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio cultural entre as regiões e os grupos culturais brasileiros, considerando características identitárias por gênero, orientação sexual, grupos etários, étnicos e da cultura popular. | Propicia a participação social mediante a realização de audiência pública (com a participação da SID-Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural- e da sociedade civil), na Câmara dos Deputados, onde são debatidos temas que permeiam o Programa e que têm contribuído para sua melhoria. Também foram realizados fóruns específicos e oficinas de escuta com todos os segmentos. Alguns membros do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) fazem parte de grupos de trabalho ou de comissões julgadoras dos editais lançados pela secretaria. A sociedade participa desde a elaboração das diretrizes e ações dentro dos segmentos da diversidade, que foram contemplados nas ações e se reflete nos resultados do Programa. A satisfação dos beneficiários do Programa é pesquisada em todas as ações. | 1. Nº de Manifestações Culturais da Diversidade Cultural Brasileira Mapeadas (unidade).<br>1. Taxa de Participação da União no Apoio às Manifestações Culturais da Diversidade Brasil. Mapeadas (%). | Ampliação de acervos bibliográficos e documental; Área do livro e da leitura; Capacitação de recursos humanos na área do livro e da leitura; Concessão de bolsa; Concessão de prêmios à criação e à difusão na área do conhecimento; Científico, acadêmico e literário; Difusão do conhecimento por meio de livros, revistas, vídeo e multimídia; Fomento a projetos na área do livro, da leitura e do conhecimento científico, acadêmico e literário; Funcionamento de bibliotecas da união; Instalação de bibliotecas públicas; Modernização de bibliotecas públicas; Pesquisas na área do livro, da leitura e do conhecimento científico, acadêmico e literário; Produção de obras científicas, acadêmicas e literárias; Promoção e intercâmbio de eventos culturais na área do livro e da leitura. |

**Legenda:** M I: Modalidade I; M II: Modalidade II; M III: Modalidade III; M IV: Modalidade IV

| Programa                            | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios | Objetivos | Participação Social | Indicadores | Atividades |
|-------------------------------------|-----|------|-------|------|------------------------|-----------|---------------------|-------------|------------|
| <b>MinC - MINISTERIO DA CULTURA</b> |     |      |       |      |                        |           |                     |             |            |

| Programa                           | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios | Objetivos   | Participação Social   | Indicadores  | Atividades   |
|------------------------------------|-----|------|-------|------|------------------------|---|-----------------------|--|--|
| <b>MD - MINISTÉRIO DA DEFESA</b>   |     |      |       |      |                        |   |                       |  |  |
| Ensino Profissional da Aeronáutica |     |      |       | X    | Alunos                 | Formar e educar continuamente os recursos humanos, a fim de prover profissionais habilitados para atender às necessidades do Comando da Aeronáutica (COMAER). | Não consta no caderno | <p>1. Taxa de Aproveitamento Acadêmico (Formação) - Porcentagem.</p> <p>2. Taxa de Aproveitamento Acadêmico (Pós-Formação) - Porcentagem.</p>        | <p>Curso de Graduação em Engenharia.</p> <p>Curso de Pós Graduação.</p> <p>Cursos de Altos Estudos e de Política e Estratégia.</p> <p>Ensino Preparatório para Formação de Oficiais.</p> <p>Especialização e Aperfeiçoamento de Oficiais e Civis.</p> <p>Especialização e Aperfeiçoamento de Sargentos e Civis.</p> <p>Formação de Oficiais e de Sargentos.</p> <p>Formação e Especialização de Cabos e Soldados.</p> <p>Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Oficiais e Civis.</p> |
| Ensino Profissional da Marinha     |     |      |       | X    | Marinha do Brasil      | Formar e educar os recursos humanos, a fim de propiciar profissionais habilitados a atender às necessidades da Marinha do Brasil (MB).                        | Não consta no caderno | <p>1. Taxa de Adequação dos Recursos Instrucionais da Marinha – Porcentagem.</p> <p>2. Taxa de Qualificação do Pessoal da Marinha – Porcentagem.</p> | <p>Capacitação de Oficiais da Marinha.</p> <p>Capacitação de Praças MD.</p> <p>Curso de Pós Graduação.</p> <p>Cursos de Altos Estudos e de Política e Estratégia.</p> <p>Ensino Preparatório para Formação de Oficiais.</p> <p>Especialização e Aperfeiçoam. de Oficiais e de Praças</p> <p>Formação de Oficiais e de Praças.</p>  |

| Programa   | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios | Objetivos   | Participação Social  | Indicadores  | Atividades  |
|--|-----|------|-------|------|------------------------|---|--|--|---|
| <b>MD - MINISTÉRIO DA DEFESA</b>   |     |      |       |      |                        |   |  |  |   |
| Assistência e Cooperação das Forças Armadas à sociedade/Proj. Rondon e Soldado cidadão |     |      |       | X    | Sociedade brasileira   | Apoiar as ações governamentais de caráter cívico-sociais, de infraestrutura, e de meio ambiente, disponibilizando os meios do Ministério da Defesa (MD) e das Forças Armadas para a superação das dificuldades do País. | A participação social no âmbito do Projeto Rondon é executada por meio de consultas públicas a partir de entendimentos com as comunidades. O processo se inicia com reuniões e consultas às comunidades e se operacionaliza através da atuação das IES nos Municípios selecionados. Os mecanismos que promovem a participação social no âmbito da Ação Soldado-Cidadão são a Ouvidoria, promovida por intermédio das entidades parceiras e das Organizações Militares responsáveis pela contratação dos cursos e as reuniões com grupos de interesse, realizadas bimestralmente com a participação de representantes das Forças Armadas. | 1. Grau de Atendimento à Demanda de Transporte Aéreo Governamental %<br>2. Taxa de Atendimento à Demanda de Cooperação - % | Cooperação com Construção de Infra Estrutura; Ações Cívico Sociais; Apoio Aéreo para o Transporte de Cargas e Passageiros; Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon; Formação Cívico Profissional de Jovens em Serviço Militar Soldado Cidadão. |
| Ensino Profissional do Exército  |     |      |       | X    | Exército Brasileiro    | Formar e capacitar recursos humanos que atendam às necessidades do Exército Brasileiro.   | Não consta no caderno  | 1. Taxa de Qualificação do Exército Brasileiro – Porcentagem.  | Aperfeiçoamento de Oficiais e de Sargentos MD. Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.   |

**Legenda:** M I: Modalidade I; M II: Modalidade II; M III: Modalidade III; M IV: Modalidade IV

| Programa  | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios               | Objetivos   | Participação Social   | Indicadores  |
|---|-----|------|-------|------|--------------------------------------|---|---|--|
| <b>MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b>                 |     |      |       |      |                                      |   |   |  |
| Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos* |     |      | X     |      | Jovens e adultos com 15 anos ou mais | Garantir acesso e permanência de jovens e adultos a programas educacionais que visam atender as suas necessidades específicas de aprendizagem e formação. | A participação social se dá por meio dos Fóruns do EJA nas discussões sobre o planejamento, execução e redesenho das ações do Programa. Os Fóruns são compostos por educadores, representantes de movimentos sociais, organizações não-governamentais (ONGS) e instituições de ensino etc. Outro mecanismo de participação é a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), instância de caráter consultivo, instituída formalmente por Decreto Presidencial e nomeada por Portaria Ministerial, cuja função é acompanhar, sob aspectos sociais, a execução das ações do Programa.   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Taxa de analfabetismo da população na faixa etária de 15 a 24 anos;</li> <li>2. Taxa de analfabetismo da população na faixa etária de 25 a 34 anos;</li> <li>3. Taxa de analfabetismo da população na faixa etária de 35 anos ou mais;</li> <li>4. Taxa de analfabetismo da população na faixa etária de 15 anos ou mais;</li> <li>5. Percentual da população na faixa etária de 15 anos ou mais com escolaridade inferior a 4ª série;</li> <li>6. Percentual da população na faixa etária de 15 anos ou mais com escolaridade entre a 4ª série e 7ª série.</li> </ol> |
| Desenvolvimento Do Ensino Fundamental               | X   |      |       |      | Crianças e adolescentes              | Assegurar o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no ensino fundamental com melhoria de qualidade.                                   | A participação social se dá por intermédio das Ouvidorias, tanto da Secretaria de Educação Básica (SEB) quanto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Além disso, as reuniões técnicas realizadas pelas coordenações das ações junto aos parceiros institucionais são uma ocasião de coletar impressões e sugestões a respeito da sua gestão. Representações do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) geram impactos positivos na execução do Programa na medida em que contribuem para construir consensos e melhor direcionar os modos de implementação. | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental - Porcentagem 31,50 30,00 28.60 - 25.00;</li> <li>2. Taxa de Frequência à Escola da População na Faixa Etária de 7 a 14 anos - Porcentagem.</li> </ol>   |

| Programa  | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios   | Objetivos   | Participação Social   | Indicadores  |
|---|-----|------|-------|------|--|---|---|--|
| <b>MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b>                     |     |      |       |      |  |   |   |  |
| Brasil Escolarizado                                     | X   |      |       |      | Jovens e adultos a partir de 15 anos e matriculados            | Contribuir para a universalização da educação básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência. | A participação social se dá por meio dos conselhos de controle social da ação que financia a alimenta.  | 1. Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos - 0.60 0.61 0.63 - 0.85.<br>2. Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos - Unidade. |
| Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica* |     |      | X     |      | Jovens e adultos de pós-graduação, professores e pesquisadores | Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológicos com melhoria da qualidade.  | A participação social se dá por meio de consulta pública para projetos de formação de docentes e gestores, para a melhoria da qualidade das graduações tecnológicas e dos cursos de nível técnico, objetivando harmonização de denominações, conceitos e desenvolvimento. Além de reuniões com as unidades que compõem a rede federal de ensino profissional e tecnológico, com os componentes do Sistema "S" e discussões para o desenvolvimento de uma base legislativa da educação profissional e tecnológica, envolvendo órgãos e que possuem interface com o tema. | 1. Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico-%<br>2. Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico-%                               |

| Programa                            | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios                  | Objetivos  | Participação Social  | Indicadores   |
|-------------------------------------|-----|------|-------|------|---|--|--|---|
| <b>MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> |     |      |       |      |   |  |  |   |
| Universidade do Século XXI          |     |      | X     |      | Alunos e professores bem como bolsistas | Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão com vistas a disseminar o conhecimento. | A participação social se dá por meio de encontros com a sociedade civil organizada para discussão de temas de interesse coletivo e pela Central de Atendimento da SESu que tem a finalidade de facilitar o acesso à informação acerca do ensino superior.  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Coeficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior – Unidade</li> <li>2. Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial</li> <li>3. Taxa de Docentes (em Exercício) com mestrado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior – Graduação</li> <li>4. Taxa de Docentes (em Exercício) com Graduação Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial</li> <li>5. Taxa de Matrícula de Alunos em Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial- no Turno Noturno</li> <li>6. Taxa de Matrícula de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no turno Noturno.</li> </ol> |
| Desenvolvimento do Ensino Médio     |     |      | X     |      | Adolescentes e jovens e adultos         | Garantir o acesso e a permanência no ensino médio a todos os adolescentes e jovens com melhoria de qualidade.          | A participação social se dá por intermédio das Ouvidorias, tanto da Secretaria de Educação Básica(SEB) quanto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação(FNDE). As Ouvidorias tratam as demandas e questionamentos, encaminhando-as para os setores implicados. Além disso, as reuniões técnicas realizadas pelas coordenações das ações junto aos parceiros institucionais são ocasiões para coletar impressões e surtos a respeito da sua gestão. Representações do Conselho Nacional de Secretários de Educação(Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) impactam positivamente a execução do Programa, na medida em que contribuem para construir consensos e melhor direcionar os modos de implementação. | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 15 a 17 Anos - Unidade</li> <li>2. Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Médio</li> <li>3. Taxa de Frequência Bruta ao Ensino Médio</li> <li>4. Taxa de Frequência Líquida ao Ensino Médio da População na Faixa Etária de 15 a 17 Anos</li> </ol>  |

| Programa                                | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios  | Objetivos  | Participação Social   | Indicadores  |
|---|-----|------|-------|------|---|--|---|--|
| <b>MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b>     |     |      |       |      |   |  |   |  |
| Educação para a diversidade e cidadania |     |      | X     |      | Alunos de todas as idades, seus familiares e os profissionais da educação | Reduzir as desigualdades, étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar.  | A participação social se dá por meio de reuniões com os grupos de interesse, para aprimorar as concepções teóricas e de implementação das políticas. Em alguns casos constituem-se comitês e conselhos com fins específicos para consulta e deliberação. Uma maior integração dos agentes que representam interesses sociais das populações do foco das políticas, no âmbito de Estados, Municípios ou da região contemplada, aprimora tanto a sua elaboração quanto a sua implantação. | <ol style="list-style-type: none"> <li>Índice de Igualdade da Educação do Campo - Índice numérico</li> <li>Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena - Índice numérico</li> <li>Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares - Índice numérico</li> <li>Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais - Índice numérico</li> <li>Índice de Igualdade de Gênero - Índice numérico.</li> </ol>   |
| Desenvolvimento da educação Especial    |     |      |       | X    | Alunos  | Assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais as condições de acesso e permanência com qualidade na educação brasileira na perspectiva de impulsionar e fortalecer o atendimento desses alunos em classes comuns da rede regular de ensino e garantir a eles o atendimento educacional especializado. | A participação social se dá pela Ouvidoria Geral do MEC (Fala Brasil), que recebe críticas, contribuições, sugestões da sociedade sobre as ações implementadas neste Programa e as encaminha para a SEESP.  | <ol style="list-style-type: none"> <li>Taxa de Prevalência da Educação Inclusiva nos Municípios Brasileiros</li> <li>Taxa de Qualificação Docente para Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica</li> <li>Taxa de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns de Escolas Regulares na Educação Básica</li> <li>Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Física</li> <li>Taxa de Municípios com Matrícula na Educação Especial</li> <li>Índice de Acesso à Educação Básica</li> <li>Índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Pública de Ensino</li> <li>Índice de Atendimento Educacional Especializado – Índice numérico.</li> </ol> |

**Legenda:** M I: Modalidade I; M II: Modalidade II; M III: Modalidade III; M IV: Modalidade IV

## Atividades

### MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Avaliação nacional de competência da educação de jovens e adultos – ANCEJA; Bolsa alfabetizado educação de jovens e adultos no campo; Incentivo à leitura de jovens e adultos universidade na educação de jovens e adultos – UNIEJA; Apoio a ações assistenciais aos alunos da educação de jovens e adultos; Apoio à ampliação da oferta de vagas do ensino fundamental a jovens e adultos - Fazendo Escola; Apoio à capacitação de alfabetizadores de jovens e adultos; Apoio á capacitação de professores de jovens e adultos; Apoio á capacitação dos profissionais atuantes da educação básica de jovens e adultos e apoio à distribuição de material didático para a educação de jovens e adultos; Apoio a iniciativas para melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos.

Fortalecimento da escola Fundescola III; Distribuição de materiais e livros didáticos para o ensino fundamental; Ensino fundamental na Fundação Osório md; Funcionamento do ensino fundamental na rede federal; Apoio a ampliação do ensino fundamental para 9 anos; Apoio á aquisição de veículos escolares para o ensino fundamental; Apoio á correção do fluxo escolar; Apoio à distribuição de materiais didáticos e pedagógicos para o ensino fundamental; Apoio a produção e distribuição de materiais didáticos para ações educativas integradas; Apoio ao desenvolvimento do ensino fundamental; Apoio ao transporte escolar no ensino fundamental; Contribuição da união de suas autarquias e fundações para o concurso do regime de previdência dos serviços públicos federais.

## Atividades

### MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Expansão do uso do Rádio Escola ; Expansão do uso do sinal do TV Escola ; Expansão e melhoria da Rede Escolar PROMED; Fortalecimento da Escola Fundescola III; Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio PROMED; Modernização da transmissão do Sinal do TV Escola e do uso das tecnologias de informação e comunicação na Educação; Avaliação da alfabetização; Avaliação internacional de alunos PISA; Avaliação Nacional das Condições de oferta da Educação Básica ACEB; Avaliação Nacional de Competências ANC; Avaliação Nacional de Competências da Educação de Jovens e Adultos ANCEJA; Capacitação para o exercício do controle social censo escolar da Educação Básica; Distribuição de acervos bibliográficos ; Distribuição de livros didáticos para o Ensino Fundamental; Distribuição de livros didáticos para o Ensino Médio; Distribuição de material de apoio à Educação a Distância e ao Uso de; Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação; Distribuição de material didático para a Educação Especial; Distribuição de material especializado e de livros e textos no sistema Braille; Distribuição de periódicos para a Educação Infantil; Fomento à implantação de Centros de Leitura Multimídia; Funcionamento da TV Escola MEC; Funcionamento do Ensino Fundamental na Rede Federal; Funcionamento do Ensino Médio na Rede Federal do Instituto Benjamin Constant IBC; Funcionamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos; Integração e expansão do uso de tecnologias da informação e comunicação na Educação Pública Proinfo; Modernização e recuperação da infraestrutura física do Colégio Pedro II; Resgate da cidadania da criança e do adolescente em situação de risco; Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica SAEB; Transmissão do sinal via satélite do TV Escola; Apoio à ampliação da oferta de vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos; Apoio à aquisição de equipamentos para a Rede Pública; Apoio à correção do fluxo escolar ; Apoio à distribuição de materiais didáticos e pedagógicos para o ensino; Apoio à distribuição de material didático para a Educação de Jovens e Adultos; Apoio à distribuição de material didático para formação continuada em Educação; Apoio à educação para a ciência no Ensino Médio ; Apoio à Educação Profissional com elevação de escolaridade; Apoio à formação continuada em Educação Ambiental para profissionais da educação; Apoio a Inovações educacionais Apoio a Projetos Especiais para oferta de Educação Básica a Jovens e Adultos; Apoio a Projetos Especiais para oferta de Educação Básica a Jovens e Adultos; Apoio à reestruturação da Rede Física Pública; Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica; Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial; Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Médio; Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental; Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental Poupança Escola MEC ; Promoção e Desenvolvimento da Saúde do Escolar na Educação Básica; Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica.

Capacitação dos Profissionais da Educação Profissional; Construção da Sede do CEFET-SC ME 01/2005 SUL; Construção de Escola Técnica Federal em Pedra de Guaratiba/RJ; Construção e modernização CEFET Zona Oeste RJ; Desenvolvimento de Modelos de Gestão Escolar para a Educação Profi PROEP; Desenvolvimento de Parâmetro Curriculares Nacionais do Nível Tecno PROEP; Desenvolvimento e Implantação de Planos Estaduais de Educação Prof PROEP; Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Expansão e Consolidação da Rede Federal de Educação Tecnológica; Implantação da Escola Agrotécnica Federal de Marabá PA Implantação da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina MS; Implantação da Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras MA; Implantação da Escola Técnica Federal de Canoas RS Implantação da Escola Técnica Federal de Rondônia; Implantação da Escola Técnica Federal do Acre; Implantação da Escola Técnica Federal do Amapá; Implantação da Escola Técnica Federal do Mato Grosso do Sul; Implantação de Campus do CEFET do Ceará; Implantação do Sistema de Informação da Educação Profissional PROEP; Implantação do Sistema Nacional de Certificação Profissional PROEP; Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional PROEP; Implementação da Expansão da Educação Profissional PROEP ; Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Administração do Financiamento concedido a Estudantes do Ensino Superior Não Gratuito; Ampliação da oportunidade de qualificação profissional; Ampliação dos alojamentos das Escolas Agrotécnicas Federais e CEFETs; Assistência ao educando da Educação Profissional; Capacitação de docentes da Educação Profissional; Complementação para funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica; Cursos de Extensão de Nível Técnico e Tecnológico; Educação, tecnologia e profissionalização para Pessoas com necessidades educacionais Especiais TEC NEP; Ensino Profissional nas Regiões Cacaueiras MAPA; Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional; Formação de Recursos Humanos de Nível Técnicos para a Indústria do Petróleo; Formação de Técnicos Empreendedores na Educação Profissional e Tecnológica; Funcionamento da Educação Profissional; Instrumental para Ensino e Pesquisa para As Instituições da Rede Federal de Educação Profissional; Instrumentos para Avaliação Nacional de Competência do Trabalhador; Modernização e Recuperação de Infra Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional; Prestação de Serviço á Comunidade Profissionalização da Pessoa Surda; Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável; Supervisão e Avaliação das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica; Veículos e Transportes Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional; Apoio à Educação Profissional com Elevação de Escolaridade ; Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais; Apoio a Entidades Públicas de Ensino Superior ; Apoio à Implantação de Educação Profissional de Nível Básico em Escolas Agrícolas; Apoio às Instituições de Educação Profissional do Campo; Concessão de Bolsa Auxílio para Pré Formação Profissional Escola de Fábrica; Concessão de Financi a Estudantes do Ensino Superior Não Gratuito; Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no Exterior; Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudo no País.

## Atividades

### MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Construção: de Clínicas de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do PR; da Escola de Engenharia da UFMG no Campo da Pampulha; da Faculdade de Ciência Econômicas da UFMG da Pampulha; de Prédio Anexo à Faculdade de Direito UFC; do Anfiteatro da Universidade Federal de Alagoas; do Bloco de Saúde UFRR MEC; do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico CDT; do Centro de Seleção de Eventos CESPE; do Instituto de Ciência Biológicas da Fundação UnB; do Instituto de Ciência Exatas da Fundação Universidade Amazonas; do Instituto de Química da Fundação UnB; do Prédio de Administração, Contabilidade, Relações Internacionais, Ciência Políticas, Ciência da Informação e Economia ACCE; do Prédio do Conselho de Direitos Humanos da UFPBA. Expansão do Ensino Superior: 36 campi; Implantação de 11 Universidades Federais; 04 Campi; 01 curso; Implantação de Editora na Universidade Federal do Tocantins; Implantação do Museu de Ciência e Tecnologia de Brasília; Interiorização de Universidades Federais; Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino; Acesso à Informação Científica e Tecnológica; Administração do Financiamento concedido a Estudantes do Ensino Superior Não Gratuito; Assistência ao Educando do Ensino de Graduação; Avaliação de Instituições e Cursos de Educação Superior; Avaliação do Desempenho dos Estudantes dos Cursos de Graduação ENADE; Avaliação e Acompanhamento de Progs de Pós Graduação e de Fomento Censo da Educação Superior; Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior; Concessão de Benefício a Estudantes Estrangeiros em Graduação no Brasil; Credenciamento dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior; Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências; Funcionamento de Cursos de Pós Graduação em Botânica e Meio Ambiente; Funcionamento da Residência Médica; Funcionamento de Cursos de Graduação MEC; Funcionamento de Cursos de Pós Graduação; Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino; Modernização e Recuperação da Infra Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino; Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária; Treinamento Especial para Alunos de Graduação de Entidades de Ensino Superior (PET); Universidade Aberta do Brasil UAB; Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais; Apoio a Entidades Públicas de Ensino Superior; Concessão de Bolsa de Permanência no Ensino Superior; Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não Gratuito; Contribuição da União de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Serviços Públicos Federais; Construção de Edifício Garagem do Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Construção do Prédio da Unidade de Pesquisa Clínica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospital de Ensino; Assistência Hospitalar e Ambulatorial à População; Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais.

Estudos e Pesquisas para a Implantação das Políticas para o Ensino Médio PROMED; Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o EM PROMED; Livros Didáticos para o Ensino Médio (Crédito Extraordinário); Funcionamento do Ensino Médio na Rede Federal; Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física do Colégio Pedro II; Apoio à educação para a ciência no Ensino Médio; Apoio à Implantação de Ações Voltadas Para o Protagonismo Juvenil; Desenvolvidas nas Escolas de Ensino Médio PROMED; Apoio à Implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica; Apoio à Melhoria da Qualidade do Ensino Médio; Apoio à Qualificação do Sistema de Ensino Médio; Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Médio.

## Atividades

### MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Desenvolvimento de Projetos Educacionais Inovadores para Comunidades de Baixa Renda; Fomento à Inclusão Social e Étnico racial na Educação Superior; Apoio a Atividades Educacionais de Valorização da Diversidade no Espaço Escolar; Apoio à Distribuição de Material Didático Pedagógico sobre Educação para Diversidade e Cidadania Apoio à Educação do Campo Apoio à Educação Integrada com Qualificação Social e Profissional para o Desenvolvimento Local no Campo; Apoio a Projetos Educacionais Inovadores Voltados à Educação para Diversidade e Cidadania; Apoio à Qualificação de Profissionais da Educação em Educação para Diversidade e Cidadania; Apoio à Valorização da Diversidade no Acesso e na Permanência na Universidade; Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Educacionais, Culturais e de Lazer em Escolas Abertas nos Finais de Semana; Concessão de Prêmio para Monografias Sobre Educação para Diversidade e Cidadania.

Capacitação de Profissionais para a Área da Surdez; Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial; Distribuição de Material Didático para a Educação Especial; Distribuição de Material Especializado e de Livros e Textos no Sistema Braille Educação Especial como Fator de Inclusão Escolar; Educação, Tecnologia e Profissionalização Para Pessoas com Necessidades; Educacionais Especiais TEC NEP; Funcionamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos; Produção e Disseminação do Conhecimento na Área da Deficiência Visual; Produção e Disseminação do Conhecimento na Área da Surdez; Apoio à Adequação de Prédios Escolares Para a Educação Especial; Apoio à Aquisição de Veículos Escolares para a Educação Especial; Apoio à Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial; Apoio à Distribuição de Material Didático para a Educação Especial; Apoio à Formação de Professores e Profissionais para a Educação Especial; Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial Complementação ao Atendimento ; Especializado às Pessoas com Deficiência PAED; Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais; Educação Especial como Fator de Inclusão Escolar Qualificação para o Trabalho da Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais.

| Programa   | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios | Objetivos   | Participação Social  | Indicadores  | Atividades  |
|--|-----|------|-------|------|------------------------|---|--|--|---|
| <b>MF - MINISTÉRIO DA FAZENDA</b>                      |     |      |       |      |                        |   |  |  |   |
| EDUCAÇÃO FISCAL  |     |      | X     |      | Professores e alunos   | Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função sócio-econômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos.  | São promovidas reuniões anuais com todos os representantes do Programa, e é realizado, anualmente, o Fórum dos Gestores Federais do PNEF. Além disso, são realizadas palestras e reuniões de sensibilização em diversos Municípios brasileiros. E estão em fase de ampliação diversas parcerias, como a estabelecida com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).   | 1. Tx de Abrangência Municipal.<br>2. Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública – Porcentagem.<br>3. Taxa de Atendimento com Ed. Fiscal a Alunos do Ensino Médio da Rede Pública.<br>4. Taxa de Capacitação de Professores da Rede Pública com Educação Fiscal. | Formação de Disseminadores da Educação Fiscal. Produção de Material para Disseminação da Educação Fiscal. |
| <b>MIN - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL</b>         |     |      |       |      |                        |   |  |  |   |
| ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRODUZIR |     |      |       | X    | Segmentos da população | Contribuir para o desenvolvimento regional por meio da capacitação e organização produtiva de segmentos da população, visando gerar ocupação e renda, de modo a inserir estas comunidades em arranjos e atividades que promovam dinamização econômica e social. | Na execução dos eventos de organização produtiva são realizadas reuniões com o público-alvo, com as instituições executoras, governos municipais e outros parceiros com o intuito de delinear as potencialidades na execução dos eventos e obter sinergias para o desenvolvimento das ações em campo. Esta participação permitiu agregar esforços em torno das atividades desenvolvidas, aumentando as chances de sustentabilidade do trabalho realizado em campo. | 1. Taxa de Ocupações Geradas.<br>2. Taxa de Sucesso dos Empreendims do Produzir.   | Capacitação de Técnicos Multiplicadores e Empreendedores. Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos.  |

Legenda: M I: Modalidade I; M II: Modalidade II; M III: Modalidade III; M IV: Modalidade IV

| Programa  | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios | Objetivos   | Participação Social  | Indicadores   | Atividades  |
|---|-----|------|-------|------|------------------------|---|--|---|---|
| <b>MJ - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b>                           |     |      |       |      |                        |   |  |   |   |
| Identidade Étnica E Patrimônio Cultural Dos Povos Indígenas |     |      |       | X    | Sociedades indígenas   | Garantir o pleno exercício dos direitos sociais básicos dos índios e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas. | A participação social se realiza nas audiências públicas, em reuniões com grupos de interesse e nos conselhos locais temáticos. Os mecanismos de participação social permitiram a reflexão e redefinição de lagunas ações visando melhor atender as demandas dos índios. Apesar disso, não existe ainda um canal reservado para coletar informações, ou realizar uma pesquisa formal sobre a satisfação dos beneficiários. | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Coeficiente de Incidência de Tuberculose Bacilífera na População Indígena - 1/100.000</li> <li>2. Coeficiente de Incidência Parasitária de Malária na População Indígena - 1/1.000</li> <li>3. Coeficiente de Mortalidade Infantil entre Crianças Indígenas Menores de 1 Ano - 1/1.000</li> <li>4. Taxa de Famílias Indígenas em Situação de Vulnerabilidade Social - Porcentagem.</li> </ol> | <p>Construção da casa do Artesanato indígena; Construção de Moradia para Comunidade Indígena; Implantação do Centro Cultural dos Povos Indígenas no DF; Instalação de Casas de Cultura em Aldeias Indígenas - Memorial do Patrimônio Cultural; Sistema Censitário das Populações Indígenas; Acompanhamento da Execução e Apoio Técnico às Ações de Saúde Indígena; Assist. a Estudantes Indígena Fora de suas Aldeias; Assist Téc. e Extensão Rural em Áreas Indígenas; Atendimento a Adolescentes e Jovens Indígenas em Situação de Risco Social; Atendimento Social aos Povos Indígenas; Capacitação de Indígenas e Técnicos de Campo para o Desenvolvimento de Atividades Auto-Sustentáveis em Terras Indígenas; Capacitação de Prof. e Técnicos em Educ. Indígena ; Capacitação de Servid Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação ; Comunidade Escolar nas Aldeias ; Funcionam do Centro Especial de Assist. do Índio; Funcionamento do Museu do Índio MJ ; Garantia dos Direitos e Afirmação dos Indígenas; Gestão e Disseminação das informações acerca da Temática Indígena; Manutenção de Casas de Cultura em Aldeias Indígenas - Memorial do Patrimônio Cultural; Organização, Preservação e Divulgação dos Acervos Docs sobre Índios e a Política Indigenista; Pesquisa sobre Populações Indígenas; Promoção das Ativids Tradicionais Mulheres Indígenas; Apoio à Distrib. de Material Didático e Paradidático para a Educação Escolar Indígena; Apoio ao Ensino Fundamental Escolar Indígena; Capacitação de Profs. p/ a Educ Fundam Indígena; Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à Pop. Indígena; Atenção à Saúde dos Povos Indígenas; Capacitação de Profissionais para Atenção à Saúde da População Indígena; Promoção da Educ. em Saúde dos Povos Indígenas; Vigilância Seg Alimentar e Nutrição Povos Indígenas; Apoio a Estudos e Pesq p/ Populações Indígenas.</p> |

**Legenda:** M I: Modalidade I; M II: Modalidade II; M III: Modalidade III; M IV: Modalidade IV

| Programa  | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios                         | Objetivos   | Participação Social  | Indicadores  | Atividades   |
|---|-----|------|-------|------|--|---|--|--|--|
| <b>MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE</b>   |     |      |       |      |  |   |  |  |  |
| Alimentação Saudável  |     |      | X     |      | População brasileira com base no ciclo de vida | Promover a alimentação saudável no ciclo de vida, prevenir e controlar os distúrbios nutricionais e doenças relacionadas à alimentação e nutrição.                | Como mecanismo de participação social, há no Conselho Nacional de saúde (CNS), a Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (CIAN), que acompanha as ações implementadas com os recursos do Programa Alimentação Saudável. Além disso, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) também acompanha a execução do Programa, e as conferências de saúde e segurança alimentar e nutricional ajudam a qualificar suas ações. | 1. Taxa de prevalência de anemia ferropriva em crianças;<br>2. Taxa de prevalência de desnutrição em crianças menores de dois anos nas áreas cobertas por agentes comunitários de saúde;<br>3. Taxa de prevalência de desnutrição infantil;<br>4. Taxa de prevalência de obesidade em adultos. | Promover a alimentação saudável no ciclo de vida, prevenir e controlar os distúrbios nutricionais e doenças relacionadas à alimentação e nutrição.   |
| Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas |     |      |       | X    | Sociedade                                      | Implementar políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade da atenção à saúde da população em situações de urgências, violências e outras causas externas. | No que tange a participação social, como foco do Programa está na iniciativa do SAMU, como priorização de urgências graves, a interlocução e interação ocorrem com a rede de serviço e com os gestores. A satisfação de seus beneficiários é avaliada no contato dos usuários do Programa por meio do telefone do SAMU 192.  | 1. Coeficiente de letalidade hospitalar por URVs (1/100).<br>2. Coeficiente de letalidade hospitalar por causas externas (1/100).  | Cooperação técnica para qualificação da atenção à saúde das pessoas em situações de violências e outras causas externas; gestão e administração do programa publicidade de utilidade pública; apoio a centros colaboradores para a atenção à saúde das pessoas em situações de violências e outras causas externas; apoio à estruturação de serviços de atenção às urgências e emergências por violências e causas externas; apoio à estruturação de serviços de atenção às urgências e emergências por violências e causas externas; apoio a estudos e pesquisas sobre acidentes e violências.  |
| Atenção à saúde de populações estratégicas e em situações Especiais de agravos              |     |      |       | X    | Grupos populacionais estratégicos              | Garantir a atenção à saúde de grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravos de forma equitativa, integral, humanizada e de qualidade.     | As políticas do Programa, ao serem implementadas, passam por câmara tripartite e permanecem em consulta pública para conhecimento da população. Além disso, são previamente discutidas entre os órgãos de classe e o controle social, sofrendo inclusões ou restrições. Há discussões, oficinas e debates com a participação da população envolvida.   | Coeficiente de Letalidade Materna Hospitalar no SUS (1/100.000)<br>Coeficiente de Mortalidade Infantil (1/1.000)<br>Coeficiente de Mortalidade Neonatal (1/1.000)<br>Taxa de Participação dos Serviços Extra Hospitalares de Atenção Psicossocial no Gasto Total com Atenção Psiquiátrica.     | Atenção à Saúde da Mulher; Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos; Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência; Atenção à Saúde da População do Campo; Atenção à Saúde da População Negra; Atenção à Saúde do Adolescente e Jovem; Atenção à Saúde Mental; Serviços de Atenção à Saúde da População do Sistema Penitenciário Nacional; Serviços Extra Hospitalares de Atenção aos Portadores de Transtornos Mentais e de Transtornos decorrentes do Uso de Álcool e outras Drogas; Auxílio Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa). |

| Programa  | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios | Objetivos  | Participação Social   | Indicadores  | Atividades  |
|---|-----|------|-------|------|------------------------|--|---|--|---|
| <b>MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE</b>                             |     |      |       |      |                        |  |   |  |   |
| Atenção Básica em Saúde                                     |     |      |       | X    | Sociedade              | Expandir o Saúde da Família e a rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica: resolutiva, integral e humanizada.  | Pela Ouvidoria do SUS, o MS possibilita a participação social por meio de sugestões, denúncias e reclamações sobre a execução do Programa Saúde da Família nos Municípios. Além disso, realizam-se reuniões com a sociedade civil organizada, entidades de classe e conselhos. Todas as definições em relação ao Programa Saúde da Família são discutidas e pactuadas no Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde(CONASS)e no Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (CONASSEMS). É importante lembrar ainda, que para adesão do município ao Programa Saúde da Família é exigida sua aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde, a quem compete acompanhar todo o desenvolvimento da política local de saúde. | Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde Bucal;<br>Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família;<br>Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família em Municípios com Mais de 100.000 Habitantes. | Atenção à Saúde Bucal; Atendimento Assistencial Básico nos Municípios Brasileiros; Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde; Expansão e Consolidação da Saúde da Família; Gestão e Administração do Programa; Prevenção e Detecção Precoce das Doenças Não Transmissíveis; Publicidade de Utilidade Pública; Apoio à Gestão; Descentralizada da Atenção Básica nos Municípios ; Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica PAB para a Saúde da Família; Incentivo Financeiro para a Expansão e a Consolidação da Estratégia de Saúde da Família nos Municípios com População Superior a 100 mil Habitantes.  |
| Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde |     |      |       | X    | Sociedade              | Ampliar o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS), na busca da equidade, da redução das desigualdades regionais e da humanização de sua prestação. | O MS possui o serviço de Ouvidoria, que é um canal de articulação entre o cidadão que exerce seu papel no controle social e a gestão pública de saúde, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo SUS. Entre suas atribuições estão o recebimento das solicitações, reclamações, denúncias, elogios e sugestões encaminhadas pelos cidadãos e encaminhamento ao conhecimento dos órgãos competentes.  | 1. Coeficiente de leitos disponibilizados – 1/1.000;<br>2. Consulta por habitante - Consulta per capita;<br>3. Taxa de cobertura de internação hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS).                                     | Apoio à manutenção de unidades de saúde; assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população; desenvolvimento de atividades educacionais e de pesquisa no campo da saúde; atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena / avançada; atenção à saúde das populações ribeirinhas da região amazônica mediante cooperação com a marinha do Brasil; atenção à saúde nos hospitais da rede pública federal atenção à saúde nos hospitais da rede pública federal; auditoria de gestão no sistema único de saúde; auditoria de serviços cadastrados no sistema único de saúde; estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde; fomento ao desenvolvimento da gestão, regulação, controle e avaliação da atenção à saúde no sistema único de saúde; gestão e administração do programa sistemas estaduais, municipais e do distrito federal de auditoria; contribuição à previdência privada. |

| Programa  | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios   | Objetivos  | Participação Social  | Indicadores   | Atividades   |
|---|-----|------|-------|------|--|--|--|---|--|
| <b>MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE</b>   |     |      |       |      |  |  |  |   |  |
| Atenção à saúde de populações estratégicas e em situações Especiais de agravos          |     |      |       | X    | Grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravo |  | As cooperações técnicas estão disponibilizadas por meio de convênios com secretarias de Saúde estaduais, municipais, entidades federais e organismos não-governamentais. O acompanhamento é feito pela verificação in loco dos convênios realizados e prestação de contas. A dificuldade é o pouco conhecimento em gestão de convênios e, principalmente, da legislação. As políticas do Programa, ao serem implementadas, passam por câmara tripartite e permanecem em consulta pública para conhecimento da população. Além disso, são previamente discutidas entre os órgãos de classe e o controle social, sofrendo inclusões ou restrições. Há discussões, oficinas e debates com a participação da população envolvida. Grande parte da cooperação técnica é realizada junto do sistema de gerenciamento de convênios (Gescon). O acompanhamento dos convênios é realizado de forma integral e continuada. | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Coeficiente de letalidade materna hospitalar no SUS (1/100.000);</li> <li>2. Coeficiente de mortalidade infantil (1/1.000);</li> <li>3. Coeficiente de mortalidade neonatal (1/1.000);</li> <li>4. Taxa de participação dos serviços extra hospitalares de atenção psicossocial no gasto total com atenção psiquiátrica (percentagem).</li> </ol> | Atenção à saúde da mulher; Atenção à saúde de populações estratégicas e em situações especiais de agravos; Atenção à saúde da pessoa com deficiência; Atenção à saúde da população do campo; Atenção à saúde da população negra; Atenção à saúde do adolescente e jovem; Atenção à saúde mental; Serviços de atenção à saúde da população do sistema penitenciário nacional; Serviços extra hospitalares de atenção aos portadores de transtornos mentais e de transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas; Auxílio reabilitação psicossocial aos egressos de longas internações psiquiátricas no sistema único de saúde (de volta pra casa). |
| Vigilância, prevenção e atenção em hiv/aids e outras doenças sexualmente transmissíveis |     |      |       | X    | Sociedade  | Reduzir a incidência da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana e da síndrome da imunodeficiência adquirida (aids) e de outras doenças sexualmente transmissíveis (DST) e melhorar a qualidade de vida dos pacientes. | São mecanismos utilizados para incentivar a participação social: a) a Integração do Programa à Ouvidoria do MS - Disque saúde, sistema de atendimento de usuários via telefone 0800, respondendo a todas as questões relativas ao HIV/AIDS e outras DST; b) a Comissão Nacional de AIDS (CNAIDS) é composta por representantes do Governo Federal e seus Ministérios, representações de universidades, de usuários da saúde, da sociedade civil e da diretoria do Programa e reúne-se a cada trimestre; c) a Comissão de Articulação com o Movimento Social (CAMS) é formada por representantes dos fóruns ONG/ AIDS dos Estados do Brasil e reúne-se periodicamente a cada 40-50 dias para discussão de assuntos pertinentes à participação da sociedade civil na implementação de ações em DST/ HIV/ AIDS. Alguns assuntos são levados ao CNS.   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Coeficiente de incidência de AIDS - 1/100.000;</li> <li>2. Coeficiente de mortalidade por AIDS - 1/100.000;</li> <li>3. Taxa de detecção de casos de sífilis congênita.</li> </ol>  | Atenção à saúde das pessoas com HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis; atendimento à população com medicamentos para tratamento dos portadores de HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis; gestão e administração do programa promoção à saúde e às práticas seguras de prevenção e proteção dos direitos humanos das pessoas vivendo com HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis; publicidade de utilidade pública; incentivo financeiro a estados, Distrito Federal e municípios para ações de prevenção e qualificação da atenção em HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis.                     |

Legenda: M I: Modalidade I; M II: Modalidade II; M III: Modalidade III; M IV: Modalidade IV

| Programa   | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios  | Objetivos  | Participação Social   | Indicadores   | Atividades  |
|--|-----|------|-------|------|---|--|---|---|---|
| <b>MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO</b> |     |      |       |      |   |  |   |   |   |
| Agricultura Familiar - Pronaf                      |     |      |       | X    | Agricultores familiares   | Fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores.   | O Programa promove a participação social mediante reuniões com grupos de interesse discussões no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). No entanto, o MDA não avalia a satisfação de seus beneficiários por não ter estrutura para tanto.   | 1.Taxa de atendimentos aos beneficiados do pronaf.                                      | Atendimento a assistência técnica e extensão rural. Qualificação de técnicos e cursos de especialização na extensão rural.  |
| Crédito Fundiário                                  |     |      | X     |      | Famílias de sem terras , arrendatários , jovens, filhos de agricultores familiares, meeiros | Promover o acesso à terra por meio do financiamento de imóveis rurais que não se enquadrem nos preceitos da desapropriação por interesse social e implantar infraestrutura nesses imóveis. | A sociedade é consultada sobre as propostas, metas e estratégias de implementação do Programa em foros como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável.   | 1.Taxa de participação de credito fundiário na reforma agrária.                         | Foram mantidos e melhorados os sistemas informatizados do denatran. E a divulgação na mídia de campanhas de utilidade publica. 7.875 contratos assinados. 16.344 famílias beneficiadas. |
| Educação No Campo – Pronera                        |     |      | X     |      | Jovens e adultos; profissionais   | Promover ações educativas por meio de metodologias específicas à realidade sócio cultural do campo e propiciar capacitação profissional aos egressos dos cursos de ciências agrárias.      | Os mecanismos de participação social do Programa são reuniões com grupos de interesse, bem como discussões na Comissão Pedagógica Nacional (CPN). A avaliação da satisfação dos beneficiários do Programa ocorre por meio de reuniões, seminários, a exemplo do II Seminário Nacional do Pronera realizado no ano passado, e coleta de depoimentos dos beneficiários do Programa. | 2.Taxas de jovens e adultos das áreas da reforma agrária que concluíram o ensino médio. | 54.843 jovens e adultos beneficiados a educação formal em cursos de ensino médio,técnico, profissionalizante e superior.  |

**Legenda:** M I: Modalidade I; M II: Modalidade II; M III: Modalidade III; M IV: Modalidade IV

| Programa                             | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios | Objetivos   | Participação Social  | Indicadores   | Atividades  |
|--------------------------------------|-----|------|-------|------|------------------------|---|--|---|---|
| <b>ME - MINISTÉRIO DO ESPORTE</b>    |     |      |       |      |                        |   |  |   |   |
| Brasil no Esporte de Alto Rendimento |     |      |       | X    | Atletas                | Diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas, melhorando o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais e promover a imagem do País no exterior. | A participação social é estimulada de diversas maneiras. A Ouvidoria tem sido o principal canal de sugestões, avaliações e denúncias para o Programa. Além disso, há reuniões com grupos de interesse. Diversas ações do Programa são definidas junto a tais grupos, haja vista a participação da Rede Centro de Excelência Esportiva (Cenesp), do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), da Confederação Brasileira de Clubes (CBC), entre outros. Já o Conselho Nacional de Esporte (CNE) atua diretamente na discussão da forma de implementação de algumas ações do Programa, como a Bolsa-Atleta, na definição das modalidades não-olímpicas e não-paraolímpicas que poderiam fazer parte do processo de concessão de bolsas a atletas. | 1. Taxas de medalhas conquistadas nos jogos para olímpicos. | O apoio aos diversos atletas por meio do programa bolsa atleta.       |
| Esporte e Lazer da Cidade*           |     |      |       | X    | Segmentos sociais      | Promover a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer, da população em situação de vulnerabilidade social, visando a melhoria de sua qualidade de vida.  | O Ministério mantém uma Ouvidoria e procura dar resposta no menor prazo possível às demandas apresentadas através dela. Além disso, permanentemente, há a realização de reuniões com assessorias parlamentares, prefeitos e gestores em geral, para orientar as ações, e há a participação no Conselho Nacional do Esporte (CNE). Os convênios prevêem a instituição de entidades de controle social e conselhos gestores para acompanhar a execução das ações. Além disso, a Conferência Nacional do Esporte estabelece as diretrizes de ação.  | 1. Números de atendimento nos núcleos de esporte e lazer.   | Ações de pesquisa. Ações educativas, formação de agentes do programa. |

| Programa  | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios                      | Objetivos   | Participação Social  | Indicadores  | Atividades   |
|---|-----|------|-------|------|---|---|--|--|--|
| <b>ME - MINISTÉRIO DO ESPORTE</b>                   |     |      |       |      |   |   |  |  |  |
| Inserção social pela produção de material esportivo |     |      | X     |      | Detentos adolescentes e jovens e populações | Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo.   | A Ouvidoria possibilita á Coordenação do Programa conhecer dúvidas da população sobre o seu funcionamento e, também, familiarizar-se com possíveis críticas , aspectos importantes na avaliação e inovação de estratégias de operacionalização das ações do Programa.  | 1.Taxa media de redução de reincidência de presos.                 | Ressocialização e profissionalização de internos do sistema penitenciário e atendimento a população em vulnerabilidade social. |
| Segundo Tempo                                       |     |      | X     |      | Estudantes                                  | Democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte como instrumento educacional, visando o desenvolvimento integral de crianças, adolesc. e jovens, como meio de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. | Há serviços de Ouvidoria no ME, objeto de ampla divulgação entre os parceiros e a sociedade em geral. Foram realizadas diversas oficinas setoriais com grupos de interesse. Houve a participação nos fóruns de discussões junto aos parceiros institucionais, ocasião de coletar impressões e sugestões a respeito da sua gestão. Representações do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) geram impactos positivos na execução do Programa na medida em que contribuem para construir consensos e melhor direcionar os modos de implementação e acompanhamento da Conferência Nacional do Esporte e no Conselho Nacional do Esporte (CNE). Parcela significativa do processo de aprimoramento do PST levou em conta a diálogo estabelecido nas conferências nacionais, oficinas setoriais e demais fóruns de discussão. | 1.Taxa de atendimento ao segundo tempo a criança e do adolescente. | Assegurar oferta do PST volta ao publico de ensino médio e superior.   |

**Legenda:** M I: Modalidade I; M II: Modalidade II; M III: Modalidade III; M IV: Modalidade IV

| Programa   | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Crítérios   | Objetivos   | Participação Social   | Indicadores   | Atividades  |
|--|-----|------|-------|------|--|---|---|---|---|
| <b>MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE</b>                     |     |      |       |      |  |   |   |   |   |
| EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA Sociedades Sustentáveis              |     |      |       | X    | Educadores ambientais, profissionais do ensino, estudantes, gestores, técnicos, profissionais da mídia e voluntários atuantes na área ambiental e usuários e manejadores diretos de recursos ambientais. | Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis. | Como mecanismo de promoção da participação social no programa são realizados consultas públicas com ampla participação social da população envolvidas com a temática ambiental, desde os momentos de concepção até a implementação, sendo sempre disponibilizados para cada consulta que também tenham em seu desenvolvimento um caráter educador, e reunião com grupos de interesse, com frequência de reuniões com grupos da sociedade, da academia e do Governo para discussão dos temas de interesse comum que relacionam o campo educacional, social e ambiental.                    | 1. Números de coletivos educadores constituídos.                | Constituição e fortalecimento de 150 coletivos educadores e implementação da agenda ambiental.  |
| <b>MPOG - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO</b> |     |      |       |      |  |   |   |   |   |
| INCLUSÃO DIGITAL   |     |      | X     |      | Comunidades, jovens e outros segmentos identificados   | Promover o acesso às tecnologias de informação e comunicação e ao acervo de informações e de conhecimentos, contribuindo para a inclusão social dos cidadãos brasileiros.       | O projeto Computadores para Inclusão constituiu e reuniu quatro vezes em 2007 a sua Coordenação Nacional, formada por representantes dos órgãos públicos envolvidos e por representantes dos Centros de Recondicionamento de Computadores como meio de promoção da participação social, a qual também ocorre pela realização da Oficina para Inclusão Digital, realizada anualmente desde 2003, tem como principal objetivo a discussão da política pública com representantes de organização não-governamentais, movimentos, entidades e participantes de programas de inclusão digital. | 1. Taxa de acesso a microcomputador nas famílias de menor renda | Recondicionamento de 1.891 computadores doados a 158 escolas públicas, tele centros, bibliotecas e outros projetos de inclusão digital. |

Legenda: M I: Modalidade I; M II: Modalidade II; M III: Modalidade III; M IV: Modalidade IV

| Programa  | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios  | Objetivos   | Participação Social   | Indicadores   | Atividades  |
|---|-----|------|-------|------|---|---|---|---|---|
| <b>MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO</b>                     |     |      |       |      |   |   |   |   |   |
| Desenvolvimento centrado na geração de emprego, Trabalho e renda. |     |      |       | X    | Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais, micro empreendedores, empresas pertencentes a setores prioritários de política governamentais de desenvolvimento, de arranjos produtivos locais ou de setores intensivos em mão-de-obra | Estimular o desenvolvimento econômico e social do País por meio da democratização do crédito produtivo, capaz de gerar emprego, trabalho e renda. | Programa possui mecanismo que promovem a participação social por meio de: a) Ouvidoria do TEM, a qual repassa demandas às coordenações responsáveis; b) discussão no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), o qual é um órgão tripartite e paritário com representantes dos trabalhadores, do Governo e dos empresários, sendo este responsável pelas principais deliberações acerca dos programas; c) recebimento de demandas por parte da população em geral mediante o e-mail institucional dessa coordenação. | 1. Número-Índice da Quantidade de Postos de Trabalho Gerados pela Economia Solidária – Número-índice<br>2. Número-Índice de Empreendimentos Cadastrados –Número-índice. | Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações do FAT.<br>Monitoramento das Cadeias Produtivas e dos Beneficiários Empreendedor assistido Nacional. |

| Programa                                      | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios | Objetivos  | Participação Social  | Indicadores   | Atividades   |
|---|-----|------|-------|------|------------------------|--|--|---|--|
| <b>MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO</b> |     |      |       |      |                        |  |  |   |  |
| Economia Solidária Em Desenvolvimento         |     |      |       | X    | Trabalhadores(as)      | Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. | O Programa promove a participação social mediante: a) Ouvidoria do MTE; b) audiência pública; c) reuniões com grupos de interesse responsáveis pela execução como com os beneficiários da política pública, visando a melhor execução das ações do Programa; d) discussão no Conselho Nacional de Economia Solidária, o qual possibilitou a formalização do espaço de representação de outros órgãos de Governo e entidades não governamentais no acompanhamento da política pública de economia solidária. Ainda, o CNES se reuniu por três vezes em 2007 e, durante o ano, ocorreram inúmeros encontros de seu comitê permanente e comitê temático. Entre outros assuntos, o grande tema que percorreu as atividades do Conselho foi a construção do PPA 2008-2011, onde se buscou transformar em políticas públicas as resoluções aprovadas na I Conferência Nacional de Economia Solidária. A partir das atividades de 2007, o CNES vem se consolidando como importante espaço de discussão, elaboração e aprimoramento das políticas de economia solidária do Governo Federal de forma democrática e participativa ao reunir, entre 56 conselheiros, Ministérios e importantes entidades. | 1. Número-Índice da Quantidade de Postos de Trabalho Gerados pela Economia Solidária – Número-Índice<br>2. Número-Índice de Empreendimentos Cadastrados – Número-Índice | Assistência Técnica para Geração de Finanças Solidárias; Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Solidário; Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária; Fomento a Redes de Produção e Comercialização de Bens e Serviços Produzidos pela ES; Funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária; Gestão e Administração do Programa; Publicidade de Utilidade Pública; Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão; Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária; Estímulo à Constituição e Consolidação de Políticas Públicas de Economia Solidária; Ações de Geração de Renda para Populações Carentes; Ações Emergenciais de Geração de Trabalho e Renda; Promoção da Inclusão Produtiva. |

| Programa                                      | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios  | Objetivos  | Participação Social  | Indicadores  | Atividades   |
|---|-----|------|-------|------|-------------------------|--|--|--|--|
| <b>MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO</b> |     |      |       |      |                         |  |  |  |  |
| PRIMEIRO EMPREGO                              |     | X    |       |      | Jovens de 16 a 24 anos, | Inserir jovens no mercado de trabalho, facilitando a obtenção do seu primeiro emprego. | Programa possui mecanismo que promovem a participação social mediante audiência pública para escolha da entidade anora dos Consórcios Sociais da Juventude, além de estimular a prestação de serviço voluntário nas comunidades durante o período de qualificação. | 1.Participação relativa de jovens do Programa Primeiro Emprego PNPE no total de admissões (percentagem). | Capacitação e monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã); Fiscalização do Trabalho de Adolescentes; Qualificação de Jovens com vistas à Inserção no Mundo do Trabalho; Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário; Qualificação e Assistência Técnica ao Jovem para o Empreendedorismo; Concessão de Auxílio Financeiro a Jovens Habilitados ao Primeiro Emprego Atendidos pelas Linhas da Ação de Qualificação; Estímulo Financeiro ao Empregador para Geração do 1º Emprego Destinado a Jovens. |

| Programa                                      | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios | Objetivos   | Participação Social  | Indicadores   | Atividades  |
|---|-----|------|-------|------|------------------------|---|--|---|---|
| <b>MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO</b> |     |      |       |      |                        |   |  |   |   |
| Qualificação social e profissional            |     |      | X     |      | Trabalhadores          | Promover a qualificação social, ocupacional e profissional do trabalhador articuladas com as demais ações de promoção da integração ao mercado de trabalho e de elevação da escolaridade. | O Programa possui mecanismo que promovem a participação social por meio da Ouvidoria do MTE, que encaminha questionamentos e denúncias sobre a política pública de qualificação, que são analisadas e respondidas prontamente pela equipe gestora do PQSP. Também, quando da execução de Planos Setoriais de Qualificação, viabilizados a partir de convênios firmados com entidades sem fins lucrativos, as ações são planejadas no âmbito de uma Comissão de Concentração, formada em audiência pública, com representação do Governo, trabalhadores e empregadores (tripartite). No que tange aos Planos Territoriais de Qualificação, viabilizados a partir de convênios com Estados e Municípios com mais de 300 mil habitantes, as ações são planejadas no âmbito das Comissões Estaduais / Municipais de Emprego, que são de caráter tripartite e paritário, cabendo a estas a missão de aprovar os planos que serão apresentados ao MTE para conveniência. | 1. Número Índice de Cobertura Relat. da População de Mulheres Carga Horária Média por Pessoa Qualificada (hora)<br>2. Taxa de Integração das Políticas de Qualificação às PPs de Trabalho, Desenvolvimento e Inclusão Social 2. Taxa de Encaminhamento Pós Qualificação ao Trabalho<br>3. Número Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos) (número índice)<br>4. Número Índice de Cobertura Relativa da População de Não | Certificação Profissional de Trabalhadores Identificação e Disseminação de Metodologias e Tecnologias Sociais de Qualificação<br>Qualificação de Trabalhadores Beneficiários de Ações do Sistema Público de Emprego e de Economia Solidária<br>Qualificação Social e Profissional Beneficiários de Ações do Sistema Público de Emprego e de Economia Solidária<br>Qualificação de Trabalhadores Beneficiários de Políticas de Inclusão Social<br>Qualificação de Trabalhadores para Manutenção do Emprego e Incremento da Renda |

| Programa   | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios | Objetivos   | Participação Social  | Indicadores  | Atividades   |
|--|-----|------|-------|------|------------------------|---|--|--|--|
| <b>MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO</b>                  |     |      |       |      |                        |   |  |  |  |
| Integração das políticas públicas de Emprego, Trabalho e Renda |     |      |       | X    | Trabalhador            | Elevar o numero de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Publico de Emprego, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego. | Promove a participação social por meio da Ouvidoria do MTE | 1.Taxa de Cobertura do SINE na (Re); 2. Inserção no Mercado de Trabalho Formal; 3.Taxa de Captação de Vagas (percentagem); 4.Taxa de Aproveitamento de Vagas (percentagem) 5.Taxa de Cobertura do Abono Salarial Taxa de Cobertura do Seguro Desemprego. | Cadastro Geral de Empregados e Desempregados CAGED; Habilitação do Trabalhador ao Seguro Desemprego; Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS; Orientação Profissional e Intermediação de Mão de Obra; Pesquisas sobre Emprego e Desemprego PED; Publicidade de Utilidade Pública MTE; Reinserção no Mundo do Trabalho; Remuneração dos Agentes Pagadores e Operacionalização do Seguro Desemprego e do Benefício Abono Salarial; Sistema de Integração das Ações de Qualificação Profissional com a Intermediação do Emprego e Seguro Desemprego SIGAE; Bolsa de Qualificação Profissional para Trabalhador com Contrato de Trabalho Suspenso. |

**Legenda:** M I: Modalidade I; M II: Modalidade II; M III: Modalidade III; M IV: Modalidade IV

| Programa   | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios          | Objetivos  | Participação Social  | Indicadores   | Atividades   |
|--|-----|------|-------|------|---------------------------------|--|--|---|--|
| <b>SEDH - SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS</b>            |     |      |       |      |                                 |  |  |   |  |
| Assistência a vítimas e a testemunhas ameaçadas                  |     |      |       | X    | Testemunhas de crimes e vítimas | Garantir proteção especial a testemunhas e a vítimas sobreviventes de crimes.  | Não consta no caderno.   | 1. Taxa de atendimento de pessoas com necessidade de proteção; 2. Taxa de beneficiários encaminhados para programas de capacitação; 3. Taxa de evolução do atendimento dos serviços de assistência a vítimas de crimes; 4. Taxa de jovens beneficiários encaminhados para a escola; 5. Tempo médio de permanência no programa (dia/beneficiário). | Cadastro geral de empregados e desempregados CAGED; habilitação do trabalhador ao seguro desemprego; identificação da população por meio da carteira de trabalho e previdência social CTPS; orientação profissional e intermediação de mão de obra; pesquisas sobre emprego e desemprego PED; publicidade de utilidade pública; reinserção no mundo do trabalho; remuneração dos agentes pagadores e operacionalização do seguro desemprego e do benefício abono salarial; sistema de integração das ações de qualificação profissional com a intermediação do emprego e seguro desemprego SIGAE; bolsa de qualificação profissional para trabalhador com contrato de trabalho suspenso. |
| Atendimento Sócio educativo do Adolescente em Conflito com a Lei |     | X    |       |      | Adolescentes de 12 a 18 anos    | Ampliar e aperfeiçoar os serviços voltados para o cumprimento de medidas sócioeducativas não privativas de liberdade e humanizar o atendimento nas unidades de internação de adolescentes em conflito com a Lei. | Promovem a participação social, por meio da realização de: a) reuniões com grupos de interesse que são processos de discussões públicas com a sociedade interessada; b) interlocução forte com os gestores estaduais e municipais, ONGs interessadas na execução do Programa, sistemas de justiça juvenil e sociedade civil; c) interlocução com os organismos internacionais e apresentação de relatórios à ONU, à OEA, à Conferência Ibero-Americana e às demais instituições internacionais relacionais ao assunto; d) discussão em comissões e em plenários, mensalmente, no CONANDA com o propósito de fazer um acompanhamento da implementação do SINASE, e de outras ações do Programa. | 1. Taxa de Atendimento dos Adolescentes em Conflito com a Lei.  | Apoio à Construção, Reforma e Ampliação De UI Restritiva e Provisória; Apoio a Serviços de Atendimento de Adolescentes em Cumprimento de MSE e Egressos; Apoio a Serviços de Plantão Interinstitucional ou de Atendimento Inicial.   |
| Direitos humanos, direitos de todos                              |     |      |       | X    | Sociedade                       | Construir capacidades institucionais e individuais de intervenção com vistas à promoção, à garantia e à defesa dos direitos humanos.   | A participação social é promovida por meio da Ouvidoria, atendendo as demandas, as cobranças, os diálogos, as participações nos eventos, as denúncias quando geradas por fatores como discriminação, intolerância, violência e violação de direitos.   | 1. Taxa de Estados com Conselhos de Direitos Humanos; 2. Taxa de Evolução do Atendimento dos Balcões de Direito (Fornecimento de Doc. Civil Básica e Orientação Jurídica Gratuita).   | Capacitação e formação de agentes; operadores dos serviços de assistência a vítimas e a testemunhas ameaçadas; transporte, custódia e proteção a testemunhas e pessoas sob grave ameaça; apoio a serviços de assistência a vítimas de crimes; apoio a serviços de assistência e proteção a testemunhas ameaçadas.  |

| Programa  | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios                 | Objetivos  | Participação Social   | Indicadores  | Atividades  |
|---|-----|------|-------|------|--|--|---|--|---|
| <b>SEDH - SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS</b>             |     |      |       |      |  |  |   |  |   |
| Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes | X   |      |       |      | Crianças e adolescentes                | Prevenir e combater a violência, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.               | A participação social é promovida no Programa, já que um dos pré-requisitos para recebimento de projetos é que estes sejam discutidos e aprovados pelos Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Além de serem submetidos ao (CONANDA) para aprovação final. Outro mecanismo de participação social utilizado pelo Programa é a reunião com grupos de interesse, que envolvem organizações da sociedade civil representativas de todas as regiões do País. Nessas reuniões, são discutidos e deliberados encaminhamentos para o Programa.   | 1. Taxa de Evolução do Número de Denúncias Encaminhadas.   | Apoio a Projetos de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Expl. Sexual de Criança e Adolescente; Disque Denúncia de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes; Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias; Rede Nacional de Informações para Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Apoio à Capacitação dos Participantes do Sistema de Garantia de Direitos no Combate ao Abuso Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil; Apoio a Comitês Estaduais de Combate à Exploração sexual Infanto-Juvenil; Apoio a Projetos de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso Tráfico e Expl. Sexual de Criança e Adolescente; Apoio Educacional a Crianças e Adolescentes em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social.   |
| Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente        | X   |      |       |      | Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos | Promover a política de atendimento e garantir a ampla defesa jurídico social de crianças e adolescentes. | A participação social se dá por meio dos seguintes mecanismos: a) audiência pública realizada para a discussão de temáticas nacionais, a exemplo da redução da maioridade penal, formas de prevenção e erradicação do trabalho infantil, adoção e outros temas relevantes da área; b) consultas públicas chamadas por ocasiões da definição de parâmetros para a criação e o funcionamento dos fundos de direitos da criança e do adolescente, editais de projetos e outros; c) reuniões com grupos de interesse que são formados para o debate de temas concernentes a criança e adolescentes indígenas e quilombolas; d) discussão em conselho setorial para temáticas inter-setoriais. São chamados para participar das decisões representantes de Ministérios, do (MDS), (CNAS) e outros quando os temas envolvem crianças e adolescentes indígenas quilombolas e outros segmentos. | 1. Taxa de Municípios com Implantação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. | Construção, reforma e aplicação de centros de reabilitação de menor infrator; apoio a unidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente; implantação de rede de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos; cadastro nacional de crianças passíveis de adoção e famílias pretendentes; capacitação de profissionais para promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; Estudos e pesquisas na área de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; Apoio a estudos e pesquisas na área dos direitos da crianças e adolescentes; Apoio à implantação de módulos SIPIA; Apoio a organizações de jovens; Apoio a projetos de prevenção da violência nas escolas; Apoio a projetos de promoção defesa e garantia do direito à convivência familiar e comunitária; Apoio a serviços de atendimento a crianças e adolescentes que tenham direitos ameaçados ou violados; Apoio a serviços de atendimento a criança e adolescente sob medidas de proteção; Apoio a serviços de atendimento jurídico social a crianças e adolescentes ameaçados de morte; Apoio aos fóruns de crianças e adolescentes. |

Legenda: M I: Modalidade I; M II: Modalidade II; M III: Modalidade III; M IV: Modalidade IV

| Programa  | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios | Objetivos   | Participação Social  | Indicadores  | Atividades   |
|---|-----|------|-------|------|------------------------|---|--|--|--|
| <b>SEPM - SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES</b> |     |      |       |      |                        |   |  |  |  |
| Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres              |     |      |       | X    | Mulheres               | Atuar na prevenção e no combate das diferentes formas de violência contra as mulheres e apoiar o atendimento àquelas em situação de violência ou risco. | Mecanismo que promovem a participação social. São eles: Ouvidoria, audiências públicas (especialmente para a discussão da Lei Maria da Penha), reuniões com grupos de interesse, Fórum Nacional de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (CNDM), realização das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Conferências municipais, estaduais e nacionais de políticas para as mulheres, realizadas em 2004 e 2007, foram espaços de intensa participação social também. | 1. Evolução do No de Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres Porcentagem; 2. Média Anual de Ocorrências de Delito Registradas p/r Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres - Ocorrência de delito/Deam. | Atendimento de Mulheres em Situação de Violência; Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; Apoio a Abrigos p/ Mulheres em Situação de Risco; Apoio a Projetos Educativos e Culturais de Prevenção à Violência contra as Mulheres Apoio a Serviços Especializado no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. |

**Legenda:** M I: Modalidade I; M II: Modalidade II; M III: Modalidade III; M IV: Modalidade IV

| Programa   | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios | Objetivos  | Participação Social  | Indicadores   | Atividades  |
|--|-----|------|-------|------|------------------------|--|--|---|---|
| <b>SEPPIR - SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DA IGUALDADE RACIAL</b> |     |      |       |      |                        |  |  |   |   |
| Brasil Quilombola  |     |      |       | X    | População              | Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, o seu desenvolvimento econômico sustentável, a infra-estrutura adequada à realização de suas atividades, a melhoria das condições de vida de seus habitantes, a preservação de seu Patrimônio Cultural Material e Imaterial e a capacidade de exercer o controle efetivo das políticas públicas que lhes são destinadas. | O Programa conta com mecanismo de participação social, como consulta pública, reuniões com grupos de interesse e discussões em conselho e comitês setoriais. São fundamentais as contribuições da sociedade civil organizada para os ciclos da implementação do Programa, ou seja, formulação, implementação, monitoramento e avaliação. A participação das comunidades se dá de forma representativa nas reuniões de comitê do PBQ. | 1. Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; 2. Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; 3. Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas. | Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos; Capacitação de Agentes Representantes das Comunidades Remanescentes de Quilombos; Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidade Remanescente de Quilombos; Apoio à Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar nas Comunidades Remanescentes de Quilombos; Apoio à Distribuição de Material Didático para o EF em Escolas Situadas nas Comunidades Remanescentes de Quilombos; Apoio à Formação de Professores da Educação Básica para Atuação nas Comunidades Remanescentes Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas; Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes; Atenção à Saúde das Populações Quilombolas. |

Legenda: M I: Modalidade I; M II: Modalidade II; M III: Modalidade III; M IV: Modalidade IV

| Programa   | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios  | Objetivos   | Participação Social   | Indicadores   | Atividades   |
|--|-----|------|-------|------|---|---|---|---|--|
| <b>MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES</b>               |     |      |       |      |   |   |   |   |  |
| Universalização Dos Serviços De Telecomunicações |     |      |       | X    | Escolas, bibliotecas públicas, instituições de saúde, unidades de segurança pública, órgãos público em áreas remotas e de fronteira, instituições de atenção a pessoas com deficiência, unidades rurais soladas, cooperativas, assentamentos agrários, pessoas. | Possibilitar o acesso de qualquer pessoa ou instituição de interesse público a serviços de telecomunicações, independentemente de sua localização e condição sócio-econômica. | Se dá por meio da Ouvidoria da Anatel, que tem a característica de atender ao público interno e público externo. Dessa forma, demandas da sociedade que não tenham sido atendidas pela prestadora e pela Anatel têm ainda outro recurso para apresentar suas sugestões. | 1.Taxas de acesso a redes digitais de banda larga em operação no publico alvo elegível. | Atendimento a pessoas com deficiência auditiva que disponibiliza o acesso individual ao serviço de telecomunicações. |

Legenda: **M I:** Modalidade I; **M II:** Modalidade II; **M III:** Modalidade III; **M IV:** Modalidade IV

| Programa                                    | M I | M II | M III | M IV | Público Alvo Critérios                 | Objetivos  | Participação Social  | Indicadores   | Atividades   |
|---|-----|------|-------|------|--|--|--|---|--|
| <b>GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</b> |     |      |       |      |  |  |  |   |  |
| Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM   |     | X    |       |      | Jovens que possuam entre 18 e 24 anos. | Reintegrar o jovem ao processo educacional, promover sua qualificação profissional e ação comunitária. | A participação social ocorre, principalmente por meio do Conselho Nacional da Juventude, que é um órgão colegiado integrante da estrutura básica da SGPR, composto por representantes de órgão governamentais e representantes da sociedade civil. | 1. Porcentagem de alcance do índice;<br>2. Taxa de Certificação dos Alunos Matriculados no ProJovem porCapital: 128,33%;<br>3. Taxa de Cobertura da população Atendida no ProJovem por Capital: 100%. | Capacitação de Profissionais do ProJovem.<br>Fornecimento de Lanche aos Jovens do Programa.<br>Apoio a Aceleração da Aprendizagem de Jovens. |

**Legenda:** M I: Modalidade I; M II: Modalidade II; M III: Modalidade III; M IV: Modalidade IV